

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

Déreck Kássio Ferreira Pereira

**A REALIZAÇÃO DO ARTIGO DEFINIDO NO PORTUGUÊS FALADO
NA REGIÃO DO SERTÃO DO PAJEÚ – PE**

Recife
2017

DÉRECK KÁSSIO FERREIRA PEREIRA

**A REALIZAÇÃO DO ARTIGO DEFINIDO NO PORTUGUÊS FALADO
NA REGIÃO DO SERTÃO DO PAJEÚ – PE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Letras - Área Linguística.

Orientadora: Profa. Dra. Cláudia Roberta Tavares Silva

Recife
2017

Catálogo na fonte
Bibliotecário Jonas Lucas Vieira, CRB4-1204

P435r Pereira, Déreck Kássio Ferreira
 A realização do artigo definido no português falado na região do Sertão do Pajeú – PE / Déreck Kássio Ferreira Pereira. – Recife, 2017.
 204 f.: il., fig.

 Orientadora: Claudia Roberta Tavares Silva .
 Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação. Letras, 2017.

 Inclui referências e apêndices.

 1. Variação linguística. 2. Artigo definido. 3. Língua falada. 4. Sertão pernambucano. I. Silva, Claudia Roberta Tavares (Orientadora). II. Título.

410 CDD (22.ed.)

UFPE (CAC 2017-147)

DÉRECK KÁSSIO FERREIRA PEREIRA

**A REALIZAÇÃO DO ARTIGO DEFINIDO NO PORTUGUÊS FALADO
NA REGIÃO DO SERTÃO DO PAJEÚ – PE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco como requisito para a obtenção do Grau de Mestre em LINGUÍSTICA em 23/2/2017.

DISSERTAÇÃO APROVADA PELA BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr.ª. Claudia Roberta Tavares Silva
Orientadora – LETRAS - UFPE



Prof. Dr.ª. Stella Virginia Telles de Araújo Pereira Lima
LETRAS - UFPE



Prof. Dr. Adeilson Pinheiro Sedrins
LETRAS - UFRPE

Recife – PE
2017

AGRADECIMENTOS

Durante a longa caminhada que antecedeu este trabalho, muitas pessoas queridas fizeram, verdadeiramente, parte de minha vida e deixaram marcas que o tempo certamente não rasurará. Foram momentos de alegrias, de angústias, momentos que contribuíram para minha formação enquanto profissional das letras e cidadão. Por isso e por outras tantas coisas, agradeço a Deus por ser o autor de meu destino. Agradeço também:

À minha família, pelo apoio e estímulo concedido em todos os momentos.

À minha excelentíssima orientadora, Profa. Dra. Claudia Roberta Tavares Silva, que, com muita atenção, paciência e responsabilidade, orientou-me durante a realização de todas as árduas etapas deste trabalho.

Ao meu orientador de graduação, Prof. Dr. Adeilson Pinheiro Sedrins, a quem serei extremamente grato por sua paciência, seu apoio e seu incentivo oferecido a mim durante minha caminhada acadêmica.

À Profa. Dra. Stella Virgínia Telles de Araújo Pereira Lima, por compor a banca avaliadora deste trabalho.

Aos professores Marcelo Amorim Silbado, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), e Telma Moreira Viana Magalhães, da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), por terem aceitado fazer parte da banca, como membros suplentes.

Às professoras Renata Lívia de Araújo Santos, da Universidade Federal Rural de Pernambuco/Unidade Acadêmica de Serra Talhada (UFPE/UAST), e Raquel Maister Ko. Freitag, da Universidade Federal de Sergipe (UFS), pela disposição em sanar minhas inúmeras dúvidas.

A aqueles que, gentilmente, dedicaram um pouquinho de seu tempo para me auxiliar durante o período de coleta nos dois municípios: Amanda Letícia Albuquerque de Medeiros – pelo auxílio na cidade de Carnaíba –, Emerson J. V. Pereira Leite, Débora Fernandes Nascimento e Meiriany C. N. Souza Alcântara – pelo auxílio na cidade de Serra Talhada.

Aos que me ajudaram durante o período de seleção de mestrado, dentre os quais destaco: meus primos, Patrícia, Adgley e Kledemir de Albuquerque, Amanda Letícia Albuquerque de Medeiros, Socorro Melo, Manoela Rodrigues, que me acolheram durante o período de seleção; meus professores de graduação, Elaine Cristina, Dorothy Brito, Adeilson Sedrins, por se disporem a sanar minhas dúvidas acerca dos pontos a serem percorridos na prova de conhecimentos.

Aos meus amigos de pós que suportaram todos os meus apanchos, dentre os quais destaco: Alane Luma Santana Siqueira – que me acompanha desde o tempo de graduação e muito me ouviu falar durante esse caminho –, Iane Siqueira Correia – por, também, me acompanhar desde o tempo de graduação, compartilhando muitas risadas –, Edite Consuelo da Silva Santos – pelo apoio dado em todas as horas –, Thiago Alves França – que sempre esteve disposto a ajudar –, Dilma Fernandes Perrusi Martins – por ter, gentilmente, me auxiliado com a construção das diversas planilhas que serviram para comportar o *corpus* utilizado nesta pesquisa –, Maria Carla Ghioni – por compartilhar de seus conhecimentos –, André Cavalcante – por dedicar uma parte de seu tempo para unir a diversão aos estudos – e Cícero Kleandro Bezerra da Silva – por sempre estar disposto a ajudar.

Aos amigos Marcelo Rógenes de Menezes e Renan Marques, por compartilharem de diversas situações indescritíveis.

Aos amigos Paulo R. Cardoso e Laura Jorge, pela ajuda com o *abstract*.

A todos que fazem parte do Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal de Pernambuco (PPGL/UFPE).

À CAPES, pelo apoio a esta pesquisa.

RESUMO

Tomando como base o arcabouço teórico-metodológico da Teoria da Sociolinguística Variacionista, este trabalho tem como objetivo precípua analisar o fenômeno da variação sintática da realização do artigo definido diante de dois contextos: *antropônimos* e *pronomes possessivos em posição pré-nominal* na fala de moradores de duas cidades localizadas na região do sertão pernambucano, mais especificamente, na região do Sertão do Pajeú, a saber: Carnaíba e Serra Talhada. Para tanto, realizamos 48 entrevistas informais com indivíduos domiciliados nas duas localidades – 24 pertencentes à cidade de Carnaíba e 24 pertencentes à cidade de Serra Talhada –, estratificando a amostra a partir da seleção de três variáveis extralinguísticas: sexo, escolaridade e faixa etária. Com este trabalho, objetivamos verificar: a) qual o comportamento do artigo definido diante dos dois contextos nas duas cidades analisadas; b) quais fatores linguísticos e extralinguísticos atuam na variação e c) se essas comunidades têm ou não mesmo comportamento linguístico de outras comunidades já analisadas com base nesse fenômeno. Com o auxílio do programa computacional GoldVarb X, verificamos que a presença/ausência do artigo definido parece não interferir na definitude do sintagma nominal, indicando um caráter expletivo do artigo quando foneticamente realizado (cf. CASTRO, 2006). Assim, diante dos contextos em análise, esse determinante parece não possuir conteúdo semântico, haja vista que a leitura do sintagma nominal nucleado por antropônimo ou por possessivo não depende da realização de um artigo em posição anterior a esse sintagma. Verificamos uma baixa frequência da realização do artigo diante dos contextos em análise, sobretudo, diante do contexto de antropônimo, tanto em Carnaíba (15%), quanto em Serra Talhada (9%). Verificamos, também, que fatores linguísticos (ex.: função sintática e tipo de preposição) e fatores extralinguísticos (ex.: escolaridade e faixa etária) acabam influenciando a realização do artigo. Assim, Carnaíba e Serra Talhada se aproximam, em alguns momentos da análise, de algumas comunidades já analisadas, como as investigadas em Pereira (2011) e, em outros pontos, se distanciam de outras comunidades, como a analisada por Silva (1998).

Palavras-chave: Variação linguística. Artigo definido. Língua falada. Sertão pernambucano.

ABSTRACT

Based on the theoretical-methodological framework of the Theory of Variationist Sociolinguistics, this work's main objective is to analyze the syntactic variation phenomenon of realization of the definite article in two contexts (before anthroponyms and before possessive pronouns in a pre-nominal position) in the speech patterns of citizens from two cities located in the backwoods of Pernambuco, more specifically in the region of the backwoods of Pajeú, namely: Carnaíba and Serra Talhada. Therefore, we conducted 48 informal interviews with individuals domiciled in the two localities – 24 belonging to the city of Carnaíba and 24 belonging to the city of Serra Talhada –, stratifying the sample according to three extralinguistic variables: gender, schooling and age range. With this work, we aim to verify: a) the definite article's behavior before the two contexts in the speech patterns of the two cities; b) which linguistic and extralinguistic factors affect the variation; and c) if these communities are similar or different from other communities already analyzed based on this phenomenon. With the GoldVarb X, we verified that, in this context, the presence / absence of the definite article does not seem to interfere with the definition of the noun phrase, indicating an expletive character of the article when it is phonetically realized (CASTRO, 2006). Therefore, in the face of these contexts, this determiner seems to have no semantic content, because the reading of the noun phrases headed by an anthroponym or possessive pronoun does not depend on the manifestation of an article in a position prior to that phrase. We verified a low frequency of occurrence of the article in both contexts, especially in the context of anthropometry, both in Carnaíba (15%) and Serra Talhada (9%). We also verified that linguistic factors (eg, syntactic function, type of preposition) and extralinguistic factors (eg, schooling, age range) influence the employment of the article. Therefore, Carnaíba and Serra Talhada approach, at some moments of the analysis, results found in some communities (PEREIRA, 2011) and, in other points, distance themselves from other communities (SILVA, 1998).

Keywords: Linguistic variation. Definite article. Speech data. Backwoods of Pernambuco.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Sistema pronominal demonstrativo do latim clássico ao latim vulgar	24
Figura 2: Ocorrência de artigo definido diante de possessivos no PE.....	29
Figura 3: Mapa da Ilha de Martha's Vineyard	58
Figura 4: Localização da região do Sertão do Pajeú no mapa de Pernambuco.....	84
Figura 5: Mapa da região do Sertão do Pajeú, Pernambuco.....	85
Figura 6: Praça da Escola de Música Maestro Israel Gomes, em Carnaíba-PE.....	87
Figura 7: Vista parcial da Fazenda Serra Talhada.....	88
Figura 8: Apresentação de grupo de xaxado, no X Encontro Nordestino de Xaxado, em Serra Talhada - PE	90
Figura 9: Encenação ao ar-livre do espetáculo O massacre de Angico – A morte de Lampião, em Serra Talhada-PE.....	90
Figura 10: Visão parcial da cidade de Serra Talhada – PE	91

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Resultado porcentual total de presença <i>versus</i> ausência de artigo definido no município de Carnaíba.....	121
Gráfico 2: Resultado porcentual da presença <i>versus</i> ausência de artigo definido diante de antropônimo no município de Carnaíba	122
Gráfico 3: Resultado porcentual da presença <i>versus</i> ausência de artigo definido diante de possessivos no município de Carnaíba	122
Gráfico 4: Resultado porcentual total da presença <i>versus</i> ausência de artigo definido no município de Serra Talhada.....	124
Gráfico 5: Resultado porcentual da presença <i>versus</i> ausência de artigo definido diante de antropônimo no município de Serra Talhada	125
Gráfico 6: Resultado porcentual da presença <i>versus</i> ausência de artigo definido diante de possessivo no município de Serra Talhada.....	125
Gráfico 7: Resultado porcentual total de presença <i>versus</i> ausência de artigo definido no município de Carnaíba.....	186
Gráfico 8: Resultado porcentual total de presença <i>versus</i> ausência de artigo definido no município de Serra Talhada.....	186

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Quadro do sistema de pronomes demonstrativos do latim vulgar	24
Quadro 2: Formas do artigo definido no latim vulgar derivada do acusativo latino.....	25
Quadro 3: Resultado do cruzamento das variáveis sexo e idade diante de antropônimos, apresentado em Silva (1998)	36
Quadro 4: Resultado do cruzamento das variáveis sexo e idade diante de possessivos, apresentado em Silva (1998)	37
Quadro 5: Realização do artigo definido diante de antropônimo e pronome possessivo, apresentada no trabalho de Callou & Silva (1997).....	38
Quadro 6: Ocorrência do artigo diante de antropônimo de acordo com a preposição antecedente	39
Quadro 7: Aplicação de uso do artigo diante de possessivos de acordo com a função sintática	40
Quadro 8: Realização do artigo definido diante de antropônimos de acordo com a origem geográfica	46
Quadro 9: Realização do artigo definido diante de possessivos de acordo com a origem geográfica	47
Quadro 10: Uso do artigo definido diante de antropônimos na cidade de Vitória (ES), de acordo com os traços suprasegmentais	48
Quadro 11: Variáveis significativas nas pesquisas realizadas	52
Quadro 12: Centralização dos ditongos [ay] e [aw] em Martha's Vineyard, por grupos étnicos e faixa etária.....	60
Quadro 13: Realização do artigo definido no contexto de pronome possessivos em dados de fala do povoado Muquém.....	67
Quadro 14: Realização do artigo definido no contexto de antropônimo em dados de fala do povoado Muquém.....	67
Quadro 15: Relação parental e étnica.....	70
Quadro 16: Principais distinções entre comunidade de fala, rede social e comunidade	72
Quadro 17: Codificação para o contexto de pronomes possessivos pré-nominais	81
Quadro 18: Quantitativo e distribuição dos informantes da amostra	95
Quadro 19: Codificação para o contexto de antropônimo.....	97
Quadro 20: Amostragem de ocorrências com as preposições encontradas na amostra do contexto de antropônimos em Carnaíba	101

Quadro 21: Amostragem de ocorrências da variável função sintática no contexto de antropônimos em Carnaíba.....	102
Quadro 22: Amostragem de ocorrências da variável SN isolado no contexto de antropônimos em Carnaíba.....	103
Quadro 23: Amostragem de ocorrências com a variável Referência do Antropônimo	104
Quadro 24: Amostragem de ocorrências com as preposições encontradas na amostra do contexto de possessivos em Carnaíba.....	105
Quadro 25: Amostragem de ocorrências da variável função sintática no contexto de possessivos em Carnaíba	106
Quadro 26: Amostragem de ocorrências da variável SN isolado no contexto de possessivo em Carnaíba.....	107
Quadro 27: Amostragem de ocorrências com a variável Referência do Antropônimo em Serra Talhada	108
Quadro 28: Amostragem de ocorrências com as preposições encontradas na amostra do contexto de antropônimos em Serra Talhada	109
Quadro 29: Amostragem de ocorrências com a variável Status informacional encontradas na amostra do contexto de antropônimos em Serra Talhada.....	110
Quadro 30: Amostragem de ocorrências da variável função sintática no contexto de antropônimos em Serra Talhada.....	110
Quadro 31: Amostragem de ocorrências com a variável SN isolado encontradas na amostra do contexto de antropônimos em Serra Talhada	112
Quadro 32: Amostragem de ocorrências da variável função sintática no contexto de possessivos.....	113
Quadro 33: Amostragem de ocorrências com a variável SN isolado encontradas na amostra do contexto de possessivo em Serra Talhada	114
Quadro 34: Amostragem de ocorrências com as preposições encontradas na amostra do contexto de possessivos	115
Quadro 35: Exposição da variável faixa etária em Carnaíba	117
Quadro 36: Exposição da variável faixa etária em Serra Talhada	119
Quadro 37: Resultados da variável tipo de preposição no contexto de antropônimo em Carnaíba.....	127
Quadro 38: Resultado da variável função sintática no contexto de antropônimo em Carnaíba	128
Quadro 39: Resultado da variável SN isolado no contexto de antropônimo em Carnaíba ...	130

Quadro 40: Resultado da variável referência do antropônimo em Carnaíba	131
Quadro 41: Resultado da variável tipo de preposição no contexto de pronome possessivo em Carnaíba.....	132
Quadro 42: Resultado da variável função sintática no contexto de pronome possessivo em Carnaíba.....	133
Quadro 43: Resultado da variável SN isolado no contexto de pronome possessivo em Carnaíba.....	134
Quadro 44: Resultado da variável referência do antropônimo em Serra Talhada	135
Quadro 45: Resultado da variável tipo de preposição no contexto de antropônimo em Serra Talhada	136
Quadro 46: Resultado da variável <i>status</i> informacional no contexto de antropônimo em Serra Talhada	137
Quadro 47: Resultado da variável função sintática no contexto de antropônimo em Serra Talhada	138
Quadro 48: Resultado da variável SN isolado no contexto de antropônimo em Serra Talhada	140
Quadro 49: Resultado da variável contexto preposicionado no contexto de pronome possessivo em Serra Talhada.....	141
Quadro 50: Resultado da variável tipo de preposição no contexto de pronome possessivo em Serra Talhada.....	142
Quadro 51: Resultado da variável função sintática no contexto de pronome possessivo em Serra Talhada.....	143
Quadro 52: Resultado da variável SN isolado para o contexto de possessivo em Serra Talhada	145
Quadro 53: Cruzamento das variáveis tipo de preposição e função sintática para o contexto de antropônimo em Carnaíba.....	146
Quadro 54: Cruzamento da função sintática adjunto de nome com o tipo de preposição	147
Quadro 55: Cruzamento do complemento de nome com o tipo de preposição.....	148
Quadro 56: Cruzamento do objeto indireto com o tipo de preposição	148
Quadro 57: Cruzamento das variáveis tipo de preposição e função sintática no contexto de pronome possessivo em Carnaíba.....	149
Quadro 58: Cruzamento das variáveis tipo de preposição e função sintática no contexto de antropônimo em Serra Talhada.....	151
Quadro 59: Cruzamento do adjunto de nome com o tipo de preposição	152

Quadro 60: Cruzamento das variáveis tipo de preposição e função sintática no contexto de pronome possessivo em Serra Talhada.....	153
Quadro 61: Cruzamento das variáveis tipo de preposição e objeto indireto	154
Quadro 62: Cruzamento das variáveis tipo de preposição e complemento de nome	154
Quadro 63: Cruzamento das variáveis tipo de preposição e adjunto de nome.....	155
Quadro 64: Resultado da variável sexo para o contexto de possessivo em Carnaíba	157
Quadro 65: Resultado da variável faixa etária para o contexto de possessivo pré-nominal em Carnaíba.....	158
Quadro 66: Resultado da variável sexo para o contexto de antropônimo em Serra Talhada	160
Quadro 67: Resultado da variável escolaridade para o contexto de antropônimo em Serra Talhada	161
Quadro 68: Resultado da variável faixa etária para o contexto de possessivo pré-nominal em Serra Talhada.....	163
Quadro 69: Resultado do cruzamento das variáveis sexo e faixa etária	164
Quadro 70: Resultado do cruzamento das variáveis sexo e escolaridade	165
Quadro 71: Resultado do cruzamento das variáveis escolaridade e faixa etária.....	166
Quadro 72: Resultado do cruzamento das variáveis sexo e faixa etária	167
Quadro 73: Resultado da variável título diante de antropônimos em Carnaíba.....	170
Quadro 74: Resultado da variável título diante de antropônimos em Serra Talhada	170
Quadro 75: Influência da variável Informação Compartilhada no contexto de Antropônimo em Carnaíba.....	171
Quadro 76: Influência da variável Informação Compartilhada no contexto de Antropônimo em Serra Talhada	172
Quadro 77: Resultado da variável status informacional diante de antropônimos em Carnaíba	173
Quadro 78: Resultado da variável faixa etária para o contexto de antropônimo em Carnaíba	174
Quadro 79: Cruzamento das variáveis faixa etária e referência do antropônimo para o contexto de antropônimo em Carnaíba.....	175
Quadro 80: Cruzamento das variáveis faixa etária e informação compartilhada para o contexto de antropônimo em Carnaíba.....	176
Quadro 81: Resultado da variável faixa etária para o contexto de antropônimo em Serra Talhada	176
Quadro 82: Resultado da variável sexo para o contexto de antropônimo em Carnaíba.....	177

Quadro 83: Resultado da variável escolaridade para o contexto de antropônimo em Carnaíba	178
Quadro 84: Influência da variável familiaridade no contexto de Antropônimo em Carnaíba	179
Quadro 85: Influência da variável familiaridade no contexto de Antropônimo em Serra Talhada	179
Quadro 86: Resultado da variável pessoa do discurso para o contexto de possessivos em Carnaíba.....	181
Quadro 87: Resultado da variável pessoa do discurso para o contexto de possessivos em Serra Talhada.....	182
Quadro 88: Resultado da variável sexo para o contexto de possessivo em Serra Talhada ...	183
Quadro 89: Resultado da variável escolaridade para o contexto de possessivos em Carnaíba	184
Quadro 90: Resultado da variável escolaridade para o contexto de possessivos em Serra Talhada	184
Quadro 91: Variáveis linguísticas e extralinguísticas com significância no contexto de Antropônimo nos dois municípios.....	188
Quadro 92: Variáveis linguísticas e extralinguísticas com significância no contexto de pronomes possessivos nos dois municípios	188

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	19
	DELIMITANDO O OBJETO DE ESTUDO	23
1.1	PANORAMA HISTÓRICO DO ARTIGO DEFINIDO: DO LATIM AO PORTUGUÊS.....	23
1.2	SOBRE O COMPORTAMENTO DO ARTIGO.....	30
1.3	REVISITANDO ALGUNS ESTUDOS LINGUÍSTICOS	34
1.3.1	Silva (1998)	34
1.3.2	Callou & Silva (1997)	37
1.3.3	Alves (2008)	40
1.3.4	Almeida Mendes (2009).....	43
1.3.5	Campos Jr. (2011)	46
1.3.6	Pereira (2011) e (2015).....	49
1.4	OBJETIVOS.....	54
1.4.1	Geral	54
1.4.2	Específicos.....	55
1.5	HIPÓTESES	55
1.5.1	Geral	55
1.5.2	Específicas.....	55
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	57
2.1	TEORIA DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA: BASE EPISTEMOLÓGICA E OBJETO DE ESTUDO	57
2.2	A COMUNIDADE DE FALA, REDES SOCIAIS E COMUNIDADE DE PRÁTICA: BREVES INCURSÕES	64
2.3	SOBRE A NORMA	73
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	76
3.1	SOBRE A PESQUISA DE CAMPO.....	76
3.2	CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO DAS COMUNIDADES ANALISADAS.....	83
3.2.1	O Sertão do Pajeú	83
3.2.1.1	Carnaíba.....	86
3.2.1.2	Serra Talhada.....	88

3.3	PROCEDIMENTOS PARA A COLETA DOS DADOS	92
3.3.1	A validação da pesquisa	92
3.3.2	Instrumentos utilizados e tempo de coleta.....	93
3.3.3	Critérios de inclusão e exclusão do participante da amostra	95
3.3.4	Seleção dos dados.....	96
3.4	MÉTODOS UTILIZADOS	98
3.5	SOBRE AS VARIÁVEIS LINGUÍSTICAS: BREVES INCURSÕES	99
3.5.1	Carnaíba.....	100
3.5.1.1	Contexto de Antropônimo	100
3.5.1.1.1	Tipo de preposição	100
3.5.1.1.2	Função Sintática	101
3.5.1.1.3	SN isolado	103
3.5.1.1.4	Referência do Antropônimo	104
3.5.1.2	Contexto de Pronome Possessivo	105
3.5.1.2.1	Tipo de preposição	105
3.5.1.2.2	Função Sintática	106
3.5.1.2.3	SN isolado	107
3.5.2	Serra Talhada.....	107
3.5.2.1	Contexto de Antropônimo	107
3.5.2.1.1	Referência do antropônimo	108
3.5.2.1.2	Tipo de preposição	108
3.5.2.1.3	<i>Status</i> Informacional.....	109
3.5.2.1.4	Função sintática	110
3.5.2.1.5	SN isolado	112
3.5.2.2	Contexto de Possessivo	112
3.5.2.2.1	Contexto preposicionado	112
3.5.2.2.2	Função sintática	113
3.5.2.2.3	SN isolado	114
3.5.2.2.4	Tipo de preposição	114
3.6	SOBRE AS VARIÁVEIS EXTRALINGUÍSTICAS.....	116
3.6.1	Carnaíba.....	116
3.6.1.1	Contexto de Antropônimo	116
3.6.1.2	Contexto de Possessivo	116

3.6.1.2.1	Sexo	116
3.6.1.2.2	Faixa etária	117
3.6.2	Serra Talhada.....	118
3.6.2.1	Contexto de Antropônimos.....	118
3.6.2.1.1	Sexo	118
3.6.2.1.2	Escolaridade	118
3.6.3	Contexto de Possessivos.....	118
3.6.3.1	Faixa etária	119
4	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	120
4.1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS DO CAPÍTULO	120
4.2	DISCUSSÃO GERAL: A VARIÁVEL DEPENDENTE	120
4.2.1	Análise geral do município de Carnaíba	120
4.2.2	Análise geral do município de Serra Talhada.....	123
4.3	ANÁLISE DOS RESULTADOS LINGUÍSTICOS	126
4.3.1	Análise dos resultados linguísticos em Carnaíba	126
4.3.1.1	Contexto de Antropônimo	126
4.3.1.1.2	Tipo de preposição	127
4.3.1.1.3	Função Sintática	128
4.3.1.1.4	SN isolado	130
4.3.1.1.5	Referência do Antropônimo	130
4.3.1.2	Contexto de Pronome Possessivo.....	131
4.3.1.2.1	Tipo de preposição.....	131
4.3.1.2.2	Função Sintática	132
4.3.1.2.3	SN isolado	134
4.3.2	Análise dos resultados linguísticos em Serra Talhada	135
4.3.2.1	Contexto de Antropônimo	135
4.3.2.1.1	Referência do Antropônimo	135
4.3.2.1.2	Tipo de preposição	136
4.3.2.1.3	<i>Status</i> Informacional.....	137
4.3.2.1.4	Função Sintática	138
4.3.2.1.5	SN isolado	139
4.3.2.2	Contexto de Pronomes Possessivos.....	140
4.3.2.2.1	Contexto Preposicionado.....	140

4.3.2.2.2	Tipo de preposição	142
4.3.2.2.3	Função Sintática	143
4.3.2.2.4	SN isolado	145
4.3.3	Cruzamentos das variáveis linguísticas significativas.....	146
4.3.3.1	Cruzamento das variáveis: <i>tipo de preposição e função sintática</i> em Carnaíba para o contexto de antropônimo	146
4.3.3.2	Cruzamento das variáveis: <i>tipo de preposição e função sintática</i> em Carnaíba para o contexto de possessivo.....	149
4.3.3.3	Cruzamento das variáveis: <i>tipo de preposição e função sintática</i> para o contexto de antropônimo em Serra Talhada.....	151
4.3.3.4	Cruzamento das variáveis <i>função sintática e tipo de preposição</i> para o contexto de possessivos em Serra Talhada	152
4.4	ANÁLISE DOS RESULTADOS EXTRALINGUÍSTICOS	156
4.4.1	Análise dos dados extralinguísticos em Carnaíba	156
4.4.1.1	Contexto de Antropônimo	156
4.4.1.2	Contexto de Pronome Possessivo	157
4.4.1.2.1	Sexo	157
4.4.1.2.2	Faixa etária	158
4.4.2	Análise dos dados extralinguísticos em Serra Talhada	159
4.4.2.1	Contexto de Antropônimo	159
4.4.2.1.1	Sexo	159
4.4.2.1.2	Escolaridade	161
4.4.3	Contexto de Pronome Possessivo	162
4.4.3.1	Faixa etária	163
4.4.4	Cruzamento das variáveis extralinguísticas significativas	164
4.4.4.1	Cruzamento das variáveis <i>sexo e faixa etária</i> , em Carnaíba, para o contexto de pronome possessivo.....	164
4.4.4.2	Cruzamento das variáveis <i>sexo e escolaridade</i> , em Serra Talhada, para o contexto de antropônimo.....	165
4.4.4.3	Cruzamento das variáveis <i>escolaridade e faixa etária</i> , em Serra Talhada, para o contexto de antropônimo.	166
4.4.4.4	Cruzamento das variáveis <i>sexo e faixa etária</i> , em Serra Talhada, para o contexto de pronome possessivo.....	167
4.5	SOBRE AS VARIÁVEIS DESCONSIDERADAS PELO PROGRAMA	168

4.5.1	Variáveis desconsideradas para o contexto de antropônimo em Carnaíba e Serra Talhada	169
4.5.1.1	Variáveis linguísticas desconsideradas para o contexto de antropônimo.....	169
4.5.1.1.1	Título/Parentesco.....	169
4.3.2.1.6	Informação Compartilhada.....	171
4.5.1.1.2	<i>Status</i> Informacional.....	173
4.5.1.2	Variáveis extralinguísticas desconsideradas para o contexto de antropônimo.....	174
4.5.1.2.1	Faixa etária	174
4.5.1.2.2	Sexo	177
4.5.1.2.3	Escolaridade	177
4.5.1.2.4	Familiaridade.....	178
4.5.1.2	Variáveis linguísticas desconsideradas para o contexto de possessivos.....	180
4.5.1.2.1	Pessoa do discurso.....	180
4.5.1.2	Variáveis extralinguísticas desconsideradas para o contexto de possessivos	182
4.5.1.2.2	Sexo	182
4.5.1.2.3	Escolaridade	184
4.5.2	Sobre os resultados das variáveis não-significativas.....	185
4.6	UMA VISÃO MAIS GERAL	186
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	191
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	196
	APÊNDICE 1	202
	APÊNDICE 2	203

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação, intitulada *A realização do artigo definido no português falado na região do sertão do Pajeú – PE*, tem como objetivo precípuo analisar o fenômeno da variação na realização do artigo definido em duas situações, a saber: quando o antropônimo (nome próprio de pessoa) ocupa a posição nuclear do Sintagma Nominal (SN) (ex.: *O Benedito é um bom filho*) e quando o SN é nucleado por um pronome possessivo em posição pré-nominal (ex.: *A minha caneta é preta*). Esses contextos foram escolhidos para análise por o fato de além de serem ambientes onde podemos encontrar o chamado artigo expletivo (cf. CASTRO, 2006), ainda podem nos mostrar diferenças dialetais, como, por exemplo, no caso da ausência/presença de artigo diante de antropônimo.

O artigo definido é chamado de expletivo quando sua presença ou sua ausência diante desses antropônimos e possessivos não prejudica a gramaticalidade da sentença (cf. LONGOBARDI, 1994). Essa possibilidade de se ter ou não a posição da periferia esquerda desse SN ocupada por um artigo definido diante de um pronome possessivo em posição pré-nominal (1) e de antropônimo (2) é um dos fenômenos sintáticos que difere o português brasileiro (PB) de outras línguas românicas, até mesmo, da variedade europeia do português, como é afirmado por Magalhães (2012). Enquanto no português europeu (PE), a realização do artigo definido diante possessivos é obrigatória (cf. CASTRO, 2006), no PB, como já foi dito, esse artigo pode ser omitido sem causar nenhuma alteração na gramaticalidade da sentença:

- (1)a. “**Minha vida** durante a faculdade era tranquila, na base do possível.” (Inf17-ST¹)
- b. **A Minha vida** durante a faculdade era tranquila, na base do possível².
- (2)a. “*Sansei* tem Jonatan, Helder, que foi **meu primeiro sansei**, que dava aula aqui em cima e só.” (Inf23-ST)
- b. *Sansei* tem o Jonatan, o Helder, que foi **o meu primeiro sansei**, que dava aula aqui em cima e só.

¹ As siglas apresentadas entre parênteses dizem respeito as informações do informante, a saber: o número de identificação do informante em nosso *corpus* (Informante 17) e o município de domicílio (ST, para Serra Talhada, e CA, para Carnaíba).

² Os dados em (1b) e (2b) foram alterados para fins explicativos.

Pelo que consta em trabalhos que buscaram analisar esse fenômeno na variedade europeia do português na atualidade, como os já citados, sentenças como as mencionadas em (1a) e (2a) seriam muito produtivas. Como evidências, Castro (2006, p. 10-11) apresenta os seguintes exemplos em seu trabalho:

(3)a. Meu livro tem 100 páginas

b. O meu livro tem 100 páginas

(4)a. Joaquinita fazia anos amanhã

b. A Joaquinita fazia anos amanhã

Com os exemplos, a autora verifica que, em PE, os exemplos em (3a) e (4a) são agramaticais, uma vez que em PE o artigo diante dos contextos é obrigatório.

Por outro lado, as sentenças de (1) e (2), assim como (3) e (4), apresentados em Castro (2006), são gramaticais no PB, assim, nessa variedade do português, o artigo parece ser expletivo, isto é, a posição esquerda do SN com possessivo ou antropônimo pode ser ou não preenchida por artigo.

Essa opcionalidade acaba favorecendo a existência de duas variantes no PB. A primeira é aquela em que podemos encontrar um artigo definido na periferia esquerda do SN cujo núcleo é um antropônimo ou um possessivo; essa variante é a mais frequente, por exemplo, nas comunidades sulistas (cf. CALLOU & SILVA, 1997). A segunda é aquela em que não se tem uma grande frequência de realização de artigo, como a que foi encontrada em Pereira (2011) em comunidades localizadas na região do Sertão do Pajeú – PE.

Diante disso, pretendemos verificar qual a variante mais presente no interior do estado de Pernambuco, em particular, em dois municípios pertencentes à região do Sertão do Pajeú, Carnaíba e Serra Talhada, assim como analisar se variáveis de ordem linguística e extralinguística interferem no comportamento do fenômeno e quais são essas variáveis. Salientamos que essas cidades foram escolhidas por possuírem realidades distintas, isto é, por apresentarem contextos sócio-históricos divergentes, como será apresentado nas seções 3.2.1.1 e 3.2.1.2, do capítulo 3.

Vale dizer que o fenômeno linguístico em análise já foi investigado preliminarmente nessa região em Pereira (2011), que analisou a língua falada dos moradores nos municípios de Afogados da Ingazeira, Floresta, Triunfo e Serra Talhada e, em Pereira (2015), que analisou a

língua escrita em Floresta e Serra Talhada. A partir dos resultados obtidos nesses estudos, objetivamos, com esta dissertação, realizar uma análise mais acurada do fenômeno na região.

Para a realização do estudo aqui proposto, a base teórico-metodológica utilizada é a da Sociolinguística Variacionista, que tem como seu principal representante o linguista estadunidense, William Labov, e cujo objetivo é estudar a língua em contextos reais de comunicação, tomando-a como entidade heterogênea e mutável.

Esta dissertação, então, está distribuída da seguinte forma: no primeiro capítulo, discorreremos acerca de nosso objeto de estudo. Buscaremos, primeiramente, verificar a evolução do artigo definido desde a passagem do Latim Clássico, em que não era registrada a presença do artigo, para o Latim Vulgar, em que o artigo passou a existir, até o Português atual. Discutiremos, também, acerca do comportamento do artigo definido diante de antropônimos e possessivos no PB. Ainda nesse capítulo, traremos à discussão trabalhos que se propuseram a analisar a frequência do artigo definido na variedade brasileira do português, a saber: Silva (1998), Callou & Silva (1997), Alves (2008), Almeida Mendes (2009), Campos Jr. (2011), Pereira (2011) e Pereira (2015).

O segundo capítulo é dedicado à nossa fundamentação teórica. Nele será discorrido, primeiramente, sobre a teoria que embasa nossa pesquisa e seus fundamentos epistemológicos. A segunda seção trará uma discussão sobre três níveis de comunidade: Comunidade de Fala, Redes Sociais e Comunidade de Prática, a fim de realizarmos uma distinção entre esses níveis e pontuarmos como estamos tratando nosso campo de pesquisa, haja vista que a escolha de um ou de outro nível de comunidade implica em uma metodologia diferente. Na última seção do capítulo dois, discorreremos acerca de como a teoria vê a questão da norma.

Já, no capítulo três, trataremos dos procedimentos metodológicos desta pesquisa. A princípio, discorreremos sobre como é e como se faz pesquisa de campo linguístico com foco em pesquisas em Sociolinguística Variacionista. Em seguida, trataremos das questões sociais e históricas da região analisada, assim como as cidades, *locus* da pesquisa. Os procedimentos utilizados para a realização deste trabalho também serão abordados nesse capítulo. Na seção dos procedimentos, centraremos nossa atenção no que foi necessário para que a pesquisa saísse do papel: validação da pesquisa junto ao Conselho de Ética em Pesquisa, da Universidade Federal de Pernambuco (CEP-UFPE), instrumentos utilizados, critérios de inclusão e exclusão de participantes, seleção dos dados e métodos utilizados na pesquisa. A última seção desse capítulo será dedicada à apresentação das variáveis que foram selecionadas

pelo programa GoldVarb X como significativas para a análise, bem como das hipóteses que norteiam a escolha de cada variável.

O capítulo quatro será responsável por apresentar os resultados que obtivemos com o auxílio do programa computacional, sendo analisadas e discutidas, primeiramente, todas as variáveis com significância de cunho linguístico e extralinguístico. Também analisaremos aquelas variáveis que não foram significativas segundo o programa, conforme é sugerido em Guy & Zilles (2007). A última seção desse capítulo será dedicada a uma reflexão sobre a(s) comunidade(s) que analisamos.

Por fim, na conclusão deste trabalho, retomaremos os principais resultados obtidos, bem como levantaremos alguns questionamentos que apontam para novas investigações sobre o fenômeno em análise.

DELIMITANDO O OBJETO DE ESTUDO

1.1 PANORAMA HISTÓRICO DO ARTIGO DEFINIDO: DO LATIM AO PORTUGUÊS

Tendo como foco de estudo a mudança sintática que ocorre nos padrões de realização do artigo definido em sintagmas nominais nucleados por antropônimos (nomes próprios de pessoas) e pronomes possessivos pré-nominais no português, muitos linguistas, como, por exemplo, Castro (2006), Magalhães (2012) e Silva (1982) se dedicaram a realizar estudos que mostrassem como o fenômeno da variação na realização do artigo definido ocorria em séculos passados nessa língua.

No entanto, antes de discorrermos sobre como o fenômeno ocorria no português de séculos passados até chegar ao século atual, é importante iniciarmos esta discussão fazendo menção ao processo pelo qual essa categoria passou desde o latim.

Segundo Coutinho (2004, p. 251), a realização do artigo definido só aparece a partir do latim vulgar; nas palavras do autor: “esta classe de palavra só aparece nos últimos tempos do latim vulgar e em escritores latinos tardios”, não sendo encontrado registro dessa classe no latim clássico, como nos exemplos retirados de Rónai (2006, p. 10-12):

(5) *Puella cantat*
(menina canta)

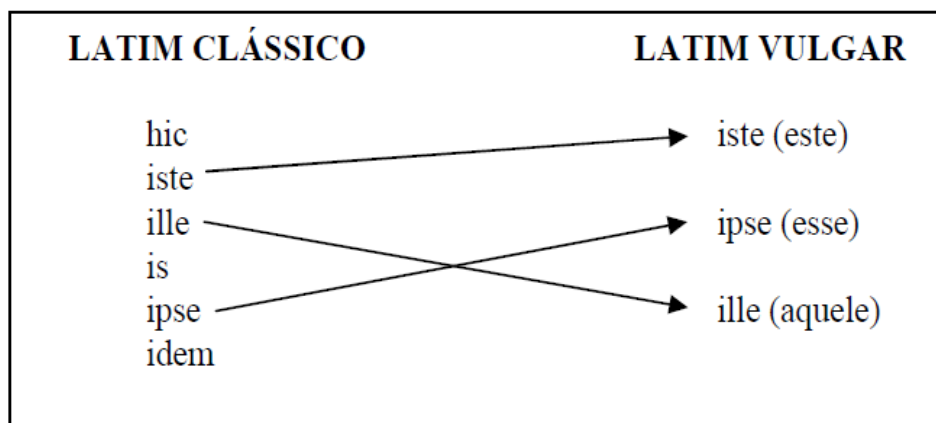
(6) *Sempronĭa est magistra*
(Sempronia é professora)

Segundo estudos realizados sobre o surgimento do artigo no latim vulgar (cf. WILLIAMS, 2001[1961]; CÂMARA JR., 1985), o artigo definido teve sua origem a partir da forma demonstrativa de terceira pessoa *ille*. É importante destacarmos que o sistema de demonstrativos do latim era composto por mais quatro itens, a saber: *hic* (utilizado como 1ª pessoa), *iste* (2ª pessoa), *is* (podendo ser utilizado para todas as pessoas do discurso), *ipse* (como marca de identidade). De acordo com Câmara Jr. (1985, p. 29), o sistema demonstrativo dessa língua era composto da seguinte forma:

hic, para o que estava próximo do falante, *iste*, para o que estava próximo do ouvinte e uma série de outros pronomes para o que estava além dessas duas áreas mostrativas. A série era primariamente constituída por três pronomes distintos: *ille*, de valor indicativo preciso; *is*, de indicação vaga; *ipse*, que reiterava uma indicação anterior, à maneira de ‘o mesmo’, em português, ou ‘the same’ em inglês.

Nazario (2011) aponta em seu estudo que, dos itens lexicais do latim, apenas três foram conservados no latim vulgar como demonstrativos, são eles: *iste*, *ipse*, *ille*. Para uma melhor visualização do que aconteceu com o sistema demonstrativo no latim vulgar, vejamos o quadro a seguir:

Figura 1: Sistema pronominal demonstrativo do latim clássico ao latim vulgar



Fonte: Nazario (2011, p.335)

A mudança nesse sistema demonstrativo tem explicações fonéticas e semânticas. Ainda segundo Nazario (2011, p.335), *is* e *hic* eram muito próximos foneticamente o que ocasionava oscilações constantes entre o uso de tais itens. “Isso ocorreu provavelmente pelo mútuo enfraquecimento semântico”. Com a saída de *hic*, o demonstrativo *iste* tomou seu lugar, ocupando a função de primeira pessoa. O mesmo aconteceu com o *ille* que, com a perda do *is*, assumiu sua função, o que, possivelmente, facilitou seu emprego como artigo definido posteriormente.

De forma geral, de acordo com o que foi visto, o quadro do sistema demonstrativo do latim vulgar se apresenta da seguinte forma:

Quadro 1: Quadro do sistema de pronomes demonstrativos do latim vulgar

Item	Pessoa do discurso
<i>Īste</i>	Primeira pessoa

<i>Īpse</i>	Segunda pessoa
<i>Īlle</i>	Terceira pessoa

Percebemos, então, que a forma vulgar restringiu seu sistema a três pessoas, como exposto no quadro. É importante apontarmos que, segundo estudiosos como Maurer Jr. (1959), os demonstrativos de primeira e terceira pessoa possuíam uma função mais definida que o de segunda pessoa. Com o passar do tempo, o sentido demonstrativo do *ille* se perdeu e esse item passou a ser utilizado apenas com sentido de definitude, o que ocasionou sua transformação de demonstrativo para artigo.

Segundo Williams (2001[1961], p. 144), “as formas portuguesas derivadas do acusativo latino são as seguintes”:

Quadro 2: Formas do artigo definido no latim vulgar derivada do acusativo latino

Latim Clássico	Latim Vulgar	Português ³		
<i>Īllum</i>	* <i>lo</i>	<i>O</i>	<i>lo</i>	<i>No</i>
<i>Īllam</i>	* <i>la</i>	<i>A</i>	<i>la</i>	<i>Na</i>
<i>Īllos</i>	* <i>los</i>	<i>Os</i>	<i>los</i>	<i>Nos</i>
<i>Īllas</i>	* <i>las</i>	<i>As</i>	<i>las</i>	<i>Nas</i>

Fonte: Williams (2001 [1961], p. 144).

Os vocábulos do latim clássico, segundo o autor, perderam a primeira sílaba, resultando nas formas *lo*, *la*, *los*, *las*, do latim vulgar, com *l* simples. Essas formas, por sua vez, perdiam ou não o *l* inicial dependendo da última vogal da palavra que as antecedia, permanecendo o que é visto nas duas primeiras colunas do português, como no exemplo retirado de Grandgent (1908 *apud* WILLIAMS, 2001 [1961], p. 145): *vejo-los livros* > *vejo os livros*. Era possível também que o *n* final da preposição *en* que antecedia o artigo do latim vulgar tivesse o *n* longo transformado em *n* simples, como nos exemplos de Vasconcellos (1901 *apud* WILLIAMS, 2001 [1961], p. 146): *en-lo* > *enno* > *ẽno*. A última forma, por seu turno, sofreu um processo de perda de nasalização (*ẽ* > *e*) e, logo depois, de perda da primeira sílaba (*e-*), resultando na forma *no*, presente na última coluna do português.

³ O português citado pelo autor, neste quadro, é o português arcaico, que usava também as formas iniciadas por *l* e *n*.

Mendes (2000) argumenta que a natureza dêitica do artigo vem, justamente, do fato de o artigo ser proveniente dos demonstrativos latinos *ille* e *ipse*. A autora ainda salienta, com base em Harris & Campbell (1995 *apud* MENDES, 2000, p. 30), que, em outras línguas, tais como o grego, o armênio, algumas das línguas nígero-congolesas e as línguas germânicas, o artigo também surgiu a partir do sistema demonstrativo latino, não sendo isso, então, uma característica específica da língua românica.

Tarallo (1990, p. 138) salienta que a entrada dessa nova classe no latim vulgar se constitui em um ganho morfológico para a língua:

O latim clássico possuía um sistema para a indeterminação e a indefinidade dos substantivos que apareciam, então, formalmente marcados. Por exclusão, os substantivos sem marca formal determinativa poderiam ser interpretados como definidos. No português moderno, entretanto, a falta da marca formal também garante uma leitura, mas a da indefinidade. Nesse sentido, dissemos que a aquisição de artigos pelas línguas românicas constitui uma instanciação de ganhos morfológicos não-encaixados, pois a função existia no latim clássico sem ser formalmente marcada: as línguas românicas implementaram assim uma nova forma para retomar uma antiga função.

Acreditamos ser importante salientar que, segundo Jordan e Manoliu (1972), alguns linguistas afirmam que o surgimento do artigo definido no latim vulgar se deu a partir da influência grega através da tradução do grego para o latim. Os tradutores sentiam a necessidade de inserir no latim o artigo tão frequente nos textos gregos. Assim, os tradutores faziam uso do demonstrativo (*ille*) que se aproximava semanticamente do artigo.

Tendo tal pensamento, podemos, então, inferir que, como salienta Nazario (2011), o contato entre as duas sociedades, grega e latina, foi o que trouxe o artigo definido para a língua latina, já que, na primeira, o uso dessa categoria era constante. Porém, para Câmara Jr. (1985, p.23), a inserção do artigo no latim vulgar se deu por razões internas e externas à língua. Com o uso vulgar da língua latina, as palavras acabaram perdendo suas terminações; com isso, foi necessário que se usasse palavras auxiliares, tais como preposições, pronomes e artigos, para satisfazer a necessidade das relações sintático-semânticas na língua. Assim, segundo o que é dito por Nazario (2011, p. 8), com base em Auerbach (1972) e em Câmara Jr. (1985): “com o desaparecimento das desinências latinas, o sistema de conjugação ficou comprometido, favorecendo um rearranjo deste, de onde surge um outro sistema originalmente sintático e analítico”.

Em seu trabalho, Nazario (2011, p. 341), com base em Auerbach (1972), apresenta algumas justificativas para a mudança ocorrida na estrutura do latim vulgar. A primeira diz

respeito à dificuldade encontrada pelas novas populações no período em que o latim se difundiu em utilizar o complexo sistema da língua, que possuía, além de especialidades e exceções, quatro tipos de conjugação e cinco séries de declinação. “Com isso, o povo simplesmente se confundia e simplificava, provocando um enfraquecimento das flexões” (Ibid. 340). Como vimos no parágrafo anterior, as desinências latinas desapareceram, comprometendo o sistema da língua. A autora aponta que esse desaparecimento se deu devido à posição articulatória “débil”, com sílabas átonas, das desinências latinas. Todavia, esse fenômeno já era possível ser percebido no latim clássico (cf. NAZARIO, 2011). Por fim, é apontado que a definitude que o pronome *ille* passou a trazer para a sentença também foi um dos fatores que ocasionou a transformação na língua:

a tendência à concretização e mesmo à dramatização do fenômeno expresso pelas palavras por parte dos povos romanizados favoreceu as formas analíticas. Havia preferência por uma expressão analítica do tipo *ille homo* (o homem), *illo homine* ou *illum hominem* (do homem, ao homem), e não, respectivamente, *homo*, *hominis* e *homini*, porque os sintagmas com o pronome *ille* apontavam de modo mais claro o indivíduo em questão. O latim clássico “visava menos à concretização dos fatos e atos particulares”, já “a língua do povo, ao contrário, tendia para a apresentação concreta de fenômenos particulares” (AUERBACH, 1972, p. 87). Daí, a necessidade de concretização através de novas formas linguísticas como o emprego dos pronomes ego, tu, *ille* e outros antes das pessoas do verbo. (NAZARIO, 2011, p. 341).

Como percebemos, houve, na língua latina, grandes transformações que permitiram com que o artigo definido emergisse nessa língua. Todavia, apesar de sua presença já se fazer constante no latim vulgar em algumas línguas que derivaram da língua latina, como, por exemplo, o português, esse fenômeno ainda apresenta algumas peculiaridades, como veremos a seguir.

Com base em estudos já realizados, notamos que houve uma mudança significativa no processo de realização do artigo definido diante dos contextos de antropônimos e possessivos no português. Floripi (2008), ao realizar um estudo que visa analisar a ocorrência de artigo definido diante de possessivos no português do período de 1600 a 1850, mostra que, no Português Clássico (PC), o emprego do artigo era facultativo, mas, com o passar dos anos, seu emprego aumentou paulatinamente, passando a ser de caráter obrigatório no Português Europeu Atual.

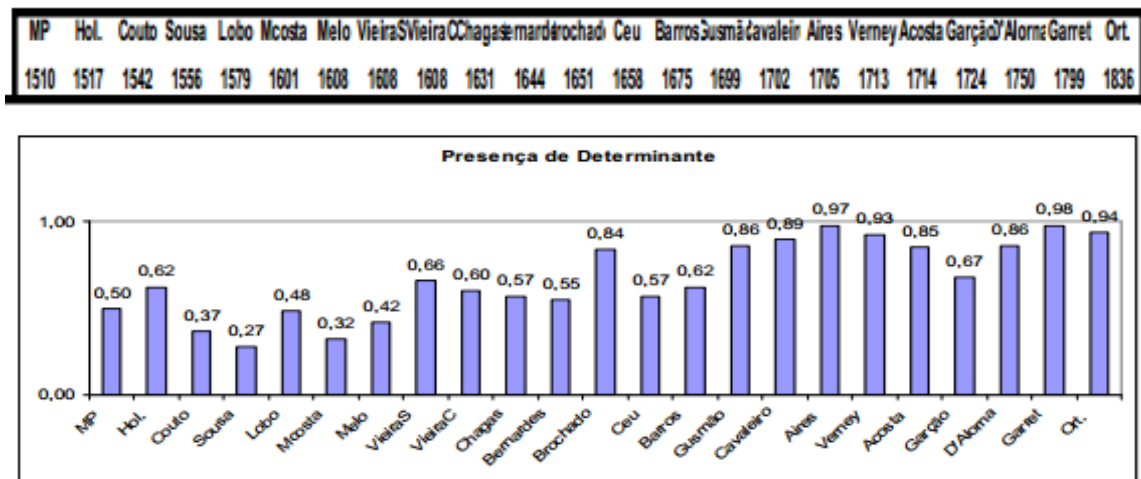
Essa evolução gradativa da realização do artigo diante de possessivos também foi evidenciada por outros estudiosos. Costa (2002), ao investigar o processo pelo qual a variação na realização do artigo definido passou durante os séculos, afirma, com base na análise de

diversos textos do período arcaico do português⁴, que foi, no século XIX, que se teve uma generalização da ocorrência do artigo definido em Portugal.

No entanto, a constatação de Costa (2002) é contestada por outros autores, como Magalhães (2012). A autora, ao investigar a realização do artigo em dados de escrita do século XVI ao XIX, com base em seus dados, afirma que não foi no início do século XIX que se deu a generalização do uso do artigo definido no PE, mas sim no século XVIII. Segundo seus estudos, a realização do artigo diante de pronomes possessivos em PE já se apresentava de forma variável no século XVI, passando a obter um caráter obrigatório em meados do século XVIII.

Porém, a realização do artigo definido parece ter se tornado mais estável em um período anterior ao século XVIII, apontado por Magalhães (2012). Antes do século mencionado, a realização do artigo já parecia apresentar um caráter estável. Vejamos a figura utilizada por Floripi (2008) baseada na realização do artigo:

Figura 2: ocorrência de artigo definido diante de possessivos no PE



Fonte: Floripi (2008, p.140)

Os resultados apontam que, no século XVII, a estabilidade do uso do artigo antecedendo o possessivo já parecia acontecer, pois, se observarmos, por exemplo, o número de ocorrência de artigos existentes nos textos produzidos a partir do século XVII, mais especificamente, nos textos posteriores aos de Vieira C, já encontramos certa estabilidade do uso do artigo, como também percebido por Floripi (2008).

⁴ A autora analisou 32 documentos notariais editados por Clarinda Maia (TCM), além das obras: Crônica de D. Pedro (CDP) e Diálogo da Viçiosa Vergonha (DVV) e Diálogo em Louvor de Nossa Linguagem (DLNL).

Todavia, não é somente diante do contexto de possessivo que o artigo definido sofre mudanças. Pelo que parece, a realização do artigo definido diante de antropônimos também passou por mudanças com o passar dos séculos. Magalhães (2012)⁵ chama a atenção para a forma facultativa do artigo diante de antropônimos que também passou por modificações. Segundo a autora, nos textos analisados, podemos perceber que existia, no século XVI, uma variação na realização do artigo definido diante do contexto de antropônimo, como em (7a) e (7b):

- (7)a. “*Leonardo* se ofereceu então a mandar fazer a diligência com muito cuidado...”
(F. Rodrigues Lobo (1579-1621) *Côrte na Aldeia e Noites de Inverno*)⁶.
- b. “Mostrou bem *o Tasso*, logo que quis (segundo a regra dos Épicos) descrever por sinais de virtude o seu herói Godofredo, quanto conhecimento tinha...” (F. Manuel de Melo (1608-1666) *Cartas*).

No entanto, percebeu-se que essa variação encontrada em textos do século XVI foi reduzida ao longo dos séculos até ser de raríssima aparição no século XIX. Todavia, Magalhães (2012) salienta que, mesmo no século XIX, foram encontrados contextos em que o antropônimo não era antecedido por um artigo quando seguido, por exemplo, por uma preposição.

Na atualidade, como apontado por Castro (2006), é exigência do PE que, diante do contexto de antropônimo, ocorra a realização do artigo definido.

Percebemos, então, que a realização do artigo definido diante de possessivos e antropônimos no PE sofre mudanças significativas com o passar dos séculos. No entanto, pelo que parece, o PB não sofreu transformações como as sofridas pela variedade europeia do português. Visando verificar essa particularidade do PB, Silva (1982) realiza um estudo comparativo com base em vários *corpora* do PE e do PB. Do PE, Silva examinou textos escritos desde o século XV até o século XX. Do PB, a autora analisou textos produzidos desde o século XVI e acrescentou material atual de língua oral e de língua escrita.

Tendo realizado sua análise, Silva (1982) constata que houve um nítido e constante aumento na realização do artigo diante de possessivos em Portugal a partir do século XV, mas não no Brasil. Em Portugal, a frequência da ocorrência de artigo sobe de 10% no século XV para 95% no século XX, enquanto, no Brasil, sobe lentamente de 30% para 40%.

⁵ A autora utilizou como *corpus* textos de autores portugueses nascidos entre o século XVI e XIX.

⁶ Exemplo retirado de Magalhães (2012, p.239).

É interessante notarmos que o uso do artigo definido diante de antropônimos apresenta percentual equivalente ao da realização do artigo definido diante de pronomes possessivos no século XX, no Brasil, como verificado nos dados de Silva (1982), que apontam para um aumento de apenas 10% da ocorrência, passando de 30% para 40%.

É importante destacarmos que a frequência da realização do determinante no Brasil parece corresponder à frequência de realização do artigo em Portugal nos séculos XV e XVI, mesmo período em que se deu a colonização do Brasil. A esse respeito, a autora afirma que essa constatação parece confirmar, quanto a esse aspecto, as afirmações de alguns estudiosos que destacam a forma conservadora do PB.

1.2 SOBRE O COMPORTAMENTO DO ARTIGO

Segundo as gramáticas tradicionais, o artigo tem como função individualizar o substantivo que o segue na sentença, funcionando também como determinante do substantivo por indicar seu gênero e número (cf. LUFT, 1995; BECHARA, 2009; CEGALLA, 2008). Devido a essa função, muitos estudiosos tomam o artigo como expressão da categoria do nome, ou seja, categoria de determinação (ALVES, 2008, p. 19) e classificam-no em definido e indefinido.

Tradicionalmente, os manuais gramaticais distinguem os dois tipos de artigo da seguinte forma: “o artigo definido determina o substantivo de modo preciso (...) o artigo indefinido determina o substantivo de modo vago, impreciso” (cf. CEGALLA, 2008, p.112). Todavia, alguns estudiosos não concordam que a distinção entre esses dois tipos de artigo esteja relacionada tão somente à definição ou não do substantivo. Moisés (1995) afirma que a maioria das gramáticas falha em atribuir ao artigo apenas a função de determinação e indeterminação do substantivo e por não explorar as questões discursivas que envolvem o artigo.

No âmbito discursivo, o artigo definido, segundo Bechara (2009, p. 153):

identifica o objeto designado pelo nome a que se liga, delimitando-o, extraindo-o de entre os objetos de mesma classe como aquele que já foi (ou será imediatamente) conhecido do ouvinte quer através do discurso (que dele faz menção) quer pela “dêixis” (que o mostra, ordenando-o espacial e temporalmente), quer pelo contexto idiomático, no qual a palavra é quando não ulteriormente determinada, nome de conceito ou de toda uma classe de objetos.

Seguindo a visão de Bechara (2009), o artigo, então, parece obter um caráter “referenciador” e “individualizador” no texto/discurso, uma vez que sua presença pode fazer ou não a retomada de um elemento no discurso. Em “O João precisa do pedreiro para terminar a obra”, o artigo definido faz referência a um elemento já mencionado no discurso e que, por esse motivo, já é conhecido pelo ouvinte. O artigo definido, assim, teria uma natureza dêitica, por motivos já mencionados neste trabalho, mais especificamente, na seção 1.1, fazendo menção a um referente já existente no conhecimento prévio do indivíduo.

Semelhante ao artigo definido, os nomes próprios também possuem esse caráter definidor e, por isso, dispensariam a regência do artigo. A esse respeito, Longobardi (1994) afirma que os antropônimos são por eles mesmos referenciais, denotando um indivíduo singular. A produção desses dois elementos, artigo definido e antropônimo, poderia ser tomada, então, como redundante na sentença. Cunha & Cintra (2001) afirmam que o fato de o artigo possuir o caráter individualizador seria um bom motivo para que ele não fosse empregado diante de antropônimos.

No entanto, é comum ouvirmos a realização desse artigo diante de nomes próprios de pessoas, como no exemplo: “Eu era motorista particular do diretor:: que era *o Mário*”, (cf. ALVES, 2008, p. 81).

As gramáticas tradicionais afirmam que, quando empregamos um artigo diante de antropônimos, queremos, na verdade, dar um ar de familiaridade, proximidade com o referido: “Os nomes próprios de pessoa não levam artigo, porque aquele a quem falo em geral não conhece, uma por uma, as pessoas que eu conheço (...) Na linguagem de intimidade (...) antepõe-se com frequência o artigo a nomes de pessoas conhecidas daqueles com quem conversamos.” (SAID ALI, 1964, p. 186 *apud* ALMEIDA MENDES, 2009, p. 103).

No entanto, esse caráter “íntimo” oferecido pelo artigo quando anteposto aos antropônimos na linguagem coloquial deve ser visto como uma questão regional e, por esse motivo, podemos encontrar a produção de antropônimos sem a presença de artigo em algumas localidades do país, seja esse nome pertencente a pessoas próximas, famosas ou àqueles com quem temos um maior grau de intimidade. O que queremos dizer é que, em determinadas comunidades a questão da intimidade parece não se aplicar, como é visto nas quatro comunidades do sertão de Pernambuco, analisadas por Pereira (2011), e na comunidade mineira de Barra Longa, analisada por Alves (2008). Os estudos citados destacam que a intimidade que o falante tem ou quer ter com o referido não interfere na realização do artigo. Já, em outras comunidades, como, por exemplo, a comunidade carioca, analisada por Silva

(1998), a intimidade parece ser condicionadora, como será discutido mais adiante neste trabalho.

Um dos fatores linguísticos que favorece a presença do artigo tem a ver com a pluralização dos antropônimos, como, por exemplo: “Os Soares”. Segundo Longobardi (1987), os antropônimos representam indivíduos singulares e, por esse motivo, têm, em sua essência, uma natureza referencial. Todavia, quando os nomes de pessoas ocorrem no plural, deixam de ser referenciais perdendo esse traço e se aproximam dos nomes contáveis, fazendo-se o artigo necessário.

Além dos antropônimos, outra classe gramatical que poderia dispensar a presença do artigo é a dos pronomes possessivos, haja vista que essa classe por si só também é capaz de trazer a definitude para o nome (cf. DU BOIS, 1980).

De acordo com a gramática normativa, o artigo diante de pronomes possessivos é de ordem facultativa, salvo os casos em que o pronome possessivo “é usado sem substantivo, em sentido próprio ou translato: Bonita casa era *a minha*. Fazer *das suas*. “Vês, peralta? É assim que um moço deve zelar o nome *dos seus?* (...)”[MA.1, 57]”. (BECHARA, 2009, p.157).

Segundo Rinke (2010), alguns autores, como Brito (2001) e Gonzaga (2004), caracterizam os pronomes possessivos que seguem o substantivo como integrantes da classe dos adjetivos, devido ao fato de os possessivos estarem inseridos no que Lyons (1985), chama de *adjetival-genitive-languages (AG)*. Segundo o autor, as línguas se dividem tipologicamente em duas: as que permitem a presença do artigo junto ao possessivo (*adjetival-genitive-languages*) e as que não permitem (*determinate-genitive-languages*). Porém, Castro (2006 *apud* RINKE, 2010) sinaliza para o fato de que os possessivos se distinguem dos adjetivos tanto em termos morfológicos quanto em distribuição. Segundo a autora, analisar um possessivo como adjetivo “implicaria que os possessivos representassem um subconjunto de adjetivos com particularidades próprias” (RINKE, 2010, p. 124).

O que diferencia os possessivos dos adjetivos é o fato de que a posição do possessivo, pré ou pós-nominal, depende do tipo de artigo que estará na sentença acompanhando o nome. Quando o SN é acompanhado de artigo definido, o pronome possessivo tem que aparecer, obrigatoriamente, na posição pré-nominal, como em:

- (8) a. O meu livro de química.
- b. A minha casa

Já, quando o SN vem acompanhado por um artigo indefinido, o possessivo apresenta-se em posição posterior ao nome:

- (9) a. Um livro meu de química.
b. Uma casa minha.

Os possessivos, assim, estariam posicionados na posição sintática do núcleo da categoria de determinante, adjungido com o artigo definido, se classificando como determinante (cf. CASTRO, 2006).

Diante do exposto até aqui, já podemos pensar que, em certas situações, como, por exemplo, diante de antropônimo, o artigo definido no PB se apresenta como sendo, de fato, expletivo, como defendido por Castro (2006) embasada na proposta de Longobardi (1994)⁷. Este último afirma que “o artigo definido de muitas línguas europeias pode apresentar duas funções distintas, uma de substantivo e outra de expletivo, uma distinção manifestada morfologicamente em algumas variedades” (LONGOBARDI, 1994, p. 2)⁸.

A partir dessa visão, assumimos que o artigo que acompanha os contextos analisados neste trabalho classifica-se como sendo expletivo⁹ – semanticamente vazio e tendo a possibilidade de ser foneticamente nulo¹⁰ – onde sua presença/ausência não interfere na semântica da sentença. Sendo assim, o artigo definido, diante dos contextos que analisamos neste trabalho, não possui propriedades semânticas, já que, como mostra Castro (2006), a leitura do SN nucleado por antropônimo ou por pronome possessivo não depende da realização de artigo frente a ele.

No que concerne ao pronome possessivo, Castro (2006) conclui, ao analisar sentenças com possessivos pré e pós-nominais, como as apresentadas em (8) e (9), que o possessivo pré-

⁷ Longobardi (1994) realiza uma análise com base nos pressupostos teóricos da teoria gerativa, cujo objetivo é sustentar não só a hipótese da existência da categoria funcional *Determiner Phrase* (DP) (cf. ABNEY, 1987) – em que um sintagma nominal é selecionado por outro sintagma cujo núcleo é ocupado por um determinante (D) (ex.: [DP [NP]]) – bem como a teoria do movimento do nome (N) para a posição de núcleo do determinante (D), em que N é alçado para D, atravessando a posição Spec de NP e ocasionando a existência de nomes próprios argumentais sem artigo (ex.: Gianni mio há telefonato) (LONGOBARDI, 1994, p. 17).

⁸ The definite article of many European languages can be shown to cover two deferent functions, a substantive and an expletive one, a distinction morphologically manifested in some varieties. (tradução nossa)

⁹ É de suma importância mencionarmos que existem casos onde a presença do artigo se faz necessária por questões de ordem discursiva, como, por exemplo, quando queremos enfatizar o antropônimo e/ou possessivo (ex.: “Você tem certeza que foi a Maria que fez isso? A Maria?” / “Você está dizendo que o meu carro foi roubado?”) ou quando pluralizamos o antropônimo (ex.: As Marias, filhas de Bernadete, são muito bonitas), nesses casos o artigo não se caracteriza como expletivo, já que sua ausência acarreta em prejuízo para a sentença.

¹⁰ Há, em algumas variedades do PB, o predomínio do artigo expletivo foneticamente realizado, como é o caso do português brasileiro falado na região sul (cf. CALLOU & SILVA, 1997; SILVA, 1998)

nominal é definido de alguma forma, já que pré-nominais não se combinam com artigos indefinidos; e sentenças com possessivos possuem leituras definidas mesmo sem a regência de artigo definido. Neste caso, a autora propõe que não é o artigo definido o elemento que marca a interpretação definida do SN, uma vez que o possessivo, que ocupa a posição D, produz o mesmo efeito. Dessa forma, o artigo definido é, neste contexto, um artigo do tipo expletivo, já que não contribui para a definitude do SN.

O mesmo acontece com os nomes próprios de pessoas. Como já mencionado, os antropônimos são eles mesmo definidos, o que os permitem dispensar a presença do artigo que, como vimos, não possui conteúdo semântico, sendo assim expletivo. Dessa forma, assim como os possessivos, os antropônimos singulares são responsáveis pela marcação de traço [+definido] no SN.

Dessarte, seguindo o que foi exposto e a visão da gramática tradicional, a utilização de artigo definido tanto diante de antropônimos quanto de pronomes possessivos não deveria ser produtiva. Isso porque as duas classes, por já serem definidas por natureza, dariam conta de trazer esse traço para o SN. Seguindo essa lógica, poderíamos dizer que a anteposição do artigo aos contextos de antropônimos e possessivos seria uma redundância. No entanto, não é comum percebermos uma uniformidade a esse respeito e a anteposição do artigo diante desses contextos constitui uma característica variável da língua, como podemos perceber nos trabalhos que serão expostos na próxima seção.

Antes de iniciarmos a discussão na seção 1.3, é interessante pontuarmos que os trabalhos citados possuem o mesmo arcabouço teórico-metodológico que utilizaremos no presente estudo: o modelo da Sociolinguística Variacionista (cf. Labov, 1972), que tem por objetivo estudar a língua em contextos reais de comunicação, tomando-a como entidade heterogênea e mutável, que será pormenorizado no capítulo 2.

1.3 REVISITANDO ALGUNS ESTUDOS LINGUÍSTICOS

1.3.1 Silva (1998)

Certamente, um dos trabalhos que merece destaque nesta pesquisa acerca do fenômeno variável da realização do artigo definido no português brasileiro (PB) foi realizado por Silva

(1998) que se propôs a analisar a frequência da realização desse artigo diante dos contextos de antropônimos e de pronomes possessivos. Em seu estudo, a autora, visando dar continuidade ao trabalho pioneiro realizado em 1982, analisa a fala de moradores da cidade do Rio de Janeiro, trazendo evidências para uma possível preferência pelo uso do artigo definido diante desses contextos. Silva (1998) afirma que tanto as variáveis linguísticas quanto as variáveis extralinguísticas estariam atuando como condicionadores no emprego do artigo definido na comunidade de fala analisada.

A autora chama a atenção para o fato de o número de artigo definido diante de antropônimo¹¹ ser bem maior que o número apresentado para o contexto de possessivos. Em porcentagens, o primeiro obteve uma ocorrência de (1610/2195) 73%, enquanto os segundos, (2281/4299) 53%. A grande contribuição do trabalho da autora foi evidenciar que a presença do artigo definido está relacionada a fatores discursivos e a fatores semânticos. “A presença dos interlocutores, a entrada de elementos ainda não conhecidos no discurso, a não especificação do possuído e a referência a pessoas já conhecidas influem sobre a realização do artigo” (SILVA, 1998, p. 122).

Ao contrário do que se vê em outros estudos, Silva (1998) optou por eliminar os casos em que o artigo permitia a contração com uma preposição, como: *da Maria*, haja vista que essa contração tende a favorecer significativamente a realização do determinante diante dos contextos, em especial, do contexto de antropônimo. Assim, a autora faz uso de um conjunto de variáveis linguísticas e extralinguísticas que poderiam atuar sob a realização deste fenômeno, são elas: *status* informacional, familiaridade, pessoa do domínio público (informação compartilhada), além de sexo, escolaridade e faixa etária.

Como resultado obtido através do programa VARBRUL 2S, a autora afirma que, diante de antropônimo, a *familiaridade* com que o referido é tratado parece favorecer a construção de sentenças onde o nome próprio é regido por artigo. Quando se inferiu que existia uma afetividade entre o informante e o referido, a ocorrência foi de 74%, sendo o peso relativo (P.R.)¹² de 0,69. A variável *status* informacional abrangeu tanto o contexto de antropônimo, quanto o contexto de pronome possessivo; essa variável se refere ao fato de o possessivo e/ou antropônimo ser ou não novo na sentença. Quando o antropônimo fez sua

¹¹ É importante salientarmos que a autora não utiliza o termo “antropônimo”. Silva (1998) faz uso do termo “patronímico” para se referir aos nomes próprios de pessoa.

¹² O peso de um fator é um valor calculado pelo programa com base em um conjunto de dados, que indica o efeito deste fator sobre o uso da variante investigada neste conjunto. O valor dos pesos recai sempre no intervalo de 0-1, onde o valor próximo a 0 indica que tal variante não tem grandes chances de acontecer quando este fator está presente e um valor que caminha em direção a 1, indica que tal variante está acontecendo quando se tem determinado fator. (cf. GUY & ZILLES, 2007).

primeira entrada no discurso, houve uma ocorrência de 67% (0,54) de realização do artigo. No caso dos pronomes possessivos, quando o referente foi considerado novo, a ocorrência de realização do artigo foi de 51%. Já o fato de o indivíduo referido pertencer ao domínio público foi apontado pela autora como sendo probabilisticamente nulo, uma vez que se obteve um peso de 0,50.

Silva (1998) ainda verificou que o grau de escolaridade do informante acaba por influenciar a realização do artigo definido diante dos contextos em análise: quanto maior o grau de escolaridade, maior o número de ocorrência do artigo definido diante dos dois contextos. Para tanto, foram analisados os seguintes níveis: primário, ginásio (Ensino Fundamental) e 2º grau (Ensino Médio). Para o contexto de antropônimo, o primeiro apresentou uma porcentagem de 70%, o segundo, de 67% e o terceiro, apontado como o fator que mais favorece a realização do artigo, apresentou uma frequência de 76%. Já, para os possessivos, foi obtido: 36%, 37% e 49%, respectivamente.

Ademais, foi constatado ainda que as mulheres, sobretudo, as que possuíam uma idade mais avançada, tendem a realizar o artigo com maior frequência diante do contexto de antropônimo, como podemos perceber no quadro abaixo:

Quadro 3: Resultado do cruzamento das variáveis sexo e idade diante de antropônimos, apresentado em Silva (1998)

Faixa Etária	Masculino			Feminino		
	Freq.	%	Prob.	Freq.	%	Prob.
7-14 anos	432/581	74	,59	287/448	64	,39
15-25 anos	54/74	73	,58	92/124	73	,44
26-49 anos	130/185	53	,35	98/124	85	,55
50-71 anos	102/191	53	,35	112/132	85	62

Fonte: Silva (1998. s/p)

Percebemos, então, que, na comunidade estudada pela autora, quanto maior a idade das mulheres, maior será a frequência da realização do artigo definido diante de antropônimos, uma vez que a última faixa etária, composta por informantes de 50 a 71 anos, apresentou uma porcentagem de 85%, contra 53% dos homens.

O mesmo também aconteceu diante do contexto de pronomes possessivos. A autora apontou que as mulheres foram mais sensíveis à realização do determinante:

Quadro 4: Resultado do cruzamento das variáveis sexo e idade diante de possessivos, apresentado em Silva (1998)

Faixa Etária	Masculino			Feminino		
	Freq.	%	Prob.	Freq.	%	Prob.
7-14 anos	100/324	31	,48	130/497	29	42
15-25 anos	122/378	32	,44	226/578	39	46
26-49 anos	142/344	41	,53	222/496	45	55
50-71 anos	121/260	47	,54	220/445	49	59

Fonte: Silva (1998, p. 169)

Como percebemos, assim como no contexto de antropônimos, as mulheres foram responsáveis pelas maiores porcentagens de realização de artigo diante do contexto de pronomes possessivos em posição pré-nominal.

Assim, podemos afirmar que a grande relevância do trabalho da autora foi em sistematizar a variação atestada no âmbito da realização ou não-realização do artigo a partir de fatores que podem favorecer ou não a ocorrência desse fenômeno linguístico variável, indo de encontro à postura reducionista e prescritiva da gramática tradicional. É importante salientar que sua pesquisa de base sociolinguística serve de base, até hoje, para os estudos realizados no país sobre esse fenômeno.

1.3.2 Callou & Silva (1997)

Objetivando analisar o fenômeno da variação na realização do artigo definido no PB, Callou & Silva (1997) tomaram como *corpus* entrevistas realizadas em cinco capitais brasileiras (Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Recife) provenientes do Projeto Norma Urbana Oral Culta (NURC), seguindo a metodologia da sociolinguística quantitativa laboviana e fazendo uso do programa computacional VARBRUL (PINTZU, 1986). Como resultado, foi evidenciado que as cidades nordestinas - Salvador e Recife - foram as que menos realizaram o artigo definido diante de antropônimos e pronomes possessivos em posições pré-nominais, como podemos verificar no quadro que segue:

Quadro 5: Realização do artigo definido diante de antropônimo e pronome possessivo, apresentada no trabalho de Callou & Silva (1997)

Município	Antropônimo	Possessivo
Recife	(12/71) 17%	(59/98) 60%
Salvador	(10/24) 32%	(57/87) 66%
Rio de Janeiro	(27/85) 43%	(280/399) 70%
São Paulo	(20/23) 87%	(147/209) 70%
Porto Alegre	(50/63) 79%	(26/33) 79%

Fonte: Callou & Silva (1997, p. 21)

Nesse trabalho, as autoras levam em consideração a preposição e constataam que o fato de o artigo ser complemento de preposição torna-se condicionante para a realização desse fenômeno, sobretudo nas cidades sulistas. Seus resultados indicam que a presença de preposição diante de possessivos (ex.: *no meu carro*) favorece a realização do artigo, elevando seu peso relativo (P.R) ao patamar de 0,70, bem acima do ponto neutro¹³. Já, quando se tem a ausência de preposição passível de aglutinação ao artigo (ex.: *com meu carro*), o P.R. tende a decrescer. O mesmo acontece quando se tem uma preposição frente a um antropônimo (ex.: *da Joana*), pois o P.R. é de 0,77.

As autoras ainda afirmam que o *tipo de preposição* também influencia na realização do artigo definido. Segundo os dados das autoras, as preposições aglutinantes são as que mais favorecem a realização. Diante do contexto de possessivos, a preposição *de* é a que mais favorece o uso do artigo definido diante do contexto, apresentando um P.R de 0,84. Já as que menos favorecem são as preposições *com* e *por*, apresentando 0,42 e 0,43 de P.R, respectivamente. Dessa forma, percebemos que as preposições que aceitam contrair-se com o artigo tendem a favorecer significativamente a realização do artigo diante dos possessivos.

Em relação ao nome próprio, as preposições aglutinadoras também influenciam. Quando se tem na sentença uma preposição do tipo aglutinadora, se tem um P.R de 0,77. Todavia, quando a preposição que antecede o antropônimo não é aglutinante, o P.R cai totalmente, apresentando-se como .00, segundo as autoras. Vejamos o quadro apresentado:

¹³ Segundo Guy & Zilles (2007, p.239), “esse ponto corresponde ao valor matemático do peso relativo associado com o fator que, quando presente no contexto, não produz nenhum desvio no uso da variante investigada em comparação com o nível geral indicado pelo *input*.” Em outras palavras, é o valor de um fator que nem favorece e nem desfavorece o uso da variante investigada.

Quadro 6: Ocorrência do artigo diante de antropônimo de acordo com a preposição antecedente

	Frequência (%)	P.R
Sem preposição	92/212 (43%)	,49
Com prep. que não contrai (com, sobre)	1/6 (17%)	,00
Com prep. que contrai (de, a, para)	26/48 (54%)	,77

Fonte: Callou & Silva (1997, p. 17)

Notamos, então, que, no trabalho das autoras, o tipo de preposição influencia de forma considerável a realização do artigo diante dos dois contextos, principalmente no que tange ao contexto de antropônimo, já que a ausência das preposições do tipo aglutinadora parece bloquear a realização do artigo.

Outra variável estudada pelas autoras diz respeito à função sintática do SN, cujos fatores podem favorecer ou não a realização do artigo definido diante de possessivos e antropônimos:

Quadro 7: Aplicação de uso do artigo diante de possessivos de acordo com a função sintática

Função Sintática	Possessivos	Antropônimos
Sujeito	,71	,61
Tópico	,59	,95
Objeto + predicado	,59	,41
Adjunto adv.	,36	,98
Genitivo	,19	,34
Antitópico	,12	X

Fonte: Callou e Silva (1997, p.18)

É constatado que a posição de sujeito ou tópico, objeto ou predicativo mostra-se como significativa quando o artigo definido precede o pronome possessivo. Já a posição de antitópico (aposto) não é condicionante. Diante do antropônimo, SN com função de adjunto foi a mais significativa por obter P.R de 0,98. No entanto, é importante lembrarmos que o adjunto é sempre precedido por uma preposição, o que, por sua vez, tende a favorecer a realização do artigo, como foi verificado pelas autoras durante a análise da variável *tipo de preposição*. Seguindo esse raciocínio, podemos pensar que não foi a posição sintática de

adjunto que acabou influenciando a realização do artigo, mas sim as preposições que apareceram naquela posição.

Ainda foi observado pelas autoras o grau de familiaridade entre o informante e o referido. Como resultado, Callou & Silva (1997) constataram que essa variável foi relevante apenas para a cidade do Rio de Janeiro. Segundo os dados presentes no trabalho das autoras, na cidade do Rio de Janeiro, quando a referência era uma pessoa da intimidade do falante, o P.R foi de 0,67. Já, quando o referente pertencia ao domínio público, o P.R foi de 0,23. Com isso, as autoras puderam concluir que a realização do artigo, no município do Rio de Janeiro, está sendo influenciada pela intimidade que o informante possui com aquele de quem se fala. Em outras palavras, há uma chance maior de se ter a presença do artigo quando o referente é uma pessoa da intimidade do falante.

1.3.3 Alves (2008)

Outra pesquisa realizada sob a perspectiva da Teoria da Sociolinguística Variacionista é a de Alves (2008) que se propõe a analisar a variação sintática do artigo definido antes de antropônimos na fala de jovens pertencentes à comunidade de fala de Barra Longa, localizada no estado de Minas Gerais, e que residem na capital mineira, Belo Horizonte. De antemão, a autora revela, com base em outros estudos, que, apesar de próximos, os dois municípios parecem possuir padrões distintos em relação ao fenômeno linguístico em análise. Os resultados mostram que, em Belo Horizonte, o padrão dominante é a presença do artigo, como constatado por Moisés (1995); já, em Barra Longa, a ausência predomina de acordo com Mendes (2000).

Para a realização de sua pesquisa, Alves (2008) se valeu da análise quantitativa de dois *corpora* construídos através de dados de fala de 20 informantes: a) 16 pertenciam ao que a autora chama de “*o grupo de Belo Horizonte*”, constituído por jovens de Barra Longa, com faixa etária entre 18 a 30 anos, que residiam em Belo Horizonte, de onde foram coletados 1163 dados; e b) 4 informantes identificados como “*o grupo de controle*”, tendo a mesma faixa etária do primeiro grupo e residentes em Barra Longa, de onde foram extraídos 340 dados. É de suma importância destacarmos que o chamado grupo de controle serviu apenas como referência do padrão linguístico, mais especificamente, do uso do artigo, da comunidade de Barra Longa, local de origem dos informantes da pesquisa. O objetivo da autora foi, então,

verificar se os informantes, agora residentes em Belo Horizonte, apresentaram alterações no sistema linguístico presente em sua comunidade de origem.

Seus dados foram submetidos a tratamento quantitativo através da rodada no programa computacional GoldVarb/VARBRUL (2001). A hipótese norteadora desse estudo é a de que os jovens, mesmo residindo em outra comunidade de fala, Belo Horizonte, manteriam em suas falas a estrutura encontrada em seu município de origem, Barra Longa.

A princípio, a autora verifica que a variante predominante em seu *corpus* é aquela em que o antropônimo não vem acompanhado por artigo definido. Segundo Alves (2008), em sua análise a frequência de ausência de artigo foi superior a frequência de presença: 85% e 15%, respectivamente. Com isso, a autora mostra que, mesmo residindo em Belo Horizonte, os informantes analisados mantêm a variante predominte em sua cidade de origem, Barra Longa.

A variável linguística analisada pela autora diz respeito à função sintática, uma vez que foi o único grupo de fatores linguísticos apontado pelo programa como condicionante na realização do artigo na fala dos informantes. Os resultados revelam que a presença do determinante na fala dos informantes oriundos de Barra Longa, mas residentes em Belo Horizonte, tende a ser favorecida quando o nome próprio desempenha a função sintática de objeto direto e indireto. Quando isso acontece, o P.R chega a 0,77 e 0,63, respectivamente. A função de aposto também favorece, apresentando um P.R de 0,61. Já a função de adjunto adnominal e complemento nominal desfavorecem, haja vista que os P.Rs apresentados são de 0,44 e 0,34, respectivamente.

Ao chegar a esse resultado, a autora afirma que o fato de se ter um SN com funções sintáticas preposicionadas, como o objeto indireto, o adjunto adnominal e o complemento nominal, nem sempre favorece a realização do artigo, uma vez que o adjunto e o complemento obtiveram um P.R de 0,34. Alves (2008, p. 106) afirma que “os resultados apresentados comprovam o fato de não haver interferência da presença da preposição no grupo de fatores função sintática, como já demonstrou Callou e Silva (1997)”.

Alves (2008) ainda afirma que a posição do SN com relação ao verbo interfere na realização do artigo. Segundo seus dados, quando o SN se apresenta com função de objeto direto, a presença do artigo é favorecida. Assim, seus dados vão de encontro aos resultados apresentados por Callou & Silva (1997) que apontam para o favorecimento da realização do artigo quando o SN tem a função sintática de sujeito ou tópico, como visto na seção dedicada ao trabalho das autoras.

No que diz respeito às variáveis extralinguísticas, a autora se propõe a analisar: gênero, grau de intimidade com o referido, redes sociais, convívio diário com pessoas de Barra Longa, grau de contato com a cidade e o tempo de permanência de Belo Horizonte, sendo este último descartado pelo programa.

Os resultados apontam que o gênero¹⁴ do informante parece interferir. Embora haja pouca diferença em termos do peso relativo, o sexo masculino favorece a realização do artigo (0,57), já, em se tratando do sexo feminino, o P.R é de 0,42, ficando abaixo da escala de neutralidade.

Com esses resultados, Alves (2008) verifica que os resultados quantitativos apresentados contrariam sua hipótese de que as mulheres, ao chegarem a Belo Horizonte, seriam mais sensíveis à variante local, no caso, à realização do artigo.

Outra variável considerada foi o grau de intimidade com o referido. A autora constatou que, quanto mais distante, maior o uso do artigo na fala dos informantes, principalmente, se este for uma personalidade da mídia. Foram analisados os graus: mais próximo (0,44), mais distante (0,52) e figura pública (0,87). A esse respeito, a autora ainda revela que, no que diz respeito ao grau de intimidade, o comportamento encontrado na fala dos informantes que residem em Belo Horizonte se assemelha ao que foi encontrado na fala dos que permanecem no grupo de controle (os que permaneceram em Barra Longa), ou seja, quanto mais distante, maior o uso do artigo: pessoas próximas (0,35), distantes (0,62) e figuras públicas (0,96). Os resultados encontrados no trabalho de Alves (2008), no que tange a intimidade/familiaridade, vão de encontro aos resultados obtidos por Silva (1998) e por Callou & Silva (1997), no município do Rio de Janeiro, mostraram que quanto mais íntimo o informante for do referido, maior será o número de ocorrência de artigo diante de antropônimos.

Esse contraste, entre o município de Barra Longa, investigado por Alves (2008), e o município do Rio de Janeiro, investigado por Silva (1998) e por Callou & Silva (1997), no que diz respeito a variável intimidade/familiaridade, tem explicação em suas respectivas variantes locais. Enquanto que em Barra Longa a variante predominante é aquela em que o uso do artigo não é privilegiado, no Rio de Janeiro, a variante que predomina é aquela em que o antropônimo vem acompanhado por artigo. Dessa forma, não é de se estranhar que, em Barra Longa, o informante não utilize o artigo para se referir a uma pessoa de sua intimidade.

Por fim, a autora analisa o contato do informante com o município de origem e revela que os informantes que moram ou trabalham com pessoas de Barra Longa tendem a utilizar

¹⁴ Em seu trabalho, a autora utiliza o termo “gênero” para analisar o sexo do informante.

menos o artigo (0,34) do que aqueles que não têm convívio diário com moradores desse município (0,66). O contato com a cidade também foi considerado como condicionante pelo programa, haja vista que os indivíduos que possuíam um contato frequente com a comunidade de origem, Barra Longa, apresentaram um P.R de 0,31, já aqueles que não possuíam um contato frequente ofereceram para a pesquisa um P.R de 0,75.

Com isso, a autora comprova sua hipótese de que o contato com indivíduos da cidade de origem, localidade onde se tem a ausência como padrão, favorece a não realização do artigo. Alves (2008) ainda leva em consideração, ao analisar esse possível contato com habitantes de Barra Longa, o fato de os informantes interagirem através de redes sociais e aponta para o fato de o informante que tem esse contato preservar o padrão de sua cidade natal.

Como pudemos perceber no trabalho da autora, as variáveis extralinguísticas atuam de forma bastante significativa na fala dos indivíduos entrevistados. A esse respeito, Alves (2008) defende que a preservação das características do sistema linguístico da cidade de origem dos informantes está estritamente ligada às questões externas à língua.

1.3.4 Almeida Mendes (2009)

Em seu trabalho de dissertação, Almeida Mendes (2009) se propõe, com base nos pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística, a analisar o fenômeno sintático da ausência/presença de artigo definido diante dos contextos de antropônimos – nomes próprios de pessoas – e de topônimo – nomes próprios de lugar – na fala de moradores da zona rural das cidades de Abre Campo e Matipó, localizadas no estado de Minas Gerais. Nesse estudo, foram encontrados 848 ocorrências de nomes próprios, sendo 620 pertencentes ao contexto de antropônimos e 228, ao de topônimos. Tendo em vista que o fenômeno variável submetido à análise nesta dissertação volta-se ao domínio dos antropônimos, iremos nos deter apenas aos resultados obtidos pela autora para esse domínio.

Segundo a autora, apesar de os municípios serem vizinhos, as cidades possuem padrões diferentes no que tange à realização do artigo definido diante de antropônimos: na zona rural de Abre Campo, não é uma variante predominante, ao contrário da zona rural de Matipó.

Na zona rural de Abre Campo, a autora computou 206 ocorrências de SNs cujo núcleo é ocupado por um antropônimo. Como resultado geral, Almeida Mendes constatou que, do total

de contextos de antropônimos analisados, 107 das ocorrências apresentaram a ausência do artigo definido, contra 99 de presença. Em porcentagem, a autora nos mostra que, na comunidade analisada, a ausência do artigo é de 52%, enquanto a presença, de 48%.

Como percebemos, através dos números apresentados pela autora, na comunidade localizada na zona rural do município de Abre Campo, existe uma pequena preferência ao não uso do determinante. Esse resultado distancia-se dos obtidos na comunidade de fala da zona rural da cidade de Matipó, pois foram encontrados 414 contextos de antropônimos, em que 344 eram antecidos por um artigo definido e 70, não. Em porcentagens, foram detectados 83% de ocorrência de artigo contra 17%.

Para a sua análise, a autora selecionou duas variáveis extralinguísticas (sexo e idade) e três linguísticas (tipo de antropônimo, grau de intimidade e antropônimo em estrutura genitiva).

No que se refere ao sexo, a autora constatou que as mulheres em Abre Campo tendem a utilizar o artigo com mais frequência (56%) que os homens (43%). Caminhando em sentido contrário, em Matipó, são os homens que realizam, em maior frequência, o artigo (90%), ao contrário das mulheres (80%).

Sobre a variável idade, as faixas etárias analisadas foram: de 18 a 30 anos e acima e 70 anos. Como resultado, a autora constata que, na comunidade de Abre Campo, essa variável não parece influenciar na realização do artigo definido diante de antropônimos. A faixa etária de 18 a 30 anos apresentou uma neutralidade, havendo 50% tanto de ausência quanto de presença. Já no que tange aos informantes com idade acima de 70 anos, a não-realização do artigo apresenta-se com uma porcentagem próxima aos 54%.

Em contrapartida, as duas faixas etárias em Matipó contribuem para a realização do artigo. Segundo o trabalho de Almeida Mendes, as duas faixas etárias apresentaram números significativos de realização do artigo: os informantes com mais de 70 anos obtiveram uma porcentagem de 79% de realização e os com idade entre 18 e 30 anos atingiram 90% de realização.

No que tange às variáveis linguísticas, o *Tipo de antropônimo* – se prenome, apelido, sobrenome, nome completo e hipocorístico¹⁵ – parece influenciar na realização do artigo. Em Abre Campo, foi verificado que os hipocorísticos (58%), tendem à realização do artigo, ao contrário dos prenomes (46%) e dos nomes completos (46%). Os sobrenomes foram

¹⁵ “O uso de nomes hipocorísticos é muito usado na linguagem infantil e na das pessoas que lidam com criança por representar insuficiência de pronúncia pela criança ou afeto. Ex: Quim, Lulu.” (ALMEIDA MENDES, 2009, p. 95)

representados por apenas uma ocorrência em que há essa realização. Em Matipó, todos os fatores: prenomes (88%), sobrenomes (93%), apelidos (71%), nomes completos (66%) e hipocorísticos (84%) apareceram como significativos para essa realização.

Outra variável estudada pela autora foi a intimidade que o informante pretende ter com o referido. A autora afirma que, em Abre Campo, essa variável não interfere na variação, conforme os seguintes dados: 53% de ausência de artigo e 47% de presença, para as pessoas mais próximas. Quando se tratava de pessoas mais distantes, não houve variação, isto é, a porcentagem de presença, assim como a de ausência, foi de 50%. Já em Matipó, percebe-se que o artigo é predominante tanto no emprego com relação a pessoas mais próximas (89%) quanto com pessoas mais distantes (71%). Assim, percebemos que Matipó vai de encontro a comunidade de Barra Longa, analisada por Alves (2008), onde a autora constatou que os informantes tendem a não utilizar o artigo diante de antropônimos referentes a pessoas mais próximas. É importante salientar aqui que a variante dominante em Matipó não é a mesma que é predominante na comunidade analisada por Alves (2008), haja vista que nesta a variante que predomina é aquela onde o antropônimo não é acompanhado por artigo, já, naquela, predomina a variante onde o artigo antecede o antropônimo. Tal observação pode nos levar ao entendimento do motivo pelo qual em Matipó quanto mais íntimo o referido, maior é a frequência de uso do artigo.

O fato de o contexto se encontrar ou não em um contexto preposicionado também é apontado pela autora como relevante. Os resultados revelam que, em Abre Campo, quando o antropônimo pertence a uma estrutura do tipo genitivo, como no exemplo: (?) eu... e a Antônia... Ister... e Sebastiana... istudava lá trás na virada de lá... na casa do... do... do... *do Sô Vergílio Queiroiz...* (I1F87AC linhas 141-142) (ALMEIDA MENDES, 2009, p.161), sua porcentagem é de 54% de realização. Já, em Matipó, a porcentagem é de 91% de ocorrências de realização.

Em linhas gerais, nas comunidades analisadas, tanto fatores linguísticos quanto extralinguísticos parecem interferir na realização do artigo diante de antropônimo, sendo a comunidade da zona rural de Matipó mais sensível a essa realização.

1.3.5 Campos Jr. (2011)

Com a finalidade de investigar, através do modelo teórico-metodológico da Sociolinguística Variacionista, a variação referente à realização *versus* não-realização do artigo definido diante de antropônimos e possessivos no português falado na comunidade de Vitória, no Espírito Santo, Campos Jr (2011) analisa um *corpus* formado pelo Projeto Projeto: Português falado na cidade de Vitória/ES (PORTVIX) através de entrevistas realizadas com 20 informantes da comunidade capixaba. O autor ainda toma como referência outros trabalhos já realizados sobre o fenômeno, a saber: Silva (1982) e Callou e Silva (1997).

Como resultado, o autor, ao comparar os números obtidos em sua pesquisa com os obtidos no Projeto NURC, verifica que os moradores da comunidade de fala de Vitória utilizam menos artigo definido do que algumas regiões do Brasil, como a região sulista, como podemos verificar nos quadros 8 e 9 que seguem:

Quadro 8: Realização do artigo definido diante de antropônimos de acordo com a origem geográfica

	VIX	BH	RE	SSA	RJ	SP	POA
Freq.	118/300	-	12/71	10/24	27/85	20/23	50/63
%	39	76	17	32	43	87	79

Fonte: Campos Jr. (2011, p.25)

Como podemos perceber no quadro 8, as capitais que apresentam o maior número de realização do artigo definido diante de antropônimo são Belo Horizonte (BH), São Paulo (SP) e Porto Alegre (POA). Seguindo no caminho contrário estão as capitais: Recife (RE), Salvador (SSA), Rio de Janeiro (RJ) e a capital capixaba, analisada pelo autor, Vitória (VIX), que apresentou apenas 39% de ocorrência de artigo.

No que se refere ao contexto de possessivo, o resultado encontrado pelo autor evidencia que a capital capixaba se distancia ainda mais das demais capitais analisadas, uma vez que Vitória foi a única capital a permanecer abaixo do nível de 50% de realização, como é mostrado no seguinte quadro:

Quadro 9: Realização do artigo definido diante de possessivos de acordo com a origem geográfica

	VIX	RE	SSA	RJ	SP	POA
Freq.	331/1016	59/98	57/87	280/339	147/209	26/33
%	33	60	66	70	70	79

Fonte: Campos Jr. (2011, p.26)

Diante dos resultados, o autor salienta duas motivações para os números obtidos em sua pesquisa. A primeira diz respeito à possível referência ao conservadorismo linguístico na fala capixaba, uma vez que, como podemos notar através dos quadros expostos, a realização do artigo não tem uma frequência alta na fala capixaba. A segunda motivação e a mais defendida pelo autor é o fato de esses resultados serem uma marca de um traço identitário. Assim, a hipótese do autor é a de que:

O nativo de Vitória (ES) tem utilizado a língua como um recurso a mais na busca da manutenção de sua identidade, tão fragilizada ao longo de sua história. Primeiro, por décadas de descaso socioeconômico. Segundo – e principalmente – como retorno da reviravolta que a economia local sofreu, pela grande invasão de pessoas oriundas de outros estados. (CAMPOS JR, 2011, p. 26)

Ao analisar as variáveis que envolviam o fenômeno, o VARBRUL, programa computacional utilizado pelo autor, apontou como significativas as variáveis: *gênero do antropônimo, traços supra-segmentais, faixa etária e gênero¹⁶ do falante*. O *gênero* (do antropônimo e do falante) se mostrou duplamente relevante em sua pesquisa: quando o antropônimo era do gênero feminino (ex.: *A Mariana*), houve uma porcentagem de 43%, com P.R de 0.61; quando era do gênero masculino (ex.: *O Murilo*), notou-se uma porcentagem de 38%, com P.R de 0.44.

Assim, percebemos, no trabalho do autor, que, quando o antropônimo pertence ao gênero feminino, tem-se uma ocorrência maior de artigo. No entanto, o mesmo não ocorre no que diz respeito ao gênero do informante. Segundo Campos Jr. (2011), quando o falante pertence ao gênero masculino, há uma porcentagem de 54%, com P.R de 0.62 de realização do artigo. Já, na fala dos falantes pertencentes ao gênero feminino, essa realização obteve uma frequência de 30%, com P.R de 0.42. Assim, na fala capixaba da cidade de Vitória, os homens usam mais artigos diante de antropônimos do que as mulheres, tendo a variável gênero, do

¹⁶ O termo *gênero* é utilizado pelo autor mesmo sua análise não levando em consideração os fatos sociais que são intrínsecos à nomenclatura (cf. SEVERO, 2006; ECKERT; MC-CONNELL-GINET (2003).

antropônimo e do informante, uma importância tanto para as questões linguísticas quanto extralinguísticas.

Em síntese, Campos Jr. (2011) salienta que as mulheres são mais conservadoras, uma vez que o padrão em Vitória é a tendência à ausência do artigo. A segunda hipótese, levantada sobre o gênero, segue o que foi aventado por Callou & Silva (1997): quanto mais antiga a colonização da comunidade, maior será a ausência de artigo. E esse conservadorismo estaria sendo propagado pelas mulheres.

Sobre a questão da variável *faixa etária*, o autor aponta para uma possível preferência ao uso do artigo na fala dos informantes com idade entre 15 a 25 anos, que apresentaram um P.R de 0,67, ao contrário do que ocorre com a faixa etária acima de 50, com P.R de 0,36. Diante dos dados obtidos, o autor lança a hipótese de que estaria lidando com um caso de gradação etária, ou seja, um comportamento de uso linguístico regular que se repete nos segmentos etários a cada geração (cf. LABOV 1994, p. 46).

Sobre o chamado *traços supra-segmentais*, a saber: pausa silenciosa, pausa preenchida, sequência contínua e alongamento, o autor afirma que o ambiente prosódico possui um papel de relevância no condicionamento da realização do artigo definido diante de contexto de nomes próprios de pessoas, conforme podemos visualizar no quadro abaixo extraída de Campo Jr (2001, p. 29):

Quadro 10: Uso do artigo definido diante de antropônimos na cidade de Vitória (ES), de acordo com os traços suprasegmentais

Traços suprasegmentais	Frequência	Peso relativo
Pausa silenciosa	20%	0,29
Pausa preenchida	25%	0,41
Sequência contínua	50%	0,61
Alongamento	77%	0,78

Fonte: Campos Jr. (2011, p.34)

Segundo os resultados expostos no quadro 10, as pausas, silenciosas e preenchidas, em comparação com a sequência contínua e o alongamento, são as que menos favorecem a realização do artigo, possuindo um P.R inferior ao nível de neutralidade: 0,29 e 0,41, respectivamente. Já as sequências contínuas (0,61) e os alongamentos (0,78) contribuem para essa realização. Seus resultados, portanto, indicam que a realização do artigo parece ser favorecida em segmentos fonológicos ininterruptos.

No que diz respeito ao contexto dos pronomes possessivos, em um total de 1016 ocorrências e um percentual global de uso do artigo em torno de 33%, o programa selecionou os grupos *tipo de preposição, tipo do possessivo e outras formas, natureza do possuído, nível de escolaridade e gênero do falante* como os mais significativos. O autor chama a atenção para o fato do percentual de realização de artigo diante de possessivos ser o mesmo do percentual apresentado para o contexto de antropônimo, 38%. Apesar de as variáveis linguísticas terem sido selecionadas como significativas pelo programa, o autor centrou sua atenção apenas nas variáveis extralinguísticas.

Ao analisar o *nível de escolaridade*, Campos Jr. (2011) observa que o Ensino Médio apresenta peso relativo de realização do artigo maior que o Ensino Fundamental, 0.59 de P.R e 0.48, respectivamente. O que é interessante percebermos é que, no nível universitário, o artigo definido foi menos realizado, com P.R. 0.43. O autor ainda destaca que a comunidade de Vitória mantém a sua marca de favorecer a ausência do artigo definido, indo no sentido contrário a outras pesquisas, como a realizada por Silva (1998) que observa que, quanto maior o nível de escolarização, maior o uso do artigo.

No que concerne à variável *gênero*, as mulheres tendem a realizar mais o artigo (0,53) do que os homens (0,44), ao contrário do que foi verificado no contexto de antropônimos. Ao observar que as mulheres produziam um maior número de artigo, o autor salienta que as mulheres estariam utilizando mais a forma inovadora.

Em sua conclusão, o autor afirma que cada contexto manifesta um comportamento diferenciado e semelhante ao mesmo tempo: enquanto, no contexto dos possessivos, é possível observar um caso de retenção do artigo, revelando uma baixa frequência de uso; no contexto dos nomes próprios de pessoas, apesar de haver uma taxa percentual de realização um pouco maior, foi possível visualizar um quadro de gradação etária.

1.3.6 Pereira (2011) e (2015)

Partindo dos pressupostos da teoria da variação linguística (LABOV, 1972), Pereira (2011) realiza um estudo preliminar sobre *A variação na realização do artigo definido na língua falada no sertão de pernambucano*, centrando a atenção nos dois contextos selecionados para este trabalho: pronomes possessivos em posição pré-nominal e sintagmas nominais nucleados por antropônimos.

O autor baseia-se no estudo realizado por Silva (1996), já mencionado no início desta seção, para analisar dados de língua falada em um *corpus* composto por 48 entrevistas de informantes provenientes de quatro comunidades do interior do estado de Pernambuco, a saber: Afogados da Ingazeira, Floresta, Triunfo e Serra Talhada.

De acordo com autor, o uso do artigo definido diante dos contextos em análise é de baixíssima frequência nessa região do país, sobretudo, no que tange ao contexto de antropônimo. É importante destacarmos que o autor não analisa os municípios separadamente, mas sim em conjunto.

Como já vimos, Silva (1996) aponta a *familiaridade* que o falante tem com o elemento a que se refere como variável condicionadora da ocorrência do artigo diante do antropônimo. Mas, essa variável é descartada por Pereira (2011), enquanto variável condicionante. Ele apresenta evidências, a partir de dados reais de fala de que, mesmo o interlocutor possuindo um laço de familiaridade ou querendo dar um ar de proximidade com o referente, a ocorrência do artigo diante de antropônimos é pouco usada pelo falante. Uma de suas evidências é a que segue:

(10) “Eu gosto muito **de Sherry**.”

O autor ainda mostra que o fato de o referido ser ou não uma personalidade da mídia não se torna condicionante à realização do artigo definido diante do contexto de antropônimo:

(11) “Espero que **Dilma** dê continuidade ao projeto *de Lula*.”

Todavia, o autor aponta como fator condicionante na realização do artigo diante de possessivos o fato de o sintagma nominal ser ou não regido por uma preposição. Segundo seus estudos, quando o pronome possessivo pré-nominal é regido por uma preposição, como em (12), a ocorrência de artigo é maior do que quando isso não acontece:

(12) As chaves **do meu** quarto.

Os resultados quantitativos apontam que, quando o pronome possessivo vem acompanhado por uma preposição, a realização do artigo atinge uma porcentagem de 88%, contra 12% de ausência nas comunidades analisadas. No entanto, a preposição, apontada

como significativa para o contexto de possessivo não é considerada como condicionante na realização do artigo em frente a um nome próprio de pessoa. Quando o nome próprio é acompanhado por preposição, foi obtida uma porcentagem de 2%, contra 98% de ausência.

Seu trabalho ainda mostra que as variáveis extralinguísticas sexo e escolaridade também não são favoráveis à realização do determinante na região do sertão pernambucano. Nesse sentido, Pereira (2011) argumenta que há uma peculiaridade da gramática da língua falada nessa região cuja tendência é inibir o uso do artigo definido diante de possessivos e antropônimos. Tendo em mente tal conclusão, o autor amplia seu estudo em 2015 para dados da língua escrita, procurando verificar se haveria alguma assimetria entre dados de fala e dados de escrita do sertão pernambucano.

Em seu trabalho, Pereira (2015) analisa os dados da língua escrita de dois dos quatro municípios analisados anteriormente, a saber: Serra Talhada e Floresta. Para isso, foram coletados textos produzidos por alunos do 6º ano do ensino fundamental e do 3º ano do ensino médio, a fim de verificar se a variável escolaridade poderia estar interferindo na realização do artigo diante dos contextos de antropônimos e de possessivos. No total, foram coletadas 100 narrativas, sendo 60 pertencentes à cidade de Serra Talhada e 40, de Floresta.

Como resultado, o autor constatou que a mesma tendência que ocorre na língua falada de bloquear a realização do artigo é encontrada. Do total de ocorrências de antropônimos, apenas 3% apresentaram a ocorrência de artigo; já, diante do contexto de possessivo, a presença foi mais significativa, obtendo uma porcentagem de 33%.

Um fato interessante que merece destaque nesse estudo foi o fato de o programa GoldVarb X ter descartado todas as variáveis tanto linguísticas quanto extralinguísticas selecionadas para o contexto de antropônimo, o que implica dizer que a comunidade, realmente, parece bloquear a ocorrência do artigo diante desse contexto. As variáveis selecionadas pelo autor foram as mesmas analisadas por Silva (1996) e Callou & Silva (1997).

Todavia, o autor aponta algumas variáveis que foram consideradas como significativas para o contexto de pronomes possessivos, como, por exemplo, o tipo de preposição. Pereira (2015) divide as preposições em dois grupos: as aglutinantes e as não aglutinantes. Segundo seus resultados, o grupo das preposições aglutinantes favorece a realização desse determinante diante do possessivo, sendo a preposição *de*, com P.R de 0,77, a mais condicionadora, como em:

(13) “viu sua mulher alisando a cabeça **do seu filho**”.

Outra variável significativa para o contexto de possessivo foi o *Status Informacional*. Segundo o autor: “quando o elemento foi considerado novo, obtivemos 0.553 (36%) de P.R. Já quando o elemento já tinha sido realizado, o P.R foi de 0.399 (24%).” (PEREIRA, 2015, p.39).

Já no contexto de antropônimo, assim como na variável *tipo de preposição*, o fato de o nome próprio ser ou não um elemento novo na sentença não foi considerado como condicionante pelo programa.

No que diz respeito às variáveis extralinguísticas, o autor levou em consideração as seguintes: gênero, escolaridade e localidade. É imperativo ressaltar que o programa também desconsiderou essas variáveis para o contexto de antropônimo. Apenas a variável escolaridade parece interferir na realização do artigo diante do contexto de possessivos. Contrariamente ao que foi verificado em Silva (1996), para a comunidade do Rio de Janeiro, o autor constata que, nas comunidades analisadas, quanto menor for o grau de escolaridade do informante, maior será a possibilidade de ocorrência do artigo definido diante do contexto: o nível fundamental apresentou um P.R de 0,554, já o médio de 0,440.

Como conclusão, Pereira (2015) destaca o fato de tanto a língua falada quanto a língua escrita não favorecerem o uso do artigo diante do contexto de antropônimo e diante de pronomes possessivos pré-nominais. O autor destaca também que fatores linguísticos e sociais parecem atuar na região quando se tem como foco os possessivos e não nomes próprios de pessoas.

Diante dos resultados apresentados nesta seção advindos de pesquisas até então realizadas sobre o fenômeno, é possível elaborarmos um quadro-resumo das variáveis tomadas como condicionantes à realização do artigo:

Quadro 11: Variáveis significativas nas pesquisas realizadas

Autor	Ano	Variável		Contexto analisado
		Linguística	Extralinguística	
Silva	1998	- Contexto preposicionado; - <i>Status</i>	- Escolaridade; - Sexo; - Idade.	Antropônimo e Possessivo

		<p>informativa;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Pessoa do domínio público; - familiaridade; 		
Callou & Silva	1997	<ul style="list-style-type: none"> - Contexto preposicionado; - Tipo de preposição; - Função sintática; - Familiaridade 	- Localidade	Antropônimo e Possessivo
Alves	2008	- Função sintática	<ul style="list-style-type: none"> - Gênero; - Grau de intimidade; - Redes sociais; - Contato com indivíduos de Barra Longa; - Grau de contato com a cidade; - Tempo de permanência em Belo Horizonte. 	Antropônimo
Almeida Mendes	2009	<ul style="list-style-type: none"> - Tipo de antropônimo; - Grau de intimidade; - Antropônimo em estrutura genitiva. 	<ul style="list-style-type: none"> - Sexo; - Idade. 	Antropônimo
Campos Jr.	2011	<ul style="list-style-type: none"> - Gênero do antropônimo; - Traços supra-segmentais; 	<ul style="list-style-type: none"> - Faixa etária; - Gênero do falante; - Escolaridade 	Antropônimo e Possessivo
Pereira	2011	- Contexto		Antropônimo e Possessivo

		preposicionado; - Informação compartilhada (personalidade da mídia); - Familiaridade.		
Pereira	2015	- Contexto preposicionado; - Tipo de preposição; - <i>Status</i> informacional;	- Gênero; - Escolaridade; - Localidade.	Antropônimo e Possessivo

Em suma, diante do que foi descrito até o momento no Brasil sobre o fenômeno variável da realização do artigo diante dos contextos, pretendemos nesta dissertação expandir o trabalho realizado por Pereira (2011) na região do sertão do Pajeú, com a inclusão de comunidades de fala adicionais, a fim de traçar o perfil linguístico dessas comunidades e verificar se os resultados já obtidos nessa região e em outras regiões do país se repetem ou apresentam pontos de assimetria.

1.4 OBJETIVOS

1.4.1 Geral

Discutir o comportamento do determinante, mais especificamente, do artigo definido, na língua falada em comunidades, a saber: Carnaíba e Serra Talhada, localizadas na região do sertão do Pajeú, no interior do estado de Pernambuco, focalizando os dois contextos em que o fenômeno da presença/ausência do artigo pode acontecer, a saber: o contexto de pronome possessivo em posição pré-nominal e de SN nucleado por antropônimo.

1.4.2 Específicos

- Identificar os fatores linguísticos que estejam condicionando a realização/ausência do artigo definido diante dos contextos selecionados para análise;
- Verificar a interferência de fatores extralinguísticos na realização/ausência do artigo definido na língua falada no sertão do Pajeú;
- Analisar comparativamente os resultados obtidos neste estudo sociolinguístico com pesquisas realizadas em outras regiões brasileiras, visando à construção do perfil linguístico das comunidades em análise.

1.5 HIPÓTESES

1.5.1 Geral

Com base em Pereira (2011) que, em trabalho preliminar, observou a baixíssima ocorrência do artigo frente aos contextos selecionados em quatro comunidades: Serra Talhada, Triunfo, Afogados da Ingazeira e Floresta, localizadas na região do sertão do Pajeú, em Pernambuco, nossa hipótese norteia-se na possibilidade de que haja, nas comunidades aqui estudadas, uma preferência ao não uso desse artigo diante dos contextos, principalmente no que tange ao contexto de antropônimos, sendo a realização mais frequente diante de contextos de pronomes possessivos em posição pré-nominal.

1.5.2 Específicas

- Em comparação com outras comunidades, a região do Pajeú parece apresentar uma ocorrência bem inferior de artigo definido diante dos contextos (cf. PEREIRA, 2011; PEREIRA, 2015). Assim, tanto fatores linguísticos quanto extralinguísticos estão favorecendo a variação em determinadas comunidades e

desfavorecendo em outras. Para que essa hipótese seja confirmada, pretendemos utilizar variáveis linguísticas que se apresentaram como significativas em outros trabalhos, como, por exemplo, as variáveis encontradas em Silva (1996a), assim como as apresentadas em Callou & Silva (1997), a saber: contexto preposicionado, tipo de preposição, *status* informacional, familiaridade, informação compartilhada, tipo de possessivo, *função* sintática etc.

- As variáveis extralinguísticas serão as que foram apresentadas como significativas em outros trabalhos, como por exemplo, as variáveis: sexo, escolaridade e faixa etária, consideradas como variáveis significativas em Silva (1996b), através das quais a autora constata que as mulheres, principalmente as mais velhas, tendem a favorecer a realização do artigo definido diante dos contextos. Ademais, o grau de escolaridade interfere na realização do artigo na comunidade por ela analisada. Essa variável também foi analisada por Pereira (2015) e foi constatado que o ensino fundamental realizou mais o artigo diferentemente do ensino médio.
- Partindo das observações levantadas por Pereira (2011), erguemos a hipótese de que as duas cidades apresentam um baixo índice de realização do artigo definido, principalmente no que tange ao contexto de antropônimos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 TEORIA DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA: BASE EPISTEMOLÓGICA E OBJETO DE ESTUDO

Com a chamada Virada Pragmática, ocorrida em meados do século XX, os estudos linguísticos passaram por mudanças significativas em seu foco de estudo. Esse período foi marcado por linhas de pensamentos divergentes, como indicado por Lima (2009), entre elas: a linha que priorizava a perspectiva cognitiva, que pode, aqui, ser representada pelos trabalhos elaborados por Chomsky, e a perspectiva que acreditava que a língua deveria ser estudada no uso e em situação real.

A partir de tal contexto, outras vertentes linguísticas foram aparecendo e obtendo espaço nos estudos da ciência da linguagem, como, por exemplo: a Análise do Discurso, a Pragmática, a Etnografia e a Sociolinguística, sendo esta última o foco de nossa atenção nesta seção.

Não se sabe, com exatidão, quando o termo ‘sociolinguística’ surgiu pela primeira vez no âmbito da linguística. Segundo Marchuschi (1975), a nomenclatura surgiu em 1952 quando H.C. Currie publicou o trabalho acerca do comportamento linguístico e o *status* social. Todavia, segundo Cyranka (2006), esse termo surgiu em 1964 em um título de trabalho realizado por William Bright, a saber: *As dimensões da Sociolinguística*. Esse trabalho foi apresentado em um congresso na Universidade da Califórnia em Los Angeles (UCLA) responsável por reunir linguistas que visavam estudar as relações entre língua e sociedade (cf. ALMEIDA MENDES, 2009, p. 59).

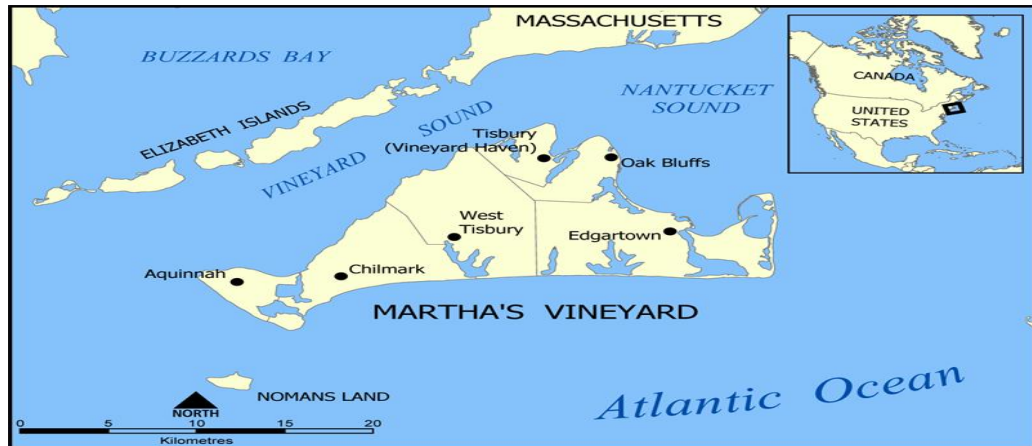
A princípio, houve uma discussão entre os estudiosos acerca da utilização do termo ‘sociolinguística’ para os estudos que envolviam língua e sociedade. O próprio Labov, precursor do modelo, afirma ter relutado em utilizar tal nomenclatura: “Eu relutei em aceitar o termo *sociolinguística* durante muitos anos, porque ele dá a entender que pode existir uma teoria bem-sucedida ou prática linguística que não seja social” (LABOV, 1972 [2008], p. 8). Segundo Almeida Mendes (2009), Labov estaria afirmando que, com o termo, não estaria desenvolvendo uma nova disciplina, mas um novo estudo que estaria resgatando seu verdadeiro enfoque, a relação entre língua e sociedade. No entanto, apesar das discussões acerca do uso do termo para a nova disciplina que era formulada, a nomenclatura fixou-se e

passou a ser utilizada por aqueles estudiosos que visavam estudar as variações presentes nas línguas naturais, tendo em mente questões que envolviam a linguagem e o contexto sociocultural em que está inserida.

Essa nova vertente da linguística apresentou-se norteada em fundamentos epistemológicos semelhantes aos do estruturalismo, como a base empirista e o método de análise de dados, o indutivo. No entanto, não devemos confundir os objetivos da sociolinguística com os objetivos do estruturalismo, pois neste, partia-se de dados linguísticos para se estudar um sistema fechado que é compartilhado pela comunidade em uma dada sincronia; já na sociolinguística, os dados linguísticos são de suma importância para entender não um sistema fechado, mas intrinsecamente heterogêneo decorrente das variações linguísticas existentes. Assim, a sociolinguística não pode se apresentar de outra forma senão como uma teoria de base empirista, pois precisa dos dados linguísticos para chegar a conclusões sobre o seu foco de estudo.

O primeiro registro de estudo na teoria foi desenvolvido por Labov na década de 60, segundo Chambers (1995 *apud* ALMEIDA MENDES, 2009, p. 60). Nesse estudo, o linguista se propõe a analisar a centralização dos ditongos /ay/ e /aw/ na ilha de Martha's Vineyard, no estado de Massachusetts, Estados Unidos. É importante salientarmos que a ilha de Martha's Vineyard é formada por outras pequenas comunidades e seus habitantes são descendentes de ingleses, portugueses, remanescentes dos índios Gay Head, além de grupos formados por uma mistura de ingleses, franco-canadenses, irlandeses, alemães e poloneses, totalizando uma população de 6.000 mil habitantes. A economia da ilha gira em torno do turismo, que se intensifica no verão. O autor salienta que a escolha pela análise da ilha se deu pelo fato de a localidade ser uma parte independente do território estadunidense, como podemos ver na imagem que segue:

Figura 3: Mapa da Ilha de Martha's Vineyard



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Martha%27s_Vineyard#File:Martha%2s_Vineyard_map.png

Labov ainda destaca que, além de a ilha se fazer independente do território, Martha's Vineyard apresentava uma complexidade social muito interessante que poderia oferecer uma rica discussão linguística.

O *corpus* que compôs a pesquisa foi formado por 69 entrevistas informantes feitas com moradores da ilha. Os 69 informantes entrevistados correspondiam a pouco mais de 1% da população vineyardense. Os grupos ocupacionais mais importantes da ilha estão representados na amostra, segundo Labov (1972 [2008]): 14 na pesca, 8 na agricultura, 6 na construção, 19 no ramo dos serviços, 3 profissionais liberais, 14 estudantes, 5 donas do lar. Os grupos étnicos, os três principais, também: 42 descendentes de ingleses, 16 de portugueses e 9 descendentes de índios.

A hipótese central do trabalho girava em torno de que somente o grupo de ingleses, grupo responsável por povoar a ilha durante os séculos XVI e XVII, assumisse a forma centralizada dos ditongos para se afastarem do grupo composto por descendentes de ingleses e os demais grupos. Todavia, a hipótese não correspondeu ao que foi verificado, haja vista que tanto indígenas quanto portugueses centralizaram os ditongos. O quadro abaixo mostra os resultados obtidos na análise:

Quadro 12: Centralização dos ditongos [ay] e [aw] em Martha's Vineyard, por grupos étnicos e faixa etária.

	Ingleses		Portugueses		Indígenas	
	[ay]	[aw]	[ay]	[aw]	[ay]	[aw]
Fixa Etária	[ay]	[aw]	[ay]	[aw]	[ay]	[aw]
Mais de 60	36	34	26	26	32	40
46 a 60	85	63	37	59	71	100
31 a 45	108	109	73	83	80	133
Manos de 30	35	31	34	52	47	88
Todas as idades	67	60	42	54	56	90

Fonte: Labov (1972 [2008], p.46)

Como podemos observar no quadro apresentado, os ingleses, com idade entre 31 a 45, foram os que mais centralizaram os ditongos analisados pelo autor. No entanto, esse grupo não foi o único responsável pela centralização desses ditongos. Podemos notar que tanto os portugueses quanto os indígenas analisados na ilha apresentaram uma frequência alta de centralização. A interpretação dada pelo autor é que não só os ingleses, mas também os portugueses e os indígenas estavam preocupados em marcar território perante os turistas que ali se encontravam durante o verão. Assim, uma forma de se impor perante o nativo seria através do uso da variante que privilegiaria a centralização desse ditongo. Essa interpretação deu margem à percepção de que o linguístico era influenciado pelo social nessa ilha.

Entre as constatações linguísticas e extralinguísticas feitas, Labov (1972[2008]) observou que o *ambiente segmental* (*consoante subsequente* e *consoante antecedente*) acabava por influenciar a realização da centralização dos ditongos analisados. Segundo ele, a consoante que segue os ditongos analisados exerce uma influência mais significativa na centralização (ex.:/t, s; p, f;) do que a consoante que os antecede (ex.:/h, l, r, w, m, n). O linguista também verificou que a centralização parece estar relacionada à faixa etária do informante, haja vista que o grupo com idade entre 31 a 45 anos, pertencente ao grupo de descendentes ingleses, foi o que mais produziu a centralização dos ditongos [ay] e [aw], apresentando 81 e 88 de ocorrência, respectivamente.

Assim, o estudo de Labov concentrou-se na investigação não só nas questões internas à língua – observação do ambiente segmental –, mas também nas questões externas – observação da faixa etária e etnia. Assim, percebemos como o externo/social possui uma grande importância nos estudos em sociolinguística, tal como evidenciado nos resultados dos estudos discorridos na seção 1.3 sobre a realização versus não realização do artigo. A

propósito, uma das grandes propostas dessa teoria é a de que o social acaba interferindo no que é interno à língua, isto é, que o sistema linguístico do falante pode sofrer alterações de variáveis sociais, como, por exemplo, do nível de escolaridade.

Nesse ponto da discussão, é importante pontuarmos sobre dois princípios formulados por Labov (1990) para a distinção linguística que ocorre nos resultados alcançados nas análises que distinguem homens e mulheres. Labov formula dois princípios: *Change from above* e *Change from below*. O primeiro diz respeito às mudanças que vêm de cima, isto é, aquelas mudanças que envolvem fenômenos estigmatizados pela sociedade, como por exemplo, a concordância verbal e nominal. O segundo, por seu turno, se refere às mudanças que vêm de baixo, isto é, aquelas abaixo do nível da consciência (cf. CAMPOS JR., 2011), como o fenômeno que nos propomos a analisar, que não sofre pressão social.

Como resultado, foi observado que, quando se trata do que o autor chamou de *Change from above*, os informantes do sexo feminino, em comparação com os do sexo masculino, seriam aqueles que mais favoreceriam as formas de prestígio. Para explicar esse fenômeno, Severo (2014) afirma que Labov segue um pensamento tradicional, baseando-se nos trabalhos de Schilling-Estes (1998), e sugere que esse comportamento linguístico das mulheres – de usar a variável de prestígio – reflete sua importância como dona de lar e sua responsabilidade na dura tarefa de educar os filhos.

Já quando se trata do que se chamou de *Change from below*, os informantes do sexo feminino seriam as responsáveis pelo uso da variante inovadora. Ou seja, as mulheres seriam responsáveis por iniciar o processo de mudança linguística.

Assim, para a sociolinguística, a língua usada por seus falantes deve ser analisada em contextos reais de comunicação, não sendo considerada um sistema fechado em que o externo não interfere.

Tomando por base o acima exposto, é importante lembrarmos do posicionamento de Tarallo (1997) de que a Sociolinguística surgiu devido à necessidade de suprir o espaço deixado pelas vertentes que não consideravam a língua em seu uso real, como a teoria gerativista. Chomsky, um dos principais representantes do gerativismo, ao discorrer sobre questões que envolvem a língua, elabora a famosa dicotomia competência *versus* desempenho, centrando sua atenção na primeira:

[a] competência destaca-se como a capacidade de produzir variadas sentenças, em outras palavras, o sujeito sabe produzir sentenças de acordo com uma gramática interna, no qual, já sabemos distinguir uma frase gramatical ou agramatical. E desempenho é o uso concreto da língua. (CHOMSKY.1978, p. 12)

Em sua teoria, ao focalizar a competência como seu objeto de estudo entendida como o conhecimento gramatical internalizado do falante, não privilegia o desempenho (i.e., a performance) que é o uso efetivo da competência em diferentes contextos comunicativos.

Como Chomsky, Saussure também não prioriza a língua em uso. Em seus estudos, o linguista acaba por elaborar a famosa dicotomia *langue X parole* (língua x fala), sendo a primeira essencial e a segunda, secundária, como é indicado no *Cours de Linguistique Générale*:

O estudo da linguagem comporta, portanto, duas partes: uma, essencial, tem por objeto a língua, que é social em sua essência e independente do indivíduo; esse estudo é unicamente psíquico; outra, secundária, tem por objeto a parte individual da linguagem, vale dizer, a fala, inclusive a fonação e é psicofísico. (SAUSSURE, 1916, p. 27)

Saussure, ao se posicionar a favor da língua enquanto forma, sistema, acaba por priorizar e tornar como objeto de estudo da linguística a língua e não a fala.

Ao contrário da visão gerativista e estruturalista, a perspectiva adotada por Labov (1972 [2008]) baseia-se no fato de que a língua deve ser analisada em seu uso real. Dessa forma, é entendida como algo social e dotado de heterogeneidade linguística, deixando de lado o antigo pensamento de “tratar as línguas como sendo completamente uniformes, homogêneas ou monolíticas em sua estrutura.” (BRIGHT, 1974, p. 18). A língua, assim, não é uma forma fixa e imutável, pelo contrário, acaba por se transformar, com o passar do tempo, devido à influência de diversos fatores não só internos a ela, mas também externos.

Dessa forma, segundo o modelo, nas chamadas comunidades linguísticas¹⁷, podem-se encontrar diversas formas (variantes linguísticas) de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto, sem que essa diversidade acarrete em uma modificação semântica. Retomemos, aqui, a definição de Tarallo (1986, p. 08) para variantes linguísticas: “são diversas maneiras de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto e com o mesmo valor de verdade. A um conjunto de variantes dá-se o nome de *variável linguística*”. Dessa forma, podemos dizer que uma variável é composta por um conjunto de variantes, como abordaremos e exemplificaremos na seção 3.1.

¹⁷ É importante salientarmos que, para a sociolinguística, o que se chama de *comunidade linguística* não possui a ideia de um grupo de indivíduos que falam da mesma forma, mas, sim, de um grupo de falantes que compartilham os mesmos traços linguísticos que os distinguem de outros grupos, ou seja, de outras comunidades (cf. LABOV, 1972). As ideias de comunidades linguísticas serão melhores desenvolvidas na subseção 2.2.

Podemos encontrar em uma comunidade variação em vários níveis da língua como, por exemplo, no sintático, no lexical e fonético/fonológico. Se pensarmos na comunidade linguística brasileira, iremos encontrar um enorme “leque” de variação, haja vista que a comunidade do sul, por exemplo, apresenta um falar que a distingue da comunidade do norte, nordeste, sudeste ou centro-oeste; a esse tipo de variação, damos o nome de diatópica, que representa as variações existentes entre comunidades geograficamente separadas.

Ainda podemos encontrar variações dos tipos: diafásica e diastrática. A primeira diz respeito às mudanças que existem no contexto comunicativo, ou seja, a depender da ocasião, o indivíduo moldará sua fala, transformando-a em formal ou informal. Timbane (2013, p. 270), ao trabalhar com esse tipo de variação no português em Moçambique, afirma que

Quando falamos com um juiz há um conjunto de construções sintáticas e lexicais que devem ser usadas pois naquele espaço de julgamento se exige aquele tipo de discurso. O mesmo juiz, ao encontrá-lo num bar não exigirá as mesmas características linguísticas.

Já a segunda, a variação diastrática, diz respeito às variações que ocorrem com o convívio social, tais como as gírias e os jargões (cf. MORALES, 1993; ARAGÃO, 2010).

Mais recentemente, foi apontado um novo tipo de variação, a chamada variação diamésica, que se embasa nas variações que podem existir a depender da modalidade de uso da língua (fala e escrita). Segundo Coelho (2007), nesse domínio, é fundamental o conceito de gênero discursivo ou gêneros textuais. Como é possível observarmos em trabalhos, como o realizado por Marcuschi (2001 *apud* COELHO, 2007), assume-se que haja um contínuo entre fala e escrita, tomando por base a diversidade de gêneros.

Segundo Labov (1972 [2008]), a variação linguística ocorre em todas as línguas naturais humanas, é inerente ao sistema e ocorre na fala de uma comunidade e, até mesmo, na fala de um único indivíduo. Dessa forma, a variação sempre existiu e sempre existirá em toda e qualquer comunidade de fala, independentemente de qualquer ação normativa¹⁸.

Segundo o autor, era conveniente pensar que no passado tais ações normativas eram imutáveis e compartilhadas por todos os indivíduos pertencentes às comunidades. Todavia, as análises que levaram em consideração os contextos sociais em que a língua é utilizada evidenciaram que os elementos da estrutura linguística estão implicando em uma variação sistemática que reflete tanto a mudança no tempo quanto os processos sociais. Dessarte, a teoria sociolinguística defende o caráter social da língua, sofrendo esta com as influências do

¹⁸ Na subseção 2.3, discorreremos sobre a questão da norma.

que é externo a ela. Assim, o contexto social torna-se de suma importância para as pesquisas que tomam como base os pressupostos dessa teoria.

É importante ressaltarmos que Labov, como apontado por Severo (2004), não separa a definição de língua do contexto social e, conseqüentemente, da função comunicativa atribuída a ela. Para ele, a língua, enquanto estrutura, deve ser analisada em uso, na comunicação, levando em consideração seus níveis, ou seja, sua fonologia, morfologia, sintaxe e lexical, preocupando-se com as regras existentes no interior do sistema linguístico que, por sua vez, é evolutivo e heterogêneo. Assim, o objeto dos estudos linguísticos deve ser o instrumento de comunicação utilizado pela comunidade de fala. (cf. LABOV, 1972 [2008], p. 187).

Diante do que foi dito, Severo (2004, p. 4) lança a seguinte indagação: “quais os limites que fazem com que um falante pertença a uma determinada comunidade de fala e não a outra?”. Para o linguista que trabalha com base na sociolinguística, os limites estão situados em dois níveis, o consciente e o inconsciente. A esse respeito, dedicamos a subseção seguinte.

2.2 A COMUNIDADE DE FALA, REDES SOCIAIS E COMUNIDADE DE PRÁTICA: BREVES INCURSÕES

A resposta ao questionamento feito por Severo (2004) se encontra na divisão entre o consciente e o inconsciente, como a própria autora enuncia em seu texto. Na primeira, é levado em consideração o compartilhamento entre os indivíduos das atitudes e dos valores em relação à língua. Labov (1972) afirma que parece possível definir uma comunidade linguística como um grupo de pessoas que compartilham um conjunto de atitudes em relação à determinada língua, haja vista que as atitudes sociais relacionadas à língua são, de certa forma, uniformes em uma comunidade. Segundo o autor, existem, em uma comunidade de fala, normas compartilhadas pelos falantes daquele grupo, que são percebidas pelos valores atribuídos a elas. Comumente, as normas positivas são associadas aos grupos de prestígios, “àquelas cuja fala é dominante nas escolas, no trabalho, na mídia...” (SEVERO, 2004, p. 4).

No caso inconsciente, o que é considerado é o compartilhamento das regras gramaticais do sistema linguístico abstrato do falante, com relação à comunidade de fala a que pertence. A aquisição desse sistema independe da vontade do falante, ou seja, a aquisição dá-se de forma inconsciente. Assim, para que o indivíduo seja considerado de uma determinada

comunidade de fala, é necessário que ele compartilhe inconscientemente do mesmo sistema linguístico que rege determinada comunidade. Labov (1972 [2008], p. 120-121) afirma que:

A comunidade de fala não é definida por nenhum acordo no uso de elementos da língua, mas, sim, pela participação em um conjunto de normas compartilhadas. O uso dessas normas pode ser observado em tipos claros de comportamentos avaliativos e pela uniformidade de modelos abstratos dos padrões da variação que não variam em relação aos níveis particulares de uso¹⁹.

Baseado na visão laboviana acerca de comunidade de fala, Guy (2000) apresenta alguns critérios que delimitam a inclusão do falante em uma dada comunidade de fala. Segundo ele, para que o falante seja considerado pertencente a uma determinada comunidade de fala, necessariamente, precisa atender a três critérios, a saber: (I) compartilhar traços linguísticos que o diferencie de outros grupos; (II) se comunicar frequentemente com outros indivíduos que também pertençam a mesma comunidade em questão; e (III) deve ter a mesma norma e atitude em relação ao uso da linguagem.

O autor argumenta que a participação do indivíduo como membro de determinada comunidade linguística é definido por contraste em função da produção de traços característicos da comunidade de fala: “[u]sá-los [os traços específicos da comunidade] mostra que você é um membro, e não os usar mostra que você é um intruso.” (GUY, 2000, p. 18).

Dessa forma, um indivíduo que nasceu e viveu, por um longo tempo de sua vida, em Porto Alegre e que, por algum motivo, passou a residir em Recife, não pode ser considerado como um sujeito pertencente à comunidade de fala recifense – a menos que tenha fixado residência em Recife há um tempo considerável, pensemos em mais de 5 anos²⁰ –, haja vista que o mesmo sujeito não compartilha de algumas variações que estão presentes do sistema linguístico dos moradores da cidade de Recife, mas sim dos gaúchos.

Tomemos como exemplo o fenômeno que pretendemos analisar neste trabalho: a realização do artigo definido diante do contexto de nomes próprios de pessoas e de possessivos.

¹⁹ The speech community is not defined by any marked agreement in the use of language elements, so much as by participation in a set of shared norms. The use norms may be observed in overt types of evaluative behavior, and by the uniformity of abstract patters of variation which are invariant in respect to particular levels of usage. (Tradução nossa).

²⁰ Existe uma grande discussão acerca do tempo ideal para que o indivíduo seja considerado pertencente a uma determinada comunidade de fala. No entanto, acreditamos que um tempo de 5 anos seja suficiente para que o indivíduo adquira as atitudes linguísticas da comunidade onde fixou residência.

Como vimos no trabalho de Callou & Silva (1997), em Porto Alegre, foi encontrada uma ocorrência de 79% de artigo definido diante dos antropônimos. Quando analisaram a comunidade de Recife, a porcentagem foi de 17%. Percebemos, então, que, pelo menos no que diz respeito à realização do artigo diante de antropônimos, o cidadão gaúcho não compartilha do sistema linguístico que não favorece a realização desse determinante diante do contexto. Assim, se inseríssemos um indivíduo pertencente à comunidade de Porto Alegre que mora em Recife há pouco tempo na análise que pretende verificar a frequência da realização do artigo diante de antropônimo na comunidade recifense, certamente, não teríamos um retrato fiel dessa comunidade de fala.

Todavia, é importante levarmos em consideração que a comunidade linguística é semelhante a uma boneca russa, ou seja, dentro de uma comunidade de fala, existem outras comunidades. Assim, Recife e Porto Alegre, por exemplo, seriam comunidades de falas diferentes, haja vista que possuem um sistema linguístico que as diferencia entre si, mas, apesar disso, pertencem a uma comunidade linguística maior e comum, o Brasil que, por seu turno, se diferencia de Portugal.

Os parágrafos anteriores a este explicam a adoção do primeiro dos três critérios mencionados por Guy (2000), para a denominação do indivíduo como pertencente à comunidade de fala. Os dois últimos critérios - frequência de comunicação e normas compartilhadas - são adotados para dar conta da distribuição social de semelhanças e diferenças no uso da língua. Segundo Guy (2000, p. 20):

Uma densidade de comunicação relativamente alta em um grupo significa que os falantes têm mais acesso e exposição aos usos linguísticos de outros membros do grupo. Logo, podem mais prontamente ouvir o que outros membros da comunidade estão fazendo com a linguagem, o que cria a possibilidade de adquirir deles certos traços linguísticos. Em contraste, o nível relativamente baixo de comunicação com não membros torna menos provável que se adquiram usos de fora da comunidade de fala.

Portanto, o contato social, isto é, a convivência que o indivíduo possui com pessoas pertencentes à localidade, é algo significativo para a adesão dos usos linguísticos característicos da comunidade. Temos, então, comunidade de fala como “o domínio no qual os processos sociolinguísticos de acomodação e convergência ocorrem”. (GUY, 2000, p.20)

Entretanto, apenas a exposição às características linguísticas não é suficiente para propiciar a aquisição e a acomodação de tais traços. Podemos citar como exemplo falantes de pequenas comunidades, localizadas em região fronteiriças ou dentro de uma comunidade maior e mais poderosa economicamente, mas que, mesmo assim, não se deixam influenciar

pela maneira pela qual os falantes pertencentes às comunidades maiores falam. Sedrins (2013), em estudo sobre a realização do artigo definido no PB, compara os dados obtidos em Pereira (2011) com dados obtidos na comunidade quilombola Muquém situada no município alagoano de União dos Palmares, localizado a 73 km da capital, Maceió, e observa uma baixa frequência de realização do artigo diante dos dois contextos nessa comunidade:

Quadro 13: Realização do artigo definido no contexto de pronome possessivos em dados de fala do povoado Muquém

Contexto de Pronomes Possessivos			
Não regido por preposição		Regido por preposição	
Com artigo	Sem artigo	Com artigo	Sem artigo
19	42	18	7
Total: 61		Total: 25	

Fonte: Sedrins (2013, p. 145)

Quadro 14: Realização do artigo definido no contexto de antropônimo em dados de fala do povoado Muquém

Contexto de Antropônimos			
Não regido por preposição		Regido por preposição	
Com artigo	Sem artigo	Com artigo	Sem artigo
5	4	6	4
Total: 9		Total: 10	

Fonte: Sedrins (2013, p. 145)

Como podemos perceber, a comunidade Muquém apresenta um baixo nível de realização do artigo. É importante não deixarmos de lado a pequena quantidade de dados obtidos no *corpus* utilizado pelo autor²¹. Todavia, com os resultados obtidos, já podemos ter uma ideia de como o fenômeno parece agir na comunidade alagoana de Muquém. Outro dado importante oferecido pelos quadros é o fato de se está analisando os contextos tomando por base a presença *versus* ausência da preposição, variável esta tomada, por diversos estudos, como sendo uma forte condicionadora na realização do fenômeno, mas que, na comunidade do Muquém, não se apresentou como tal. Esse fato é apresentado por Sedrins (2013, p.145)

²¹ O *corpus* utilizado para a realização do referido estudo foi extraído de Moura (2009).

como algo interessante, haja vista que “o que não seria esperado era encontrar as quatro ocorrências de antropônimo regida por preposição sem a realização do artigo definido, uma vez que esse contexto é fortemente favorecedor da realização do artigo.”. Suas palavras estão embasadas no célebre estudo realizado por Marroquim (1945 [1996]), em *A língua do Nordeste*, em que o autor afirma que a tendência em Alagoas²² seria a realização do artigo. Para chegar a essa afirmação, Marroquim realiza estudo bibliográfico sobre o artigo definido nos estados de Alagoas e Pernambuco, levando em consideração os dois contextos analisados.

O resultado obtido por Sedrins (2013) evidencia que a simples exposição do indivíduo às características linguísticas não é suficiente para propiciar a aquisição e a acomodação dos traços linguísticos por aqueles pertencentes a comunidades geograficamente e economicamente menores. É nesse ponto que o terceiro critério, que define uma comunidade de fala, é defendido. Os participantes de uma comunidade de fala partilham de traços e atitudes comuns sobre a utilização da língua. Assim, os mesmos membros conseguem identificar o que é próprio de um contexto informal ou de uma situação formal e que frequência de variação é apropriada para determinado grupo social e não para outro etc. A esse respeito, Guy (2000, p. 21) salienta que “todas essas interpretações e essas normas de comportamento são estritamente locais, conhecidas apenas pelos membros dessas comunidades”.

Seguindo a ideia dos critérios formulados por Guy (2000), Wardhaugh (2002, p. 117 *apud* WIEDEMER, 2008, p. 26) propõe a noção de *estereótipo* para a definição de comunidade de fala. Essa noção estaria embasada na presença de determinadas características no comportamento do indivíduo, pois, segundo ele, “dizer a um membro de um determinado grupo que ele ou ela sempre exibirá algum comportamento característico é oferecer um estereótipo”.

Então, como vimos até o presente momento da discussão levantada nessa subseção, o indivíduo pertencente a uma determinada comunidade de fala é totalmente capaz de identificar as semelhanças e diferenças entre sua comunidade de fala e as demais. São esses traços de contrastes que permitem identificar os limites que permitem identificar diferentes comunidades linguísticas.

Todavia, é importante lembrarmos que nomear determinado ambiente como comunidade de fala não implica dizer que essa comunidade não apresentará variação. Sobre essa questão, Guy (2001, p. 7) afirma que:

²² Não foi encontrado registro de trabalhos sociolinguísticos que se preocuparam em analisar o fenômeno da realização do artigo no estado de Alagoas.

[...] falantes que compartilham as mesmas condições de contexto em um processo variável, mas são diferenciados pelo uso geral do processo, podem ser considerados como usando a mesma gramática. Mas falantes que mostram efeitos de contexto significativamente diferentes estão usando gramáticas diferentes.

Dessa forma, com base em Labov (1972) e Guy (2000 e 2001), o que parece definir uma comunidade de fala e, conseqüentemente, os indivíduos de tal comunidade, é a presença e o uso de uma mesma gramática (não-normativa). No entanto, não é tarefa fácil identificar as fronteiras que separam comunidades diferentes.

É imperativo destacarmos que existem inúmeras discussões acerca das definições de uma comunidade de fala. Vanin (2009, p. 150) afirma que “as inúmeras discussões sobre o assunto levam à descrição de dois níveis mais restritos para ‘comunidade’, fazendo com que seja possível, com isso, delinear estudos baseados em indivíduos mais específicos.” Os níveis mencionados pela autora foram nomeados na literatura como *rede social* e *comunidade de prática*.

O primeiro nível, ‘rede social’, diz respeito às relações que o indivíduo possui com a sociedade, conforme é apontado por Milroy (2004). Segundo Calvet (2002 *apud* GONÇALVES, 2013), a noção de rede social não surgiu na linguística, mas sim na sociologia com estudos realizados por sociólogos, como John Barnes, em 1954, que analisou uma pequena comunidade de uma paróquia norueguesa formada por pescadores e camponeses na cidade de Bremnes, condado de Hondaland. Em seu estudo, Barnes notou três sistemas, a saber: o territorial – formado por paróquia, casa e bairro -, o sistema relacionado à pesca – cooperativas, fábricas etc. -; e o familiar - formado por parentes e amigos. Posteriormente, após a retomada do conceito por sociólogos como Bott, em 1957, e Mayer, em 1964, linguistas passaram a fazer uso desse nível.

Segundo Gonçalves (2013), no paradigma de redes sociais, a visão do estudo se foca nas relações existentes entre indivíduos no que diz respeito ao relacionamento humano como tema preferencial de análise. Bortoni-Ricardo (2011, p. 84) pontua que “a análise de redes é o estudo das relações existentes num sistema em processo de mudança. Quando aplicadas a sistemas sociais, a análise de redes é uma estratégia social voltada para as relações entre os indivíduos em grupo”. A esse respeito, Milroy (1980 *apud* GONÇALVES, 2013, p. 108) analisa a comunidade chinesa de Newcastle – comunidade que possui cerca de 7.000 indivíduos bilíngues falantes do inglês e do chinês – e observa três grupos de falantes, são eles: (i) grupo pertencente à primeira geração de migrantes; (ii) grupo que chegaram com a ajuda dos migrantes anteriores, e (iii) chineses com nacionalidade britânica, nascidos na

comunidade. A pesquisadora observou que os três grupos apresentam relações distintas. O grupo (i) apresenta uma relação com a família e com outros chineses que estão envolvidos em atividades econômicas semelhantes; o grupo (ii) também tem uma relação com membros da família, no entanto, possuem uma atividade econômica limitada, relacionando-se, principalmente, com a família. Já o grupo (iii) não possui relações semelhantes, pois suas relações estão fora do meio chinês de Newcastle. Como resultado, a autora constatou o seguinte:

Quadro 15: Relação parental e étnica

Grupo	Observação das relações de orientação parental e étnica
Grupo i	Possui uma <i>relação de orientação parental e étnico forte</i> .
Grupo ii	Possui uma <i>relação de orientação parental forte</i> , mas sua <i>relação de orientação étnica é fraca</i> .
Grupo iii	Possui uma <i>relação de orientação parental e étnico fraca</i> .

Fonte: Gonçalves (2013, p. 109)

Como resultado, a autora aponta que houve uma perda significativa do uso da língua chinesa – ou do monoliguismo chinês, como é referido no trabalho de Gonçalves (2013) – e a prevalência do inglês - monoliguismo inglês. O trabalho ainda mostra a perda da força das relações étnicas nos dois últimos grupos, o que acaba por indicar que, assim como a identidade linguística, a identidade étnica dos informantes migrantes também passa por transformações ao longo do tempo.

Segundo Vanin (2009), essas redes medem as conexões reais de uma comunidade em que os indivíduos são capazes de se reconhecerem e identificarem até que ponto os demais indivíduos estão estabelecidos naquela comunidade. A autora, baseada no que dizem Britain e Matsumoto (2008), ainda afirma que a abordagem de comunidade de fala não diz que os membros da comunidade devam reconhecer os demais participantes e nem menciona o quanto integrados socialmente os participantes devem estar.

Gumperz (1996 *apud* VANIN, 2009, p.151) acredita que as redes sociais devem ser vistas como uma unidade de análise ao invés de comunidade de fala: “se os significados residem em práticas interpretativas e essas se localizam em redes sociais nas quais o indivíduo está socializado, então as unidades ‘cultura-’ e ‘língua-’ não são nações, grupos étnicos ou algo similar, mas redes de indivíduos em interação”.

Para concluir essa breve explicação do conceito de redes sociais, é interessante salientarmos que o uso desse nível para investigar a diversidade linguística tem como base o fato de que as diferenças nas redes sociais dos indivíduos podem vir a explicar a existência das diferenças encontradas no comportamento linguístico.

O segundo nível, *comunidade de prática*, ainda, segundo Gonçalves (2013), é aquele em que seus participantes estão envolvidos em atividades comuns e intensas o bastante para que se crie, a partir de então, uma *prática social compartilhada*. A comunidade de prática deve ser definida internamente, uma vez que seus membros devem estar suficientemente engajados e não somente compartilharem certas características. Vanin (2009) aponta que os membros, ao pertencerem a uma determinada comunidade, compartilham repertório de práticas, que incluem as práticas linguísticas. Assim, as variantes linguísticas teriam significados sociais, o que permitiria que existisse uma relação direta entre língua e sociedade, fazendo com que os estilos individuais ocupassem um papel central na investigação da variação linguística.

Tendo em vista o estudo, com base em comunidade de prática, Meyerhoff (2004) aponta três dimensões: a primeira se refere ao fato de que os membros de uma comunidade de prática precisam estar juntos para engajarem-se em suas práticas compartilhadas; a segunda pontua que os membros compartilham de algum empreendimento negociado em comum, ou seja, eles se unem por causa de um propósito; e a terceira salienta que o repertório compartilhado em uma comunidade de prática é o resultado cumulativo de negociações internas.

Desse modo, a comunidade de prática pode ser definida como um ‘aglomerado’ de pessoas dispostas a desempenhar atuações sociais que, como mencionado por Gonçalves (2013), identificam-nas de certa forma, haja vista que, ao optarem por fazer parte de determinada comunidade, tais pessoas compartilham repertórios de práticas sociais e linguísticas, fazendo com que as variantes assumam uma significação social e estabeleçam relação intrínseca com a identidade desses indivíduos integrantes da comunidade de prática. O repertório, por sua vez, pode ser considerado como sendo algo dinâmico, uma vez que é modificado de acordo com o uso e as negociações feitas por esses indivíduos dentro da comunidade de prática (cf. VANIN, 2009, p.151).

Como é apontado por Holmes e Meyerhoff (1999 *apud* GONÇALVES, 2013), o nível da comunidade de prática impõe uma interação regular e mutualmente definida por parte dos sujeitos.

É possível, nesse ponto da discussão, estabelecermos um quadro de distinção básica entre as três concepções:

Quadro 16: Principais distinções entre comunidade de fala, rede social e comunidade

Concepção	Sobre a interação	Sobre a relação de proximidade dos membros	Sobre o engajamento comum
Comunidade de Fala	Não é necessário existir interação entre os indivíduos selecionados.	Os indivíduos podem ser selecionados aleatoriamente, ou seja, não precisam, necessariamente, se conhecerem.	Não é necessário que os indivíduos estejam engajados em uma causa comum.
Rede Social	É necessário haver laços de interação entre os indivíduos	Os indivíduos precisam possuir uma relação de proximidade.	Não é necessário analisar indivíduos com causas comuns.
Comunidade de Prática	É necessário haver uma relação de interação constante entre os indivíduos.	Os indivíduos possuem um laço de proximidade	É necessário que haja um interesse comum entre os indivíduos.

Diante do que foi exposto nesta subseção, é de suma importância mencionarmos que um nível não anula o outro. A escolha em utilizar, por exemplo, redes sociais ou comunidade de prática parte dos objetivos de cada pesquisador. Vanin (2009) se posiciona a favor da união complementar das concepções de redes sociais e comunidade de prática, acreditando que, utilizando-as ao mesmo tempo, a pesquisa sociolinguística teria uma melhor definição na análise das variações linguísticas dentro de certo grupo.

Como é possível percebermos, é importante termos em mente a comunidade linguística que pretendemos analisar e os indivíduos que poderão ou não entrar em nossa amostra, pois a entrada de um indivíduo que não faz parte da realidade linguística dessa comunidade pode acarretar em uma análise que não corresponde à realidade dos dados daquela comunidade. Assim, precisamos ter muita atenção no momento da coleta, tendo em mente o que se pretende analisar e que sujeitos selecionar.

Nesta pesquisa, optamos por fazer uso do conceito de comunidade de fala, uma vez que nosso *corpus* foi formado a partir de entrevistas realizadas com indivíduos aleatórios que poderiam ser representantes do sistema linguístico dos municípios selecionados, haja vista que não tivemos a pretensão de analisar um grupo específico, mas sim indivíduos pertencentes a uma cidade como um todo.

2.3 SOBRE A NORMA

Na seção 2.1, mencionamos o fato de a teoria acreditar que a variação existe e sempre existirá independentemente de qualquer ação normativa. Diante disso, consideramos interessante discutir sobre como a teoria da sociolinguística aborda a questão da norma linguística.

Ao trazermos a questão da norma para a discussão, é de suma importância que retomemos ao trabalho do linguista Eugênio Coseriu, que trouxe tal discussão para os estudos linguísticos. Coseriu (1979), em seu trabalho, rediscute a famosa dicotomia saussuriana *langue/parole*, afirmando que, entre a língua e a fala existe um grau intermediário: a norma.

Para Coseriu (1979), a fala seria a realização individual concreta da norma, que, por seu turno, seria a realização coletiva do sistema e conteria, assim, os elementos do próprio sistema linguístico e “elementos funcionalmente não-pertinentes, porém normais no falar de uma comunidade concreta, e a língua, sistema abstrato formal, conteria as oposições funcionais possíveis e disponíveis.” (DUARTE, 2001, p. 160).

Dessa forma, esse grau intermediário estabelece o que é constante e normal, isto é, o que é permitido dentro de uma comunidade linguística. Segundo Coseriu (1979, p.26):

(...) o que se impõe ao indivíduo, limitando a sua liberdade expressiva e restringindo as possibilidades oferecidas pelo sistema dentro dos limites fixados pelas realizações tradicionais, é a norma: a norma, de fato, pode considerar-se como sistema de realizações obrigatórias, de imposições sociais e culturais, e depende da extensão e da índole da comunidade considerada.

Contudo, tais “imposições” e “obrigatoriedades”, mencionadas por Coseriu, não podem ser confundidas com as “obrigatoriedades” impostas pela gramática prescritiva, mas dizem respeito a um contrato social que restringe a utilização dos usos linguísticos na interação entre os indivíduos de uma determinada comunidade linguística. Assim, para o autor, norma se refere a “como se diz” e não a “como se deve dizer”. A norma, portanto, se refere ao uso.

Segundo Bagno (2012), o conceito de norma linguística desde sempre oscila entre duas perspectivas: a do normal e a do normativo. O autor nota essa dualidade facilmente ao observar o conceito de norma no *Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa*. Vejamos a definição trazida pelo dicionário:

4 Rubrica: linguística, gramática

conjunto dos preceitos estabelecidos na seleção do que deve ou não ser usado numa certa língua, levando em conta fatores linguísticos e não linguísticos, como tradição e valores socioculturais (prestígio, elegância, estética etc.)

5 Rubrica: linguística

tudo o que é de uso corrente numa língua relativamente estabilizada pelas instituições sociais.

Diante do que o dicionário aponta, temos exatamente as duas perspectivas apontadas pelo autor. Em 4, a perspectiva que toma o *normativo* como base; e, em 5, a perspectiva do *normal*. A esse respeito, Bagno (2012, p. 2) realiza o seguinte questionamento: “Como é possível, num mesmo campo de investigação, usar um único termo para o que é “preceito estabelecido” e para o que é “uso corrente”?”.

A esse respeito, Antunes (2007, p.86), em seu livro: *Muito além da gramática: um ensino de língua sem pedras no caminho*, já havia argumentado a favor da existência de várias “normas” no português brasileiro. No trabalho citado, a autora realiza a distinção entre: norma com *regularidade* e norma com *prescrição*. Para a primeira, norma é o que corresponde ao que é *regular*, ao *usual*, ao que é utilizado com frequência pelos usuários da língua. Por essa visão, norma linguística implica o conceito de *normalidade*, e não ao que é tido *correto*. Já, para a segunda, a norma linguística implica o conceito de *normatividade*, de prescrição, ou seja, “o uso como *deve ser*, segundo um parâmetro legitimado, em geral, pelos grupos mais escolarizados e com maior vivência em torno da comunicação escrita.”.

No caminho bifurco que parece ser o de conceituar *norma*, outros termos podem ser utilizados para os dois lados da moeda: norma linguística: *real*, que, de fato, é produzida pelo falante, e norma linguística *ideal*, que corresponde ao “imaginário” prescritivo (cf. ANTUNES, 2007). Diante disso, parece-nos que já é um tanto evidente por qual caminho a teoria da sociolinguística acaba caminhando para chegar às suas conclusões.

A teoria laboviana, que se preocupa com a língua em uso, acreditaria, então, na norma como sendo o que entra na preferência do usuário da língua, defendendo que cada grupo – seja ele qual for – tenha sua norma, sua ‘preferência’ de uso e que, de certa forma, acaba sendo essa norma que os identificam.

Do ponto de vista da norma culta ideal, só devemos utilizar o artigo definido diante de *nomes próprios de pessoas* a menos que queiramos dar um ar de proximidade com a pessoa referida, como já mencionamos na seção 1.1.2. No entanto, como vimos em alguns trabalhos sociolinguísticos da seção 1.2, a presença do artigo, em muitas comunidades, é maciça independentemente da questão da proximidade entre o indivíduo e o referido, o que evidencia,

por exemplo, a norma culta real. Esse comportamento linguístico, por sua vez, acaba por identificar o indivíduo como pertencente a algum grupo/comunidade.

Em linhas gerais, é importante salientarmos que essas questões vêm rodeadas por razões sociais, como bem aponta Antunes (2007). A sociedade, a massa pública, não reflete as normas idealizadas nas gramáticas prescritivas por diversas questões. A língua em uso, então, não se aproxima do que é idealizado nas gramáticas normativas e, por esse motivo, a sociolinguística interessa-se pela perspectiva do que é normal de se usar dentro de uma comunidade linguística, buscando um retrato fiel da sociedade.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 SOBRE A PESQUISA DE CAMPO

Como toda pesquisa científica, as que se propõem em analisar a linguagem sob a perspectiva sociolinguística precisam tomar certo cuidado no que se refere à etapa da coleta de dados. Pesquisas que visam aos fenômenos linguísticos variáveis já possuem de início um grande obstáculo, pois “a linguagem pouco se presta à experimentação, já que só se manifesta na espécie humana, que é dificilmente manipulável para fins de pesquisa” (SILVA, 2003, p. 117). Tendo em vista esse obstáculo, Santos (2009) aponta que a observação é o único²³ método de que o linguista dispõe para a fase da coleta de dados. A autora ainda aponta que é necessário tomar uma série de decisões quanto à comunidade linguística que será observada, ao número de informantes e à seleção desses informantes.

Geralmente, o pesquisador seleciona uma determinada comunidade de fala por já a conhecer e ter, de antemão, uma ideia de como determinado fenômeno age naquele ambiente. Todavia, isso não é regra. O linguista pode selecionar uma comunidade que ainda não teve sua fala analisada e, através da observação dos dados obtidos, identificar os fenômenos que existem na língua falada dos moradores. Essa ordem não é relevante, pois “há vários caminhos adequados a serem seguidos que nos levam a resultados que correspondem com a metodologia proposta.” (SANTOS, 2009, p. 69).

Tendo em mente tanto a comunidade linguística que será analisada quanto o fenômeno, o pesquisador deve selecionar o número de informantes que deverão participar das entrevistas que, no caso da análise de língua falada, deverão ser gravadas. É importante salientarmos que, dificilmente, o pesquisador conseguirá realizar entrevistas com todos os membros de uma comunidade de fala, principalmente se esta for um município ou uma região. Dessa forma, é necessário que se tenha um número expressivo de informantes, para que eles sejam bons representantes da comunidade visada. Mais adiante, voltaremos a essa questão.

Deve-se, também, já ter traçado o perfil linguístico do informante, a saber: escolaridade, sexo, idade, localidade etc. No que diz respeito à localidade, Tarallo (1997) ressalta que o

²³ Todavia, existem teorias linguísticas, como a Teoria Gerativa, cujo método não prioriza a observação, mas dados de introspecção coletados, por exemplo, a partir de testes de gramaticalidade.

informante que tenha se ausentado da comunidade em análise por mais de dois anos deve ser descartado, pois ele poderá trazer em sua fala influências de outro sistema linguístico.

Outro fator importante para a pesquisa em sociolinguística é o tempo de duração das entrevistas. É sabido que muitos indivíduos, ao se encontrarem em situação de entrevista gravada, tendem a policiar sua fala para que os possíveis “erros” gramaticais não aconteçam durante a fala. Tal fato é considerado como um clássico problema da teoria laboviana, pois, com o automonitoramento do indivíduo, não haveria coleta de fala natural, do vernáculo. Esse problema ficou conhecido como *Paradoxo do Observador*: “o objetivo da pesquisa linguística na comunidade deve ser descobrir como as pessoas falam quando não estão sendo observadas – no entanto, só podemos obter tais dados por meio da observação sistemática” (LABOV, 2008 [1972], p. 244).

Diante disso, algumas técnicas são empregadas para superar da melhor forma o problema deixado pelo paradoxo do observador. May (2011) cita como estratégia utilizada por pesquisadores na área a realização de perguntas que faça com que o entrevistado narre episódios que o envolva emocionalmente, fazendo com que ele retire sua atenção sobre *como* está falando. Perguntas acerca do cotidiano e das relações familiares do entrevistado são, certamente, a forma mais segura de fazer com que o indivíduo se envolva e esqueça o monitoramento.

Ademais, objetivando que o policiamento do sujeito entrevistado não venha a interferir na ocorrência do fenômeno é recomendado que se descarte os minutos iniciais de cada entrevista, haja vista que, durante os primeiros minutos, o indivíduo ainda não está à vontade e, nem tão pouco, envolvido com a situação e, possivelmente, se policiará quanto ao o que é dito. No entanto, acreditamos que tal recomendação só se faz necessária para os pesquisadores que pretendem analisar fenômenos que possuem variantes estigmatizadas, como, por exemplo, a não aplicação da regra de concordância verbal e nominal. Em nosso caso, não parece ser necessário o descarte dos minutos iniciais quando se trata do fenômeno variável em análise, por exemplo, o caso da anteposição do artigo definido ao antropônimo, como em: “(A) Maria caiu da escada”.

É de suma importância destacarmos que, apesar de a presença do pesquisador e, por conseguinte, do gravador ser apontada como a causadora do paradoxo supracitado, a ausência desses elementos torna-se impossível para a realização da pesquisa de campo. Duranti (1997) ressalta, ao se referir ao paradoxo do observador, também observado nos estudos da antropologia, que a estratégia de se fazer coleta por meio de vídeo-gravação, isto é, sem a

presença do pesquisador, é inaceitável, uma vez que se trata do estudo da cultura do indivíduo. O autor também descarta a realização da entrevista gravada sem o consentimento do informante, pois, além do constrangimento sofrido por ambos, entrevistador e entrevistado, caso o indivíduo venha a descobrir que está sendo gravado, tal ato teria graves implicações éticas.

Salientamos também que a pesquisa sem o uso do gravador deixaria a desejar, uma vez que o pesquisador, possivelmente, não daria conta de anotar todos os dados necessários para a análise desejada, ocasionando em perdas significativas de dados, além de prolongar a árdua tarefa da coleta.

Outra etapa de suma importância será a destinada à observação dos dados. Será nesse momento que o pesquisador verificará como o fenômeno age na língua e quais são as variáveis independentes (linguísticas e extralinguísticas) que podem estar atuando na língua falada da comunidade, tendo em mente que é preciso definir a variável dependente. Para uma melhor compreensão do que vem a ser variáveis (dependente e independentes) tomemos como exemplo a situação que segue:

Em uma comunidade de fala, o pesquisador tem como objetivo analisar o fenômeno da *concordância nominal de número* e observa que naquela comunidade existe a variação de [+concordância] e [-concordância]. O pesquisador ainda observa que essa variação está ligada a questões linguísticas, como, por exemplo, a localização do Sintagma Nominal (SN) na oração, e a questões sociais (extralinguísticas), como a escolaridade do informante.

Na situação descrita, podemos encontrar:

(I) *Variável dependente:*

Variante 1: [+ concordância]: As meninas

Variante 2: [-concordância]: As menina

(II) *Variáveis independentes:*

- *Linguística:* a localidade do SN na oração

(ex.: **As outras** pessoa taca garrafa... / Pelé teve **seus momento bom**²⁴.)

- *Extralinguística (social)*: escolaridade

A variável dependente, portanto, é composta das formas que estão em competição (cf. LUCCHESI & ARAÚJO, 2007; TARALLO, 1997), assim, no exemplo dado, tal variável é composta da presença e da ausência da marca de concordância. Já as variáveis independentes (linguísticas e extralinguísticas) seriam aquelas que podem favorecer ou não o uso de uma dessas formas.

É importante também que o pesquisador saiba manusear um dos programas computacionais disponível no mercado, como, por exemplo, o GoldVarb X, (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005) presente no pacote computacional do VARBRUL. Este último é um conjunto de programas de análise multivariada, com estrutura capaz de acomodar dados de variação linguística. A análise é nomeada de *multivariada* porque permite que o linguista investigue situações em que a variável linguística que se estuda é influenciada por múltiplas variáveis independentes (cf. GUY & ZILLYS, 2007). A investigação feita através desse aparato mede os efeitos das variáveis independentes e a significância de tais efeitos sobre a realização da variável que se toma como dependente. Assim, tomando como exemplo o fenômeno aqui analisado, a análise multivariada irá verificar, por exemplo, o efeito da variável independente, *sexo*, sobre nossa variável dependente: *presença/ausência de artigo definido* diante dos contextos de antropônimo e possessivo e ainda verificar se outra variável independente, como, por exemplo, a *escolaridade* pode influenciar a realização do artigo.

Para tornarmos a exemplificação mais clara, tomaremos como base a situação descrita em Guy & Zilles (2007, p. 99)²⁵ e adequaremos para o fenômeno em análise. Imaginemos que, ao analisar a variável *sexo*, um pesquisador observa que grande parte das mulheres entrevistadas pertencem ao nível médio de escolarização, enquanto a maioria dos homens, ao nível fundamental. Ao realizar a análise, o pesquisador teria como resultado que, por exemplo, as mulheres com nível médio produziam mais o artigo diante dos contextos de possessivos e antropônimos que os homens. Todavia, ao lermos o trabalho do pesquisador nos questionaríamos se o resultado obtido seria confiável. A resposta seria um “não!”, pois o resultado do autor estaria apoiado no fato de o mesmo linguista não possuir um equilíbrio entre as duas variáveis independentes. Segundo a ideia de Guy & Zilles (2007), se fosse

²⁴ Exemplos retirados de Scherre (1994).

²⁵ Os autores usam como exemplo o número de mulheres presentes na classe ‘profissional’ e o número de homens pertencentes à classe ‘trabalhadora’.

apenas uma mulher a mais no nível do ensino médio e se essa informante não apresentasse um número de produção muito alto, em comparação com as demais, o resultado não pareceria tão duvidoso e o pesquisador poderia dizer que existe um efeito da variável *sexo*, independente do efeito da variável *escolaridade*. Com a análise equilibrada e realizando uma análise analítica que buscasse comparar as duas variáveis, o pesquisador poderia, então, responder qual a diferença entre os dois sexos no ensino médio e no fundamental. Caso as respostas a essas perguntas forem consistentes e significativas, ou seja, se as mulheres tanto no ensino médio quanto no ensino fundamental usam mais o artigo, o pesquisador poderá afirmar que há, sim, um efeito da variável *sexo* que não é derivado do efeito da variável *escolaridade*.

É importante reforçarmos que, além do VARBRUL, existem outros pacotes computacionais de análise quantitativa, como o SPSS e o ANOVA. No entanto, o que vemos, em trabalhos sociolinguísticos mais recentes, é uma preferência quase que categórica pelo uso do pacote oferecido pelo VARBRUL, como nas investigações apresentadas no primeiro capítulo deste trabalho. Diante disso, é interessante nos questionarmos do porquê dessa preferência. Segundo Guy & Zilles (2007, p. 105):

À primeira vista, poderia parecer muito mais simples usar somente as contagens (os NS), as frequências, ou os percentuais das várias realizações de uma variável dependente. Investigando o –r final do português brasileiro, por exemplo, poderíamos apenas citar, para cada contexto relevante, as percentagens e NS da vibrante, do tepe, da fricativa velar, do apagamento etc., e não continuar com uma análise do Varbrul. Por que não fazer assim, em vez de gastar o tempo usando o Varbrul?

Não é muito difícil respondermos o questionamento feito pelos pesquisadores. Como já mencionado em parágrafos anteriores, parece interessante, em pesquisa sociolinguística, realizar uma análise multivariada por motivos também já mencionados. Parar a análise após a obtenção de porcentagens e frequências é, segundo Guy & Zilles (2007), o que equivale a realizar uma análise *univariada*. Segundo Guy & Zilles (2007, p. 106), uma análise do tipo univariada é “suscetível aos possíveis resultados incorretos de qualquer método que não controle variáveis intervenientes.”.

Todavia, para utilizarmos o programa, é necessária a execução de etapas anteriores como a seleção e codificação dos dados. Nessa etapa, o pesquisador selecionará os seus dados, presente no *corpus*, e atribuirá códigos para cada variável, linguística e extralinguística, presente no dado extraído para analisá-lo. Veja, a seguir, um exemplo de códigos atribuídos a fatores selecionados neste estudo para a análise do fenômeno da realização do artigo definido diante de pronomes possessivos em posição pré-nominal:

Quadro 17: Codificação para o contexto de pronomes possessivos pré-nominais

SISTEMA DE CÓDIGOS (POSSESSIVOS)	
Variável dependente	
c (= com artigo) s (= sem artigo)	
Variáveis independentes extralinguísticas	
Grupo 1: Gênero 3 (= feminino) 4 (= masculino)	Grupo 2: Escolaridade 1 (= E. Fundamental) 2 (= E. médio) 0 (E. superior)
Grupo 3: Localidade 5 (= Serra Talhada) 6 (= São Jose do Egito)	Grupo 4: Faixa etária 7 (= faixa etária 1) 8 (= faixa 2) 9 (= faixa 3)
Variáveis independentes linguísticas	
Grupo 5: Tipo de preposição x (= por) y (= em) d (= de) l (= para) w (=com) \ (= sem preposição) U (=sobre)	Grupo 6: Função Sintática f (= sujeito) m (= adjunto) Y (= Comp. Nominal) e (= Antitópico/aposto) D (= tópico) z (= Obj. Direto) V (= Obj. Indireto) W (= predicativo do sujeito) G (= DP isolado na resposta não encabeçado por preposição) T (= DP isolado na resposta encabeçado por preposição)
Grupo 7: A pessoa do discurso g (= meu, minha, meus, minhas) h (= seu, sua, seus, suas) i (= nosso, nossa, nossos, nossas)	

Após a atribuição dos códigos a cada fator das variáveis linguísticas e extralinguísticas, esses códigos devem ser inseridos ao lado esquerdo do contexto linguístico que contém a variante relativa ao fenômeno, como mostrado:

(14) (**Pc3059PwvDg** Na minha infância, brincava muito)²⁶

Como é possível percebermos, cada símbolo inserido após o parênteses refere-se a um código que, por sua vez, indicará a presença de um fator. Esses códigos devem, obrigatoriamente, vir pospostos ao parêntesis, que indicará ao programa que todos os códigos que estão inseridos depois dele devem ser trabalhados estatisticamente. Por isso, quando optamos por deixar a sentença ao lado da codificação, ela deve estar devidamente separada, por espaços, do sistema de codificação, para que o programa não interprete como código as letras que compõem a sentença analisada. E também é por isso que não devemos deixar espaços entre os símbolos de codificação, para evitar que o GoldVarb X deixe de ler algum código, haja vista que o programa só interpretará como código aquilo que vier depois do parêntesis. Outra informação relevante que destacamos é o fato de não podermos utilizar o parêntesis como identificador de um determinado fator, já que é esse símbolo que indicará onde começa a codificação.

É importante frisarmos que não é necessário que a codificação venha acompanhada da sentença onde o fenômeno pode ser visualizado. Muitos autores optam por utilizar apenas a codificação, no momento da rodada no programa. Outros inserem a sentença para evitar “dores de cabeça” com possíveis problemas que possam acontecer, como, por exemplo, a falta de algum código. Com a sentença ao lado, podemos visualizar, facilmente, qual símbolo pertence àquele sistema de códigos. Por exemplo, se, por algum motivo, esquecermo-nos de informar ao programa se o dado em (14) vem ou não acompanhado por uma preposição, podemos olhar, na própria janela do programa, o sintagma “Na minha infância” e informar que ‘sim’, existe uma preposição na sentença. A informação é dada, nesse caso, inserindo o código ‘p’ no sistema. Se a sentença não estiver ao lado do código, no programa, o pesquisador precisará voltar à planilha de codificação e procurar a informação em seus dados.

Feitos todos os procedimentos mencionados nos parágrafos anteriores, o pesquisador estará apto a rodar seus dados no programa e analisá-los de forma mais estatisticamente segura, lembrando que o processo de análise é uma tarefa exclusivamente do linguista, não cabendo à máquina, ou seja, ao programa computacional, essa tarefa. O pesquisador tem, então, a tarefa de entender e explicar os fatos que envolvem seu fenômeno.

Dessarte, destacamos que cada etapa descrita nesta subseção foi realizada neste estudo, configurando-se, portanto, em uma pesquisa de campo cujo método de abordagem é o

²⁶ Dado retirado de nosso *corpus*.

indutivo e métodos de procedimento, o comparativo e o estatístico (cf. Marconi & Lakatos, 2003): o primeiro porque serão comparadas duas cidades do Sertão do Pajeú (cf. subseção 3.2.1) e o segundo porque serão analisados os resultados quantitativos obtidos pela rodada dos dados no GoldVarbX.

3.2 CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO DAS COMUNIDADES ANALISADAS

Quando se tem em mente realizar um estudo linguístico através do viés da Sociolinguística, é imprescindível se fazer a relação entre língua e sociedade. Segundo Braga (2012), todo estudo em sociolinguística tem como ponto de partida a comunidade de fala, além das situações reais que abrigam as diversidades estruturais da língua. Desenvolver um estudo com essa teoria significa voltar a atenção para a questão da interação entre o indivíduo e a comunidade a que ele pertence.

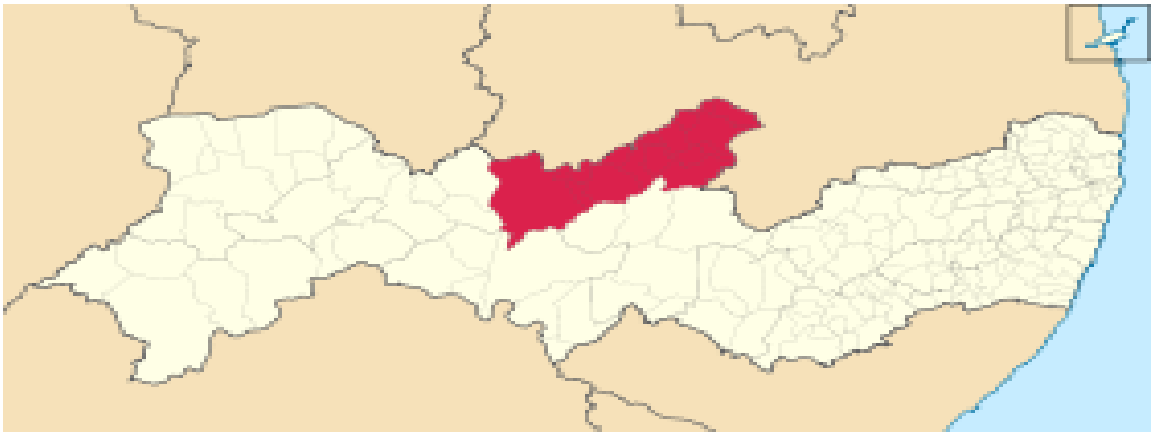
É importante destacarmos que existe uma relação intrínseca entre língua e sociedade, uma vez que aquela tem como função precípua servir a esta. Diante disso, é de suma importância realizarmos uma exposição do contexto social e histórico das comunidades de fala selecionadas para a análise que se inserem na região do Sertão do Pajeú-Pernambuco, conforme apresentado a seguir.

3.2.1 O Sertão do Pajeú

A região do Sertão do Pajeú é composta por 17 municípios e possui uma população estimada em 395.315 mil habitantes, dos quais 153.723 residem na área rural, segundo dados da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), correspondendo a 38% da população local. A região ainda abriga 16 comunidades quilombolas espalhadas por seus municípios e 1 terra indígena.

O nome da região foi inspirado no nome do seu rio, que era chamado pelos indígenas da região de “*Payau*”, que significa “rio do pajé” ou “rio do curandeiro”. O rio Pajeú tem sua nascente da serra do Balanço, em Brejinho, já na divisa do estado de Pernambuco com a Paraíba. Depois de percorrer 353 km, o rio desagua no lago de Itaparica, formado pela barragem do rio São Francisco.

Figura 4: Localização da região do Sertão do Pajeú no mapa de Pernambuco



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Microrregi%C3%A3o_de_Paje%C3%BA#/media/File:Brasil_Pernambuco_location_map_Micro_Paje%C3%BA.svg

O povoamento da região se deu no século XVI com a chegada dos portugueses. A primeira interiorização das terras aconteceu a partir de Salvador. Assim, o sertão baixo e o médio Pajeú foram povoados por baianos e não por pernambucanos, conforme consta nos registros da fundação Cabras de Lampião. Já a povoação do alto Pajeú aconteceu pelo estado da Paraíba.

No entanto, é importante salientarmos que, antes da chegada dos portugueses, a região era habitada por indígenas, como, por exemplo: os tapuias-cariris. Com a chegada dos colonizadores, os nativos foram perseguidos e escravizados.

Com a implantação da lei de 1758, aconteceu a distribuição territorial no sertão do Pajeú. Esse fato foi o início do latifúndio e da exploração dessas terras, gerando, segundo o arquivo da Fundação Cabras de Lampião, o surgimento do cangaço na região.

A região possui um clima semiárido na maioria de seu terreno. No entanto, há a área denominada de brejo de altitude que compõe, por exemplo, o município de Triunfo, identificado como o ponto mais alto do estado, a 1027 metros. A cidade de Triunfo chega a registrar temperaturas atípicas na região, alcançando 12 graus durante o período do inverno. Sua agropecuária é considerada a mais desenvolvida do sertão brasileiro. Todavia, não é a agropecuária o setor econômico de maior sucesso na região, mas sim o comércio.

Na educação, a região oferece aos seus moradores e aqueles que optam por firmar residência no sertão do Pajeú todos os níveis de escolaridade – da pré-escola ao ensino superior – espalhados em seus municípios. Em 2015, o atual governador do estado de Pernambuco premiou 6 escolas públicas da região por se destacarem no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica de Pernambuco (IDEPE). Para a avaliação, o IDEPE

leva em consideração itens como: a proficiência e o fluxo escolar, os mesmos itens analisados no índice nacional, o IDEB.

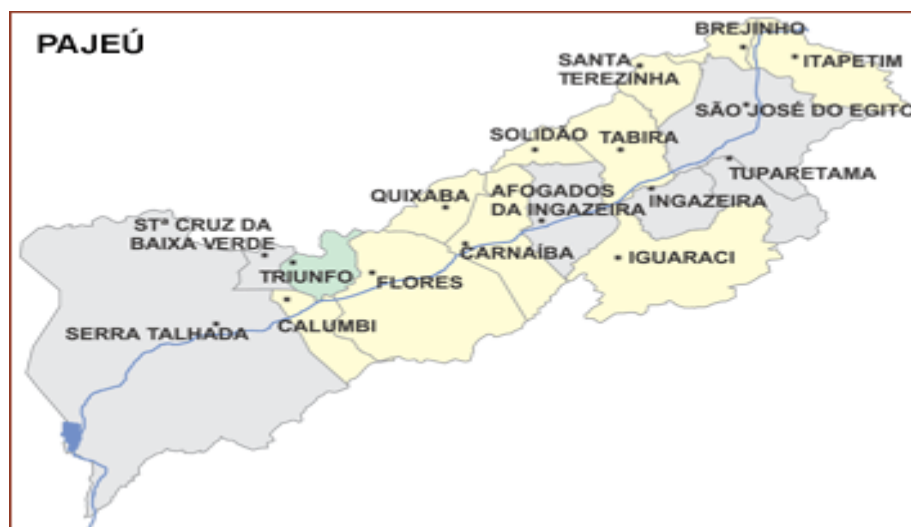
Em 2012, a região foi destaque nacional por um de seus municípios, a cidade de Quixaba, ser reconhecida pelo Prêmio de Gestão Escolar (PGE) daquele ano. Segundo informações retiradas do site da secretaria do município, a escola, a partir desse resultado, se consagra como Escola Referência Brasil em gestão escolar e experiências inovadoras na Educação depois de disputar o título com outras 9.693 instituições de ensino de todo o Brasil.

A cidade com o maior desenvolvimento econômico e a mais populosa dessa região é o município de Serra Talhada, seguida de Afogados da Ingazeira, São José do Egito e Tabira.

Para a realização deste trabalho, selecionamos dois municípios localizados na região do sertão do Pajeú, a saber:

- Carnaíba – localizada na região central do sertão do Pajeú;
- Serra Talhada – localizada ao Oeste da região.

Figura 5: Mapa da região do Sertão do Pajeú, Pernambuco



Fonte: <http://www.blogdocauerodrigues.com/2015/07/no-sertao-do-pajeu-fem-2013-investiu-r.html>

Os dois municípios foram selecionados por apresentarem contextos sócio-históricos diferentes, conforme será evidenciado nas próximas subseções. Dessa forma, poderíamos analisar o fenômeno tanto no município com mais desenvolvimento econômico, Serra Talhada, quanto no de menor renda per capita, Carnaíba. Destacamos também o fato de os mesmos municípios estarem localizados em posições de fronteiras com outros municípios

pertencentes à região do sertão do Pajeú com outras regiões do estado, como o Sertão de Itaparica e Moxotó e até mesmo com outros estados do país, como Paraíba, Bahia e Ceará.

3.2.1.1 Carnaíba

Localizada no interior do estado de Pernambuco, a cidade de Carnaíba fica a 400 km da capital do estado, Recife. Segundo as informações disponíveis no Espaço do Turista, organizado pela prefeitura da cidade, o terreno que hoje a cidade ocupa pertencia originalmente aos índios Cariris que, devido à chegada do homem branco, foram aos poucos abandonando o território. As evidências da existência dos indígenas nas terras do município podem ser encontradas nas marcas deixadas por eles nas pedras e furnas das Serras do Boqueirão e da Mantinha.

O nome do município é proveniente da referência da propriedade que, com a expulsão dos Cariris, ficou com o território Casa da Torre, de Garcia D'ávila, cujo livro de tombo faz referências às Fazendas: Carnaíba Velha e Oitizeiro. A povoação do município só se deu na segunda metade do século XIX, logo após a chegada dos portugueses: João Gomes dos Reis e o tenente Saturnino Bezerra que fixaram residências nas terras, como informa o site oficial da prefeitura de Carnaíba²⁷. Foi ao redor da fazenda montada por João G. dos Reis, nomeada, inicialmente, de Fazenda Lagoa da Barroca, que começou a se construir o povoado.

Em 1823, a povoação que se montou nas terras de Carnaíba foi elevada à categoria de Vila, sob o nome de Carnaíba das Flores. O distrito de Carnaíba, subordinado ao município de Flores, foi criado em 1893. Apenas em 1953, o então distrito se tornou município e nomeado definitivamente de Carnaíba.

Segundo o censo de 2014 do IBGE, o município possui uma população de 18.574 habitantes e uma área de 427,802 km². Além disso, é considerada uma cidade “pacata” da região do sertão do Pajeú, sendo a agropecuária o setor econômico de destaque. Na agricultura, o município tem como seus principais produtos: feijão, castanha de caju, mandioca e goiaba, segundo dados do IBGE. No que tange às atividades pastoris, o destaque fica por parte do caprinocultura.

A tradição musical é uma das características da cidade de Carnaíba. Tendo como filho ilustre o compositor Zé Dantas, parceiro de Luiz Gonzaga e um dos maiores nomes da música

²⁷ <http://prefeituramunicipaldecarnaiba.blogspot.com.br/>

popular brasileira, o município faz da música sua marca. É possível encontrarmos na cidade escolas de formação profissional e bandas musicais em plena atividade.

Figura 6: Praça da Escola de Música Maestro Israel Gomes, em Carnaíba-PE



Fonte: José Rodrigues de Siqueira

Na educação, Carnaíba obteve destaque, de acordo com o Índice de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco (IDEPE), de 2015, que analisou os estudantes nas disciplinas de matemática e língua portuguesa, da 4ª e 8ª série do nível fundamental e do 3º ano do médio. O município foi destaque entre os 5 melhores do estado, sendo premiado nos dois níveis, fundamental e médio. O município ainda possui uma Escola Técnica: ETEC Professor Paulo Freire, uma escola de referência semi-integral, além de escolas públicas e privadas.

É importante frisarmos que não há, em Carnaíba, instituições de ensino superior, como universidades – federal, estadual ou privada - ou faculdades particulares, o que acaba por facilitar a migração dos estudantes carnaibanos para outras cidades da região, como, por exemplo, para Serra Talhada e Afogados da Ingazeira. Como a distância entre as cidades não é longa, os estudantes acabam optando por não estabelecerem residência nos municípios em que estudam.

3.2.1.2 Serra Talhada

A cidade de Serra Talhada, conhecida como a Capital do Xaxado e por ser o berço do cangaceiro Lampião (Virgulino Ferreira), está localizada na região do Sertão do Pajeú, a 415 km da capital pernambucana, Recife. O município, segundo os dados do IBGE de 2015, possui uma população estimada em 84.352 mil habitantes e uma faixa territorial de 2.965 km².

O município de Serra Talhada teve início no século XVIII com a chegada do capitão-mor da esquadra portuguesa, Agostinho Nunes de Magalhães. Tendo em vista a sua permanência, o capitão português logo tratou de construir uma grande fazenda de criação de gado naquelas terras. O nome dado à fazenda foi inspirado por uma imponente formação rochosa existente no território que mais parecia ser talhada à mão. Devido a essa analogia, a fazenda passou a se chamar Serra Talhada.

Segundo a Fundação Casa da Cultura de Serra Talhada, o desenvolvimento do local deu-se após a construção, através de mão-de-obra escrava, de uma capela nomeada de Nossa Senhora da Penha, hoje, padroeira da cidade.

Figura 7: Vista parcial da Fazenda Serra Talhada



Fonte: Fundação Casa da Cultura

A posição privilegiada da fazenda, nos caminhos que levavam a outros estados do país, atraiu um movimento de vaqueiros e peões que transportavam seu gado pela estrada que cortava os currais do capitão. Não demorou muito para que negociantes e feirantes começassem a formar ajuntamento no local. Com o comércio adquirindo força, a fazenda passou a receber uma população que, mais tarde, formaria seu primeiro povoado. *A priori*, a fazenda pertencia ao município de Flores; não demorou muito para que, em 1951, acontecesse

sua emancipação. Quando isso aconteceu, a Fazenda de Serra Talhada passou a ser chamada de Vila Bela.

Com o passar dos tempos, Vila Bela, através da ação política na região, logo foi elevada ao *status* de município através da lei provincial de número 280. Em 1939, o município passou por uma nova política de nomeação, sendo agora reconhecido como Serra Talhada, seu nome de origem.

Ainda durante seu período enquanto Vila Bela, Serra Talhada foi palco do crescimento de seu mais famoso filho, Lampião. Foi na cidade que o rei do cangaço deu seus primeiros passos em direção à vida no cangaço. Sua história, junto à Maria Bonita e seu bando, foi eternizada na cidade e no Brasil. Hoje, a existência de Lampião é inspiração para grandes eventos culturais realizados na comunidade.

Localizada em posição estratégica, no cruzamento das estradas de acesso à Paraíba, Bahia e Ceará, Serra Talhada é a segunda cidade mais desenvolvida economicamente do Sertão de Pernambuco e o principal município da Mesorregião do Sertão pernambucano. A capital do xaxado, que se encontra em constante crescimento, tornou-se foco de investidores das diversas áreas do comércio. Hoje, o município é responsável por organizar uma das mais importantes feiras de negócios do interior pernambucano, a EXPOSERRA, que atrai anualmente os olhares de investidores e da população pernambucana para a feira. O município ainda realiza, anualmente, eventos voltados para as questões culturais, dentre eles: O Encontro Nordestino de Xaxado, que recebe dançarinos do estilo de todas as regiões do país, e a realização do maior espetáculo a céu aberto do interior do estado, intitulado: *O Massacre de Angico – A Morte de Lampião*, em homenagem à memória do cangaceiro Lampião.

Figura 8: Apresentação de grupo de xaxado, no X Encontro Nordestino de Xaxado, em Serra Talhada - PE



Foto: Alejandro Garcia.

Figura 9: Encenação ao ar-livre do espetáculo O massacre de Angico – A morte de Lampião, em Serra Talhada-PE



Foto: Bruna Verlene.

A cidade ainda cultiva sua tradição nos certames de beleza. Serra Talhada é conhecida também como a cidade tricampeã em beleza feminina. O município é o único do estado a conseguir eleger, por três vezes consecutivas, misses Pernambuco, nos anos de 1974, 1975 e 1976. Em 2016, o município conseguiu sua quarta coroa. Atualmente, a cidade continua realizando os concursos de beleza e movimentando a camada interessada no mundo dos concursos.

Destacamos que a cidade é polo em saúde, comércio e educação. No que diz respeito à educação, o município possui um número significativo de escolas públicas e privadas, cerca

de 17, sendo 9 pertencentes à rede privada e 8, à rede pública. A cidade também conta com 2 instituições de ensino técnico, 1 instituto federal e 5 instituições de ensino superior, sendo 1 federal, 1 estadual e 3 privadas. O município também conta com escolas voltadas para a educação de pessoas especiais. Por conseguinte, Serra Talhada é responsável por acolher moradores vindos de outras cidades que visam aos serviços oferecidos pelo município. Devido às suas instituições de ensino superior, muitos jovens, nascidos em outras localidades, procuram firmar residência na cidade.

A cidade ainda conta com Fundações como, por exemplo: a) a Casa da Cultura de Serra Talhada, que guarda o acervo referente à história da capital do xaxado, b) o Museu do Cangaço, que preza à memória do movimento e dos seus maiores representantes, Lampião e seu bando, e c) a Casa do Artesão.

Figura 2: Visão parcial da cidade de Serra Talhada – PE



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Serra_Talhada

Atualmente, no município, está ocorrendo a construção do primeiro *Shopping Center* do Sertão do Pajeú e a reforma do aeroporto da cidade, que ampliará o acesso à localidade e seus municípios circunvizinhos.

O movimento esportivo também acaba por atrair visitantes para a cidade. No futebol, o município é representado pelo Serra Talhada Futebol Clube, que atrai torcedores de todo o estado para o Estádio Nildo Pereira, O Pereirão, em dias de jogos com os grandes times pernambucanos. Além disso, recebe eventos esportivos escolares da região.

Com isso, Serra Talhada passa a ser um importante município na região do Pajeú, recebendo diariamente indivíduos pertencentes a outras localidades do país, seja devido à saúde, educação e comércio, seja às manifestações festivas realizadas na terra de Lampião.

3.3 PROCEDIMENTOS PARA A COLETA DOS DADOS

Tendo conhecimento do perfil social e cultural de cada uma das duas cidades que nos propomos a analisar, é de suma importância que realizemos, agora, uma descrição detalhada de como se deu a realização das etapas cruciais para a construção desta pesquisa, a saber: validação da pesquisa, critérios de exclusão e inclusão dos sujeitos da pesquisa, coleta dos dados e seleção dos dados.

3.3.1 A validação da pesquisa

Para que pudéssemos iniciar este trabalho, foram necessárias a realização do processo de cadastro da pesquisa na Plataforma Brasil e a validação da pesquisa frente ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Dedicamos o primeiro passo ao cadastro do pesquisador e da própria pesquisa na Plataforma Brasil. Essa plataforma é uma base nacional e unificada onde são registradas todas as pesquisas que envolvem seres humanos para todo o sistema CEP e Conselho Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). Ela permite que o pesquisador acompanhe todos os estágios da pesquisa pretendida - desde sua submissão até a aprovação final pelo CEP e pela CONEP, quando necessário – possibilitando, inclusive, que o pesquisador acompanhe etapas como a fase de campo e o envio de relatórios da pesquisa: parciais e finais.

Segundo o Sistema Nacional de Informação sobre Ética em Pesquisa (SISNEP) envolvendo seres humanos, situado no site oficial do Ministério da Saúde²⁸, a Plataforma Brasil é um meio crucial para a transparência e agilidade do processo da pesquisa, haja vista que há a possibilidade de apresentação de documentos via *internet*, o que evita o uso do envio da tramitação de protocolos via Correios.

Tendo realizada a etapa do cadastro, demos entrada ao pedido de validação da pesquisa por parte do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). O CEP é uma instância colegiada da Universidade Federal de Pernambuco, de natureza consultiva, educativa, deliberativa, autônoma, para a emissão de pareceres sobre protocolos de pesquisas, vinculadas ao CONEP. Esse comitê tem como objetivo o acompanhamento das pesquisas que têm como foco o ser

²⁸ http://portal2.saude.gov.br/sisnep/Menu_Principal.cfm

humano, preservando aspectos de natureza ética. O CEP, então, busca defender a integridade e dignidade de todos os envolvidos na pesquisa.

Segundo a lei de Nº 466, de 12 de dezembro de 2012²⁹, todas as pesquisas que envolvem seres humanos devem ser aprovadas pelo CEP. A resolução traz exigências que devem ser seguidas pelo pesquisador, dentre elas, está a obrigatoriedade de o indivíduo participante ser esclarecido sobre todos os procedimentos que envolvem a pesquisa, inclusive sobre os riscos e benefícios que estará exposto ao aceitar participar da pesquisa. Para que a aceitabilidade do participante seja comprovada, o CEP exige que esse indivíduo assine o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que deve apresentar diferentes redações a depender do indivíduo a ser pesquisado. Para esta pesquisa, utilizamos dois tipos de TCLEs – um para as pessoas maiores de 18 anos e outro para os responsáveis por menores de 18 anos.

Além da anexação dos TCLEs no sistema da plataforma, precisamos anexar outros documentos, como: projeto de pesquisa - contendo todas as informações de nosso trabalho -, *Currículo Lattes* de todos dos envolvidos na pesquisa, a Folha de Rosto gerada pela plataforma Brasil, e pedido de dispensa da Carta de Anuência, já que não nos objetivamos a abordar pessoas em instituições, mas, sim, nas ruas dos municípios.

Após recebermos o parecer positivo do CEP, demos início à pesquisa de campo, conforme descrita na próxima subseção.

3.3.2 Instrumentos utilizados e tempo de coleta

Para que esta pesquisa fosse possível, realizamos vinte e quatro (24) entrevistas informais em cada município selecionado – Serra Talhada e Carnaíba -, totalizando quarenta e oito (48) entrevistas. É importante destacarmos que, de início, tínhamos a pretensão de analisar cinco municípios da região – Carnaíba, Quixaba, São José do Egito, Serra Talhada e Triunfo -, o que expandiria nosso número de entrevista para cento e vinte (120) informantes. Todavia, devido à escassez de tempo, optamos por realizar uma diminuição no número de municípios e informantes para nos adequar à realidade em que nos encontrávamos durante o período de realização da etapa descrita nesta subseção.

²⁹ <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>

Para tanto, foi necessária a elaboração de uma ficha social. A criação desse documento foi importante para que tivéssemos o perfil social do indivíduo-colaborador de nossa pesquisa, uma vez que precisávamos saber se se enquadrava nas exigências necessárias para se analisar o perfil linguístico da região. Nessa ficha, encontram-se informações sobre: dados pessoais – idade, sexo, escolaridade -, tempo de permanência do município, hábitos etc (cf. Apêndice 1).

Outro documento elaborado para a realização das entrevistas foi o roteiro de perguntas (cf. Apêndice 2). Esse documento foi necessário para que as perguntas feitas ao entrevistado fossem voltadas para a produção de nosso fenômeno, fazendo, assim, com que não tirássemos nosso fenômeno do foco da entrevista. Nossas perguntas foram voltadas para questões do cotidiano do indivíduo. Dessa forma, nosso informante narrou sobre seus hábitos, sobre seu relacionamento familiar, sobre o lazer na cidade e companhias. A etapa de elaboração das perguntas foi, sem dúvida, uma das mais importantes para esse estudo, pois foi, a partir dos questionamentos, que o informante-colaborador passou a produzir o fenômeno em questão.

É importante salientarmos que, quando o informante relatava determinada informação e víamos que, a partir de suas palavras, poderíamos fazer outra pergunta que levaria a produção do artigo diante dos contextos de antropônimos e possessivos, questionamentos que não estavam no roteiro eram feitos. O ato de sair do roteiro é, com certeza, uma forma eficaz de deixar o entrevistado mais à vontade diante da situação, evitando o *paradoxo do observador* já esboçado anteriormente.

Tendo elaborado a ficha do informante e o roteiro, passamos à etapa de viagem aos municípios que seriam analisados por nós. Para a realização da coleta em Serra Talhada, foi necessário cerca de três meses – Outubro, Novembro e Dezembro de 2015. Para a realização dessa coleta no município de Carnaíba, um mês foi suficiente, a saber: Maio de 2016.

As entrevistas que formam nosso *corpus* apresentam uma duração mínima de 10 minutos cada, totalizando 7 horas e 10 minutos de gravação. Tendo em vista que nosso roteiro levaria o informante a produzir um número robusto do fenômeno sem muitas dificuldades, acreditamos que 10 minutos é um tempo significativo para a obtenção de dados. Para a realização das entrevistas, fizemos uso de gravador de áudio.

3.3.3 Critérios de inclusão e exclusão do participante da amostra

Como já mencionado anteriormente, para que o informante pudesse participar de nossa amostra, era necessário que estivesse dentro do perfil social selecionado para que tivéssemos um perfil fiel da comunidade. Com isso, foram elaborados alguns critérios de inclusão dos informantes, a saber:

- (a) ser domiciliado no município que está sendo analisado – Serra Talhada ou Carnaíba – durante um período de, no mínimo, 5 anos;
- (b) enquadrar-se em um dos três níveis de escolaridade selecionados (fundamental, médio ou superior);
- (c) encaixar-se nas seguintes faixas etárias: de 06 a 17 anos; de 18 a 35 anos, e acima de 35 anos.

Diante dos critérios elaborados para inclusão dos informantes que formariam nossa amostra, são apresentados o quantitativo e a distribuição dos informantes, tendo em mente as variáveis extralinguísticas selecionadas para o estudo:

Quadro 18: Quantitativo e distribuição dos informantes da amostra

Município	Sexo	Escolaridade	Faixa etária	Quant.	Subtotal	Total
Carnaíba	Feminino	Fundamental	06-17	4	12	24
		Médio	18-35	2		
			+35	2		
		Superior	18-35	2		
	+35		2			
	Masculino	Fundamental	06-17	4	12	
		Médio	18-35	2		
			+35	2		
Superior		18-35	2			
	+35	2				
Serra Talhada	Feminino	Fundamental	06-17	4	12	24
		Médio	18-35	2		
			+35	2		
		Superior	18-35	2		
	+35		2			
	Fundamental	06-17	4			

	Masculino	Médio	18-35	2	12	
			+35	2		
	Superior	18-35	2			
		+35	2			

É importante salientarmos que a divisão das faixas etárias se deu pela realidade encontrada em sala de aula, isto é, com base na idade do aluno/indivíduo entrevistado. Assim, os indivíduos pertencentes ao ensino médio e ao ensino superior se apresentavam com uma faixa etária entre 18 e 35 anos. Já o participante do ensino fundamental possuía uma idade entre 07 e 16 anos.

Diante do exposto, salientamos, então, que é considerado como critério de exclusão para a pesquisa apresentada o não enquadramento em um dos três critérios supramencionados.

3.3.4 Seleção dos dados

Após a coleta de dados, já descrita em subseção anterior, passamos à etapa de transcrição ortográfica das gravações realizadas. Após essa etapa de transcrição, realizamos a montagem do *corpus* da pesquisa a partir dos dados relevantes para o estudo, valendo ressaltarmos que nem todos os antropônimos e pronomes possessivos foram selecionados para compor esse *corpus*, são eles: a) o possessivo não está em posição pré-nominal (cf. (15)) e, portanto, não pode ser antecedido por um artigo; b) o nome próprio, na periferia direita da sentença e posposto ao verbo “chamar”, não pode ser acompanhado por artigo (cf. (16), e c) o verbo que antecede o SN termina em [a] e [u], mesmo seguimento fonético que pode ter o artigo definido, dificultando a percepção deste (cf. (17) e (18)):

(15) “**Um amigo meu** tem um carro” (Inf 4 –CA)

(16) “Meu amigo que eu considerava muito inteligente se chama **Iranildo Marques**”
(Inf 14 –ST)

(17) “Era **(a) minha mãe**” (Inf 4 –ST)

(18) “Tinha **(a) Leonida**, uma ótima professora (...)” (Inf 17–ST)

Tendo em mente a exclusão de SNs, como os citados acima, selecionamos aqueles capazes de favorecer a variação:

- (19) “(...) Aniversário **de Barbie** parece” (Inf 20 –ST)
 (20) “Tem **o Fernando Rocha** e tem **a Marina**, Marina, não sei o sobrenome dela”
 (Inf 6 –ST)
 (21) “**Meu pai** é separado” (Inf 23 –CA)
 (22) “E **meu ex-professor**, Carlão” (Inf303 –CA)

Elaborado o *corpus* composto de 1603 SNs, realizamos a codificação dos dados consoante às variáveis – dependente e independentes. O sistema de códigos utilizado para o contexto de pronome possessivo já foi enunciado na seção 3.1. Vamos, agora, apresentar o sistema de códigos elaborado para o contexto de antropônimos:

Quadro 19: Codificação para o contexto de antropônimo

SISTEMA DE CÓDIGOS (NOMES PRÓPRIOS)	
Variável dependente	
c (= com artigo) s (= sem artigo)	
Variáveis independentes extralinguísticas	
Grupo 1: Sexo 3 (= feminino) 4 (= masculino)	Grupo 2: Escolaridade 1 (= Ensino Fundamental) 2 (= Ensino Médio) 0 (= Ensino Superior)
Grupo 3: Localidade 5 (= Serra Talhada) 6 (= Carnaíba)	Grupo 4: Faixa etária 7 (= faixa etária 1) 8 (= faixa 2) 9 (= faixa 3)
Variáveis independentes linguísticas	
Grupo 5: Contexto preposicionado p (= preposição) q (= sem preposição)	Grupo 7: Tipo de preposição X (= por) y (= em) d (= de)
Grupo 6: <i>Status</i> informacional a (= Informação nova) v (= Infomação antiga)	l (= para) \ (= sem preposição) [não se aplica] w (= com) U (=sobre)
Grupo8: Função Sintática f (= sujeito) m (= adjunto) Y (= Comp. Nominal) e (= Antitópico/aposto) D (= tópico) V(= Objeto Direto)	Grupo 9: Informação Compartilhada o (= compartilhada/famoso) n (= não compartilhada/não-famoso)

R(= Objeto Indireto) W (= predicativo do sujeito)	
Grupo 10: Familiaridade j (= familiar) k (= Não familiar)	Grupo 11: Título/Parentesco b (com título) L (sem título)
Grupo 12: Referência do Antropônimo x (real) r (personagem)	Grupo 13: SN isolado G (= SN isolado na resposta não encabeçado por preposição) T (= SN isolado na resposta encabeçado por preposição)

Após a codificação de todos os dados selecionados, utilizamos o programa computacional GoldVarb X, presente no pacote VARBRUL, para a realização do tratamento quantitativo (estatístico e probabilístico) de nossos dados.

3.4 MÉTODOS UTILIZADOS

Como em toda e qualquer teoria, a sociolinguística apresenta alguns métodos que norteiam suas análises. O chamado método de abordagem é o indutivo que, segundo Marconi & Lakatos (2003, p. 85), as teorias que o utilizam partem de “dados particulares, suficientemente constatados [a partir dos quais] infere-se uma verdade geral ou universal.”. Para a indução, é necessária a realização de três etapas fundamentais: observação dos fenômenos, descoberta das relações entre eles, e a generalização da relação. Portanto,

(...) como primeiro passo, observamos atentamente certos fatos ou fenômenos. Passamos, a seguir, à classificação, isto é, agrupamento dos fatos ou fenômenos da mesma espécie, segundo a relação constante que se nota entre eles. Finalmente, chegamos a uma classificação, fruto da generalização da relação observada. (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 87)

A generalização é feita, portanto, através de uma observação empírica de uma amostra que é significativa/representativa do local de estudo do fenômeno. Na sociolinguística, pesquisamos o fenômeno através de coletas realizadas com um número de indivíduos que julgamos ser representativo daquela comunidade e, a partir de então, realizamos a generalização dos resultados. Assim, o número da amostra deve ser suficientemente representativo da comunidade. Marconi & Lakatos (2003), pontuam dois problemas para a

pesquisa indutiva, a saber: a amostra insuficiente – ocorre quando a generalização indutiva é realizada com base em dados insuficientes para sustentar a generalização feita -, e a amostra tendenciosa – ocorre quando uma generalização indutiva tem como base uma amostra não representativa da população estudada.

Outro método utilizado neste estudo, considerado como método de procedimento, é o comparativo. Esse método realiza comparações com o objetivo de verificar similaridades e dar explicações acerca de divergências. Segundo Lakatos (1981, p. 32), “é usado tanto para comparações de grupos no presente, no passado, ou entre os existentes e os do passado, quanto entre sociedades de iguais ou de diferentes estágios de desenvolvimento.”. Assim, o pesquisador em sociolinguística se vale desse método quando busca realizar comparações entre comunidades diferentes. Podemos citar como exemplos de estudos que se valeram desse método os trabalhos de Campos Jr. (2011) e Pereira (2015), já mencionados nas subseções 1.2.5 e 1.2.6, respectivamente.

Neste trabalho investigativo, adotamos o método da comparação ao compararmos nossos resultados com os já obtidos em outras pesquisas, sempre que possível, a fim de verificarmos se há diferenças e/ou divergência entre eles. Ademais, realizamos a comparação entre os dois municípios que nos propomos em analisar, a fim de verificarmos se as localidades apresentam características linguísticas similares.

A comparação, por seu turno, foi feita, com base nos resultados quantitativos obtidos. Para que esses resultados fossem alcançados, fizemos uso de outro método de procedimento: o estatístico. Esse método tem o papel de fornecer uma descrição quantitativa da sociedade considerada como um todo organizado (cf. LAKATOS, 2003).

Tomando por base o exposto, o pesquisador sociolinguista, por exemplo, coleta, observa, dá tratamento quantitativo aos dados linguísticos variáveis e, tendo como base suas conclusões de análise, realiza a generalização.

3.5 SOBRE AS VARIÁVEIS LINGUÍSTICAS: BREVES INCURSÕES

Serão apresentadas, nesta subseção, as variáveis que o programa computacional GoldVarb X apontou como significativas para os antropônimos e para os possessivos. Salientamos que controlamos as mesmas variáveis para as duas localidades, a fim de

realizarmos a comparação entre elas. Esse programa tomou como significativas algumas variáveis diferentes para cada contexto nos dois municípios.

As variáveis serão apresentadas separadamente nas subseções que seguem:

3.5.1 Carnaíba

Para a realização da análise do fenômeno no município de Carnaíba, foram feitas seis rodadas dos dados de antropônimos e cinco rodadas dos dados de pronomes possessivos.

Observemos as variáveis que foram apontadas pelo GoldVarb X para o município:

3.5.1.1 Contexto de Antropônimo

A ordem de apresentação está de acordo com a ordem de significância dada pelo programa.

3.5.1.1.1 Tipo de preposição

Controlamos, também, o fato de o antropônimo pertencer ou não a um contexto preposicionado, isto é, se havia alguma preposição diante do antropônimo. Segundo o que mostram alguns trabalhos, como os já citados (CALLOU & SILVA, 1997; PEREIRA, 2011), quando há preposição, temos uma presença maior de artigo definido diante desse contexto. Diante disso, procuramos verificar a influência da preposição em nosso *corpus* de análise.

É importante salientarmos que a variável *Tipo de preposição* foi extraída de uma primeira variável, a saber: *Contexto preposicionado*. Todavia, no processo do tratamento estatístico, identificamos que poderia estar havendo algum problema com relação a essas duas variáveis, uma vez que o GoldVarb X considerava a variável *Contexto preposicionado*, mas excluía o tipo de preposição. Realizamos, então, outra rodada, porém, sem os códigos que identificavam a presença da preposição. Como resultado, a variável antes excluía foi selecionada pelo *stepping up*³⁰. Diante disso, fizemos uso de nossa sensibilidade de pesquisador e optamos por ficar com a rodada onde a variável *tipo de preposição* havia sido

³⁰ No GoldVarb X, o *stepping up* é responsável por indicar, ao pesquisador, as variáveis tomadas por ele como sendo significativas.

selecionada, pois o fato de dizer que o tipo de preposição é significativo implica, por lógica, dizer que o fato de se ter uma preposição diante do contexto também é significativo.

O quadro abaixo traz alguns dos tipos de preposições encontrados na amostra referente a esse município.

Quadro 20: Amostragem de ocorrências com as preposições encontradas na amostra do contexto de antropônimos em Carnaíba

De	Com
“(…) mas eu também gosto de Zezé de Camargo” (Inf18-CA)	“eu saí com a Jéssica ” (Inf13-CA)
“ A mãe de Candinho” (Inf13-CA)	“Ia pras festas com Valmir , o João Diná, o Lorival Vaqueiro, Totinha, que eram meus amigos, né?!” (Inf4-CA)
“ Eu gosto de Cássia Eller (…)” (Inf22-CA)	“Brinco com Maria Clara ” (Inf19-CA)
“ O jornal de Wiliam Bonner” (Inf28-CA)	“Trabalhei com Zé Aleixo (…)” (Inf22-CA)
“ eu lembrei também de Cavuco” (Inf13-CA)	“eu ia com Cidinha ” (Inf13-CA)

Em Carnaíba, encontramos apenas dois tipos de preposições em nosso *corpus*: a preposição *de* e a preposição *com*, a primeira é representante das preposições tipicamente aglutinante; já a segunda, daquelas que não são consideradas aglutinantes. Diante disso, erguemos a hipótese: a preposição que pode ser contraída com artigo, ou seja, a preposição *de*, pode ser mais favorecedora da realização do artigo diante de antropônimo.

3.5.1.1.2 Função Sintática

Estudos, como os realizados por Callou & Silva (1997) e Alves (2008), apresentam a função sintática do antropônimo como sendo uma variável de grande importância para a presença do artigo definido diante de antropônimos, como pode ser visto nas subseções 1.2.2 e 1.2.3, respectivamente. Tendo, então, como base os resultados presentes nas pesquisas das autoras, procuramos verificar qual o nível de significância dessa variável em nosso *corpus*. Salientamos que buscamos analisar todas as funções sintáticas encontradas em nossa amostra, não nos restringindo a analisar apenas os fatores apresentados pelas autoras que foram: sujeito, tópico, antitópico, adjunto, genitivo e objeto.

Quadro 21: Amostragem de ocorrências da variável função sintática no contexto de antropônimos em Carnaíba

Antropônimos			
Função Sintática	Sentenças		
Sujeito	“ Letícia foi embora (...)” (Inf25-CA)	“ Pedrin briga comigo(...)” (Inf10-CA)	“ Patrícia falava muito alto (...)” (Inf4-CA)
Tópico	“ O Rick , ele é o principal” (Inf15-CA)	“ Fábio , ele sempre foi muito inteligente (...)” (Inf4-CA)	“ Maria Ilda , ela é muito inteligente” (Inf21-CA)
Adjunto de nome	“Já fui no show de Fagner ” (Inf28-CA)	“Eu fui pro aniversário ontem, na casa de Raimundo ” (Inf10-CA)	“Eu saí com a Jéssica ” (Inf12-CA)
Complemento Nominal	“(…) Eu lembro que ela tinha uma raiva de Lulinha (...)” (Inf14-CA)	“Minha irmã tem um orgulho de Eduarda (...)” (Inf4-CA)	“Cirilo tinha ciúmes de Maria Joaquina (...)” (Inf10-CA)
Antitópico	“minha professora de biologia, Gorete , eu gostava muito dela” (Inf304-CA)	“O goleiro do palmeira, Marcos ” (Inf303-CA)	“O vizinho da casa da minha mãe, Paulo Patriota ” (Inf11-CA)
Objeto Direto	“Eu levaria Letícia e minha amiga.” (Inf25-CA)	“minha prima ama Luan Santana ” (Inf4-CA)	“Eu curto mais Fábio de Melo ” (Inf18-CA)
Objeto Indireto	“Gosto de Chico Buarque ” (Inf18-CA)	Os meninos não confiam em Jorge , porque ele é ruim (...) (Inf10-CA)	“Gosto de Dra. Albertina ” (Inf16-CA)
Predicativo	“O melhor é Alexsandro ” (Inf25-CA)	“A mais inteligente era Mary ” (Inf13-CA)	“o mais tímido é Zé Carlo , José Carlos, no caso. (...)” (Inf4-CA)

Como já salientamos, analisamos as funções sintáticas que encontramos em nosso *corpus* e que foram descritas no quadro 21.

Para essa variável, nossa hipótese é a de que, assim como na análise de Callou & Silva (1997), a função sintática seja condicionante na realização do artigo. Ainda com base nas autoras, acreditamos que a função de adjunto de nome esteja entre as funções que mais favorecem a presença do artigo diante de nomes de pessoas.

3.5.1.1.3 SN isolado

Quadro 22: Amostragem de ocorrências da variável SN isolado no contexto de antropônimos em Carnaíba

SN	Ocorrências		
SN isolado na resposta não encabeçado por preposição	“ Vitor ” (Inf303)	“ Marcelo Resende ” (Inf16-CA)	“ Gal Costa ” (Inf22-CA)
SN isolado na resposta encabeçado por preposição	“ de Djavan ” (Inf22-CA)	“ Com Cidinha ” (Inf20-CA)	“ da Peppa ” (Inf28-CA)

Gostaríamos de chamar atenção para esta variável e seus fatores. Estamos chamando de SN isolado na resposta não encabeçado por preposição e SN isolado na resposta encabeçado por preposição, aqueles nomes próprios que, sozinhos ou acompanhados por preposição, serviram como respostas para certos questionamentos como os apresentados a seguir:

Entrevistador: Qual o tipo de música que a senhora gosta?

Informante: Evangélica!

(...)

Entrevistador: Que cantor a senhora indicaria pra ouvir?

Informante: Eliana.

(Inf20-CA)

Entrevistador: E da MPB, que o senhor disse que gosta?

Informante: MPB todos eles, que fizeram o movimento da tropicália (...)

Entrevistador: O senhor já foi ao show deles?

Informante: Já

Entrevistador: De quem?

Informante: De Caetano

(Inf22-CA)

Nos exemplos acima, os SNs não são seguidos de material verbal e nominal na resposta e, por esse motivo, aparecem isolados na sentença. Esse dado é interessante, pois parece que, quando o SN ocorre isolado, parece favorecer a ausência do artigo. Já, quando o

SN é encabeçado por uma preposição, parece favorecer a realização. Levamos em consideração esse tipo de ocorrência é também uma forma de evitarmos a perda de dados que nos parecem importantes.

Para essa variável, lançamos a hipótese de que, quando o SN é isolado, mas não é acompanhado por uma preposição, o número de ocorrência de artigo é inferior ao número apresentado quando o SN é isolado, mas é encabeçado por uma preposição.

3.5.1.1.4 Referência do Antropônimo

Quando falamos acerca da variável *Referência do Antropônimo*, estamos nos referindo ao fato de o antropônimo pertencer a um referente *real* ou *imaginário*. Nesse último caso, nos referimos aos personagens presentes em novelas, séries, filmes, desenhos animados etc. Vejamos o quadro a seguir:

Quadro 23: Amostragem de ocorrências com a variável Referência do Antropônimo

Referência do Antropônimo	
<i>Real</i>	<i>Personagem</i>
“ Mano Valter e Gabriel Diniz ” (Inf23-CA)	“quando acaba a Peppa , ela pede para desligar” (Inf28-CA)
“Eu conheço Alexandre, Igor, Dú, Van , que é meu vizinho” (Inf25-CA)	“Pra mim, é o Chaves ” (Inf23-CA)
“ Alexandre tem uma loja ” (Inf16-CA)	“Aquela leseira de Tiririca ” (Inf12-CA)
“ Zé Dantas é um compositor aqui” (Inf4-CA)	“Aquele filme do Bob Esponja ” (Inf23-CA)
“o avó dela, Zé Alexandrino ” (Inf20-CA)	“ O Rick , ele é o principal” (Inf15-CA)

Para essa variável, nossa hipótese é a de que, quando o informante produz um antropônimo que pertence a um personagem, este tem maior chance de ser produzido junto a um artigo definido. Já, quando o antropônimo tem o que chamamos de referência real, isto é, quando é produzido para se referir a uma pessoa real, há uma menor chance de o artigo aparecer. Tal hipótese está embasada no fato de que a maioria dos personagens é apresentada, pela mídia, já com a presença do artigo definido diante do nome do personagem, como, por exemplo, “O Homem-Aranha”, “A Peppa”. Inferimos que esse fato pode interferir em nosso fenômeno de estudo.

3.5.1.2 Contexto de Pronome Possessivo

Para o contexto de possessivo, o programa desconsiderou três das cinco variáveis que selecionamos para a análise, a saber: tipo de preposição, função sintática e SN isolado. É importante salientarmos que, ao percebermos a quantidade de variáveis descartadas, foram realizadas novas rodadas, a fim de corrigirmos possíveis erros. Todavia, o programa continuou a desconsiderar as mesmas variáveis, o que nos fez acreditar que o resultado não mudaria mesmo se continuássemos mexendo nos dados e realizando novas rodadas. A variável selecionada é a que segue:

3.5.1.2.1 Tipo de preposição

O quadro abaixo mostra algumas de nossas ocorrências:

Quadro 24: Amostragem de ocorrências com as preposições encontradas na amostra do contexto de possessivos em Carnaíba

De	Em	Com
“gosto só da minha mãe mesmo” (Inf19-CA)	“(…) ele jogou água no meu caderno (…)”(Inf13-CA)	“eu vou com meu tio ” (Inf23-CA)
“meu pai é separado de minha mãe ” (Inf26-CA)	“Ludes e Maria de Zezin são exemplos na minha vida ” (Inf14-CA)	“assistia com a minha mãe , meus irmão” (Inf19-CA)
“Pegou em mim, que tinha ido escondido, pra essa festa, de meu pai (…)”(Inf11-CA)	“ Em minha turma , lá é tudo tranquilo” (Inf13-CA)	“eu brincava com meus amigos (…)” (Inf24-CA)
“Os avós da minha mãe ” (Inf18-CA)	“ Na minha infância , coisa de minino do interior mesmo (…)”(Inf22-CA)	“eu moro com meu esposo ” (Inf13-CA)

Aqui, diferentemente do que aconteceu com os antropônimos, três tipos de preposição foram selecionados: *de*, *em* e *com*. Para esse contexto, nossa hipótese segue a mesma linha de pensamento: as preposições *de* e *em*, que podem se contrair com artigos, serão as que mais condicionarão o surgimento do artigo definido.

3.5.1.2.2 Função Sintática

Para o contexto de pronome possessivo, também levamos em consideração a variável *função sintática*, visto que, em Callou & Silva (1997), essa variável foi apresentada como condicionante na realização do artigo diante de possessivos em posição pré-nominal. Diante da constatação das autoras, buscamos verificar se, na comunidade de Carnaíba, essa variável seria tomada como significativa pelo programa. É importante salientarmos que, nesse contexto, retiramos dois fatores por motivos de *Knockout*, ou seja, por esses não estarem em situação de variação. Optamos pela retirada, pois, os contextos de *predicativo* e de *complemento* não possuíam um número de ocorrência significativo.

Quadro 25: Amostragem de ocorrências da variável função sintática no contexto de possessivos em Carnaíba

Possessivos			
Função Sintática	Sentenças		
Sujeito	“ minha mãe não deixa eu dormir aqui” (Inf10-CA)	“ Meu pai trabalha do outro lado do rio” (Inf19-CA)	“ meu amigo foi embora com a mulher e os filhos” (Inf4-CA)
Tópico	“ Meu irmão , ele morreu” (Inf4-CA)	“ Meu pai , ele era pedreiro” (Inf19-CA)	“ Em minha turma , lá é tudo tranquilo” (Inf14-CA)
Adjunto de nome	“Quase todo final de semana, a gente se reuni na casa do meu avó , da minha vó” (Inf23-CA)	“Eu tinha o carro do meu pai que a gente usava pra fazer entrega” (Inf4-CA)	“A gente sempre tá indo se divertir no sítio de minha tia (...)” (Inf13-CA)
Antitópico	“Alexandre, meu filho , tem essa loja aí” (Inf4-CA)	Kaká Malaquias, meu tio , Kaká Malaquias. (Inf23-CA)	“Anete, que é minha prima .” (Inf14-CA)
Objeto Direto	“Não mudaria. Eu amo minha vida ” (Inf16-CA)	“Eu quero ter meu futuro (...)” (Inf23-CA)	“Eu sempre esperava minhas amigas terminar a prova primeira pra pegar fila (...)” (Inf12-CA)
Objeto Indireto	“eu gosto só da minha mãe mesmo” (Inf19-CA)	“eu confio em meus amigos ” (Inf23-CA)	“eu gosto da minha escola (...)” (Inf23-CA)

Apoiados em Callou & Silva (1997) que controlaram essa variável para esse contexto, lançamos a hipótese de que a função sintática de *objeto indireto* é a que mais favorece a realização do artigo diante de pronomes possessivos e que a função de *antitópico*, não colaborará com a realização do artigo. A primeira é favorecedor, pois sempre vem acompanhado por uma preposição, que, por sua vez, é altamente relevante para a realização do artigo (cf. SILVA, 1998; CALLOU & SILVA, 1997). Já, a segunda função, *antitópico*, não contribuirá para a realização, uma vez que, como já observado por Callou & Silva (1997), essa função inibe o artigo, uma vez que possui um caráter de hiper-especificidade.

3.5.1.2.3 SN isolado

Quadro 26: Amostragem de ocorrências da variável SN isolado no contexto de possessivo em Carnaíba

SN	Ocorrências		
SN isolado na resposta não encabeçado por preposição	“ minha mãe ” (Inf28-CA)	“ meus amigos ” (Inf11-CA)	“ meu irmão ” (Inf14-CA)
SN isolado na resposta encabeçado por preposição	“ Com meus amigos ” (Inf11-CA)	“ Da minha família ” (Inf4-CA)	“ Com meus amigos ” (Inf23-CA)

A mesma hipótese lançada para o contexto de antropônimo é, também, lançada para o contexto de pronomes possessivos em posição pré-nominal em Carnaíba, a saber: quando o SN for isolado na resposta não encabeçado por preposição, o número de ocorrência de artigo será inferior ao número de ocorrência quando o SN for isolado na resposta e encabeçado por preposição.

3.5.2 Serra Talhada

3.5.2.1 Contexto de Antropônimo

É importante salientarmos que a ordem de apresentação das variáveis foi baseada na ordem de significância dada pelo programa GoldVarb X.

3.5.2.1.1 Referência do antropônimo

Sobre a variável *referência do antropônimo*, vejamos o quadro a seguir:

Quadro 27: Amostragem de ocorrências com a variável Referência do Antropônimo em Serra Talhada

Referência do Antropônimo	
<i>Real</i>	<i>Personagem</i>
“ Lampião , pra mim, era bandido” (Inf13-ST)	“Meu aniversário da Barbie parece” (Inf20-ST)
“O cara que me surpreendeu muito foi Michel Teló ” (Inf19-ST)	“A mãe da Peppa ” (Inf10-ST)
“Brincalhão tinha um monte, Ivo, Artur, Débora, Carlos , (Inf24-ST)	“Com Leonard , que namora com a Penny ” (Inf19-ST)
“ Tem Fábio , meu cunhado” (Inf24-ST)	“ Goku , porque ele se transforma em super sayagi” (Inf23-ST)
“Tem o Fernando Rocha e tem a Marina , Marina, não sei o sobrenome dela” (Inf7-ST)	“Eu gosto de Faxinildo ” (Inf8-ST)

No quadro 27, fica clara que a nossa intenção é a mesma descrita para o município de Carnaíba: verificar se o fato de o antropônimo pertencer ou não a um referente real interfere na realização do artigo definido diante desse nome próprio. Essa variável foi selecionada devido ao nosso conhecimento enquanto usuários da língua. A hipótese que lançamos para essa variável é a de que, quando o nome próprio pertence a um ser do imaginário televisivo, o artigo definido tende a aparecer com mais frequência do que quando o antropônimo tem como referente um indivíduo real.

3.5.2.1.2 Tipo de preposição

Para a análise dessa variável, o mesmo procedimento de exclusão da variável *Contexto preposicionado* aplicado no município de Carnaíba foi realizado para a cidade de Serra Talhada. Aqui, a rodada com as duas variáveis também se mostrou problemática e, por esse

motivo, decidimos por não trabalharmos com a variável *Contexto preposicionado*, mas sim com o tipo de preposição.

As preposições encontradas em nossa amostra foram:

Quadro 28: Amostragem de ocorrências com as preposições encontradas na amostra do contexto de antropônimos em Serra Talhada

Tipo de preposição		
De	Com	Sobre
“Gosto de Aline Barros , Fernandinho, Fernanda Brum, André Valadão” (Inf21-ST)	“Eu também brinco com Marcílio ” (Inf21-ST)	“Ele tem que falar alguma coisa sobre a mulher gato para o comandante” (Inf16-ST)
“ Do Máscara , eu gosto do filme do Máscara” (Inf2-ST)	“Vou com Milena , isabela, Lorrana e eu” (Inf15-ST)	“Hoje, o povo inventa muita história sobre Lampião , mas tudo mentirosa” (Inf13-ST)
“Que eu lembre assim é da Pepa , que elas gostam muito” (Inf24-ST)	“Com Leonard, que namora com a Penny ” (Inf19-ST)	“É sobre Lampião ” (Inf13-ST)
“A mãe da Peppa ” (Inf10-ST)	“Daqui eu vou com Tamires ” (Inf19-ST)	-
“Era Messias, meu Deus, Messias. Ninguém gostava de Messias ” (Inf12-ST)	“Eu também brinco com Marcílio ” (Inf21-ST)	-

Como é possível observarmos, para o contexto de antropônimos em nosso *corpus*, só encontramos três tipos de preposições em situação de análise: *de*, *com* e *sobre*.

Nossa hipótese inicial é a de que a preposição considerada na literatura como sendo tipicamente aglutinadora, ou seja, aquela que se permite contrair com um artigo definido, nesse caso, a preposição *de*, seja responsável por uma presença significativa de artigo diante do antropônimo que antecede.

3.5.2.1.3 Status Informacional

Essa variável foi analisada com base em Silva (1998), que verificou o fato de que quando o antropônimo é inserido pela primeira vez no discurso do informante (isto é, a informação nova), ele tende a aparecer com o artigo definido, em uma frequência de 67%

(0,53). Já em Pereira (2011), esse fato foi desconsiderado pelo programa GoldVarb X. Em vista disso, acabamos controlando essa variável em nossa análise para verificarmos se os resultados vão ao encontro dos de Silva (1998) ou de Pereira (2011).

Quadro 29: Amostragem de ocorrências com a variável Status informacional encontradas na amostra do contexto de antropônimos em Serra Talhada

Status Informacional	Ocorrência		
Informação Nova	“Era Messias , meu Deus” (Inf12-DT)	“Tem Carol , que já é uma mocinha” (Inf24-ST)	“Da Barbie ” (Inf20-ST)
Informação Antiga	Ninguém gostava de Messias ”. (Inf12-ST)	“ Carol participa da coreografia” (Inf24-ST)	“Eu gosto da Barbie ” (Inf20-ST)

Para essa variável, iremos seguir o que foi observado em Pereira (2011): o fato de o antropônimo fazer sua primeira entrada no discurso do entrevistado não interfere na realização do artigo. Dessa forma, nossa hipótese é a de que o *status* de informação nova do antropônimo não favorece a realização do artigo.

3.5.2.1.4 Função sintática

As funções sintáticas que analisamos podem ser vistas no quadro abaixo:

Quadro 30: Amostragem de ocorrências da variável função sintática no contexto de antropônimos em Serra Talhada

Antropônimos			
Função Sintática	Sentenças		
Sujeito	“ Bia tá sempre ali na salinha das crianças” (Inf10-ST)	“ Jessy é uma babá bem bonita que cuida (...)” (Inf23-ST)	“ Isabela mora em uma mansão e (...)” (Inf8-ST)
Tópico	“ Larissa Manuela , ela é a protagonista da novela (...)”	“ Jean , nós botava era de gandula” (Inf9-ST)	“ Pedro , ele sempre nos falava sobre a vida dele

	(Inf8-ST)		(...)” (Inf21-ST)
Adjunto de Nome	“Eu treino na academia Soshikan, do mestre Glaudison ” (Inf23-ST)	“O investimento de Lula na educação foi até bom, né?” (Inf13-ST)	“Assim, essa descoberta de Mariana foi a melhor coisa (...)” (Inf12-ST)
Complemento de Nome	“Sim, eu tenho saudades de Julinha , porque ela estudou sempre comigo na escola.” (Inf20-ST)	“Eu tinha uma invejinha de Caio , meu irmão, mas num era nada de mais (...)” (Inf4-ST)	“Isabela tem raiva de Priscila , porque ela quer tomar o lugar dela na banda.” (Inf8-ST)
Antitópico	“Brinco com um pequenininho, Fernandinho , e tem uma priminha que é bem novinha, Stelinha ” (Inf2-ST)	“Minha prima, Isabella , que até hoje é minha melhor amiga” (Inf12-ST)	“Eu tirei meu tio, Tião , de longe” (Inf16-ST)
Objeto Direto	“curto Wesley Safadão , Marília Mendonça (...)” (Inf12-ST)	“Eu acho Neymar muito bom” (Inf4-ST)	“Conheço Lulu Santos ” (Inf19-ST)
Objeto Indireto	“Ninguém gostava de Messias ” (Inf12-ST)	“Gosto de Aline Barros , Fernandinho, Fernanda Brum (...)” (Inf21-ST)	“Eu gosto de Fernandinho , só que ele não é, é música gospel, mas não é infantil” (Inf2-ST)
Predicativo	“Um cantor que eu gosto muito é Roberto Carlos ” (Inf18-ST)	“E tem um cantor que eu gosto que é Anderson Freire ” (Inf2-ST)	“Seria, sim, Dedinha Inácio ” (Inf18-ST)

Para essa variável, nossa hipótese é a de que a função sintática seja significativa e de que o *adjunto do nome*, assim como o *sujeito*, seja responsável por uma frequência maior de uso. Nossa hipótese também é a de que a posição de *tópico*, *antitópico* e *complemento* sejam responsáveis por uma baixa frequência, como apontado em outros estudos (cf. CALLOU & SILVA, 1997).

3.5.2.1.5 SN isolado

Quadro 31: Amostragem de ocorrências com a variável SN isolado encontradas na amostra do contexto de antropônimos em Serra Talhada

SN	Ocorrência		
SN isolado na resposta não encabeçado por preposição	“ Leonardo ” (Inf18-ST)	“ Débora ” (Inf12-ST)	“ Thales ” (Inf10-ST)
SN isolado na resposta encabeçado por preposição	“ De Paula ” (Inf17-ST)	“ Da Dilma ” (Inf24-ST)	-

Para essa variável, lançamos a seguinte hipótese: quando o SN é isolado, mas não é acompanhado por uma preposição, o número de ocorrência de artigo é inferior ao número apresentado quando o SN é isolado, mas é encabeçado por uma preposição.

3.5.2.2 Contexto de Possessivo

Assim como foi feito para o contexto de antropônimos, as variáveis para possessivos foram escolhidas por sua significância em outros trabalhos.

Salientamos que a ordem de apresentação das variáveis foi baseada na ordem de significância dada pelo programa GoldVarb X.

3.5.2.2.1 Contexto preposicionado

Diferentemente do que aconteceu com o contexto de antropônimo, não precisamos retirar a variável *Contexto preposicionado* da análise. Em todas as seis rodadas, o programa considerou esse contexto como significativo, não o excluindo.

Aqui, controlamos o fato de o possessivo estar acompanhado de uma preposição, já que ela é apontada por diversos estudiosos do fenômeno como sendo altamente influenciadora na produção do artigo diante dos contextos analisados.

As preposições que apareceram em nosso *corpus* serão apresentadas detalhadamente em 3.5.2.2.4. A hipótese aqui levantada é que a preposição seja responsável pela realização do artigo definido diante do possessivo.

3.5.2.2.2 Função sintática

A função sintática também foi levada em consideração por nós para o contexto de pronomes possessivos em posição pré-nominal. Controlamos para este contexto os mesmos fatores observados no contexto de antropônimos:

Quadro 32: Amostragem de ocorrências da variável função sintática no contexto de possessivos

Pronomes possessivos			
Função Sintática	Sentenças		
Sujeito	“ Minhas filhas vão puxar aos tios” (Inf24-ST)	“ Meu marido trabalha” (Inf24-ST)	“ Meu avô não vem muito pra cá” (Inf23-ST)
Tópico	“ Meu irmão , ele é meu irmão mais novo” (Inf7-ST)	“ Minha mãe , ela é um espelho pra mim” (Inf3-ST)	“ Minha amiga , ela foi laureada.” (Inf17-ST)
Adjunto do nome	“Eu costumo ir, assim, na casa dos meus pais , que é no sítio.” (Inf3-ST)	“A gente brincava de pular em cima da cama de minha mãe (...) ” (Inf4-ST)	“A gente foi pra casa da minha tia e fizemos amigo secreto” (Inf17-ST)
Complemento nominal	“Ela mora com os pais dela, debaixo da minha casa ” (Inf17-ST)	“Eu tenho muito orgulho de meu pai ” (Inf17-ST)	“Não, eu não tinha ciúmes de minhas irmãs não.” (Inf.4-ST)
Antitópico	“Carol, minha filha , é uma pessoa de bastante paciência, carinhosa (...)” (Inf24-ST)	“O melhor da turma era Joselias, meu primo , e Fábio, meu irmão .” (Inf9-ST)	“Eu costumava brincar com os meninos da rua mesmo, meus amigos .” (Inf4-ST)
Objeto Direto	“Cada um pega suas coisas e levava pra o meio da rua (...)” (Inf4-ST)	“eu iria reunir minha família , pra um dia especial” (Inf4-ST)	“Quando ele colocou minha bola em cima do armário (...)” (Inf14-ST)
Objeto Indireto	“eu gosto de meu trabalho (...)” (Inf14-ST)	“Eu moro com meu esposo e minhas duas filhas ” (Inf24-ST)	“eu gostei de minha infância (...)” (Inf17-ST)
Predicativo	“A pessoa mais tímida da minha família seria minha tia ” (Inf14-ST)	“Uliviane, tem João Guilherme que é meu primo ” (Inf8-ST)	“Viajar pra bem longe seria meu sonho .” (Inf21-ST)

Nossa hipótese, para a função sintática nesse contexto, é embasada em Callou & Silva (1997): quando o possessivo ocupa a posição de *Objeto*, o artigo definido tende a aparecer com maior frequência do que quando o mesmo determinante aparece na posição de *antitópico*.

3.5.2.2.3 SN isolado

Quadro 33: Amostragem de ocorrências com a variável SN isolado encontradas na amostra do contexto de possessivo em Serra Talhada

SN	Ocorrências		
SN isolado na resposta não encabeçado pro preposição	“ Meu irmão ” (Inf7-ST)	“ Meus colega ” (Inf6-ST)	“ Meu sobrinho ” (Inf11-ST)
SN isolado na resposta encabeçado pro preposição	“ Com minhas primas ” (Inf10-ST)	“ Da minha vó ” (Inf24-ST)	“ Em minha vida ” (Inf3-ST)

Diante do contexto de pronomes possessivos em posição pré-nominal, seguimos com a mesma hipótese lançada para o contexto de antropônimo tanto em Carnaíba quanto em Serra Talhada: quando o SN for isolado e encabeçado por uma preposição, o número de ocorrência de artigo será superior ao número apresentado quando o SN for isolado, mas não estiver acompanhado por preposição.

3.5.2.2.4 Tipo de preposição

Como mencionamos em 3.5.2.2.1, não foi necessária a retirada de outra variável para que essa variável fosse selecionada pelo *stepping up*. No contexto de antropônimos, encontramos apenas as preposições: *com*, *de* e *sobre*. Diante de pronomes possessivos, verificamos a presença de cinco preposições, como podemos observar no quadro abaixo:

Quadro 34: Amostragem de ocorrências com as preposições encontradas na amostra do contexto de possessivos

Tipo de preposição				
De	Em	Com	Por	Para
“ Na casa da minha tia, Fátima” (Inf17-ST)	“Algo que marcou em minha vida foi, justamente, eu fazer duas coisas” (Inf14-ST)	“ Com minha filha ” (Inf11-ST)	“Você tem que zelar por sua família , né? Por seus pais, seus irmãos.” (Inf4-ST)	“olhando para o meu sorriso , eu posso sentir o seu amor” (Inf21-ST)
“O nascimento da minha sobrinha , Sofia. (...)” (Inf17-ST)	“ Na minha família mesmo não tem, assim, uma pessoa que eu considero inteligente não.” (Inf24-ST)	“ Com meus irmãos e meus primos” (Inf9-ST)	“(…) Por seus pais , seus irmãos.” (Inf4-ST)	“Eu sei que é pra meu próprio bem , mas é chato ficar ouvindo sempre a mesma coisa (...)” (Inf4-ST)
“Só aqui, na casa da minha mãe ” (Inf9-ST)	“Passei aqui mesmo na minha casa ” (Inf17-ST)	“Como era a relação dele com a minha família ” (Inf21-ST)	“Eu entendo bem pela minha fé , mas sei que não é legal (...)” (Inf21-ST)	-
“A família de meu esposo tem muita gente mesmo (...)” (Inf24-ST)	“ no meu segmento , o segmento que eu gosto que é cristã” (Inf21)	“ Com as minhas amigas , meus vizinhos, cuns meus primos” (Inf17-ST)	“Eu não gosto muito, porque pelo meu temperamento , né? É difícil.” (Inf20-ST)	-

Para esse contexto, lançamos a mesma hipótese que foi pensada para os antropônimos: as preposições tidas como tipicamente aglutinantes – *de* e *em* –, serão tomadas como mais significantes para a realização do artigo diante desse contexto, ao passo que as preposições como *com* não apresentarão uma grande significância no que concerne à realização do artigo definido diante de possessivos.

3.6 SOBRE AS VARIÁVEIS EXTRALINGUÍSTICAS

3.6.1 Carnaíba

3.6.1.1 Contexto de Antropônimo

No que concerne às variáveis extralinguísticas, selecionamos quatro, foram elas: sexo, escolaridade, familiaridade e faixa etária. Porém, para esse contexto, o programa não sinalizou a significância de nenhuma das variáveis analisadas. Destacamos, mais uma vez, que foram realizadas cinco rodadas dos dados coletados nesse município. Todavia, diante das respostas negativas acerca da significância das variáveis, optamos por, *a priori*, não realizarmos mais rodadas para os dados.

3.6.1.2 Contexto de Possessivo

3.6.1.2.1 Sexo

Resolvemos controlar a variável extralinguística *sexo* por ser essa variável condicionante em outros trabalhos. É de suma importância destacarmos que estamos cientes da discussão que envolve o controle dessa variável e sua implicação para os trabalhos na área da sociolinguística.

Alguns trabalhos defendem a importância de se trabalhar com *gênero* e não com *sexo* por diversas razões (cf. FREITAG, 2015, ALMEIDA MENDES, 2012). Acreditamos que trabalhar de fato com *gênero* requer um aprofundamento nas questões que envolvem, entre outros pontos, a identidade do participante da pesquisa, para que não trabalhem, na teoria, com gênero, mas na prática continuemos utilizando o sexo-biológico do indivíduo – homem e mulher.

Pontuamos que o *corpus* que possuímos para a realização deste trabalho não está apto para ser utilizado visando à análise linguística com base na variável social de gênero, e, não tendo tempo suficiente para reconstruir nosso *corpus*, iremos continuar utilizando o *sexo*.

Para essa variável, acreditamos, com base em estudos já realizados, que as mulheres realizem mais o artigo definido.

3.6.1.2.2 Faixa etária

A variável *faixa etária* é apontada em Silva (1998) como sendo significativa na comunidade do Rio de Janeiro e, em Almeida Mendes (2009), para o município de Matipó. Pereira (2015) também salienta para a interferência dessa variável em seus resultados.

Para o controle dessa variável, foram selecionadas três faixas etárias, conforme apresentado no quadro abaixo:

Quadro 35: Exposição da variável faixa etária em Carnaíba

Faixa etária	
Faixa 1	06 anos a 17 anos
Faixa 2	18 anos a 35 anos
Faixa 3	Acima de 35 anos

Apesar de não termos estipulado um limite de idade para a faixa 3 durante o período de coleta, achamos importante salientar que o informante com a maior faixa etária, em nosso *corpus*, possui 62 anos. Dessa forma, a faixa 3 é composta por informantes com idade entre 36 anos e 62 anos de idade.

Vamos, então, verificar a nossa hipótese de que, quanto mais velho for o informante, maior será a possibilidade de realização de artigo definido diante do possessivo produzido pelo informante do município de Carnaíba.

3.6.2 Serra Talhada

3.6.2.1 Contexto de Antropônimos

As mesmas variáveis sociais selecionadas para o município de Carnaíba foram selecionadas para a análise em Serra Talhada. Neste município, o programa selecionou duas das quatro variáveis, foram elas: sexo e escolaridade.

3.6.2.1.1 Sexo

Laçaremos, então, para essa variável, uma hipótese com base no que Labov (1990) chama de *Change form bellow*. Segundo ele, as mulheres, frente a fenômenos que não carregam estigma social, são as que mais favorecem a variante nova em comparação aos homens da mesma comunidade.

3.6.2.1.2 Escolaridade

Analisamos três níveis de escolaridade: fundamental, médio e superior, com o intuito de verificarmos qual nível poderia ser mais condicionante à realização do artigo.

A escolaridade também é vista como variável significativa em muitos trabalhos, como, por exemplo, no trabalho de Silva (1998). Em Pereira (2015), essa variável também foi tomada como significativa a partir da análise de dados de língua escrita.

Nossa hipótese é a de que o nível superior, em comparação aos demais níveis, possa ser o nível escolar que mais apresentaria a realização do artigo diante de nomes próprios de pessoas, com base em trabalhos como o de Silva (1998).

3.6.3 Contexto de Possessivos

3.6.3.1 Faixa etária

Diante das constatações dos autores citados no capítulo 1 deste trabalho, fizemos o controle dessa variável em nosso *corpus*, sendo ela significativa apenas no contexto de possessivos.

Controlamos três faixas etárias, são elas:

Quadro 36: Exposição da variável faixa etária em Serra Talhada

Faixa etária	
Faixa 1	06 anos a 17 anos
Faixa 2	18 anos a 35 anos
Faixa 3	Acima de 35 anos

Salientamos que o informante com a maior faixa etária, em nosso *corpus*, em Serra Talhada, possui 53 anos. Dessa forma, a faixa 3 é composta por informantes com idade entre 36 anos e 53 anos de idade.

Nossa hipótese primeira para essa variável é a de que, quanto maior a idade do indivíduo entrevistado, maior é o uso do artigo definido, uma vez que esta variável foi selecionada pelo *stepping up*. Essa hipótese está apoiada em outros estudos como o de Silva (1998).

No próximo capítulo, iremos discutir os resultados que encontramos em nosso *corpus* com a ajuda do GoldVarb X e verificar se nossas hipóteses a respeito das variáveis selecionadas foram confirmadas ou não.

CAPÍTULO 4 – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

4.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS DO CAPÍTULO

Neste capítulo, iremos realizar a análise dos resultados obtidos com o auxílio do programa computacional GoldVarb X, presente no pacote do VARBRUL. Seu uso foi de suma importância para a realização dessa análise no que tange ao tratamento estatístico dos dados coletados. Informamos que todos os passos necessários, citados no capítulo 3 desta dissertação, foram realizados para que nossa análise estivesse mais próxima o possível da realidade sociolinguística das cidades analisadas. Apoiamo-nos, entre outros trabalhos, na obra *Sociolinguística Quantitativa - instrumental de análise*, de autoria de Gregory R. Guy & Ana Zilles (2007) para a realização desta etapa de nosso trabalho.

Ainda, aqui, iremos discutir os resultados alcançados com as rodadas feitas para cada um dos dois contextos selecionados. Nessa discussão, buscaremos dar explicações a respeito dos resultados e, dessa forma, averiguar a comprovação das hipóteses aqui levantadas para as variáveis que foram selecionadas pelo programa.

Para um melhor entendimento, apresentaremos, separadamente, os resultados dos dois contextos nos municípios analisados. Na próxima seção, iniciaremos nossa análise e discussão dos dados.

4.2 DISCUSSÃO GERAL: A VARIÁVEL DEPENDENTE

São apresentados aqui os resultados gerais da realização do artigo definido diante dos dois contextos de análise nos municípios analisados: Carnaíba e Serra Talhada.

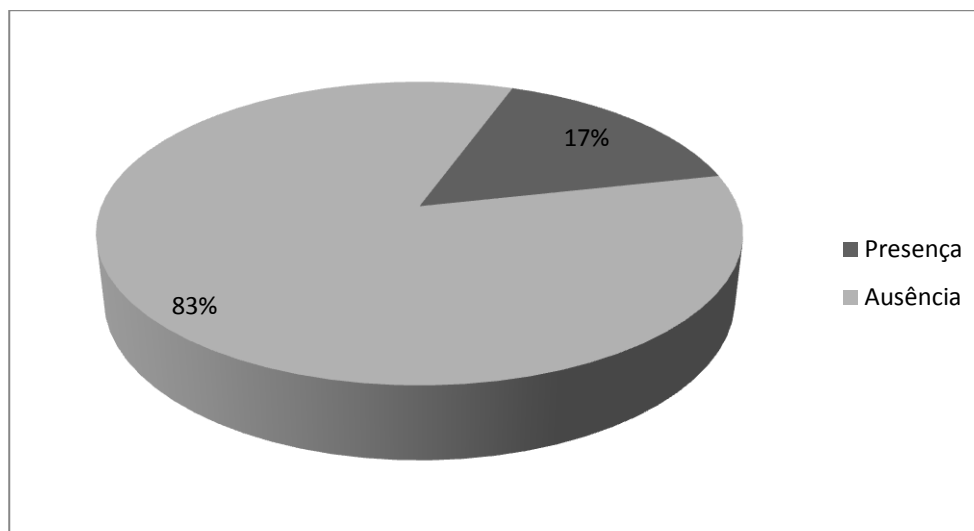
4.2.1 Análise geral do município de Carnaíba

No *corpus* cujos dados foram produzidos por informantes da cidade de Carnaíba, encontramos 781 SNs em que a variação do artigo definido era possível de acontecer. Do total

de sentenças, 293 pertenciam ao contexto de pronomes possessivos em posição anterior ao nome e 488 pertenciam ao antropônimo.

Nosso primeiro gráfico corresponde ao número percentual de ocorrências de artigo definido no município sem levar em consideração o contexto onde esse artigo foi utilizado:

Gráfico 1: Resultado percentual total de presença *versus* ausência de artigo definido no município de Carnaíba



Verificamos, a partir das porcentagens presentes no gráfico, que, no município em análise, a ausência do artigo definido é superior à sua presença, evidenciando uma preferência ao não uso do determinante expletivo. Quando houve a presença de artigo (cf. (23)), o número de ocorrência foi de apenas 17%; já os SNs analisados sem a ocorrência de artigo (cf. (24)) obtiveram uma porcentagem de 83%:

(23) a. “Círiilo é doido por **a Maria Joaquina**” (Inf10-CA)

b. “Quase todo final de semana, se reuni na casa **do meu avó, da minha vó.**” (Inf23-CA)

(24) a. “Só quando **Geciane** apruma lá pra Delmiro Gouveia” (Inf13-CA)

b. “A última virada de ano que eu passei com **meu pai**” (Inf16-CA)

Através das porcentagens oferecidas pelo programa, percebemos que a comunidade de Carnaíba, de modo geral, não produz muitos SNs em que os contextos de antropônimos e

pronomes possessivos pré-nominais são antecidos por artigos. Para corroborar com nossa afirmação, vamos realizar a análise individual dos dois contextos.

Começamos com o contexto de antropônimo e, em seguida, com o contexto de pronome possessivo:

Gráfico 2: Resultado porcentual da presença *versus* ausência de artigo definido diante de antropônimo no município de Carnaíba

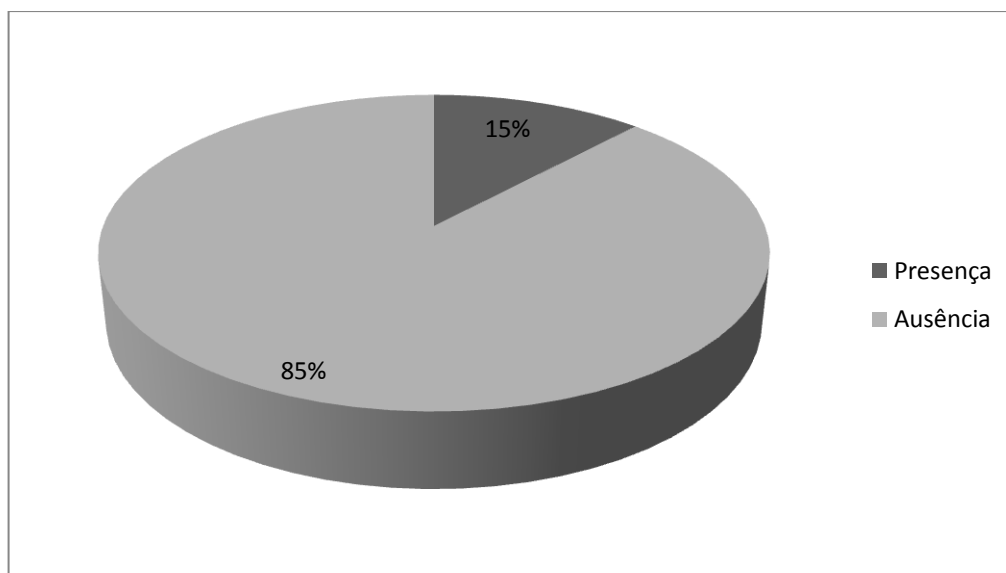
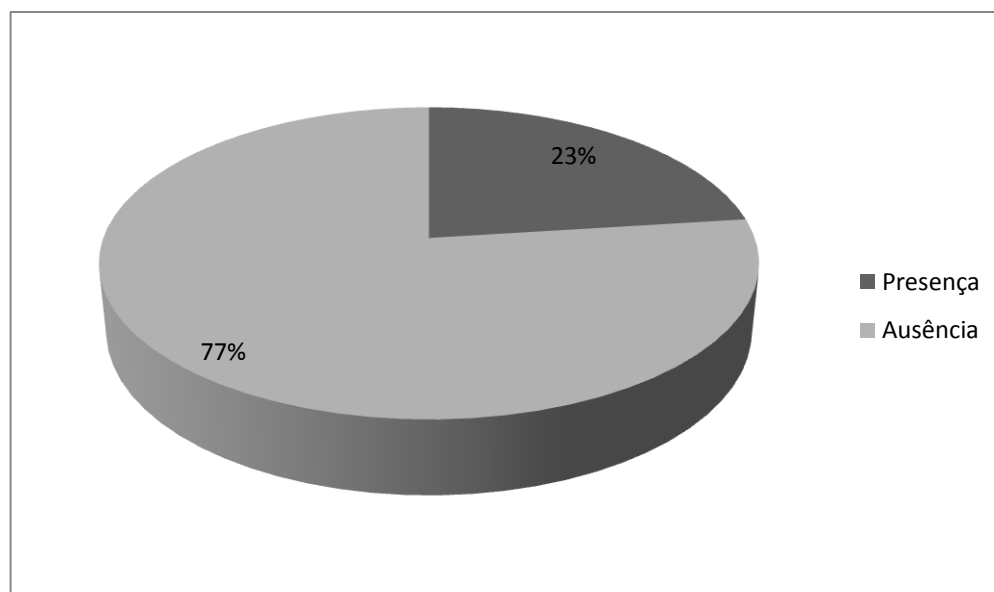


Gráfico 3: Resultado porcentual da presença *versus* ausência de artigo definido diante de possessivos no município de Carnaíba



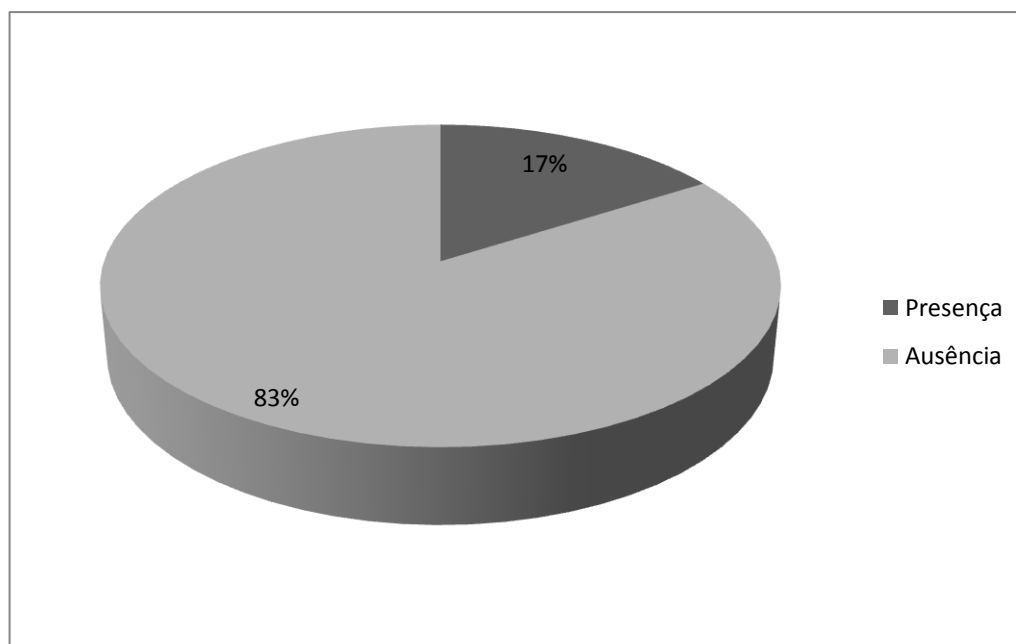
Os gráficos 2 e 3 nos dão uma visão mais específica sobre como o fenômeno em análise comporta-se no município. Fica clara a preferência pelo não uso do artigo diante dos dois contextos nessa comunidade. Também podemos perceber que o antropônimo é menos sensível a realização na comunidade em comparação ao possessivo. Todavia, essa diferença não nos parece ser tão expressiva, uma vez que o primeiro apresenta uma porcentagem de 15% (73/488) e o segundo de 23% (67/293), ou seja, temos uma diferença de apenas 8%. Podemos dizer, então, que Carnaíba parece se comportar como outros municípios do sertão do Pajeú analisados preliminarmente por Pereira (2011), isto é, acaba favorecendo o não uso do artigo diante dos contextos.

4.2.2 Análise geral do município de Serra Talhada

Em Serra Talhada, contabilizamos 822 SNs passíveis de análise, sendo 445 pertencentes ao antropônimo e 378, ao contexto de pronome possessivo pré-nominal. Os casos descritos na seção 3.3.4 foram excluídos de nossa análise pelos motivos já enunciados.

O município de Serra Talhada já havia sido analisado preliminarmente por Pereira (2011) que verificou uma baixa frequência de uso do artigo nessa comunidade diante dos dois contextos que aqui analisamos. Nesta dissertação, percebemos que essa preferência ainda persiste. Vejamos o gráfico:

Gráfico 4: Resultado percentual total da presença *versus* ausência de artigo definido no município de Serra Talhada



Podemos perceber, no gráfico 4, como o fenômeno do artigo definido se comporta no município. Segundo nossos resultados, o número de realização do artigo definido em Serra Talhada é inferior ao número de sua não realização tanto diante de antropônimos, quanto diante de pronomes possessivos na posição pré-nominal. Curiosamente, o programa apontou que, no geral, a frequência de realização do artigo em Serra Talhada é a mesma encontrada em Carnaíba. Quando o artigo se faz presente diante dos contextos (cf. (25)), temos uma porcentagem de apenas 17% contra 83% de SNs em que o nome próprio da pessoa referida e o possessivo não são antecidos pelo artigo definido (cf. (26)).

- (25) a. “Tem **o Fernando Rocha** e tem **a Marina, Marina**, não sei o sobrenome dela” (Inf6-ST)
 b. “Não, é que **a minha mãe** vai trabalhar e eu não posso ir.” (Inf23-ST)
- (26) a. “**Bia**, também, tá sempre ali na salinha das crianças (...)” (Inf24-ST)
 b. “Eu moro com *meu esposo* e **minhas filhas**.” (Inf24-ST)

O que percebemos, então, é que, de modo geral, essa comunidade não favorece a realização do artigo definido diante dos contextos, uma vez que o número estatístico de ausência de artigo é superior ao número de presença desse determinante. Mas, antes de

chegarmos à nossa conclusão com relação ao resultado estatístico geral, vamos verificar como o resultado se apresenta se distinguirmos os dois contextos.

Gráfico 5: Resultado percentual da presença *versus* ausência de artigo definido diante de antropônimo no município de Serra Talhada

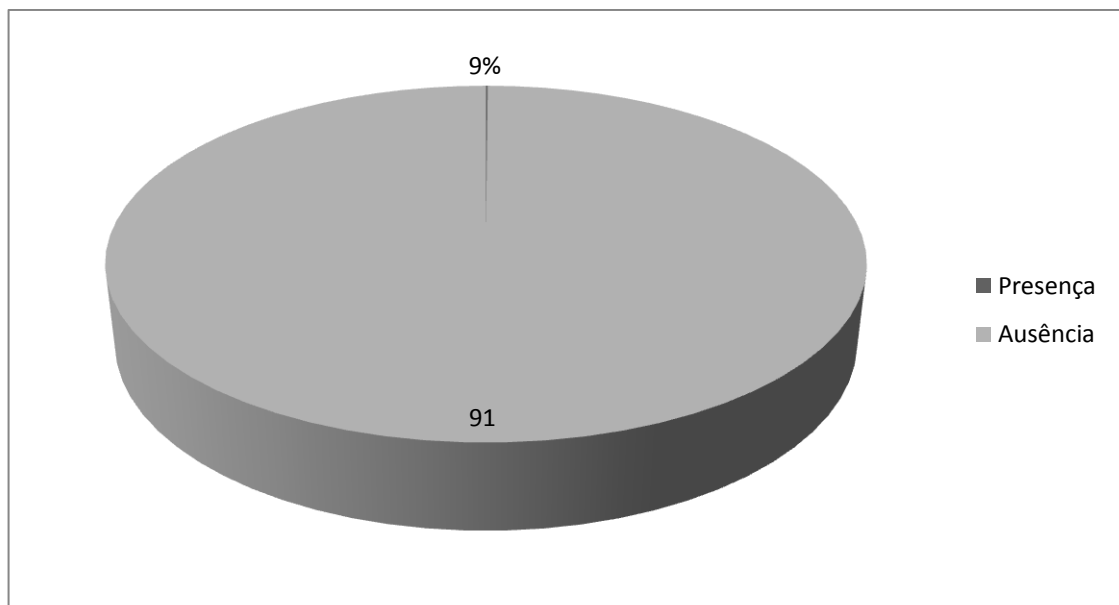
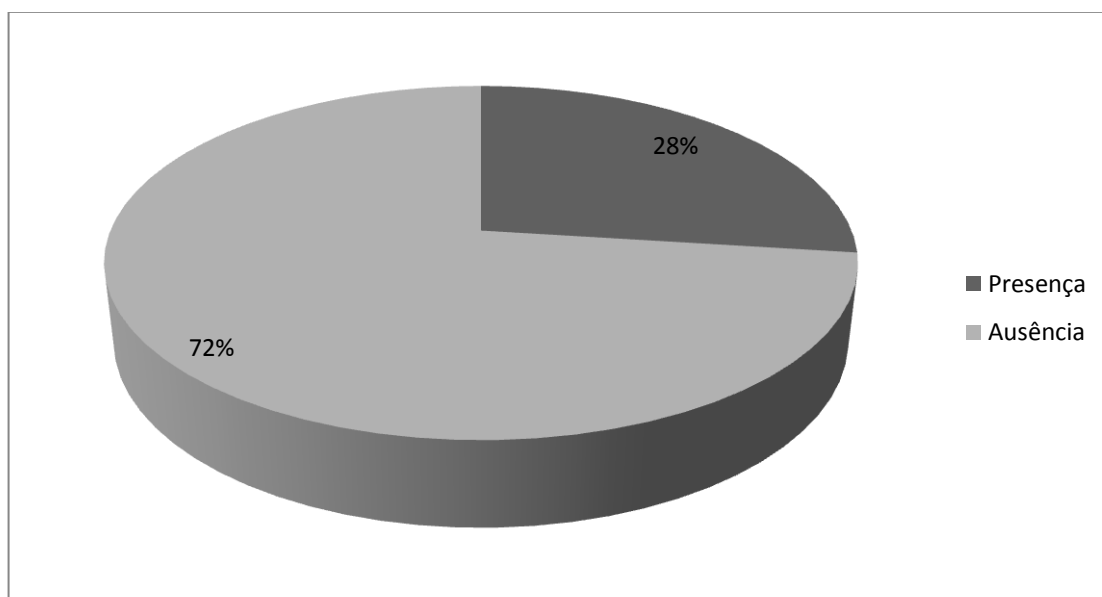


Gráfico 6: Resultado percentual da presença *versus* ausência de artigo definido diante de possessivo no município de Serra Talhada



Verificamos que em Serra Talhada a preferência é, realmente, a não realização do artigo definido tanto diante do contexto de antropônimo (cf. gráfico 5), quanto diante do

contexto de possessivo (cf. gráfico 6). Ao contrário do que foi constatado em Carnaíba, existe uma diferença significativa da frequência de artigo diante dos dois contextos: 9% (41/445) de ocorrência diante de antropônimo e 28% (105/378) diante de possessivo. Isso nos quer dizer, então, que os dados com possessivos influenciaram de forma mais significativa no resultado geral para a presença do artigo.

Em geral, os resultados corroboram com os resultados que Pereira (2011) havia alcançado em seu trabalho preliminar. Constatamos, então, que a presença é menor que a ausência do artigo definido, o que confirma nossa hipótese inicial geral: a comunidade de Serra Talhada, assim como a de Carnaíba, parece desfavorecer SNs em que os contextos são antecidos por artigos, principalmente, no que concerne ao contexto de antropônimo que bloqueia fortemente esse artigo. Tomando como base tais resultados, as duas cidades parecem pertencer a mesma comunidade de fala, onde a variante dominante é aquela cujo antropônimo e possessivo não são antecidos por artigo.

Com a análise dos dois municípios, percebemos que as cidades não se distanciam muito uma da outra no que tange ao resultado quantitativo geral de realização do artigo. Porém, o que é fato é que, em Serra Talhada, a porcentagem de presença do artigo é maior no contexto dos pronomes possessivos, ao passo que o contexto de nomes próprios de pessoas, não. Em Carnaíba, os dois contextos também apresentam uma baixa frequência de realização. No entanto, a diferença entre os dois contextos não é tão grande quanto é no município de Serra Talhada.

Esses resultados, por seu turno, foram provenientes da interferência de fatores internos e externos à língua, como foi apontado pelo programa GoldVarb X. Vamos, na próxima seção, deter nossa atenção na análise desses fatores.

4.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS LINGUÍSTICOS

4.3.1 Análise dos resultados linguísticos em Carnaíba

4.3.1.1 Contexto de Antropônimo

É de suma importância salientarmos que os números apresentados nos pesos relativos são referentes à realização de artigo diante dos fatores. Também gostaríamos de sinalizar para

o fato de que apresentaremos e discutiremos os resultados obtidos em porcentagem e em Peso Relativo, sendo este último aquele que servirá como base para apontar a significância ou não das variáveis e, conseqüentemente, de seus fatores.

4.3.1.1.2 Tipo de preposição

Como mencionamos em 3.5.1.2 para que essa variável tivesse sido considerada significativa, foi necessária a retirada da variável *Contexto preposicionado*. Optamos, então, em trazer para discussão a variável *tipo de preposição*, haja vista que, ao sinalizarmos que o tipo de preposição é significativo, também estaríamos indicando que a presença da preposição é significativa.

Vejamos, então, como essa variável atuou no município analisado:

Quadro 37: Resultados da variável tipo de preposição no contexto de antropônimo em Carnaíba

Preposições	Presença		Ausência		P.R
	Nº	%	Nº	%	
<i>DE</i>	31/72	43	41/72	57	0,56
<i>COM</i>	1/11	9	10/11	91	0,16

Como vimos no estudo de Callou & Silva (1997), as preposições que se contraem com artigos são as que mais favorecem o uso do artigo nas comunidades analisadas pelas autoras (Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo), apresentando-se com uma porcentagem de 54% e P.R de 0,77. Ao analisarmos nossos dados, verificamos que a preposição aglutinadora também é favorecedora em Carnaíba.

Segundo o que nos mostra o quadro acima, a preposição *de* é a que mais favorece o uso do artigo diante de antropônimos em Carnaíba, com uma porcentagem de 43%. Já com a preposição *com*, o artigo apresentou uma ocorrência de apenas 9%. Os valores em P.R, das duas preposições, também evidenciam que a preposição aglutinadora é a que obteve o maior peso, 0,56, em comparação à preposição *com*, que apresenta um P.R de 0,16.

Todavia, é interessante chamarmos a atenção para a pouca ocorrência da preposição *com*. Não nos parece correto que realizemos uma comparação entre essas duas preposições e

pontuemos o quanto a preposição *de* é mais significativa em comparação à preposição *com*, mesmo que essa afirmação comprovasse nossa hipótese inicial lançada no capítulo anterior.

Dessa forma, vamos apenas ressaltar como se deu a realização do artigo com esses dois tipos de preposições. Observemos, então, que, do total de contexto de antropônimos com a preposição *de*, 43% foi de realização e 57%, de ausência de artigo, e que o efeito dessa preposição nessa cidade é de 0,56. Esse efeito, certamente, vem do fato de a preposição *de* possuir traços de aglutinação.

Já, do total de preposição do tipo *com*, 9% favoreceram a realização do artigo e 91% favoreceram sua ausência, tendo um peso relativo de apenas 0,16. Podemos pensar que o baixo índice de frequência de artigo esteja atrelado ao fato de que a preposição *com* não é preposição que permite aglutinação com o artigo, haja vista que, como apontam Callou & Silva (1997), preposições que se contraem tendem a favorecer a realização desse determinante.

4.3.1.1.3 Função Sintática

Como é possível percebermos, muitos trabalhos, entre eles, o de Callou & Silva (1997) e o de Alves (2008), evidenciam que a variável *função sintática* é altamente condicionante à realização do artigo definido diante do contexto de antropônimo.

Vejamos como se comporta o fenômeno em Carnaíba, tomando por base os resultados obtidos sobre a variável em análise:

Quadro 38: Resultado da variável função sintática no contexto de antropônimo em Carnaíba

Função	Presença		Ausência		P.R
	Nº	%	Nº	%	
<i>Sujeito</i>	2/39	5	37/39	95	0,41
<i>Tópico</i>	2/14	14	12/14	86	0,64
<i>Antitópico</i>	1/42	2	41/42	98	0,30
<i>Objeto Direto</i>	5/42	12	37/42	88	0,50
<i>Objeto Indireto</i>	8/40	20	32/40	80	0,49

<i>Adjunto de nome</i>	39/85	46	46/85	54	0,84
<i>Complemento nominal</i>	8/169	5%	161/169	95	0,32
<i>Predicativo</i>	8/57	14	49/57	86	0,60

Observando os dados no quadro, é possível percebermos que nenhuma das funções sintáticas encontradas em nosso *corpus* referente à cidade de Carnaíba apresentou um valor superior aos 50% no que se refere à realização do artigo. Porém, notamos que a função sintática de *adjunto* é a que possui maior frequência da presença desse determinante diante de antropônimos (46%). A função de *Objeto Indireto*, em nosso *corpus*, apresenta a segunda maior frequência de artigo (20%).

Os resultados referentes ao P.R acabam por corroborar com a significância da função de *adjunto de nome*. Essa função sintática apresentou um P.R de 0,84. Assim, a função sintática que mais favorece a realização do artigo, em Carnaíba, é a de *adjunto de nome*.

Porém, um fato que queremos levantar nessa discussão é a real influência da função sintática de *adjunto*. Como mencionamos anteriormente, a preposição é algo importante para a realização do artigo diante do contexto. Dessa forma, sendo esse elemento um item que corriqueiramente aparece acompanhado por preposição, o que realmente interfere no fenômeno? De fato é o adjunto ou a preposição que vem junto a ele? Tais perguntas serão respondidas mais adiante em 4.3.3.1.

Chamamos, também, a atenção para aquelas funções que não favoreceram a realização do artigo como é o caso das funções sintáticas de: *sujeito*, *antitópico* e *complemento de nome*, todas com porcentagem e P.R inferior ao nível de neutralidade. Como já mencionamos na seção 3.5.1.2.2, a função de antitópico é altamente inibidora do artigo, devido a seu caráter específico, o que justifica seu P.R baixo. Já o P.R da posição de sujeito segue a variante predominante da comunidade. Observamos também que a função sintática de *Objeto Direto* permaneceu exatamente no ponto neutro, isto é, obteve um P.R de 0,50. Assim, a função de *Objeto Direto* nem favorece e nem tão pouco desfavorece a realização do artigo definido.

4.3.1.1.4 SN isolado

Quadro 39: Resultado da variável SN isolado no contexto de antropônimo em Carnaíba

SN	Presença		Ausência		P.R
	Nº	%	Nº	%	
<i>SN isolado na resposta não encabeçado por preposição</i>	15/215	7	200/215	93	0,45
<i>SN isolado na resposta encabeçado por preposição</i>	13/27	48	14/27	52	0,79

Como é possível observarmos no quadro acima, quando o SN analisado se apresenta isolado na resposta e não é encabeçado por uma preposição, a tendência é a de a realização do artigo ser menor do que quando o SN se apresenta isolado na resposta, mas acompanhado por uma preposição. Quando o primeiro caso acontece, ou seja, quando temos um SN isolado na resposta não encabeçado por preposição, a frequência de porcentagem é de apenas 7%. Em contrapartida, quando o SN isolado é encabeçado por preposição, a frequência é de 48%.

Observando o efeito desses fatores no universo pesquisado, notamos que a tendência continua sendo a mesma, pois quando SN isolado não é encabeçado por preposição, o P.R é de 0,45. Já, quando o SN isolado é encabeçado por preposição, o P.R alcança um peso relativo de 0,79.

Podemos achar uma explicação para a não significância do SN isolado no fato de o mesmo SN não vir acompanhado de material linguístico, o que não favorece a realização do artigo em uma comunidade que tem como variante mais forte aquela que não traz o determinante diante de antropônimos.

4.3.1.1.5 Referência do Antropônimo

Concentrando nossa atenção na análise e discussão da variável *referência do antropônimo* e verificando sua possível interferência no fenômeno aqui analisado, vejamos os resultados oferecidos pelo GoldVarb X:

Quadro 40: Resultado da variável referência do antropônimo em Carnaíba

Referência	Presença		Ausência		P.R
	Nº	%	Nº	%	
<i>Real</i>	37/389	9,5	352/389	90,5	0,41
<i>Personagem</i>	36/99	36	63/99	64	0,78

Os dados apresentados no quadro 40 corroboram com nossa hipótese inicial de que o fato de o referente ser um personagem acaba por favorecer a realização do artigo. O programa mostrou que, quando o referente do antropônimo é de natureza *real*, a porcentagem de ocorrência de artigo é de apenas 9,5%, contra 90,5% de ausência. Já, quando o referente é um *personagem*, a porcentagem de presença sobe para 36%.

Também podemos notar a influência do nome referido ser de um personagem de televisão através do P.R dado pelo GoldVarb X. Quando o referente é do primeiro tipo, *real*, o P.R é de 0,41. Já, quando o referente é do segundo tipo, isto é, *personagem*, o P.R sobe para 0,78 de realização do artigo.

4.3.1.2 Contexto de Pronome Possessivo

Para este contexto, o programa selecionou como significativas apenas três variáveis. Gostaríamos de destacar que foram realizadas cinco rodadas para que chegássemos aos resultados que serão analisados. Tendo realizado essas rodadas e obtendo os mesmos resultados, optamos por não mexer mais nos dados, haja vista que a insistência em permanecer indicando a significância de apenas três variáveis era um indício de que não teríamos mudança no quadro de variáveis significativas.

4.3.1.2.1 Tipo de preposição

Em nosso *corpus*, encontramos três tipos de preposição diante do contexto em análise, foram elas: *de*, *com* e *em*. A seguir, apresentaremos os resultados quantitativos de cada uma delas:

Quadro 41: Resultado da variável tipo de preposição no contexto de pronome possessivo em Carnaíba

Preposições	Presença		Ausência		P.R
	Nº	%	Nº	%	
<i>DE</i>	25/32	78	7/32	22	0,82
<i>EM</i>	13/14	93	1/14	7	0,97
<i>COM</i>	11/58	19	47/58	81	0,14

O quadro 41 nos mostra que as preposições *de* e *em* são as que mais favorecem o uso do artigo diante de pronomes possessivos em posição pré-nominal, enquanto a preposição do tipo *com* não é condicionadora.

Quando o possessivo é acompanhado pela preposição *de*, tivemos uma ocorrência de 78% e peso relativo de 0,82. A preposição *em* apresentou uma porcentagem de 93%, com peso relativo de 0,97 e a preposição *com*, 19% com peso relativo de 0,14. Dessa forma, poderíamos dizer que a preposição *em* é a que mais favorece a realização do artigo, mas precisamos dizer que seu número de ocorrência se distancia bastante da quantidade de vezes que as demais preposições aparecerem, como apresentado no quadro acima. Diante desse fato, a preposição *de* assume o papel de ser a preposição que mais favorece a realização de artigo diante de pronomes possessivos no município de Carnaíba. Já a preposição *com* é a que menos favorece.

4.3.1.2.2 Função Sintática

A função sintática do possessivo foi a segunda variável selecionada pelo programa como significativa para o contexto analisado. Callou & Silva (1997) salientam que, nas comunidades analisadas por elas, essa variável foi significativa e que a função sintática de *sujeito*, *tópico* e *objeto* são as que mais favorecem a realização do artigo, apresentando pesos de 0,71, 0,59 e 0,59, respectivamente. Tomando como base o estudo das autoras, vamos verificar se, na comunidade de Carnaíba, a função sintática de objeto também é a que mais favorece a presença do artigo.

Quadro 42: Resultado da variável função sintática no contexto de pronome possessivo em Carnaíba

Função	Presença		Ausência		P.R
	Nº	%	Nº	%	
<i>Sujeito</i>	11/58	19	47/58	81	0,59
<i>Tópico</i>	4/12	33	8/12	67	0,28
<i>Antitópico</i>	1/8	12,5	7/8	87,5	0,12
<i>Objeto Direto</i>	14/63	22	49/63	78	0,70
<i>Objeto Indireto</i>	19/39	49	20/39	51	0,75
<i>Adjunto de nome</i>	17/91	19	74/91	81	0,32
<i>Complemento de nome</i>	1/22	4,5	21/22	95,5	0,23

De fato, observamos que a função sintática de *objeto direto* e a de *objeto indireto* são as funções que aparecem como significativas, sendo a última a que mais favoreceu a realização do determinante diante do pronome possessivo tanto no que concerne à frequência em porcentagem (49%), quanto no que diz respeito ao P.R (0,75).

Olhando agora para o P.R de cada fator, notamos que o maior peso é o da função sintática de *objeto indireto*, com 0,75, seguida da função de *objeto direto*, com 0,70. Diante dos números oferecidos pelo programa, observamos que nossos resultados não são tão similares aos resultados apresentados por Callou & Silva (1997). Como exposto no quadro 7, da seção 1.3.2, nos municípios analisados pelas autoras, as funções sintáticas de *sujeito* (0,71), *tópico* (0,59) e *objeto*³¹ (0,59) foram as que mais favoreceram a realização do artigo diante do contexto de pronome possessivo. Em nosso *corpus*, podemos observar que a função sintática de *tópico* não contribui para a presença do artigo, haja vista que seu efeito no universo pesquisado foi de apenas 0,28. Assim, nossos resultados se aproximam dos resultados encontrados em Callou & Silva (1997) no que concerne ao favorecimento das funções de *sujeito* e *objeto* para a realização do artigo definido diante de possessivos.

³¹ Lembramos que as autoras não realizam a separação entre a função de Objeto direto e a função de Objeto indireto.

Se, por um lado, a função de *objeto direto e indireto*, e a função de *sujeito* contribuem para a realização do artigo em Carnaíba; por outro, as funções sintáticas de *antitópico*, *adjunto adnominal*, *complemento* e *tópico*, este último já mencionado anteriormente, são as que menos favorecem, com os P.Rs de 0,12, 0,32, 0,23 e 0,28, respectivamente.

Com isso, observamos que as posições argumentais de *sujeito* – argumento externo – e de *objeto* – argumento interno – favorecem a realização do artigo diante de pronomes possessivos pré-nominais. Já, as posições não-argumentais, como o *adjunto* parece não favorecer.

Aqui, colocamos, em dúvida, a interferência da preposição que pode ser vista diante do *objeto indireto*. Em 3.3.3.2, iremos realizar o cruzamento dessas duas variáveis para esclarecermos essa questão.

4.3.1.2.3 SN isolado

Para o contexto de pronomes possessivos em Carnaíba, o programa GoldVarb X também considerou que a variável SN isolado era significativa. A seguir, mostraremos os resultados alcançados com as rodadas:

Quadro 43: Resultado da variável SN isolado no contexto de pronome possessivo em Carnaíba

SN	Presença		Ausência		P.R
	Nº	%	Nº	%	
<i>SN isolado na resposta não encabeçado por preposição</i>	2/78	3	76/78	97	0,32
<i>SN isolado na resposta encabeçado por preposição</i>	18/41	44	23/41	56	0,80

Assim como no contexto de antropônimo, notamos que no contexto de pronome possessivo pré-nominal, quando o sintagma nominal isolado é encabeçado por uma preposição, a tendência é que se tenha uma maior frequência de realização do artigo definido. Quando esse fator apareceu, obtivemos uma porcentagem de 44% de realização. Em

contrapartida, quando o sintagma nominal isolado não era encabeçado por preposição, a porcentagem foi de apenas 3%.

O efeito do segundo fator, SN isolado encabeçado por preposição, também foi superior ao efeito do primeiro fator, como é possível percebermos na parte do quadro destinada aos P.Rs. O SN isolado com preposição obteve um P.R de 0,80, peso bem acima do nível neutro de 0,50. Já o SN isolado sem preposição obteve um P.R abaixo do nível de neutralidade: 0,32.

4.3.2 Análise dos resultados linguísticos em Serra Talhada

4.3.2.1 Contexto de Antropônimo

Aqui apresentaremos, analisaremos e discutiremos as variáveis com significância apontadas pelo programa GoldVarb X. A ordem de discussão foi feita com base na ordem de significância dada pelo programa.

4.3.2.1.1 Referência do Antropônimo

Assim como em Carnaíba, a variável *referência do antropônimo* também foi indicada pelo programa como significativa nos dados de Serra Talhada. O quadro que segue traz os resultados obtidos através das rodadas realizadas no programa:

Quadro 44: Resultado da variável referência do antropônimo em Serra Talhada

Referência	Presença		Ausência		P.R
	Nº	%	Nº	%	
<i>Real</i>	20/364	5,5	344/364	94,5	0,43
<i>Personagem</i>	21/81	26	60/81	74	0,76

Diante das porcentagens oferecidas pelo programa, percebemos que essa variável não chega a oferecer um número acima de 50% de ocorrência de artigo diante de nomes próprios

de pessoas. No entanto, é de suma importância percebermos o quanto é distante o número de presença de artigo apresentado para quando a referência é *real* da porcentagem dada para quando o referido é um *personagem*: são 20% de diferença entre os fatores. Ainda notamos que, quando a referência do antropônimo é um personagem, há 26% de realização de artigo e 74% de ausência.

Já, quando verificamos o P.R entendemos o porquê de o programa ter considerado essa variável como condicionante. No que diz respeito à realização de artigo diante do contexto, o fator *personagem* se apresentou com o P.R acima do ponto neutro de 0,5. Já o fator *real* apresentou P.R abaixo desse ponto.

Em outras palavras, o fato de o antropônimo pertencer a um personagem, e não a uma pessoa real, acaba influenciando na realização do artigo diante do antropônimo.

4.3.2.1.2 Tipo de preposição

Como já mencionamos, para que a variável *tipo de preposição* fosse selecionada pelo programa, foi necessária a retirada da variável *Contexto preposicionado*, por motivos já explicitados.

Vamos apresentar as preposições que foram encontradas em nossa amostra e seus resultados no quadro que segue:

Quadro 45: Resultado da variável tipo de preposição no contexto de antropônimo em Serra Talhada

Preposições	Presença		Ausência		P.R
	Nº	%	Nº	%	
<i>DE</i>	16/51	31	35/51	69	0,51
<i>COM</i>	2/5	40	3/5	60	0,38

Em nosso *corpus*, encontramos dois tipos de preposição, como pode ser visto no quadro acima, a saber: *de* e *com*. Pelo que o quadro nos mostra, no que tange à porcentagem, a preposição *com* foi a que obteve o maior número de realização do artigo com porcentagem de 40%. Porém, temos de levar em conta que o número de ocorrência dessas preposições em

nosso *corpus* não é expressivo quando comparado ao número de ocorrência da preposição *de*, que obteve 31%.

A falta de dados acaba comprometendo nossa análise, haja vista que a quantidade de dados não nos permite realizar comparações entre as preposições e evidenciar qual é a mais condicionante na cidade analisada.

Em uma pesquisa posterior, faz-se necessário controlarmos essa variável de forma a garantirmos a presença de um número mais significativo de outras preposições, como *com*, cujo número de ocorrência não é robusto nesta fase da análise.

4.3.2.1.3 *Status* Informacional

Em nossa análise, a variável *status informacional* foi considerada, pelo programa, como significativa para o contexto de antropônimo. Em Silva (1982), essa variável também foi considerada na comunidade do Rio de Janeiro. Segundo a autora, quando o antropônimo faz sua primeira entrada no discurso, ele tende a vir acompanhado por um artigo. Diante disso, vamos observar como essa variável se comportou em nossa análise.

Quadro 46: Resultado da variável *status* informacional no contexto de antropônimo em Serra Talhada

<i>Status</i> informacional	Presença		Ausência		P.R
	Nº	%	Nº	%	
<i>Informação nova</i>	27/378	7	351/378	93	0,45
<i>Informação antiga</i>	14/67	21	53/67	79	0,72

Em Serra Talhada, o número de ocorrência de artigo não é superior ao número de ausência quando o antropônimo faz sua primeira entrada no discurso. No que tange às porcentagens, a frequência de ocorrência é de apenas 7%, contra 93% de ausência do artigo.

O número do P.R desse fator também acaba mostrando sua não interferência na cidade analisada. Como podemos perceber, quando o antropônimo é uma informação nova, o P.R é de apenas 0,45, peso inferior e até mesmo próximo do ponto de neutralidade de 0,50.

Assim, diferentemente da comunidade analisada por Silva (1998), essa questão do discurso não parece interferir na ocorrência do artigo diante de antropônimos no município de Serra Talhada.

4.3.2.1.4 Função Sintática

Como já mencionamos, não nos restringimos a analisar apenas os fatores que foram apresentados por outros estudos como sendo condicionantes à realização do artigo, mas ampliamos o número de fatores, investigando todas as funções sintáticas que pudemos verificar em nosso *corpus*. Vejamos os resultados alcançados depois das rodadas feitas no GoldVarb X:

Quadro 47: Resultado da variável função sintática no contexto de antropônimo em Serra Talhada

Função	Presença		Ausência		P.R
	Nº	%	Nº	%	
<i>Sujeito</i>	4/56	7	52/56	93	0,57
<i>Tópico</i>	1/43	2	42/43	98	0,30
<i>Antitópico</i>	3/45	7	42/45	93	0,52
<i>Objeto Direto</i>	4/46	9	42/46	91	0,63
<i>Objeto Indireto</i>	2/29	7	27/29	93	0,29
<i>Adjunto de nome</i>	19/56	34	37/56	66	0,87
<i>Complemento de nome</i>	4/66	6	62/66	94	0,26
<i>Predicativo</i>	4/54	7	50/55	93	0,56

O quadro 47 traz todos os resultados apresentados pelo GoldVarb X. Como podemos perceber, todas as funções sintáticas desfavorecem fortemente a realização do artigo na comunidade analisada, com exceção da função de *adjunto de nome* que apresenta uma

porcentagem de 34% de ocorrência de artigo, contra 66% de ausência. A que menos favorece é a função de *tópico*, que apresenta apenas 2% de realização do artigo diante do antropônimo.

No que tange ao peso relativo, pelo que verificamos, a função sintática de *adjunto* é uma grande favorecedora à realização do artigo definido tal como verificaram Callou & Silva (1997). O *adjunto* alcançou um P.R de realização de 0,87, o que indica sua influência sobre a realização do artigo definido, haja vista que seu P.R encontra-se próximo a 1. Mas não foi apenas o adjunto que apareceu como condicionante à ocorrência de artigo. Segundo o GoldVarb X, a função sintática de *objeto direto* apresenta um P.R de 0,63. Outra função sintática que teve destaque foi a de *sujeito*, com P.R de 0,57, seguida da função de *predicativo*, com 0,56 de P.R.

Ainda com relação aos resultados expostos no quadro 47, notamos que, ao passo que o adjunto apresentou P.R superior a 0,5, funções sintáticas como: *tópico*, *objeto indireto* e *complemento* apresentam pesos inferiores ao ponto neutro. Segundo o programa, dessas funções a que menos favorece a realização do determinante é a posição de *complemento*, apresentando P.R de 0,26.

Os resultados aqui corroboram nossa hipótese inicial de que, com base em Callou & Silva (1997), a posição de *adjunto* seria a que mais influenciaria na realização do artigo.

No entanto, vamos levantar o mesmo questionamento feito na cidade de Carnaíba sobre a interferência da preposição na função sintática de adjunto. Em 4.3.3.1.1, verificaremos o quanto o fato de o adjunto vir acompanhado por uma preposição interfere na realização do artigo diante de antropônimo no município de Serra Talhada.

4.3.2.1.5 SN isolado

Em Serra Talhada, o fato de o SN vir isolado na resposta também foi apontado como algo com significância pelo programa GoldVarb X, assim como foi em Carnaíba. Vejamos no quadro 48, o resultado alcançado com as rodadas dos dados no programa:

Quadro 48: Resultado da variável SN isolado no contexto de antropônimo em Serra Talhada

SN	Presença		Ausência		P.R
	Nº	%	Nº	%	
<i>SN isolado na resposta não encabeçado por preposição</i>	3/89	3	86/89	97	0,48
<i>SN isolado na resposta encabeçado por preposição</i>	1/2	50	1/2	50	0,89

Em Serra Talhada, verificamos que a falta de um número maior de dados, para o fator SN isolado na resposta encabeçado por preposição, acaba prejudicando nossa análise, pois, como é possível percebermos, só foram encontradas duas ocorrências de antropônimos isolados com a presença de preposição: sendo uma ocorrência regida por artigo e outra ocorrência em que o artigo não apareceu. Diante disso, não realizaremos a comparação ente os dois fatores.

No entanto, podemos chamar a atenção para o primeiro fator, SN isolado na resposta não encabeçado por preposição. Quando esse fator foi analisado, o programa apontou que seu efeito foi de 0,48, não ultrapassando o nível de neutralidade. Com isso, podemos verificar que, quando o SN isolado não vem acompanhado por preposição, a tendência é a de não-realização do artigo.

4.3.2.2 Contexto de Pronomes Possessivos

Aqui, apresentaremos, analisaremos e discutiremos as variáveis que o programa GoldVarb X apontou como significativas para a análise do contexto de pronome possessivo. A ordem de discussão foi feita com base na ordem de significância dada pelo programa.

4.3.2.2.1 Contexto Preposicionado

Como mencionamos anteriormente, o GoldVarb X, ao contrário do que fez para o contexto de antropônimo, selecionou essa variável como significativa no contexto de pronome possessivo em posição pré-nominal. Observemos o quadro a seguir:

Quadro 49: Resultado da variável contexto preposicionado no contexto de pronome possessivo em Serra Talhada

	Presença		Ausência		P.R
	Nº	%	Nº	%	
<i>Com preposição</i>	67/145	46	78/145	54	0,67
<i>Sem preposição</i>	38/232	16	194/232	84	0,38

Falando em porcentagens, a variável parece não ser condicionadora à realização do artigo, uma vez que nenhum dos fatores – com ou sem preposição – superou os 50%. Todavia, é preciso observarmos que, quando o contexto é preposicionado, temos 46% de realização do artigo. Já, quando o possessivo não é preposicionado, a frequência de artigo é de apenas 16%. Isso nos permite concluir que, em se tratando de porcentagem, existe uma maior influência na realização do artigo quando o possessivo vem acompanhado por preposição.

O P.R dessa variável nos evidencia que ser preposicionado é algo importante para a realização do artigo frente a uma preposição. Temos um peso de 0,67 de ocorrência quando há uma preposição. Esse P.R está um tanto próximo do nível máximo, indicando um nível alto de significância da variável.

Quando não há contextos preposicionados, o peso relativo tem uma queda de 0,38, passando de 0,67 para 0,38. Não temos, então, dúvidas a respeito da influência dessa variável na realização do artigo em nosso *corpus*, haja vista que os números mais significativos são aqueles pertencentes ao fator com preposição.

Acreditamos que o tipo de preposição, ou seja, o traço que determinada preposição carrega seja responsável por essa interferência, como também foi apontado por Callou & Silva (1997). Diante disso, dedicamos a próxima seção para a análise da variável *tipo de preposição*, variável esta que também foi considerada pelo programa como significativa.

4.3.2.2.2 Tipo de preposição

Como mencionamos na seção anterior, o tipo de preposição interfere na realização do artigo definido diante de pronomes possessivos. Vamos, primeiramente, observar o quadro abaixo com os resultados dessa variável e, em seguida, realizar a discussão acerca do exposto.

Quadro 50: Resultado da variável tipo de preposição no contexto de pronome possessivo em Serra Talhada

Preposições	Presença		Ausência		P.R
	Nº	%	Nº	%	
<i>DE</i>	37/56	66	19/56	34	0,68
<i>COM</i>	17/66	26	49/66	74	0,31
<i>EM</i>	10/16	65,5	6/16	37,5	0,64
<i>PARA</i>	2/3	67	1/3	33	0,68
<i>POR</i>	1/3	33	2/3	67	0,28

O programa apontou, com base nas porcentagens, três preposições como sendo responsáveis pela ocorrência do artigo definido, a saber: *de*, *em* e *para*, porém não vamos levar em consideração esta última devido a sua pouca ocorrência em nosso *corpus*.

Com relação à variável aqui analisada, a comunidade aqui investigada caminha na mesma direção das comunidades analisadas em Callou & Silva (1997), pois todas as preposições que foram condicionantes para a realização do artigo são aquelas que possuem traços [+aglutinante], ou seja, as que podem se contrair com artigos. Aquelas que não possuem essa propriedade acabaram não sendo significantes para essa realização como é possível verificarmos nos resultados apresentados no quadro.

De acordo com o programa, a preposição que mais influencia a realização do artigo é a preposição *de* que apresenta uma percentagem de 66% de ocorrência, contra 34% de ausência. Seu P.R também é significativo, apresentando um número de 0,68. A preposição *em*, também enquadrada dentre as preposição capazes de se contrair, apresenta uma percentagem de 65,5% de presença, contra 37,5 de ausência de artigo. O P.R do *em* chega a 0,64, indicando também sua significância no que concerne à realização do artigo.

Em nosso *corpus*, as preposições não favorecedoras da realização do artigo são as preposições *com* e *por*, esta também não será levada em consideração pelo mesmo motivo apresentado para a preposição *para*.

Quando o contexto aparecia com a preposição *com*, a ocorrência de artigo era de apenas 26%, contra uma ausência de 74%. A análise de P.R também evidencia sua não interferência na realização do determinante, mostrando um peso de 0,31. Assim, diferentemente das preposições *de* e *em*, a preposição *com* não apresenta valores significativos que a enquadrem entre as preposições condicionantes.

Com base nos resultados alcançados, concluímos que, quando o possessivo vem acompanhado de preposições que possuem a possibilidade de aglutinação, a frequência de ocorrência do artigo é superior à sua ausência. Assim, acreditamos que preposição com o traço [+aglutinante] é um dos motivos que fazem a realização do artigo seja altamente significativa.

4.3.2.2.3 Função Sintática

As funções sintáticas analisadas foram as mesmas controladas para o contexto de antropônimo e os resultados encontrados, através das rodadas, podem ser vistos no quadro abaixo:

Quadro 51: Resultado da variável função sintática no contexto de pronome possessivo em Serra Talhada

Função	Presença		Ausência		P.R
	Nº	%	Nº	%	
<i>Sujeito</i>	13/76	17	63/76	83	0,43
<i>Tópico</i>	15/41	37	26/41	63	0,56
<i>Antitópico</i>	4/37	11	33/37	89	0,28
<i>Objeto Direto</i>	11/35	31	24/35	67	0,58
<i>Objeto Indireto</i>	15/33	45,5	18/33	54,5	0,79

<i>Adjunto de nome</i>	22/89	25	67/89	76	0,38
<i>Complemento de nome</i>	21/40	52,5	19/40	86	0,69
<i>Predicativo</i>	4/26	15	22/26	85	0,46

De acordo com o resultado oferecido pelo GoldVarb X, observamos que as funções sintáticas que tiveram seus resultados em posição superior ao ponto neutro foram as posições de: *complemento*, *objeto indireto*, *objeto direto* e *tópico*. As que obtiveram P.Rs inferiores ao ponto de 0,5 foram: *sujeito*, *adjunto*, *predicativo* e *antitópico*. Isso quer dizer que, das oito funções sintáticas analisadas, quatro oferecem um efeito favorável à realização do artigo diante do contexto em análise.

Das que são consideradas condicionantes para a realização do artigo, a função de *complemento* é uma das que mais influencia tanto em sua percentagem (64%) quanto em seu P.R (0,69). Em seguida, vem o *objeto indireto* que apresenta uma percentagem de 45,5% de realização do artigo e um P.R de 0,79. A propósito, o P.R da função de *objeto indireto* a coloca como sendo a função sintática com o maior efeito no município analisado. Isso quer dizer que, quando o possessivo apresenta uma função sintática de *objeto indireto*, há maiores chances de esse mesmo possessivo vir acompanhado de artigo.

Assim como fizemos para o contexto de antropônimo, vamos chamar a atenção para os P.Rs das funções sintáticas de *tópico* e *objeto direto*, principalmente, para este último. Essas funções, com o peso de 0,56 e 0,58, respectivamente, estão mais próximas do resultado da função sintática de *predicativo* do que do valor obtido pelo *complemento* e o *objeto indireto*. Isso, talvez, possa servir como argumento para salientar que essas duas funções sintáticas não são tão significativas assim, uma vez que não se distanciam muito do ponto de neutralidade oferecido pelo programa.

Callou & Silva (1997) já haviam chamado a atenção para a função sintática de *objeto*, como já mencionamos no primeiro capítulo. Aqui, verificamos que, assim como nas comunidades analisadas pelas autoras, a função sintática de *objeto*, mais especificamente, a de *objeto indireto*, também é condicionante à realização do artigo.

Sabendo que a posição de *Objeto indireto* também é acompanhada por uma preposição, lançamos o mesmo questionamento que fizemos para o contexto de antropônimo. A presença do artigo, nesse caso, seria ocasionada pelo fato de o possessivo estar com a função sintática de objeto ou a realização do artigo deve-se à preposição que pode

acompanhar a posição de objeto? Na subseção 4.3.3.4, apresentaremos uma resposta a esse questionamento.

Chamemos a atenção, agora, para as funções sintáticas que menos favoreceram a realização do artigo em nosso *corpus*, são elas: *antitópico*, com P.R de 0,29, *adjunto*, com P.R de 0,38, e *sujeito*, com P.R de 0,43.

4.3.2.2.4 SN isolado

Como vem acontecendo no decorrer de nossa análise, a variável *SN isolado* vem sendo considerada como uma variável significativa pelo programa GoldVarb X. Para o contexto de pronomes possessivos em posição pré-nominal, em Serra Talhada, ela também obteve significância e será analisada a seguir:

Quadro 52: Resultado da variável SN isolado para o contexto de possessivo em Serra Talhada

SN	Presença		Ausência		P.R
	Freq.	%	Freq.	%	
<i>SN isolado na resposta não encabeçado por preposição</i>	2/32	6	30/32	94	0,45
<i>SN isolado na resposta encabeçado por preposição</i>	5/12	42	7/12	58	0,61

Observando o quadro acima, percebemos que, mais uma vez, o fato de o SN ser isolado e acompanhado por uma preposição é algo importante para a realização do artigo definido diante de pronomes possessivos. Quando o SN isolado é encabeçado por preposição, obtemos uma porcentagem de 42% de realização. Já, quando o SN isolado não é encabeçado por preposição, a porcentagem cai para 6%.

A análise com base no peso relativo desses dois fatores nos mostra como ser encabeçado por preposição é, de fato, algo condicionante, uma vez que, quando isso acontece, o P.R é de 0,61, sendo superior ao P.R alcançado pelo SN isolado não encabeçado por preposição, que obteve 0,45 de peso.

4.3.3 Cruzamentos das variáveis linguísticas significativas

Como já mencionamos, algumas variáveis nos deixaram em dúvidas sobre a real influência de alguns de seus fatores, como por exemplo, os fatores *adjunto* e *objeto indireto*, presentes na variável *função sintática*. Diante disso, dedicamos esta seção ao esclarecimento dos questionamentos levantados. Para tanto, utilizamos o recurso do *cruzamento de variáveis* oferecido pelo programa GoldVarb X.

4.3.3.1 Cruzamento das variáveis: *tipo de preposição* e *função sintática* em Carnaíba para o contexto de antropônimo

Como mencionamos na subseção 4.3.2.5, existiu uma dúvida a respeito da influência da função sintática de *adjunto* e da função sintática de *objeto indireto* no que tange à realização do artigo diante de antropônimos. A dúvida surgiu pelo fato de tais funções sintáticas sempre estarem acompanhadas por uma preposição que, por seu turno, é tida como condicionante na realização do artigo, como foi atestado, por exemplo, em Callou & Silva (1997) e em nossa própria análise aqui desenvolvida.

Diante disso, dedicamos esta seção para tentarmos verificar se é realmente essas funções sintáticas ou a preposição que as acompanham que, realmente, influenciam a realização do artigo. Esse tratamento “extra” de nossos dados só é possível pelo fato de o GoldVarb X realizar análises multivariadas como já mencionado em 3.1.

No quadro 53, a seguir, podemos ver os resultados obtidos com o cruzamento dessas duas variáveis:

Quadro 53: Cruzamento das variáveis tipo de preposição e função sintática para o contexto de antropônimo em Carnaíba

Função sintática		Tipo de preposição			
		DE		COM	
		Freq.	%	Freq.	%
Sujeito	Com art.	-	-	-	-
	Sem art.	-	-	-	-
Tópico	Com art.	-	-	-	-

	Sem art.	-	-	-	-
Antitópico	Com art.	-	-	-	-
	Sem art.	-	-	-	-
Objeto Direto	Com art.	-	-	-	-
	Sem art.	-	-	-	-
Objeto Indireto	Com art.	7/30	23	-	-
	Sem art.	23/30	77	6/6	100
Adjunto de nome	Com art.	21/32	66	1/5	20
	Sem art.	11/32	34	4/5	80
Complemento de nome	Com art.	2/7	29	-	-
	Sem art.	5/7	71	-	-
Predicativo	Com art.	-	-	-	-
	Sem art.	-	-	-	-

O cruzamento entre as duas variáveis foi necessário para que pudéssemos verificar que há interferência do tipo de preposição na função sintática nesse município. Pudemos perceber que apenas as funções sintáticas de *objeto indireto*, *adjunto de nome* e *complemento* sofreram interferência da preposição para a realização do artigo. A interferência na realização parece acontecer principalmente na função sintática de *adjunto* como desconfiávamos. Abaixo, daremos destaque ao cruzamento do tipo de preposição com o *adjunto*:

Quadro 54: Cruzamento da função sintática adjunto de nome com o tipo de preposição

Função sintática		Tipo de preposição			
		DE		COM	
		Freq.	%	Freq.	%
Adjunto de nome	Com art.	21/32	66	1/5	20
	Sem art.	11/32	34	4/5	80

É possível percebermos o quanto a preposição *de* parece interferir na realização do artigo quando o antropônimo apresenta a função sintática de adjunto adnominal, pois houve uma ocorrência de 66% de realização, contra 34% de não uso do artigo. Com a preposição *com*, o número de ocorrência foi mais baixo, apenas 20%. Tal resultado nos revela que, pelo

que parece, o que acaba por favorecer é o fato de se ter uma preposição do tipo aglutinadora nessa posição e não somente o fato de ser um adjunto.

Pelo que parece o *adjunto* sozinho não tem força suficiente para favorecer a realização do artigo definido diante de antropônimos. O que de fato parece ter força para tal realização é a preposição que possui o traço [+aglutinante], como é o caso da preposição *de*. A função sintática de *adjunto*, nesse caso, serve como apoio para a presença dessa preposição. Portanto, o adjunto é um ambiente propício à presença da preposição que, por sua vez, favorece o artigo em caso de ter ela o traço [+aglutinante].

Também gostaríamos de destacar a influência da preposição no fator *DP isolado encabeçado por preposição* que, apesar de não ultrapassar a marca de 50% de ocorrência, apresentou um número próximo: 45%.

Quadro 55: Cruzamento do complemento de nome com o tipo de preposição

Função sintática		Tipo de preposição			
		DE		COM	
		Freq.	%	Freq.	%
Complemento de nome	Com art.	2/7	29	-	-
	Sem art.	5/7	71	-	-

Verificamos, no quadro 55, apenas a preposição *de* interferindo quando os nomes próprios desempenham a função sintática de complemento de nome. Quando isso acontece, a realização do artigo diante do antropônimo é de 29%, o que significa dizer que os 5% de ocorrência total da frequência de antropônimo com artigo, quando este desempenhava a função sintática de complemento de nome, teve uma interferência de 29% da preposição *de*.

Quadro 56: Cruzamento do objeto indireto com o tipo de preposição

Função sintática		Tipo de preposição			
		DE		COM	
		Freq.	%	Freq.	%
Objeto indireto	Com art.	7/30	23	-	-
	Sem art.	23/30	77	6/6	100

Como vimos, a variável *tipo de preposição* também interferiu no resultado alcançado pela função sintática de *objeto indireto*. Pelo que observamos dos dados oferecidos pelo programa, a ocorrência de artigo nessa função recebeu influência apenas da preposição *de*. A preposição *de* foi a que mais apareceu em nossos dados: 30 casos quando a função sintática é de *objeto indireto*. Já a preposição *com* apareceu apenas 6 vezes nessa função.

Quando o *objeto indireto* é acompanhado pela preposição *de*, a interferência desta sobre a frequência total de realização do artigo é de 23%. Já, quando o *objeto indireto* é acompanhado pela preposição *com*, não houve nenhuma interferência, como podemos perceber no quadro 56.

Diante do exposto, destacamos que a preposição, principalmente aquela com traço [+aglutinante], parece ser uma das grandes responsáveis pela ocorrência de artigos diante de antropônimos nesse município, sobretudo, diante da função sintática de *adjunto de nome*. O resultado que alcançamos com esse cruzamento esclarece um pouco mais o porquê de a função sintática de *adjunto* ter sido considerada como uma das grandes favorecedoras da realização de artigo diante de nomes próprios de pessoas tanto em nosso trabalho quanto em Callou & Silva (1997).

4.3.3.2 Cruzamento das variáveis: *tipo de preposição* e *função sintática* em Carnaíba para o contexto de possessivo

Apresentaremos, a seguir, o resultado obtido com o cruzamento das duas variáveis envolvidas no questionamento feito em 4.3.1.2.2 e tentaremos identificar o quanto o tipo de preposição interfere nos dados obtidos para o fator *Objeto* da variável *função sintática*:

Quadro 57: Cruzamento das variáveis tipo de preposição e função sintática no contexto de pronome possessivo em Carnaíba

Função sintática		Tipo de preposição					
		COM		EM		DE	
		Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Sujeito	Com art.	-	-	1/1	100	1/1	100
	Sem art.	-	-	-	-	-	-
Tópico	Com art.	-	-	3/4	75	-	-

	Sem art.	-	-	1/4	25	-	-
Antitópico	Com art.	-	-	-	-	½	50
	Sem art.	-	-	-	-	½	50
Objeto Direto	Com art.	-	-	-	-	-	-
	Sem art.	-	-	-	-	-	-
Objeto Indireto	Com art.	5/17	29	2/2	100	12/12	100
	Sem art.	12/17	71	-	-	-	-
Adjunto de nome	Com art.	4/31	13	6/6	100	6/10	60
	Sem art.	27/31	87	-	-	4/10	40
Complemento de nome	Com art.	-	-	-	-	-	-
	Sem art.	1/1	100	-	-	1/1	100

O quadro acima mostra que apenas a função sintática *Objeto direto* não é afetada por preposição no contexto de pronome possessivo na cidade de Carnaíba. Tal resultado já era esperado, haja vista que são poucos os casos em que o objeto direto é preposicionado.

A função de *Objeto indireto* sofre interferência de todos os três tipos de preposição, sendo mais sensível à preposição *de*, uma vez que, em todas as 12 ocorrências de *objeto indireto* acompanhado com a preposição *de*, o artigo foi realizado. O mesmo aconteceu com a preposição *em*. Todavia, esta última tem um número mais baixo de ocorrência, apenas 2. Já a preposição *com* também parece interferir na realização do artigo quando se tem um *objeto indireto*.

A preposição *de* também interfere sobre a função sintática de *adjunto de nome*, assim como a preposição *em*. A primeira apresentou uma interferência de 60% no número de ocorrência de artigo diante de possessivos quando o pronome possessivo era um *adjunto de nome*. Já, no que tange à segunda, todas as seis ocorrências de possessivos em posição de adjunto contribuíram para a realização do artigo.

Percebemos, então, que, assim como no contexto de antropônimo, a variável função sintática sofre influência da variável tipo de preposição. Isso indica que, pelo que parece, para que o artigo seja realizado diante de *objeto indireto* e *adjunto*, é importante que tenhamos a presença de uma preposição, sobretudo, daquela que pode se aglutinar com o artigo.

4.3.3.3 Cruzamento das variáveis: *tipo de preposição* e *função sintática* para o contexto de antropônimo em Serra Talhada

Como vimos, lançamos a mesma indagação feita para os dados de Carnaíba para os dados obtidos no município de Serra Talhada. Tentaremos, nessa subseção, trazer uma resposta para a questão levantada durante a análise da função sintática nesse município. O resultado obtido com o cruzamento encontra-se no quadro 58:

Quadro 58: Cruzamento das variáveis tipo de preposição e função sintática no contexto de antropônimo em Serra Talhada

Função sintática		Tipo de preposição			
		DE		COM	
		Freq.	%	Freq.	%
Sujeito	Com art.	2/2	100	-	-
	Sem art.	-	-	-	-
Tópico	Com art.	-	-	-	-
	Sem art.	-	-	-	-
Antitópico	Com art.	-	-	-	-
	Sem art.	3/3	100	-	-
Objeto Direto	Com art.	-	-	-	-
	Sem art.	-	-	-	-
Objeto Indireto	Com art.	1/18	6	1/1	100
	Sem art.	17/18	94	-	-
Adjunto de nome	Com art.	12/18	67	-	-
	Sem art.	6/18	33	2/2	100
Complemento de nome	Com art.	1/8	12	-	-
	Sem art.	7/8	88	1/1	100
Predicativo	Com art.	-	-	1/1	100
	Sem art.	3/3	100	-	-

A imagem acima mostra o cruzamento de todas as funções sintáticas com todos os tipos de preposição encontrados em nosso *corpus*. Pelo que podemos ver, no quadro 58, a única função que não sofre interferência das preposições são as de *tópico* e de *objeto direto*;

as demais são afetadas, mesmo que minimamente, por uma das preposições encontradas. A partir do quadro acima, destacamos que a função sintática que se mostra sensível é, realmente, a de *adjunto*.

Quadro 59: Cruzamento do adjunto de nome com o tipo de preposição

Função sintática		Tipo de preposição			
		DE		COM	
		Freq.	%	Freq.	%
Adjunto de nome	Com art.	12/18	67	-	-
	Sem art.	6/18	33	2/2	100

Notemos que, de fato, a preposição parece agir sobre a função sintática de *adjunto*, como imaginávamos. O resultado do cruzamento mostra uma porcentagem de 67% de ocorrência de artigo definido quando o adjunto vem acompanhado pela preposição *de*, preposição que carrega consigo o traço [+aglutinante]. A preposição *com*, por sua vez, não é considerada uma preposição aglutinante (cf. ALMEIDA, 1992; LIMA, 1998) e, talvez, por essa razão, não tenha interferido na função sintática de *adjunto do nome*.

O que é possível notarmos aqui é que, pelo que parece, a função sintática de adjunto, assim como na comunidade de Carnaíba, sofre influência significativa do *tipo de preposição*, mais especificamente, da preposição que possui o traço [+aglutinante] como é o caso da preposição *de*. Parece-nos, então, que essa possibilidade de contração acaba favorecendo a realização do artigo.

4.3.3.4 Cruzamento das variáveis *função sintática* e *tipo de preposição* para o contexto de possessivos em Serra Talhada

Aqui tentaremos responder ao questionamento feito em 4.3.2.2.3, sobre a influência da função sintática de objeto indireto.

Quadro 60: Cruzamento das variáveis tipo de preposição e função sintática no contexto de pronome possessivo em Serra Talhada

Função sintática		Preposições									
		COM		DE		EM		POR		PARA	
		Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Sujeito	Com art.	-	-	1/2	50	1/1	100	-	-	-	-
	Sem art.	2/2	100	1/2	50	-	-	-	-	-	-
Tópico	Com art.	4/4	100	1/3	33	4/6	67	-	-	-	-
	Sem art.	-	-	2/3	67	2/6	33	-	-	-	-
Antitópico	Com art.	-	-	2/2	100	-	-	-	-	-	-
	Sem art.	2/2	100	-	-	-	-	1/1	100	-	-
Objeto Direto	Com art.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Sem art.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Objeto Indireto	Com art.	4/10	40	5/7	71	1/1	100	-	-	-	-
	Sem art.	6/10	60	2/7	29	-	-	-	-	-	-
Adjunto de nome	Com art.	5/39	13	9/15	60	4/6	67	-	-	½	50
	Sem art.	34/39	87	6/15	40	2/6	33	-	-	½	50
Compl. de nome	Com art.	2/5	40	16/22	73	-	-	-	-	-	-
	Sem art.	3/5	60	6/22	27	1/1	100	-	-	-	-

Predicativo	Com art.	1/1	100	1/1	100	-	-	-	-	-	-
	Sem art.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Podemos observar que há, sim, a interferência da variável *tipo de preposição* na variável *função sintática*, e essa interferência é mais sensível quando se trata da função de *Objeto indireto*, *Complemento do nome* e *Adjunto do nome*. Podemos notar, também, a interferência do tipo de preposição nas demais funções, excetuando a função de *objeto direto*, mas, devido ao número baixo de ocorrência dessas funções, preferimos focar nossa atenção nas duas funções com maior número de ocorrência.

Quadro 61: Cruzamento das variáveis tipo de preposição e objeto indireto

Função sintática		Tipo de preposição									
		COM		DE		EM		POR		PARA	
		Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Objeto indireto	Com art.	4/10	40	5/7	71	1/1	100	-	-	-	-
	Sem art.	6/10	60	2/7	29	-	-	-	-	-	-

Quadro 62: Cruzamento das variáveis tipo de preposição e complemento de nome

Função sintática		Tipo de preposição									
		COM		DE		EM		POR		PARA	
		Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Compl. de nome	Com art.	2/5	40	16/22	73	-	-	-	-	-	-
	Sem art.	3/5	60	6/22	27	1/1	100	-	-	-	-

Quadro 63: Cruzamento das variáveis tipo de preposição e adjunto de nome

Função sintática		Tipo de Preposição									
		COM		DE		EM		POR		PARA	
		Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Adjunto de nome	Com art.	5/39	13	9/15	60	4/6	67	-	-	1/2	50
	Sem art.	34/39	87	6/15	40	2/6	33	-	-	1/2	50

Nos quadros 61, 62 e 63, verificamos, de forma mais nítida, o quão a preposição pode interferir na realização do artigo quando o pronome possessivo pré-nominal está desempenhando a função sintática de *Objeto Indireto*, *Complemento nominal* e *Adjunto adnominal*. Notamos também que as preposições aglutinadoras foram as que mais apresentaram percentagens de favorecimento da realização do artigo.

A preposição *de* foi a única que interferiu nessas três funções sintáticas. No fator *objeto indireto*, a interferência da preposição *de* na realização do artigo foi de 71%. Diante do fator *complemento nominal*, a interferência dessa preposição foi ainda maior: 73%. Já, no *adjunto de nome*, a interferência foi de 60%.

A preposição *em* também interferiu na função sintática de *adjunto de nome*. Quando essa função foi analisada para o contexto de pronomes possessivos e antecedida por *em*, a interferência desta preposição foi de 67%.

A preposição *com* também foi indicada pelo programa como uma preposição que interfere na variável função sintática, como é possível percebermos no quadro. Todavia, o número de ocorrência dessa preposição, em comparação as preposições *de* e *em*, é baixo, como podemos observar na função sintática de *complemento nominal*, onde encontramos apenas 5 ocorrências, o que ocasionou a interferência de 40%. Diante disso, não discorreremos sobre tal preposição.

Mais uma vez verificamos que o número de realizações do artigo definido na variável função sintática é fruto da interferência de outra variável: o tipo de preposição. Essas constatações mostram como a preposição é de suma importância para a realização do determinante investigado não só diante de antropônimos, mas também perante os pronomes possessivos em posição pré-nominal. Parece-nos, então, que o que é, de fato, condicionante é o fato de se ter uma preposição, sobretudo, aquela aglutinante junto à função sintática analisada.

4.4 ANÁLISE DOS RESULTADOS EXTRALINGUÍSTICOS

Aqui apresentaremos, analisaremos e discutiremos os resultados que encontramos após a rodada dos dados no programa GoldVarb X para as variáveis de caráter extralinguístico apontadas como significativas pelo programa. A ordem de apresentação das variáveis nos dois contextos: antropônimos e possessivos será de acordo com a ordem de significância apresentada pelo programa.

4.4.1 Análise dos dados extralinguísticos em Carnaíba

4.4.1.1 Contexto de Antropônimo

Após as cinco rodadas feitas com os dados obtidos na cidade de Carnaíba, o programa não tomou como significativa nenhuma das variáveis extralinguísticas controladas, a saber: sexo, escolaridade, familiaridade e faixa etária para o contexto de antropônimos. Optamos por não mexer mais nos dados e, assim, não realizarmos mais rodadas para que não corrêssemos o risco de comprometermos nossa amostra. Realizamos várias tentativas de fazer com que o programa apontasse a significância de alguma variável extralinguística, mas não obtivemos sucesso, nem com amalgamações de fatores e nem com o “enxugamento” dos dados, isto é, com a retirada de fatores que apresentaram poucos dados. No entanto, como é apontado por Guy & Zilles (2007, p.214):

[...] é importante lembrar que a falta de significância de uma relação ou efeito é, em si, um fato, uma descoberta, uma evidência, uma resposta às perguntas do pesquisador! Se queremos saber se a presença de certo elemento numa oração tem alguma influência sobre o uso de uma variável, a resposta pode ser sim ou não, e tanto o *não* quanto o *sim* contam igualmente como resposta à pergunta feita.

Dessa forma, não devemos deixar de lado as variáveis que não foram tomadas como significantes pelo programa, pois a não significância também pode nos dizer algo sobre o fenômeno em estudo. Diante disso, dedicaremos a seção 4.5 para a discussão das variáveis que não foram tomadas como significativas pelo programa.

4.4.1.2 Contexto de Pronome Possessivo

Diferentemente do que aconteceu com o contexto de antropônimo, o programa acabou por selecionar duas das três variáveis extralinguísticas, como significativa para a nossa análise. As variáveis são discutidas nas subseções 4.4.1.2.1 e 4.4.1.2.2.

4.4.1.2.1 Sexo

Em Carnaíba, o sexo do informante interfere na realização do artigo diante do contexto de pronomes possessivos, de acordo com o que nos foi apresentado pelo GoldVarb X. Para tanto, vejamos o quadro que segue:

Quadro 64: Resultado da variável sexo para o contexto de possessivo em Carnaíba

Variável	Presença		Ausência		P.R
	Nº	%	Nº	%	
<i>Feminino</i>	29/148	20	119/148	80	0,37
<i>Masculino</i>	38/145	26	107/145	74	0,62

Ao visualizarmos o quadro 64, percebemos que, na comunidade de Carnaíba, são os homens que se apresentam como sendo um pouco mais sensíveis à variante inovadora, ou seja, aos SNs em que o possessivo vem acompanhado de artigo apesar de a percentagem não ultrapassar 50%. As mulheres realizam 20% de artigo definido, ao passo que os homens, 26%, existindo, assim, uma diferença de 6% entre os sexos. Apesar da pouca diferença, podemos pensar que os homens privilegiaram, mesmo que minimamente, a variante onde o possessivo é antecedido por artigo.

A análise com o P.R acaba por confirmar a preferência masculina em usar o artigo nesse contexto. Os homens obtiveram um P.R de 0,62, ou seja, um peso acima do ponto neutro. As mulheres, por sua vez, apresentaram um P.R de 0,37. Em Silva (1998, p.270), a autora observa que no Rio de Janeiro acontece o contrário: são as mulheres “que usam mais

artigo, de modo leve, mas constante”, com números de 40% (0,52), contra 35% (0,48) dos homens.

Os resultados encontrados com essa análise vão de encontro ao que Labov (1990) chama de *Change from below*. Segundo o autor, nas mudanças vindas de baixo, isto é, que não sofrem pressão social, as mulheres são as inovadoras. Assim, nessa comunidade, não são as mulheres que caminham para a adoção da variante nova, segundo os resultados obtidos nos P.Rs, mas, sim, os homens.

Em Carnaíba, como observamos, as mulheres apresentam um comportamento mais conservador, tendo uma preferência para a variante predominante, isto é, aquela cujo possessivo não vem regido por artigo definido.

4.4.1.2.2 Faixa etária

Sendo considerada significativa pelo programa, é importante lembrarmos que a variável em análise encontra-se distribuída em: faixa 1, entre 06 a 17 anos; faixa 2, entre 18 a 35 anos e, a faixa 3, acima de 35 anos. No quadro, a seguir, expomos os resultados alcançados na última rodada:

Quadro 65: Resultado da variável faixa etária para o contexto de possessivo pré-nominal em Carnaíba

Faixa etária	Presença		Ausência		P.R
	Nº	%	Nº	%	
<i>Faixa 1</i>	13/101	13	88/101	87	0,37
<i>Faixa 2</i>	20/82	24	62/82	76	0,37
<i>Faixa 3</i>	34/110	31	76/110	69	0,69

Segundo o que mostramos no quadro 65, quanto maior a idade do informante, maior será a frequência de realização do artigo definido diante de possessivos nessa cidade, assim como foi na comunidade carioca analisada por Silva (1998). Os informante da faixa 1,

segundo o GoldVarb X, apresentaram uma frequência de ocorrência de artigo de apenas 13%, contra 24% da faixa 2 e 31% da faixa 3.

Os resultados descritos na coluna destinada ao P.R também evidenciam que os informantes mais velhos são os que mais favorecem a realização, com P.R de 0,69. Já os informantes da faixa 2 são os que menos favorecem, com P.R de 0,37, seguidos dos informantes da faixa 1 que também obteve o P.R de 0,37.

É possível percebermos, dessa forma, que, quanto maior a idade do informante domiciliado na cidade, maior é a chance de se ter a realização de artigo definido diante de possessivos.

O que a observação do peso relativo nos diz é há mais chances de o possessivo vir acompanhado por artigo definido na fala dos informantes mais velhos com idade superior a 35 anos.

Poderíamos especular, nesse caso, que os informantes mais jovens, como é o caso dos informantes da faixa 1, são aqueles que menos têm contato com pessoas que estão fora de sua comunidade. Já os informantes mais velhos, responsáveis por uma frequência maior de artigo, são aqueles que tiveram mais contato com pessoas de fora de sua comunidade, como salientado em nossa ficha social. Diante disso, acreditamos que o contato com pessoas de outras localidades – seja através do mercado de trabalho ou do nível de escolaridade – pode interferir na frequência de realização do artigo na fala dos informantes da faixa 3.

4.4.2 Análise dos dados extralinguísticos em Serra Talhada

4.4.2.1 Contexto de Antropônimo

Do total de variáveis sociais selecionadas para análise, o programa apontou para a significância das variáveis: sexo e escolaridade.

4.4.2.1.1. Sexo

Como já mencionamos na subseção 3.6.1.2.1, controlamos essa variável levando em consideração apenas o sexo biológico do indivíduo por motivos já mencionados. Os

resultados quantitativos obtidos através das rodadas dos dados no programa computacional GoldVarb X são apresentados a seguir no quadro 66:

Quadro 66: Resultado da variável sexo para o contexto de antropônimo em Serra Talhada

Sexo	Presença		Ausência		P.R
	Nº	%	Nº	%	
<i>Feminino</i>	14/252	6	238/252	94	0,30
<i>Masculino</i>	27/193	14	166/193	86	0,74

Existe, no quadro 66, uma diferença pouco significativa entre o sexo do indivíduo no que se refere à preferência pela realização do artigo diante de nomes próprios de pessoas. Apesar de os dois fatores não apresentarem uma percentagem de uso acima de 50%, percebemos que o sexo *masculino* favorece um pouco mais a variante em que o artigo se faz presente do que o sexo *feminino*: aquele apresentou uma percentagem de 14% de ocorrência, enquanto este, 6%.

Se olharmos para o P.R dessa variável, notaremos que, de fato, os homens serratalhadenses são os que mais favorecem a realização do determinante diante de nomes próprios. O P.R é de 0,74, valor que se aproxima bem do valor máximo que um P.R pode atingir.

As mulheres, por seu turno, oferecem um P.R bem inferior ao P.R oferecido pelos homens (0,30), colocando-as como as que menos produzem antropônimos regidos por artigo definido.

Em Almeida Mendes (2009) e Silva (1996), vimos que o sexo *feminino* é o que mais produz artigo diante desse contexto: a primeira constatou esse fato no município de Abre Campos (MG) e a segunda, no Rio de Janeiro (RJ). Assim, nossa análise apresenta um resultado que se distancia desse perfil sociolinguístico. Por outro lado, nosso perfil parece se aproximar do perfil verificado em Campos Jr (2011) e em Alves (2008), aquele analisa a capital Vitória (ES) e, esta, o município de Barra Longa (MG). Nesses estudos, é evidenciado que a preferência pela realização do artigo ocorre na fala dos homens.

Observamos, então, que parece haver uma uniformização: nas comunidades em que há preferência pelo uso, ou seja, nas comunidades onde a variante predominante é aquela onde se

tem artigo diante de nomes próprios de pessoas, como é o caso da comunidade do Rio de Janeiro (cf. SILVA, 1998) e da comunidade de Abre Campos (cf. ALMEIDA MENDES, 2009), as mulheres são as responsáveis por produzir mais artigo. Já, nas comunidades em que a variante predominante é aquela cujo antropônimo não é acompanhado por artigo, como a comunidade aqui analisada e as comunidades de Vitória (cf. CAMPOS JR., 2011) e de Barra Longa (cf. ALVES, 2008), as mulheres são aquelas que menos utilizam a variante nova.

Dessa forma, o informante do sexo feminino parece refletir o padrão da comunidade de fala a que pertence.

Em nossa pesquisa, verificamos então que o sexo feminino é mais conservador, uma vez que não utiliza com frequência a variante inovadora. Nesse sentido, o que Labov (1990) chama de *change from below* não se aplica à comunidade em questão, já que mesmo o fenômeno não sofrendo pressão social, ou seja, estigmatizado, as mulheres não foram responsáveis pela produção da variante nova.

4.4.2.1.2 Escolaridade

O programa selecionou, além da variável *sexo*, a variável social *escolaridade* como sendo significativa em nossa análise. Como já foi informado, selecionamos três níveis de ensino: fundamental, médio e superior. O quadro abaixo mostra o quanto essa variável foi significativa em nossa análise:

Quadro 67: Resultado da variável escolaridade para o contexto de antropônimo em Serra Talhada

Escolaridade	Presença		Ausência		P.R
	Nº	%	Nº	%	
<i>Fundamental</i>	17/157	11	140/157	89	0,58
<i>Médio</i>	4/133	3	129/133	97	0,24
<i>Superior</i>	20/155	13	135/155	87	0,65

Percebemos que os falantes com nível *superior* são os que mais produzem a realização do artigo diante de antropônimos, tomando por base o P.R de 0,65. Já os de ensino *médio* são

os que menos apresentam a ocorrência de realização do determinante (0,24). Já os falantes do nível *fundamental* apresentaram um P.R um pouco acima do nível neutro (0,58).

Acreditamos que, talvez, o fato de os indivíduos que estão no nível superior apresentarem uma produção alta da variante com o artigo venha de seu convívio com moradores de outras regiões do país. É sabido que muitas instituições de ensino superior recebem anualmente estudantes de várias localidades devido à adesão das universidades aos programas de acesso ao ensino superior, como, por exemplo, o SISU e o PROUNI; ou pela própria escolha do estudante de fixar residência em outras localidades onde se encontra a instituição. Além disso, muitos dos professores que formam o quadro docente das universidades também são de outras localidades e podem trazer com eles a variante inovadora.

É de suma importância destacarmos que a comunidade analisada possui uma unidade de uma universidade federal e que tem seu corpo docente formado por vários professores vindos de regiões que usam, por exemplo, a variante inovadora (ex.: A Maria). Não seria, então, de estranharmos que o convívio com tais docentes influenciasse no sistema linguístico dos informantes. O mesmo se pode dizer das demais instituições de ensino presente na localidade.

Também é sabido que, por meio de programas de bolsas universitárias, os alunos do nível superior realizam mais viagens para outras regiões do país e, como consequência, têm mais contato com a nova variante.

Os fatos apresentados não parecem ocorrer com os alunos do ensino básico, que, em muitas vezes, possuem contato apenas com as pessoas dos bairros circunvizinhos. Assim, não são expostos com frequência à variante inovadora, o que acaba não interferindo em seu sistema.

4.4.3 Contexto de Pronome Possessivo

Do total de variáveis sociais selecionadas para análise do contexto de pronome possessivo, o programa acusou a significância de apenas uma variável, a saber: faixa etária.

4.4.3.1 Faixa etária

Para o controle da variável *faixa etária*, selecionamos indivíduos de 06 a 17 anos, de 18 a 35 anos e acima de 35 anos. Em Silva (1998), vimos que os informantes mais velhos (26-49 anos e 50-71 anos), mais especificamente as mulheres mais velhas, foram responsáveis pelo maior P.R em sua análise. Partindo disso, vamos verificar nossos resultados, a fim de sabermos se, tal como verificado por esses autores, a variável *faixa etária* é condicionadora da realização do artigo em frente a possessivos pré-nominais.

Quadro 68: Resultado da variável faixa etária para o contexto de possessivo pré-nominal em Serra Talhada

Faixa etária	Presença		Ausência		P.R
	Nº	%	Nº	%	
<i>Faixa 1</i>	22/121	18	99/121	82	0,34
<i>Faixa 2</i>	47/152	31	105/152	69	0,51
<i>Faixa 3</i>	36/104	35	68/104	65	0,65

Diante do que nos é apresentado no quadro, percebemos que estávamos corretos ao lançarmos a hipótese de que quanto maior a faixa etária do informante, maior seria a ocorrência de artigo anteposto ao pronome possessivo.

Em se tratando de percentagens, vemos que a *faixa 1* é a que menos favorece a realização do artigo, ao passo que as *faixas 2* e *3* são as que mais favorecem, mesmo não ultrapassando os 50% de produção. O P.R acaba por confirmar nossa hipótese ao indicar que apenas a *faixa 1* possui um peso inferior a 0,5. Todavia, não podemos deixar de mencionar que o P.R da faixa referente aos informantes com idade entre 18 a 35 anos está muito próximo do ponto neutro. Mas, em compensação, o peso da *faixa 2* (0,51) está mais próximo do P.R apresentado para a faixa 3 (0,65) do que aquele apresentado para a *faixa 1*. Então, na comunidade serratalhadense, indivíduos com idade acima de 35 são os que mais realizam o determinante.

O resultado apontado pelo programa para o município de Serra Talhada é semelhante ao resultado que o programa apontou para o município de Carnaíba, onde os informantes com

idade acima de 35 anos foram os que possuíram o maior P.R, a saber: 0,69, mesmo peso alcançado pelos informantes da faixa 3 em Serra Talhada.

4.4.4 Cruzamento das variáveis extralinguísticas significativas

As variáveis que analisaremos a seguir são aquelas que foram tomadas como significativas pelo programa GoldVarb X. Salientamos que, para o município de Carnaíba, realizaremos o cruzamento apenas das duas variáveis significativas para o contexto de pronome possessivo, haja vista que, segundo o programa, não houve significância das variáveis controladas para o contexto de antropônimo. Já, para a cidade de Serra Talhada, realizaremos o cruzamento das variáveis *sexo* e *escolaridade* para o contexto de antropônimo, e faixa etária e sexo, para o contexto de pronome possessivo.

4.4.4.1 Cruzamento das variáveis *sexo* e *faixa etária*, em Carnaíba, para o contexto de pronome possessivo.

Como vimos nas análises das variáveis *sexo* e *faixa etária* pertencentes às seções 4.4.1.2.1 e 4.4.1.2.2, respectivamente, em Carnaíba, foram os informantes do sexo masculino e os informantes do ensino superior que se apresentaram como sendo os mais sensíveis à realização do artigo. Tomando como base a análise feita em Silva (1998) que verificou que, no Rio de Janeiro, as mulheres, sobretudo as mais velhas, foram as responsáveis por um maior número de artigo diante de possessivo, iremos verificar se existe uma interferência da faixa etária na variável *sexo*.

Como resultado, o programa nos ofereceu o que é exposto abaixo:

Quadro 69: Resultado do cruzamento das variáveis sexo e faixa etária

Faixa etária		Sexo			
		Feminino		Masculino	
		Freq.	%	Freq.	%
Faixa 1	Com art.	6/53	11	7/48	15
	Sem art.	47/53	89	41/48	85

Faixa 2	Com art.	7/30	23	13/52	25
	Sem art.	23/30	77	39/52	75
Faixa 3	Com art.	16/65	25	18/45	40
	Sem art.	49/65	75	27/45	60

É possível percebermos que, em Carnaíba, apesar de nenhum dos dados ultrapassarem os 50%, são os homens mais velhos que mais produzem artigo definido diante do contexto de pronome possessivo pré-nominal. A faixa etária que mais interfere na realização do artigo nos dados apresentados para o sexo masculino é a *faixa 3*, com 40% de interferência.

Quando olhamos para os números do *sexo feminino*, notamos que é, também, a *faixa 3* que mais interfere, com uma porcentagem de 25%.

Nossos dados não mostra que um ou outro sexo favorece aquela variante onde o artigo antecede o contexto de possessivo, mas mostra que os homens com idade mais avançada são mais sensíveis à realização do artigo em comparação às mulheres.

A realidade investigada aqui, então, vai de encontro com a realidade encontrada por Silva na comunidade do Rio de Janeiro, onde as mulheres mais velhas produzem mais estruturas com o pronome possessivo pré-nominal antecedido por artigo definido.

4.4.4.2 Cruzamento das variáveis *sexo* e *escolaridade*, em Serra Talhada, para o contexto de antropônimo.

Nesta subseção, iremos verificar se existe alguma interferência da variável *escolaridade* na variável *sexo* no município pernambucano de Serra Talhada. Vejamos o resultado:

Quadro 70: Resultado do cruzamento das variáveis sexo e escolaridade

Escolaridade		Sexo			
		Feminino		Masculino	
		Freq.	%	Freq.	%
Fundamental	Com art.	9/93	8	8/64	12
	Sem art.	84/93	56	56/64	88
	Com art.	4/84	5	-	-

Médio	Sem art.	80/84	95	49/49	100
Superior	Com art.	1/75	1	19/80	24
	Sem art.	74/75	99	61/80	76

Pelo que é possível percebermos, em Serra Talhada, o sexo masculino é o que possui maior P.R em nossos dados (0,74) e sofre uma maior interferência do ensino superior: 24%, apesar de não ser uma porcentagem expressiva de realização, como seria se ultrapassasse os 50%. O ensino médio, por sua vez, não chegou a interferir, uma vez que não tivemos dados de informantes do sexo masculino pertencentes ao ensino médio, pelo que é dado pelo programa.

Já o sexo feminino não sofre interferência. A maior interferência nesse fator é causado pelo ensino fundamental, que interferiu apenas 8% no número total de ocorrência de artigo para esse sexo.

Dessa forma, nossos dados não mostram a preferência de algum *sexo* pela variante com artigo, mas mostra que os informantes do sexo masculino e pertencentes ao ensino superior, em comparação aos informantes do sexo feminino pertencentes ao mesmo nível, são mais sensíveis a realização do artigo, apesar de não ultrapassar o nível de 50%.

4.4.4.3 Cruzamento das variáveis *escolaridade* e *faixa etária*, em Serra Talhada, para o contexto de antropônimo.

Aqui, iremos verificar se existe alguma interferência da variável *escolaridade* na variável *faixa etária*. Vejamos o resultado:

Quadro 71: Resultado do cruzamento das variáveis escolaridade e faixa etária

Faixa etária		Escolaridade					
		Fundamental		Médio		Superior	
		Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Faixa 1	Com art.	17/157	11	-	-	-	-
	Sem art.	140/157	89	-	-	-	-
Faixa 2	Com art.	-	-	3/101	3	13/68	19
	Sem art.	-	-	98/101	97	55/68	81
Faixa 3	Com art.	-	-	-	-	8/88	9
	Sem art.	-	-	31/31	100	80/88	91

Como vimos na análise da variável *escolaridade* na seção 4.4.2.3, o fator que possui o maior P.R é o do Ensino Superior, com P.R de 0,65, seguido do fator Ensino Fundamental, com P.R de 0,58. Objetivamos, então, verificar se os resultados que obtivemos com a análise da variável escolaridade sofrem a interferência da idade do informante.

Pelo resultado dado pelo programa, não há muita interferência significativa da faixa etária na escolaridade. O ensino superior, nível com maior peso relativo, recebeu interferência de apenas 9% da faixa 3. Já, no que tange à sua relação com a faixa 2, a interferência foi um pouco maior: 19%.

O ensino fundamental, por sua vez, não recebe interferência das faixas 2 e 3, como podemos ver no quadro 71. O único fator da variável *faixa etária* que atua na variável *escolaridade* é a faixa 1, que interferiu 11%.

Se realizarmos uma comparação entre os dados oferecidos, observaremos que os informantes com idade entre 18 a 35 e com nível superior são os mais sensíveis à realização do artigo, já que obtiveram a maior porcentagem (19%) em comparação aos demais fatores.

4.4.4.4 Cruzamento das variáveis *sexo* e *faixa etária*, em Serra Talhada, para o contexto de pronome possessivo.

Quadro 72: Resultado do cruzamento das variáveis sexo e faixa etária

Faixa etária		Sexo			
		Feminino		Masculino	
		Freq.	%	Freq.	%
Faixa 1	Com art.	9/93	10	8/64	12
	Sem art.	84/93	90	56/64	88
Faixa 2	Com art.	3/85	4	13/84	15
	Sem art.	82/85	96	71/84	85
Faixa 3	Com art.	1/73	1	7/46	15
	Sem art.	72/73	99	39/46	85

O que o programa nos mostra é que, mais uma vez, são os homens que sofrem maior interferência da faixa etária em comparação às mulheres. Percebemos que, como nos cruzamentos anteriores, os números aqui não ultrapassam os 50%, mas nos mostram que um

sexo parece ser mais sensível que o outro, ou melhor, que os informantes do sexo masculino com idades pertencentes às faixas mais velhas são mais sensíveis ao emprego do artigo.

O quadro mostra que os homens obtiveram uma porcentagem de 15% de interferência na realização do artigo quando pertencentes à faixa 2 e à faixa 3. Quanto ao sexo feminino, a interferência da faixa etária foi mínima: a maior interferência foi da faixa 1 que obteve uma porcentagem de apenas 10%.

Mais uma vez, nossos resultados vão de encontro ao que Silva (1998) constatou na comunidade da cidade do Rio de Janeiro, onde as mulheres com a maior faixa etária são as que mais produzem SNs em que o antropônimo é antecedido por um artigo definido.

4.5 SOBRE AS VARIÁVEIS DESCONSIDERADAS PELO PROGRAMA

Aqui discorreremos sobre as variáveis linguísticas e extralinguísticas que não foram indicadas pelo GoldVarb X como sendo significativas em nossa análise. Em outras palavras, vamos apresentar os resultados daquelas variáveis cujo teste de significância mostrou que é provável que seus efeitos não existam no universo investigado (cf. GUY & ZILLES, 2007).

Segundo Guy & Zilles (2007), se o pesquisador traz em seu trabalho apenas as respostas do tipo *sim*, nesse caso, as variáveis com significância, e não as respostas do tipo *não*, ou seja, variáveis sem significância, acaba deixando vários dos questionamentos linguísticos sem respostas, impossibilitando que futuros pesquisadores saibam que tais perguntas já foram foco de investigação. Dessa forma,

(...) a prática de não apresentar resultados negativos tem efeitos negativos para o progresso da ciência: a falta de relato sobre um assunto acaba sendo ambígua: pode indicar que ninguém jamais pensou em investigar tal assunto, ou que sim alguém investigou e teve resultados sem significância. (p. 214)

Podemos encontrar, facilmente, diversos estudos – artigos, monografias, dissertações, teses – em sociolinguística que apresentam apenas os resultados das variáveis que foram consideradas com significância pelo programa utilizado. A nosso ver, isso acaba deixando um *déficit* significativo para a ciência, haja vista que o fato de determinada variável não ser indicada como tendo significância também pode nos dizer algo sobre o perfil sociolinguístico da comunidade em estudo. Diante disso, as subseções, a seguir, são dedicadas às variáveis desconsideradas pelo programa.

4.5.1 Variáveis desconsideradas para o contexto de antropônimo em Carnaíba e Serra Talhada

É importante reforçarmos que as variáveis que são aqui apresentadas não foram selecionadas como significativas em nosso *corpus*. Um segundo ponto a ser deixado claro é que, quando referirmo-nos, durante as análises, a seguir, que um fator é significativo, não estaremos igualando-os aos fatores das seções anteriores, mas destacando apenas sua significância com relação aos demais.

4.5.1.1 Variáveis linguísticas desconsideradas para o contexto de antropônimo

4.5.1.1.1 Título/Parentesco

Observamos essa variável nos dois municípios analisados, porém o programa GoldVarb X não a considerou como sendo significativa. Ela foi selecionada com base em Silva (1998) que, ao analisar o contexto de antropônimo na comunidade do Rio de Janeiro, analisou aqueles antropônimos que foram produzidos após a aparição de algum título, como: *Dona* e *Seu*. Em nossa análise, optamos por transformar esse título em uma variável, estendendo nossa observação não só às formas de tratamento, mas também aos títulos de parentescos e social, como podemos ver a seguir:

- (27) a. “**Dona Ana** também é uma ótima professora (...)” (Inf4-ST)
b. “eu gostava do kiko, **do Seu Madruga**” (Inf10-CA)
- (28) a. “**Tio Tião**, mora em Rondônia (...)” (Inf12-ST)
b. “**Tia Cida** perguntando: “cadê os Kênios?” (...)” (Inf12-CA)
- (29) a. “Eu lembro também **do professor Didi**” (Inf18-CA)
b. “**Professora Helena**, ela é legal!” (Inf8-ST)

De (27) a (29), observamos que, no contexto de antropônimo antecedido por algum título, a variação quanto à presença *versus* ausência do artigo definido também se faz presente. Os quadros, a seguir, trazem os resultados alcançados em cada cidade analisada:

Quadro 73: Resultado da variável título diante de antropônimos em Carnaíba

Título	Presença		Ausência		P.R
	Nº	%	Nº	%	
<i>Com título</i>	6/36	17	30/36	83	0,47
<i>Sem título</i>	67/452	15	385/452	85	0,50

Notamos que, em Carnaíba, o fato de haver um título diante do antropônimo, realmente, não é algo condicionador para a ocorrência do artigo definido. Quando foi registrada a presença de algum título, a ocorrência de artigo foi de apenas 17%, contra 83% de ausência.

A análise com o P.R acaba por reforçar a não significância dessa variável. Quando temos um título em nosso *corpus*, o peso é de apenas 0,47. Já, quando o nome não aparece acompanhado de nenhum dos títulos analisados, o P.R foi de 0,5, isto é, a falta de título nem contribuiu e nem tão pouco desfavoreceu a ocorrência do artigo, uma vez que se apresentou no ponto neutro.

Em Serra Talhada, os resultados foram diferentes dos resultados apresentados em Carnaíba:

Quadro 74: Resultado da variável título diante de antropônimos em Serra Talhada

Título	Presença		Ausência		P.R
	Nº	%	Nº	%	
<i>Com título</i>	5/37	13,5	32/37	86,5	0,53
<i>Sem título</i>	36/408	9	372/408	91	0,46

Em Serra talhada, a diferença entre a frequência de realização do artigo diante de antropônimo acompanhado por um título e sem título é de 4,5%. Quando o nome próprio é acompanhado de algum título, a frequência é de 13,5% de ocorrência, com P.R de 0,53. Já, quando não foi registrado título diante do antropônimo, a frequência foi de apenas 9% e seu P.R é de 0,46. Assim, observamos que, quando o antropônimo vem acompanhado de algum título, a frequência da presença do artigo é ligeiramente maior.

4.3.2.1.6 Informação Compartilhada

Aqui analisaremos a interferência do compartilhamento do conhecimento do indivíduo referido entre os membros participantes da entrevista, isto é, do quão importante é o entrevistador também conhecer o indivíduo mencionado pelo entrevistado (cf. (30)), lembrando que tal variável não foi tomada como significativa pelo programa GoldVarb X nos dois municípios em análise:

- (30) a. Gosto de **Chico Buarque** (Inf18-CA)
 b. Eu acho **Neymar** muito bom (Inf14-ST)

Quadro 75: Influência da variável Informação Compartilhada no contexto de Antropônimo em Carnaíba

Informação Compartilhada	Presença		Ausência		P.R
	Nº	%	Nº	%	
<i>Compartilhada</i>	53/232	23	179/232	77	0,57
<i>Não-Compartilhada</i>	20/256	8	236/256	92	0,46

Analisando os resultados no quadro 75, percebemos que o fato de o informante compartilhar do conhecimento acerca do referido com o entrevistador parece interferir um pouco nos dados de Carnaíba. Nesse município, quando a informação era compartilhada, obtivemos uma porcentagem de 23% de ocorrência de artigo. Já quando a informação não era compartilhada, obtivemos uma porcentagem menor de ocorrência: 8%. Em números

porcentuais, vemos que existe uma diferença de 15% entre as informações compartilhadas e as informações não compartilhadas.

Nesse caso, mesmo o programa não tendo selecionado a variável *informação compartilhada*, nos parece que o fato de a informação ser compartilhada é mais significativo para a realização do artigo do que quando pertence ao anonimato da mídia, como salientado por Silva (1998). Quando o referido era de conhecimento público, obtivemos um P.R de 0,57; já, quando o mesmo referido não pertencia ao conhecimento popular, o P.R caiu para 0,46.

Em Silva (1998), essa variável foi considerada neutra, uma vez que o VARBRUL 2S, programa probabilístico utilizado por ela, apontou um número de 0,50 para os dois fatores – pessoa de domínio público e pessoa não conhecida pelo público. Assim, através de nossos resultados, Carnaíba acaba se distanciando da comunidade carioca.

Já, em Serra Talhada, o resultado foi o seguinte:

Quadro 76: Influência da variável Informação Compartilhada no contexto de Antropônimo em Serra Talhada

Informação Compartilhada	Presença		Ausência		P.R
	Nº	%	Nº	%	
<i>Compartilhada</i>	24/248	10	224/248	90	0,30
<i>Não-Compartilhada</i>	17/197	9	180/197	91	0,73

Nossos dados atestam que o fato de o informante acreditar que o entrevistador conhece a pessoa referida não garante a presença do artigo definido diante do contexto analisado, como é possível percebermos através dos resultados quantitativos presentes no quadro. Quando a informação é *compartilhada*, temos uma percentagem de apenas 10% de ocorrência contra um total de 90%.

A análise com P.R acaba por reafirmar a não influência do compartilhamento de informação na realização do artigo, uma vez que o programa gerou um peso de apenas 0,30.

Assim, pelo que é visto no resultado dessa variável, o fato de tanto o entrevistado quanto o entrevistador compartilharem do conhecimento acerca do referido acaba não interferindo nessa realização, como parece ter interferido em Silva (1998) e Alves (2008).

Dessa forma, essa variável se apresentou de forma diferente nas duas cidades analisada. Em Carnaíba, a informação compartilhada parece interferir, mesmo que

minimamente, na realização do artigo. Todavia, em Serra Talhada, o fato de tanto o entrevistado quanto o entrevistador conhecerem o indivíduo referido não interfere na ocorrência do determinante diante do contexto analisado.

4.5.1.1.2 *Status* Informacional

Analisamos essa variável com base em Silva (1998) que verificou o fato de que, quando o antropônimo é inserido pela primeira vez no discurso do informante (informação nova), ele tende a aparecer com o artigo definido, em uma frequência de 67% (0,53). Já em Pereira (2011), esse fato foi desconsiderado pelo programa GoldVarb X. Em vista disso, acabamos também controlando essa variável em nossa análise:

- (31) a. “Era **Messias**, meu Deus, **Messias**! Ninguém gostava **de Messias**”. (Inf12-ST)
 b. “**O Rick**, ele é o principal. (...) *Rick!*” (Inf15-CA)

É de suma importância frisarmos que essa variável não foi considerada apenas no município de Carnaíba. Vejamos o comportamento dessa variável em nossos dados a partir dos resultados quantitativos obtidos:

Quadro 77: Resultado da variável status informacional diante de antropônimos em Carnaíba

<i>Status</i> Informacional	Presença		Ausência		P.R
	Nº	%	Nº	%	
<i>Informação nova</i>	27/378	7	351/378	93	0,45
<i>Informação antiga</i>	14/67	21	53/67	79	0,73

Em Carnaíba, constatamos que o fato de o antropônimo ser inserido pela primeira vez no discurso não é de muita relevância para a ocorrência do artigo, como é possível notarmos tanto nos números apresentados em porcentagem, quanto nos números dos P.Rs. Quando o nome próprio é inserido pela primeira vez no discurso, o número de ocorrência foi de apenas 7%. O P. R. também acaba por reafirmar o que é dito com as porcentagens. Nessa cidade, o

peso para a informação nova foi de 0,45, mostrando o motivo pelo qual essa variável não foi selecionada pelo programa.

Em linhas gerais, a cidade analisada se distancia da comunidade carioca analisada por Silva (1998), em que a variável *status informacional* fez-se significativa. Por outro lado, Carnaíba se aproxima dos resultados obtidos em Pereira (2011).

4.5.1.2 Variáveis extralinguísticas desconsideradas para o contexto de antropônimo

4.5.1.2.1 Faixa etária

A variável *faixa etária* foi desconsiderada nos dois municípios para o contexto de antropônimo. A seguir, mostraremos como essa variável comportou-se em nossa amostra:

Quadro 78: Resultado da variável faixa etária para o contexto de antropônimo em Carnaíba

Faixa etária	Presença		Ausência		P.R
	Nº	%	Nº	%	
<i>Faixa 1</i>	40/209	19	169/209	81	0,51
<i>Faixa 2</i>	15/91	16,5	76/91	83,5	0,64
<i>Faixa 3</i>	18/188	10	170/188	90	0,41

Observamos que, em Carnaíba, a faixa 2, que pertence aos informantes com idade entre 18 a 35 anos, é a que mais produz efeitos positivos, isto é, é a que mais realiza o artigo definido diante de nomes próprios de pessoas, segundo o que verificamos no P.R (0,61). A faixa 3, pertencente a informantes com idade maior que 35, é a que menos favorece a realização do artigo (P.R. 0,41). Já a faixa 1 não parece interfere no fenômeno (P.R. 0,51).

Uma possível explicação para o fato de as menores faixa etárias estarem apresentando uma maior frequência da variante inovadora em comparação à faixa 3 pode ser a interferência de outra variável, não social, mas a variável linguística de *Referência do Antropônimo*.

Em 4.3.1.1.5, vimos que o fato de o antropônimo pertencer a um personagem é algo que acaba facilitando a ocorrência do artigo definido diante de antropônimo nesse município. É importante lembrarmos que a faixa 1 é composta por dados de fala de indivíduos com idade

entre 06 a 17 anos e que essa faixa também é responsável por conter aquelas pessoas que mais têm acesso aos programas infantis devido a possuírem mais tempo livre.

Os informantes da faixa 2 são aqueles que, em nossa ficha social, informaram ter mais acesso a séries e novelas. A faixa 3 foi aquela que, em nossa ficha social, informou não destinar muito do seu tempo aos programas televisivos, como, por exemplo, séries. Dessa forma, talvez, a variável *Referência do Antropônimo* tenha interferido de algum modo na variável faixa etária. Para que isso seja esclarecido, vamos expor o cruzamento dessas duas variáveis:

Quadro 79: Cruzamento das variáveis faixa etária e referência do antropônimo para o contexto de antropônimo em Carnaíba

Tipo de antropônimo		Faixa etária					
		Faixa 1		Faixa 2		Faixa 3	
		Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Real	Com art.	13/146	9	8/78	10	16/165	10
	Sem art.	133/146	91	70/78	90	149/165	90
Personagem	Com art.	27/63	43	7/13	54	2/23	9
	Sem art.	36/63	57	6/13	46	21/23	91

Como podemos perceber, a faixa 1 sofre uma influência de 43% do fator *personagem* presente na variável *Referência do Antropônimo*. Já, quando o antropônimo não pertence a um personagem, a interferência é de apenas 9%. Se olharmos para a faixa 2, o valor de interferência ainda é maior: 54%.

A faixa 3, como podemos perceber, não recebe influência dessa variável, como suspeitávamos. Quando o antropônimo mencionado pertencia a um personagem, a influência desse fator na faixa 3 foi de apenas 9%.

Diante disso, podemos afirmar que o fato de os informantes com as faixas etárias 1 e 2 produzirem mais a variante inovadora está relacionado ao fato de o antropônimo pertencer a um personagem e serem eles os que têm mais acesso à mídia. Isso nos faz também imaginar que outra variável pode estar em jogo, a *informação compartilhada*, ou seja, o fato de ser ou não famoso. Ser um personagem implica dizer que o referente é famoso. Dessa forma, cruzamos a faixa etária com essa segunda variável, isto é, com a variável *informação compartilhada*, e obtivemos o resultado apresentado no quadro 80:

Quadro 80: Cruzamento das variáveis faixa etária e informação compartilhada para o contexto de antropônimo em Carnaíba

Informação compartilhada		Faixa etária					
		Faixa 1		Faixa 2		Faixa 3	
		Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Compartilhada	Com art.	32/94	34	10/40	25	11/98	11
	Sem art.	62/94	66	30/40	75	87/98	86
Não compartilhada	Com art.	8/115	7	5/51	10	7/90	8
	Sem art.	107/115	93	46/51	90	83/90	92

Notamos que, quando a informação é compartilhada, há uma interferência de 34% na realização do artigo na faixa 1, sendo essa faixa que apresenta o maior índice de interferência da informação compartilhada na realização do artigo definido. A faixa 2 apresentou uma interferência de 25% de realização e a faixa 3, 11%, o que corrobora com nosso raciocínio.

Vejamos, agora, como essa variável se comportou em Serra Talhada:

Quadro 81: Resultado da variável faixa etária para o contexto de antropônimo em Serra Talhada

Faixa etária	Presença		Ausência		P.R
	Nº	%	Nº	%	
<i>Faixa 1</i>	17/157	11	140/157	89	0,50
<i>Faixa 2</i>	16/169	9,5	153/169	90,5	0,45
<i>Faixa 3</i>	8/119	7	111/119	93	0,56

Notamos que, na cidade de Serra Talhada, essa variável parece agir um pouco diferente do que em Carnaíba. Aqui, o programa indicou que o efeito do fator faixa 3 revela o maior P.R dentre os fatores analisados, a saber: 0,56. A faixa 2 se apresenta com o menor peso, com 0,46 e a faixa 2 encontra-se no nível neutro.

Como podemos perceber, os dois municípios não se apresentam de forma semelhante no que tange à variável *faixa etária* no contexto de antropônimo. Ao passo que, em Carnaíba, a faixa 2 é a que possui o maior P.R, em Serra Talhada, é a faixa 3, mesmo estando próximo

do ponto neutro. Inclusive, em Serra Talhada, ao contrário do que aconteceu em Carnaíba, a faixa 2 é a que possui o menor P.R: 0,46.

4.5.1.2.2 Sexo

O sexo do informante também não foi selecionado pelo programa quando o contexto em análise é um antropônimo. No entanto, a exclusão dessa variável ocorreu apenas para a cidade de Carnaíba. Vejamos:

Quadro 82: Resultado da variável sexo para o contexto de antropônimo em Carnaíba

Sexo	Presença		Ausência		P.R
	Nº	%	Nº	%	
<i>Feminino</i>	39/276	14	237/276	86	0,49
<i>Masculino</i>	34/212	16	178/212	84	0,50

Em Carnaíba, o programa nos mostrou que o sexo feminino é o que tem o menor peso relativo: 0,49, mostrando sua preferência pela variante sem artigo. Já o sexo masculino, segundo o programa, não interfere no fenômeno, uma vez que obteve um P.R neutro de 0,50.

Assim, em Carnaíba, o sexo feminino é o que menos favorece o artigo definido. O resultado obtido em Carnaíba se assemelha ao resultado obtido em Campos Jr. (2011) na comunidade de Vitória: os homens são mais propensos a favorecer o artigo com frequência de 54% e P.R. de 0,62. Aqui, também, vamos de encontro ao *change from bellow*: os homens estão mais propensos a produzir a variante inovadora ao contrário das mulheres.

4.5.1.2.3 Escolaridade

A escolaridade também não foi selecionada como significativa em Carnaíba. Verifiquemos os resultados obtidos através do programa GodVarb X:

Quadro 83: Resultado da variável escolaridade para o contexto de antropônimo em Carnaíba

Escolaridade	Presença		Ausência		P.R
	Nº	%	Nº	%	
<i>Fundamental</i>	40/209	19	169/209	81	0,54
<i>Médio</i>	20/142	14	122/142	86	0,57
<i>Superior</i>	13/137	9,5	124/137	90,5	0,35

Segundo o que consta no quadro acima, o nível médio é o que mais possui efeito no universo investigado, ou seja, é aquele que tem o maior peso relativo, alcançando 0,57 de significância. O ensino fundamental, por sua vez, foi apresentado pelo programa como tendo P.R de 0,54, e o ensino fundamental, um P.R de 0,35, sendo este o que menos favorece a realização do artigo em Carnaíba.

Como já vimos, Silva (1998) evidencia que quanto maior o nível de ensino, maior a frequência de realização do artigo definido. Em nossa análise, verificamos que, em Carnaíba, o nível médio foi o que mais favoreceu a realização, ultrapassando os níveis fundamental e superior. Logo, nossa comunidade vai de encontro à realidade carioca observada no trabalho de Silva (1998), não só pelo fato de que a variável escolaridade não foi significativa em nossos dados de Carnaíba, mas também por o maior nível de escolaridade não ter sido aquele com o maior peso.

O resultado alcançado em Carnaíba, também, se distancia do obtido em Serra Talhada, em que a variável *escolaridade*, além de ter sido tomada como significativa, agiu de forma diferente. Em Serra Talhada, como já vimos, o nível superior foi o que mais favoreceu a realização do artigo, como P.R de 0,65, ao contrário do nível médio (P.R.: 0,24).

4.5.1.2.4 Familiaridade

Aqui estamos considerando a familiaridade ou intimidade – como determinados estudos se referem a essa variável (cf. ALVES, 2008) – como variável social, haja vista que a intimidade que o informante tem ou quer ter com o referido não se encontra na estrutura linguística, mas na relação social que o informante tem com a pessoa referida.

A familiaridade que o indivíduo possui com o referido também não foi considerada como significativa pelo programa para o contexto de antropônimo nos dois municípios: Carnaíba e Serra Talhada. Nessas localidades, o fato de se ter ou querer ter uma relação mais íntima com o indivíduo de quem se fala não é algo condicionante na ocorrência do artigo definido, como podemos ver nos quadros:

Quadro 84: Influência da variável familiaridade no contexto de Antropônimo em Carnaíba

Familiaridade	Presença		Ausência		P.R
	Nº	%	Nº	%	
<i>Familiar</i>	20/255	8	235/255	92	0,48
<i>Não familiar</i>	53/233	23	182/233	77	0,51

Notemos que tanto os números das porcentagens quanto os números obtidos para o peso relativo evidenciam que essa variável não é significativa. Quando se tinha uma relação ou a tentativa de se ter proximidade com a pessoa de quem o entrevistado falava, o número de ocorrência foi de apenas 8%, contra 92% de ausência de artigo. Quando não havia uma relação de proximidade e nem a tentativa de se ter essa aproximação, o número de ocorrência foi um pouco mais expressivo: 23%.

Em se tratando do P.R, constatamos que a familiaridade alcançou um número de 0,48, ficando abaixo do ponto neutro, isto é, indicando que esse fator não interfere na realização do artigo. Já, quando o informante se referia a alguém que não pertencia ao seu meio íntimo, o P.R foi de 0,51, quase no ponto de neutralidade.

Vejamos agora qual o grau de influência que a variável *familiaridade* possui com relação à realização do artigo em Serra Talhada:

Quadro 85: Influência da variável familiaridade no contexto de Antropônimo em Serra Talhada

Familiaridade	Presença		Ausência		P.R
	Nº	%	Nº	%	
<i>Familiar</i>	11/204	5	193/204	95	0,23

<i>Não familiar</i>	30/241	12	211/241	88	0,72
---------------------	--------	----	---------	----	------

Pelo que foi obtido com a rodada no programa, a *familiaridade* que o participante tem ou deseja ter com o indivíduo referido não é algo que favorece a realização do artigo definido. Isso é possível observarmos tanto no resultado das porcentagens quanto no P.R que foi oferecido pelo programa.

Quando o antropônimo pertenceu a alguém próximo ao entrevistado, houve uma ocorrência de apenas 5% de artigo definido, contra 95% de ausência desse determinante.

Notamos que, quando a pessoa referida não possuía uma relação de familiaridade/proximidade com o entrevistado, obtivemos uma baixa frequência de realização de artigo, a saber: 12%, contra 88% de ausência.

A análise do P.R continua nos mostrando que o fato de o referido ser próximo do informante não é relevante para a realização, haja vista que, quando isso aconteceu, obtivemos um P.R de 0,23. Assim, o efeito do fator *não familiar* é maior, com 0,72, do que o efeito do fator *familiar*.

Percebemos, então, que Carnaíba parece se comportar de forma semelhante a Serra Talhada, uma vez que a intimidade do falante com o referido não interfere na realização do artigo nas duas comunidades como interferiu na comunidade carioca analisada por Silva (1998) que obteve 0,60 de ocorrência de artigo quando o informante se referia a uma pessoa próxima. Ao passo que se distancia da comunidade carioca, os resultados se aproximam da comunidade mineira de Belo Horizonte, analisada por Alves (2008) que obteve um P.R de 0,44.

4.5.1.2 Variáveis linguísticas desconsideradas para o contexto de possessivos

A variável linguística selecionada pelo *stepping down* no contexto de pronomes possessivos foi a mesma variável considerada não significativa nos dois municípios, a saber: *Pesso do discurso*. A seguir, são apresentados os resultados obtidos para essa variável.

4.5.1.2.1 Pessoa do discurso

Com base nesta variável, buscamos verificar se a pessoa do discurso representada pelo possessivo seria algo que gerasse significância em nossos dados. Só três tipos foram encontrados em nossos dados, a saber: *meu*, *seu* e *nosso*, isto é, primeira pessoa do singular, terceira pessoa do singular e terceira pessoa do plural, respectivamente. O resultado de nossa análise pode ser visto a seguir:

Quadro 86: Resultado da variável pessoa do discurso para o contexto de possessivos em Carnaíba

Pessoa do discurso	Presença		Ausência		P.R
	Nº	%	Nº	%	
<i>1ª p. do singular</i>	63/287	22	224/287	78	0,49
<i>3ª p. do singular</i>	2/3	68	1/3	33	0,81
<i>3ª p. do plural</i>	2/3	68	1/3	33	0,86

Como é possível percebermos, o programa indicou números altos de percentagem e de P.R para os dois possessivos de terceira pessoa, colocando-os como sendo altamente condicionantes: a terceira pessoa do plural é mais significativa, com 68% de percentagem e P.R de 0,86, do que a terceira do singular, com 68% de ocorrência e P.R de 0,81. Porém, esse quantitativo de ocorrência é resultado do baixo número de ocorrência dessas duas pessoas em nosso *corpus*, o que nos faz não considerarmos esse resultado. O único número representativo de possessivos é o apresentado para a primeira pessoa do singular, o possessivo *meu* (287 ocorrências). Dessa forma, os dados obtidos, em Carnaíba, para a variável *pessoa do discurso*, são insuficientes para a realização de uma análise comparativa entre as três pessoas do discurso. Nesse caso, podemos realizar uma análise sobre a interferência do possessivo de primeira pessoa do singular *meu*, que parece não interferir na realização do artigo, já que seu peso relativo quase chegou ao ponto de neutralidade: 0,49.

Em Serra Talhada, foram registrados apenas dois tipos de pronomes possessivos: o de primeira pessoa do singular e o de terceira pessoa do singular:

Quadro 87: Resultado da variável pessoa do discurso para o contexto de possessivos em Serra Talhada

Pessoa do discurso	Presença		Ausência		P.R
	Nº	%	Nº	%	
<i>1ª p. do singular</i>	103/368	28	265/368	72	0,50
<i>3ª p. do singular</i>	2/9	22	7/9	78	0,29

Aqui, também sofremos com o mesmo problema da falta de dados para a realização da análise. A terceira pessoa do singular só apareceu na fala dos informantes por nove vezes, impossibilitando uma comparação justa com a primeira pessoa, que apareceu 368 vezes. Observamos que, semelhantemente ao que aconteceu em Carnaíba, em Serra Talhada, o possessivo de *1ª p. do singular* não interfere na realização do artigo.

Nesse caso, o que causou a não significância da variável em estudo pode ter sido justamente a escassez de SNs com possessivos de terceira pessoa tanto do singular quanto do plural.

4.5.1.2 Variáveis extralinguísticas desconsideradas para o contexto de possessivos

Diante desse contexto, observamos que, em Carnaíba, o programa não considerou a variável *escolaridade* como significativa. Já, em Serra Talhada, o programa desconsiderou tanto a variável *escolaridade*, quanto a variável *sexo*.

4.5.1.2.2 Sexo

Em Serra Talhada, diferentemente do que aconteceu em Carnaíba, o programa não considerou a variável *sexo* como variável de significância para a análise. Vejamos os resultados obtidos em Serra Talhada:

Quadro 88: Resultado da variável sexo para o contexto de possessivo em Serra Talhada

Sexo	Presença		Ausência		P.R
	Nº	%	Nº	%	
<i>Feminino</i>	60/190	32	130/190	68	0,56
<i>Masculino</i>	45/187	24	142/187	76	0,43

Diante do contexto de possessivos, quando observamos a porcentagem, observamos que as mulheres, diferentemente do que aconteceu em Carnaíba, são as que mais favorecem a realização do artigo, com um número de 32% de realização. Já os informantes do sexo masculino apresentaram um número menor de realização do artigo: 24%.

Observando os pesos relativos oferecidos pelo GoldVarb X, verificamos que o sexo que possui o P.R com um número inferior ao ponto neutro é o masculino, como peso de 0,43, ao contrário do sexo feminino com um P.R de 0,56. Assim, em Serra Talhada, onde as mulheres são um pouco mais sensíveis ao uso do artigo, encontramos o que Labov (1990) chama de *Change form bellow*. Segundo esse linguista, as mulheres, frente a fenômenos que não carregam estigma social, são as que mais favorecem a variante nova em comparação aos homens da mesma comunidade.

Com isso, salientamos que nosso fenômeno não é estigmatizado na sociedade, o que nos leva a pensar que a preferência das mulheres pela realização do artigo não vem do fato de sempre optarem pela variante de prestígio, como foi pensado por Chambers (1995) e Labov (1972). Segundo os autores, ao utilizarem a forma de prestígio, as mulheres estão almejando alcançar um *status* na sociedade. Cameron & Coates (1990), por seu turno, afirmam que conclusões como essas originam-se do machismo presente nas normas.

Assim, observamos que Carnaíba, cidade onde o *sexo* do informante foi considerado, e Serra Talhada, onde o *sexo* não foi considerado, acabam se distanciando, haja vista que na primeira são as mulheres que desfavorecem o uso da variante inovadora, enquanto na segunda são os homens que não favorecem o uso do pronome possessivo pré-nominal regido por artigo. Carnaíba, então, se aproxima do resultado alcançado na cidade de Vitória (cf. CAMPOS JR., 2011). Já os resultados de Serra Talhada se comportam como os resultados obtidos na cidade do Rio de Janeiro (cf. SILVA, 1998). De forma geral, salientamos que as duas cidades se comportam como os municípios analisados em Pereira (2011), em que a variável em análise também não se mostra significativa.

4.5.1.2.3 Escolaridade

Como já mencionamos anteriormente, foram analisados três níveis de ensino: ensino fundamental, ensino médio e ensino superior, a fim de verificarmos se essa variável interfere ou não na realização do artigo diante de pronomes possessivos. No entanto, o programa desconsiderou a significância da escolaridade em Carnaíba e em Serra Talhada. Observem-se os resultados:

Quadro 89: Resultado da variável escolaridade para o contexto de possessivos em Carnaíba

Escolaridade	Presença		Ausência		P.R
	Nº	%	Nº	%	
<i>Fundamental</i>	13/101	13	88/101	87	0,40
<i>Médio</i>	29/91	32	62/91	68	0,55
<i>Superior</i>	25/101	25	76/101	75	0,54

No quadro acima, mesmo a variável não tendo sido selecionada como significante pelo programa, parece nos mostrar que, quanto maior o nível de escolarização, maior é a possibilidade de ocorrência de artigo diante de possessivos. O P.R mostra que o nível que desfavorece à realização é o *fundamental*, com P.R. de 0,40.

Todavia, notamos que os níveis *médio* e *superior* estão muito próximos do nível de neutralidade, como 0,55 e 0,54, respectivamente, o que nos faz pensar que seus efeitos, no universo pesquisado, não são tão significativos assim.

Quadro 90: Resultado da variável escolaridade para o contexto de possessivos em Serra Talhada

Escolaridade	Presença		Ausência		P.R
	Nº	%	Nº	%	
<i>Fundamental</i>	22/121	18	99/121	83	0,36
<i>Médio</i>	43/131	33	88/131	67	0,58

<i>Superior</i>	40/125	32	85/125	68	0,54
-----------------	--------	----	--------	----	------

Notamos que, em Serra Talhada, o ensino médio, com frequência de 33% e peso de 0,58, foi o que mais contribuiu para a realização do artigo em nosso *corpus*. Nesse município, o ensino superior também apresenta um P.R muito próximo ao ponto neutro, não interferindo. Já o fundamental acaba sendo aquele que menos favorece, com porcentagem de 18% e P.R. de 0,36.

Silva (1998), ao controlar essa variável no município carioca, constata que quanto maior a escolaridade, maior será a chance de se ter artigo diante de pronomes possessivos em posição pré-nominal, uma vez que o 2º grau, maior nível analisado por ela, obteve um peso de 0,56. Já o primário e o ginásio obtiveram pesos de 0,46 e 0,48, respectivamente. Assim, parece-nos que Serra Talhada caminha na mesma direção que a comunidade do Rio de Janeiro, mas Carnaíba, não.

4.5.2 Sobre os resultados das variáveis não-significativas

Após a análise das variáveis não-significativas apresentadas pelo programa GoldVarb X, percebemos que acabaram por nos dizer algo sobre o perfil sociolinguístico dessas cidades onde realizamos a pesquisa de campo.

Guy & Zilles (2007) apontam alguns possíveis motivos que determinam um resultado sem significância. O primeiro é o fato de, realmente, não existir o possível efeito da variável no universo investigado e, por isso, não ser selecionada, como parece ter sido o caso, por exemplo, das variáveis *Título* e *Familiaridade*. Outro motivo, o mais frequente nas pesquisas, é quando os dados coletados não são suficientes para revelar o efeito de certas variáveis, como parece ser o caso da variável *Pessoa do discurso*. Eles afirmam que, nesse último caso:

[a] solução ideal em tal caso seria juntar mais informantes e mais dados, mas se o pesquisador, por limites de tempo ou outra exigência, tem de apresentar o trabalho antes de chegar a esse ponto, a melhor opção, muitas vezes, é apresentar os resultados obtidos, mesmo sem significância. (GUY; ZILLES, 2007, p. 215).

Sobre essa questão, salientamos que outra coleta deverá ser realizada em pesquisa futura e, com isso, esperamos apontar para o fato de essa variável em questão possuir ou não um efeito no universo investigado.

4.6 UMA VISÃO MAIS GERAL

Diante dos resultados aqui apresentados, podemos dizer que, em geral, as duas cidades compartilham o fato de não ser frequente a realização do artigo definido. Essa constatação ganha respaldo nos gráficos 1 e 4 deste capítulo repetidos nos gráficos 7 e 8, a seguir:

Gráfico 7: Resultado porcentual total de presença *versus* ausência de artigo definido no município de Carnaíba

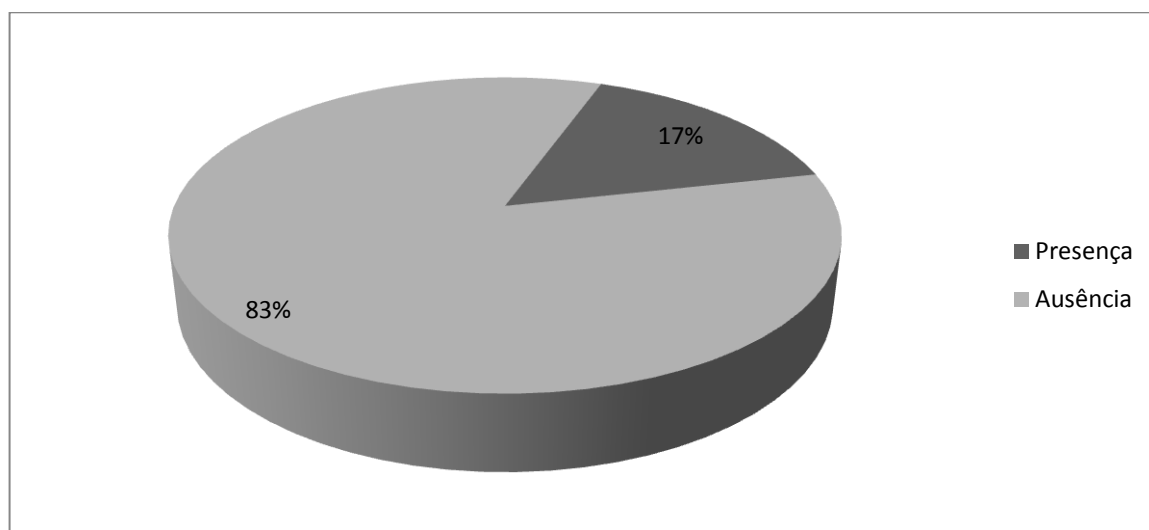
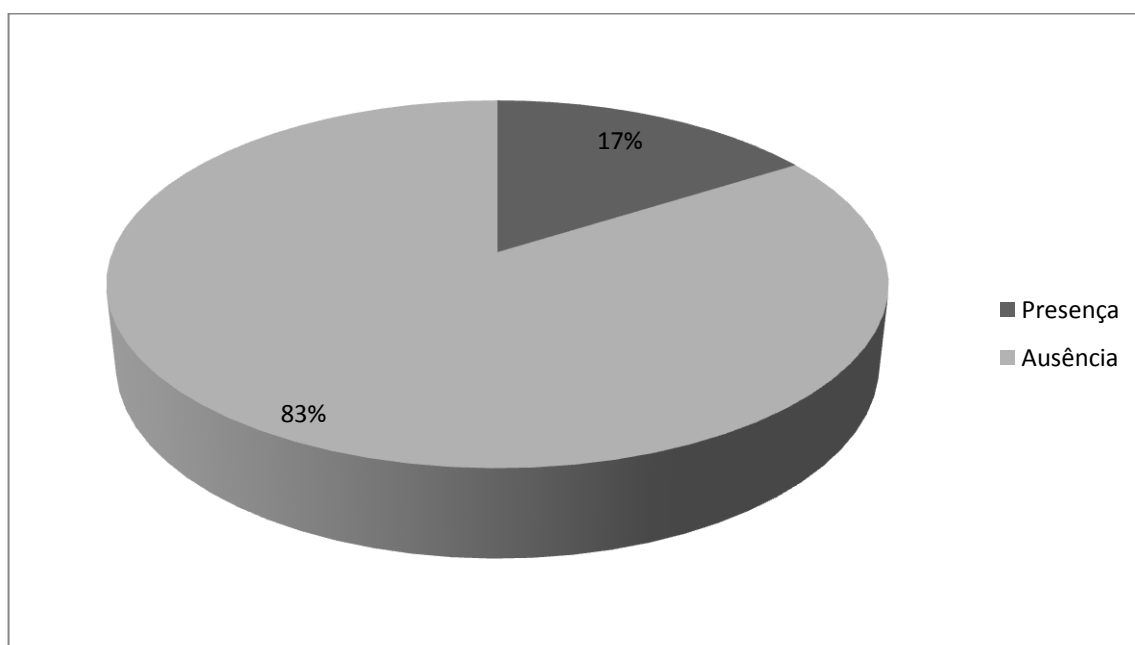


Gráfico 8: Resultado porcentual total de presença *versus* ausência de artigo definido no município de Serra Talhada



Olhando para os resultados gerais dos dois municípios, poderíamos dizer que estamos diante de uma mesma comunidade de fala, haja vista que as duas cidades desfavorecem a realização do artigo de forma significativa. Assim, notamos que tanto em Carnaíba, quanto em Serra Talhada a variante predominante é aquela onde os contextos de possessivos e de antropônimos não são antecidos pelo determinante em análise. Dessa forma, as duas cidades compartilham de traços linguísticos que as aproximam entre si e as distanciam de outras comunidades como a do Rio de Janeiro (cf. SILVA, 1998).

Todavia, é interessante lembrarmos que não é “regra” que comunidades diferentes não compartilhem de semelhanças. Além das divergências, podem existir semelhanças entre diferentes comunidades de fala. Guy (2000, p. 21) afirma que:

(...) o modelo de comunidade de fala implica graus de semelhança e diferença linguísticas, bem como distribuições concentradas, cruzadas ou sobrepostas de traços compartilhados por falantes. Assim, uma comunidade de fala local, com características localmente distintas, pode, no próximo nível ascendente, compartilhar características dialetais regionais, a seguir, pertencer a uma comunidade de fala nacional mais ampla e, finalmente, no nível mais alto, participar de uma comunidade internacional de falantes de uma mesma língua. (...) e os falantes compartilhariam o maior número de características com seus vizinhos imediatos, seguidos por compatriotas regionais e nacionais.

Em Pereira (2011), vimos que a baixa frequência de artigo definido diante dos contextos de antropônimos e possessivos é uma característica da região do sertão do Pejeú, uma vez que as quatro cidades analisadas pelo autor apresentaram um nível baixo de ocorrência. Em nosso estudo, mostramos que, tomando por base a variável dependente, há uma preferência pela variante sem artigo definido diante dos contextos. Assim, tanto Carnaíba, quanto Serra Talhada, que pertencem a região do sertão do Pajeú, estão compartilhando a característica local da região de não favorecer a realização do artigo diante de antropônimos e de pronomes possessivos. Isso nos faz lembrar a discussão feita no capítulo 2 sobre a comunidade de fala ser um tipo de boneca russa, onde uma comunidade se encontra dentro de outra maior, que, por sua vez, também é encaixada dentro de outra maior e assim por diante, fazendo com que as comunidades compartilhem semelhanças.

Mas, também, é importante olharmos para o que as variáveis independentes nos mostraram:

Quadro 91: Variáveis linguísticas e extralinguísticas com significância no contexto de Antropônimo nos dois municípios

Cidade analisada	Variável com significância para o GoldVarb X	
	Linguística	Extralinguística
Carnaíba	<ul style="list-style-type: none"> • Tipo de preposição • Função sintática • SN isolado • Referência do antropônimo 	---
Serra Talhada	<ul style="list-style-type: none"> • Tipo de preposição • Função sintática • SN isolado • Referência do antropônimo 	<ul style="list-style-type: none"> • Sexo • Escolaridade

Quadro 92: Variáveis linguísticas e extralinguísticas com significância no contexto de pronomes possessivos nos dois municípios

Cidade analisada	Variável com significância para o GoldVarb X	
	Linguística	Extralinguística
Carnaíba	<ul style="list-style-type: none"> • Tipo de preposição • Função sintática • SN isolado 	<ul style="list-style-type: none"> • Sexo • Faixa etária
Serra Talhada	<ul style="list-style-type: none"> • Contexto preposicionado • Tipo de preposição • Função sintática • SN isolado 	<ul style="list-style-type: none"> • Sexo • Faixa etária

É interessante que olhemos para os dois contextos em separado, já que os resultados das influências das variáveis foram diferentes nos dois contextos: os possessivos, nos dois municípios, foram sensíveis às mesmas variáveis – excetuando-se o contexto preposicionado –, tanto as variáveis de ordem linguística, quanto aquelas de ordem extralinguística, diferentemente dos antropônimos. Diante de antropônimos, o resultado de significância de variável extralinguística mostrou uma disparidade entre os municípios.

Em se tratando apenas do contexto de possessivos, podemos pensar que estamos diante de uma mesma comunidade, haja vista que os dois municípios foram sensíveis às influências das mesmas variáveis e, nesse contexto, o número de ocorrência de artigo não se distancia muito. Assim, os dois municípios compartilham características sociais e linguísticas sobre o fenômeno.

Por outro lado, o contexto de antropônimo parece distanciar esses dois municípios. Das duas cidades analisadas, Serra Talhada parece ser a única localidade onde questões externas à língua interferem no sistema. Em Carnaíba, até onde nossa análise pôde chegar, as variáveis externas não foram consideradas significativas. Ora, então como pensarmos que estamos diante de uma mesma comunidade no que diz respeito ao antropônimo se as variáveis extralinguísticas não obtiveram significância, isto é, não interferiram em Carnaíba, mas foram significativas em Serra Talhada? Nesse contexto, os dois municípios compartilham da característica local de “bloquear” a realização, mas não partilham as características sociais sobre o fenômeno, comportando-se como comunidades diferentes.

Cientes da existência de um consenso entre os estudiosos da área sobre a dura tarefa de delimitar os limites de uma comunidade de fala (cf. RESENDE, 2006; WIEDEMER, 2008), parece-nos que, no que tange ao contexto de antropônimo, estamos diante de comunidades distintas, haja vista que, em Carnaíba, os possíveis efeitos das variáveis extralinguísticas parecem não existir, o que coloca esse município em um caminho oposto daquele seguido por Serra Talhada, onde o efeito das variáveis extralinguísticas acontece.

As evidências apresentadas neste trabalho acabam sugerindo que em um contexto de possessivos, as cidades compartilham das características e das restrições à variação. Em outro contexto, de antropônimos, as localidades se distanciam, apresentando-se como subcomunidades dentro de uma maior, como em Guy (2000).

Se o que estamos dizendo aqui estiver correto e os resultados não sofrerem alteração em pesquisas futuras nessas comunidades, as duas cidades estão seguindo uma predição da teoria da sociolinguística apresentada em Guy (2000, p. 31): “o número menor de traços que

distingue certas cidades reflete o *status* delas como subcomunidades distintas dentro da comunidade maior.”.

Essa conclusão de Guy (2000) decorreu de sua análise sobre o processo fonológico do apagamento do *-s* final e o processo morfossintático de marca variável de plural em quatro municípios gaúchos: Porto Alegre, Panambi, Flores da Cunha e São Borja. A partir de seu *corpus*, o autor verifica que “em um nível, essas comunidades compartilham forte e sistematicamente a maior parte das mesmas restrições à variação. (...) Em dois pontos, contudo, identificamos restrições que parecem receber um tratamento distinto por uma ou outra comunidade.” (Ibid, p. 31).

Portanto, as cidades aqui analisadas parecem andar em direção às conclusões obtidas em Guy (2000), pois as localidades se aproximam em um determinado ponto, mas se distanciam em outro.

Diante do que foi exposto durante toda a discussão deste capítulo e ciente da dificuldade consensual de delimitar comunidades de fala, levantamos o seguinte questionamento para pesquisas futuras realizadas na área: (a) com base no que foi apresentado, estamos, realmente, diante de uma mesma comunidade ou de duas comunidades linguísticas distintas? e (b) um único fenômeno seria capaz de traçar os limites que separam comunidades de fala distintas?

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, tomando por base dois municípios localizados na região do Sertão pernambucano (Carnaíba e Serra Talhada), verificamos como o fenômeno variável da realização do artigo definido age nessas localidades.

Pelo que vimos em trabalho preliminar (cf. PEREIRA, 2011), essa região parece não favorecer a variante em que o artigo é realizado diante de SN nucleado por nomes próprios de pessoas e quando o SN apresenta uma forma pronominal possessiva em posição pré-nominal.

Com base em um *corpus* oral resultante da realização de 48 entrevistas cujos dados foram submetidos ao programa computacional GoldVarb X, evidenciamos o que já havia sido obtido por Pereira (2011) no que se refere à tendência à não-realização do artigo: os municípios de Carnaíba e Serra Talhada, curiosamente, obtêm o mesmo percentual de realização do artigo: 17%, apresentando-se como característica local.

Outro ponto de similaridade entre os municípios escolhidos nesta pesquisa é que o contexto de antropônimo é o que mais desfavorece a realização do artigo, ao passo que o possessivo apresenta um número mais expressivo de ocorrência. No primeiro contexto, verificamos uma presença de apenas 9% de artigo em Serra Talhada e 15% em Carnaíba. Já, no segundo, a ocorrência foi maior: 28% no município serratalhadense e 23% na cidade carnaibana. Todavia, em Carnaíba, o GoldVarb X apontou nove variáveis com significância, sendo quatro do contexto de antropônimo e cinco do contexto de pronome possessivo. Já, em Serra Talhada, doze variáveis, destas cinco pertencentes ao contexto de pronome possessivo e sete, ao contexto de antropônimo.

Centrando nossa atenção, neste momento, nos resultados obtidos em Carnaíba, as variáveis significantes para o contexto de antropônimo são todas de cunho linguístico, a saber: tipo de preposição, função sintática, SN isolado e referência do antropônimo.

Observamos, quanto ao *tipo de preposição*, que a preposição *de* é a que obteve o maior número de ocorrência, com uma porcentagem de 43%, e o maior peso, 0,56. Já a preposição *com* se apresentou menos significativa, com uma ocorrência de apenas 9% e P.R de 0,16, valendo ressaltarmos o baixo número de ocorrência de preposição em nossos dados. Acreditamos que os números apresentados para a preposição *de* seja efeito de seu traço de [+aglutinante], o que acaba favorecendo a realização do artigo. Assim, a falta desse traço na preposição *com* pode ter sido o motivo pelo qual essa preposição não obteve maiores efeitos.

Com o controle da variável *função sintática*, percebemos que o *adjunto* (P.R 0,84) é o fator que mais favorece a presença do determinante diante de antropônimos. A partir desse resultado, nos questionamos sobre o real efeito da função de *adjunto* já que este sempre vem acompanhado por preposição. Para responder a essa questão, realizamos o cruzamento e constatamos que existe uma interferência da preposição nessa função. Outra função sintática que favorece a realização é a função de *tópico*, com P.R de 0,64, seguida da função sintática de *predicativo* que obteve um P.R de 0,60. No entanto, salientamos que o peso relativo da função de *tópico* foi influência do baixo número de ocorrência dessa função em nosso *corpus*.

Através de nosso *corpus*, verificamos que o fato de o antropônimo não vir acompanhado de material verbal ou nominal acaba interferindo na realização em Carnaíba. Para realizar tal investigação, observamos dois fatores: SN isolado não encabeçado por preposição e SN isolado encabeçado por preposição. O primeiro obteve um P.R de 0,41, não contribuindo para a realização do artigo. Já o segundo, SN isolado encabeçado por preposição, obteve um P.R de 0,78, contribuindo para a realização do artigo. Com isso, constatamos que, quando o antropônimo é mencionado isoladamente na resposta, há uma chance maior de o artigo aparecer se o mesmo antropônimo vier acompanhado por uma preposição. Assim, mais uma vez, acreditamos que a preposição é de suma importância para a realização do artigo.

A última variável com significância foi a variável *referência do antropônimo*. Nossa análise mostrou um favorecimento à realização do artigo quando o nome referido é um personagem de televisão: referente do tipo *real* (P.R de 0,41) e tipo *personagem* (P.R. de 0,78).

No que concerne às variáveis extralinguísticas do contexto de antropônimo em Carnaíba, salientamos que o programa sinalizou para a não significância de todas, o que não nos permitiu analisá-las junto àquelas com significância.

Para o contexto de possessivo, o programa sinalizou para a significância das variáveis linguísticas: *tipo de preposição*, *função sintática* e *SN isolado*. Na primeira, a preposição *de*, com P.R. de 0,82, é a preposição que mais favorece a realização do artigo, ao contrário da preposição *com* com P.R. de 0,14.

Já, na segunda, o *objeto indireto*, *sujeito* e *objeto direto* são os que mais contribuem para a realização do artigo, com P.R. de 0,75, 0,59 e 0,70, respectivamente. Sendo o objeto indireto também acompanhado por preposição, levantamos a hipótese de haver interferência desta nos resultados, o que nos foi confirmado.

No que diz respeito à terceira variável significativa, SN isolado, constatamos que, assim como aconteceu com o contexto de antropônimo, o fato de o SN ser isolado e encabeçado por preposição possui um efeito maior (0,80) do que o fato de o SN ser isolado e não ser encabeçado por preposição (0,32).

Além disso, duas variáveis extralinguísticas obtiveram significância: a) o *sexo* do informante (homens, ao contrário das mulheres, produzem mais o artigo diante de possessivos, com P.R de 0,62) e b) a faixa etária (a faixa 1, ao contrário da faixa 3, é a que menos favorece a realização do artigo (P.R. de 0,37)).

Passando agora a sintetizar os principais resultados obtidos em Serra Talhada, observamos que, para o contexto de antropônimo, foram selecionadas as variáveis: referência do antropônimo, função sintática, tipo de preposição, SN isolado, status informacional, sexo e escolaridade, enquanto, para o contexto de possessivos, as variáveis contexto preposicionado, função sintática, tipo de preposição, SN isolado e faixa etária.

Quanto à *referência do antropônimo*, quando o nome próprio era do tipo *real*, seu P.R foi de 0,43. Já, quando pertencia a um *personagem*, o P.R foi de 0,76, favorecendo assim a realização do artigo, um resultado que se assemelha ao obtido em Carnaíba.

Quanto ao *tipo de preposição*, salientamos que essa variável foi prejudicada devido ao número de ocorrência das preposições diante de antropônimos. Porém, notamos que, com base nos dados presentes em nosso *corpus*, a preposição *com* foi aquela que apresentou o menor P.R: 0,38 em comparação à preposição *de* que obteve um P.R de 0,51.

A *função sintática* nos mostrou que, quando o antropônimo está na posição de *adjunto*, o artigo definido tende a ocorrer, pois o P.R é de 0,87. Todavia, o fato de o adjunto vir acompanhado por uma preposição nos fez levantar a questão se o que favorece a realização é, de fato, essa função ou é a preposição que acompanha o adjunto. Diante do cruzamento das variáveis *tipo de preposição* e *função sintática*, verificamos que existe uma influência daquela nesta.

A última variável linguística analisada, *SN isolado*, nos mostrou que o fato de o informante produzir SNs isolados não encabeçados por preposição não é condicionante à realização do artigo (P.R de 0,48), contrariamente quando produz SNs isolados encabeçados por preposição (P.R de 0,89).

Das quatro variáveis extralinguísticas, apenas duas foram selecionadas: a) sexo (os homens são os que mais produzem a forma inovadora, com P.R de 0,74, contrariando a

proposta *Change from below*, de Labov (1990)), e b) escolaridade (o nível superior é o que mais favorece à realização do artigo 0,65).

Diante do contexto de possessivo, os resultados não foram muito diferentes. Mas, ao contrário do que aconteceu com os antropônimos, o programa selecionou a variável *contexto preposicionado* e mostrou que o fato de se ter preposição é algo significativo, pois nos trouxe um P.R de 0,67. O *tipo de preposição* também é significativo e nos mostrou que a realização do artigo é mais comum quando se tem uma preposição com um traço [+aglutinante], ou seja, quando ela pode se contrair com o artigo. As preposições *de*, *em* e *para* obtiveram, segundo o programa, P.R superiores ao ponto neutro de 0,50, a saber: 0,68, 0,64 e 0,68, respectivamente. Porém, salientamos que, em nosso *corpus*, encontramos poucas ocorrências da preposição *para*, o que ocasionou um P.R de 0,68.

Esse resultado também nos fez pensar acerca do resultado obtido para a variável *função sintática*, uma vez que a função de *objeto indireto* foi uma das que mais favoreceram a realização do artigo, com P.R de 0,79. Tendo em mente que a posição de objeto indireto também vem acompanhada de preposição, realizamos o cruzamento do tipo de preposição e a função sintática e observamos que a preposição interfere na realização do artigo, sendo a preposição *de* a que mais interfere (71%).

Ainda sobre o contexto de possessivos, a variável extralinguística selecionada pelo programa foi: *faixa etária* (a faixa 3 foi a que obteve o maior P.R: 0,65).

Diante dos resultados, acreditamos que não podemos dar um tratamento unificado aos dois contextos, antropônimos e possessivos pré-nominais, estes foram mais sensíveis à presença do artigo e tanto fatores linguísticos quanto extralinguísticos interferiram nos dados; os antropônimos se mostraram resistentes à presença do determinante e só os fatores linguísticos foram considerados pelo programa em um dos municípios. Esse resultado nos fez levantar um questionamento sobre se estamos ou não diante de uma mesma comunidade de fala ou se as cidades que analisamos pertenciam a comunidades distintas, haja vista que estávamos diante de duas situações diferentes: quando se tratava do contexto de possessivos, nossos dados apontavam os dois municípios como pertencentes a mesma comunidade, haja vista que os resultados da análise nas duas comunidades não se distanciaram muito, revelando ao que nos parece um compartilhamento de traços entre as duas cidades. Já, no que diz respeito ao contexto de antropônimo, nossos resultados apontavam para comunidades distintas, com base nas variáveis extralinguísticas: em Serra Talhada, apenas uma variável

(faixa etária) não obteve significância; em Carnaíba, nenhuma das variáveis obtiveram significância segundo o GoldVarb X.

Diante disso, levantamos a seguinte questão para pesquisas futuras: podemos acreditar que o resultado geral de frequência da realização de artigo diante dos contextos, nas duas cidades, reflete a presença da característica local da região do Pajeú, e que as variáveis independentes, a depender do contexto, são responsáveis tanto por aproximar as duas cidades – tornando-as uma mesma comunidade – quanto por afastá-las – tornando-as comunidades distintas?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA MENDES, Andréia. **A ausência ou a presença de artigo definido diante de antropônimos e topônimos na fala dos moradores da zona rural das cidades de Abre Campo e Matipó – MG.** 2009. 188f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

ANTUNES, Irandé. **Muito além da gramática: por um ensino de língua sem pedras no caminho.** São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

AUERBACH, Erich. **Introdução aos estudos literários.** 2ª ed. Tradução de José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, [1972].

ALVES, Ana Paula Mendes. **Um estudo sociolinguístico da variação sintática ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos na fala dos jovens moradores de Barra Longa/ MG que residem em Belo Horizonte.** 2008. 155 f. Dissertação (Mestrado em estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

ARAAGÃO, Maria do Socorro Silva de. **Variantes diatópicas e diastráticas na língua portuguesa do Brasil.** João Pessoa: Graphos, 2010.

BAGNO, Marcos. Norma linguística, hibridismo & tradução. **Revista Traduzires 1** – Maio 2012.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Do campo para a cidade: um estudo sociolinguístico de migração e redes sociais.** Tradução de Stella Maris Bortoni-Ricardo, Maria do Rosário Rocha Caxangá, São Paulo: Parábola Editoria, 2011.

BRAGA, Luciene Maria. **Ausência/presença de artigo definido diante de antropônimo na fala dos moradores de Mariana e Uberlândia – MG.** Dissertação (Mestrado em Linguística) Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

BRIGHT, William. As dimensões da Sociolinguística. In: FONSECA, Maria Stella; NEVES, Moema (Org.). **Sociolinguística.** Rio de Janeiro: Eldorado, 1974.

BRITAIN, D.; MATSUMOTO, K. **Language, communities, networks and practices.** Disponível em: <<http://www.homepages.tesco.net/~david.britain/15.pdf>>. Acesso em: 23 de Maio de 2016

BRITO, Ana Maria. Presença/ausência de artigo antes de possessivos no português do Brasil. In **Actas do XVI Encontro da Associação Portuguesa de Linguística.** Lisboa: APL, 2001.

CALLOU, Dinah; SILVA, Giselle M. O. O uso do artigo definido em contextos específicos. In: HORA, Demerval da (org.) **Diversidade linguística no Brasil**. João Pessoa: Idéia, 1997.

CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Matoso. **Historia e estrutura da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Padrão, 1985.

CAMPOS JÚNIOR, Heitor da Silva. **A variação morfossintática do artigo definido na capital capixaba**. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.

CASTRO, Ana. **On Possessives in Portuguese**. Ph.D. Dissertação (mestrado em linguística), FCSH. Universidade Nova de Lisboa e Universite Paris 8 – CLI. 2006

CHOMSKY, Noam. **Aspectos da Teoria da Sintaxe**. Coimbra: Armênio Amado. 1978.

CAMERON, Deborah; COATES, Jennifer. **Women in their speech communities**. Nova York: Longman, 1990.

CEGALLA, Domingos Paschoal. **Nova minigramática da língua portuguesa**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

CHAMBERS, Jack. **Sociolinguistic theory: linguistic variation and its social significance**. Oxford: Blackwell, 1995.

COELHO, Paula Maria Cobucci Ribeiro. **O tratamento da variação linguística no livro didático de português**. Dissertação (mestrado em linguística). Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

COSERIU, Eugênio. Sistema, norma e fala. In: COSERIU, Eugênio. **Teoria da linguagem e linguística geral: Cinco estudos**. Rio de Janeiro: Presença; Ed. da USP, 1979.

COSTA, Iraneide. O uso do artigo definido diante de nome próprio de pessoa e de possessivo do século XIII ao século XVI. In: MATTOS E SILVA, MACHADO FILHO, A. V. L. (org.) **O português quinhentista – estudo linguísticos**. EDUFBA/UEFS, 2002.

COUTINHO, Ismael de Lima. **Pontos de gramática histórica**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2004.

CUNHA, Célso; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

CYRANKA, Lúcia Furtado de Mendonça. **Atitudes lingüísticas em escolas de periferia de Juiz de Fora, MG**. Exame de Qualificação. (Doutorado em Estudos Lingüísticos) – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

DU BOIS, John W. Beyond Definiteness: The Trace of Identity in Discourse. In: CHAFE, Wallace L. **The Pear Stories – Cognitive, Cultural, and Linguistic Aspects of Narrative Production**. Norwood, New Jersey: Ablex Publishing Corporation, 1980.

DUARTE, Sirlene. A noção de norma linguística segundo Eugênio Coseriu. **Linguagem – Estudos e Pesquisas**, Catalão, vol.2-3, 2001.

DURANTI, Alessandro. **Linguistic anthropology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997

FLORUPI, Simone Azevedo. **Estudo da variação do determinante em sintagmas nominais possessivos na história do português**. Tese (doutorado em linguística). Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Campinas. 2008.

GONÇALVES, Sandra Maria Godinho. As comunidades de fala, as redes sociais e as comunidades de prática: uma reflexão sociolinguística. **Web revista sociodialeto**, Campo Grande, 2013

GONZAGA, Manuela. The structure of DP in European Portuguese – evidence from adjectives and possessives. In. BOWERN, Claire (org), **Harvad Working Papers in Linguistic**. Cambridge, 2004

GUY, Gregory R. **As comunidades de fala: fronteiras internas e externas**. 2001. *Abralin*. Disponível em http://sw.npd.ufc.br/abralin/anais_con2int_conf02.pdf. Acesso em 2006.

GUY, Gregory R; ZILLES, Ana. **Sociolinguística quantitativa – instrumental de análise**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

GUY, Gregory R. A Identidade linguística da comunidade de fala: paralelismo interdialeto nos padrões de variação linguística. **Organon, Revista do Instituto de Letras da UFRGS**, Porto Alegre, 2000.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. São Paulo: Objetivo, 2009.

IORDAN, Iorgu; MANOLIU, María. **Manual de Linguística Românica**. Madrid: Gredos, 1972.

LABOV, William. **Padrões Sociolinguísticos**. Tradução de Marcos Bagno, São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LABOV, William. The intersection of sex and social class in the course of linguistic change. In: **Language Variation and Change**. USA: Cambridge University, 1990

LAKATOS, Eva Maria. **Sociologia geral**. São Paulo: Atlas, 1981

LIMA, Danielly, Lopes. A sociolinguística e a sala de aula. **Anais do XIII CNLF**. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2009

LONGOBARDI, Giorge. Reference and proper names: a theory of N-movement in syntax and logical form. **Linguistic Inquiry**, v. 25, n 4. Massachusetts: The MIT Press, 1987

LUCCHESI, Dante. ARAÚJO, Silvana. **A teoria da variação linguística**. Salvador: Vertentes, 2007. Disponível em: < <http://www.vertentes.ufba.br/a-teoria-da-variacao-linguistica>> Acesso em: 28 de Novembro de 2014.

LUFT, Celso Pedro. **Moderna gramática brasileira**. São Paulo: Globo, 2002.

LYONS, Christopher. A possessive parameter. **Sheffield Working Papers in Language and Linguistic**. v. 2. Sheffield, 1985.

MAGALHÃES, T. M. V. O uso de artigo definido diante de pronome possessivo em textos portugueses do século XVI a XIX. In: SEDRINS, A. P. (org.)... [at.al] **Por amor a linguística: miscelânea de estudos linguísticos dedicados à Maria Denilda Moura**. Maceió: EDUFAL, 2012.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2003.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Linguagem e classes sociais**. Porto Alegre: Movimento/UFRGS, 1975.

MARROQUIM, Mário. **A língua do Nordeste**. 3ª. ed. Curitiba: HD Livros Editora. 1996

MAURER JR., Th Henrique. Pronomes e determinativos. In: MAURER JR., Th Henrique (org.). **Gramática do Latim Vulgar**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1959. p. 105-119.

MAY, Guilherme Henrique. **Labov e o fato social**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2011.

MENDES, Soélis Teixeira do Prado. **A ausência/presença do artigo definido diante de nomes próprios no português mineiro da comunidade de Barra Longa: um caso de retenção?** Dissertação (Mestrado em Estudos linguísticos) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

MILROY, Lesly. Social networks: communities of practice. In: CHAMBERS, J. K.; TRUDGILL, P.; SCHILLING-ESTES, N. (Ed.). **Handbook of variation and change**. Oxford: Blackwell, 2004.

MOISÉS, Juliana de Assis. **O “lugar” do artigo no discurso: considerações sobre o uso do artigo no português culto falado em Belo Horizonte**. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1995.

MORALES, Humberto López. **Sociolinguística**. Madrid: Gredos, 1993

MORENO, B. S. Preposições facultativas em constituintes oracionais: fatores condicionadores. **Anais do X Encontro do CELSUL**. Cascavel: UNIOESTE, 2012.

NARO, Anthony Julius. Modelos quantitativos e tratamento estatístico. In.: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (orgs.) **Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2003.

NAZÁRIO, Maria de Lurdes. Variação e mudança linguística: a emergência do artigo definido na língua latina. **Via Litterae**. Anápolis, v.3, n.2, 2011.

PEREIRA, Déreck K. Ferreira. **A língua falada no sertão pernambucano**: uma análise sociolinguística da sintaxe das construções nominais. Serra Talhada: USAT, 2011. 27 p. (Relatório final)

PEREIRA, Déreck Kássio Ferreira. **Análise da ocorrência de artigos expletivos em dados de escrita**. 2015. 59 f. Monografia (Licenciatura Plena em Letras) – Universidade Federal Rural de Pernambuco/Unidade Acadêmica de Serra Talhada, Serra Talhada: 2015.

RESENDE, Terezinha Cristina Campos. Comunidade de fala. In: **Recorte – revista de linguagem, cultura e discurso**. Ano 3, n. 4. Unicor: Três Corações, 2006.

RINKE, Esther. A combinação de artigo definido e pronome possessivo na história do português. In **Revista Estudos Linguística Galega**. Vol 2. Compustela, 2010.

RÓNAI, Paulo. **Curso básico de latim I: gradus primus**. São Paulo: Cultrix, 2006.

SANKOFF, David; TAGLIAMONTE, Sali; SMITH, Eric. **Goldvarb X**: a variable rule application for Macintosh and Windows.2005. Disponível em: < <http://individual.utoronto.ca/tagliamonte/goldvarb.html> > Acesso em: 30 jun. 2014.

SANTOS, Renata Livia de Araujú. A metodologia da pesquisa em sociolinguística variacionista. **Revista espaço acadêmica**. Vol.9, nº 97. 2009

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. Trad. Antônio Chelini, José Paulo e Izidoro Beinkstein. São Paulo; Cultrix, 1975.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. Aspectos da concordância de número no português do Brasil. **Revista Internacional de Língua Portuguesa (RILP)** - Norma e Variação do Português. Associação das Universidades de Língua Portuguesa. 12:37-49. dez. de 1994.

SEDRINS, Adeilson Pinheiro. O artigo definido no português brasileiro em contexto de antropônimos e de possessivos pré-nominail. In. MOURA, Maria Denilda; SIBALDO, Marcelo Amorim (Orgs.). **Para a história do português brasileiro**. Maceió: EDUFAL, 2013.

SEVERO, Cristine Gorski. O lugar do indivíduo na teoria laboviana. **Revista Lingua(gem)**. Macapá, vol 1, nº 02, 2004

SILVA, Giselle Machline de Oliveira. Coleta de dados. In MOLLICA, Maria Celia. & BRAGA, Maria. L. (orgs.) **Introdução à Sociolinguística**: o tratamento da variação. São Paulo: Contexto, 2003.

SILVA, Giselle Machline de Oliveira e. Realização facultativa do artigo definido diante de possessivo e de patronímico. In: SILVA, Giselle Machline de Oliveira e; SCHERRE, Maria Marta Pereira (Org.). **Padrões sociolinguísticos**: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998.

SILVA, Giselle Machline de Oliveira e. **Estudo da regularidade na variação dos possessivos no português do Rio de Janeiro**. Tese (Doutoramento em Linguística), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1982.

TARALLO, Fernando. **Tempos Linguísticos**. Itinerário histórico da Língua Portuguesa. São Paulo: Ática, 1990.

TARALLO, Fernando. **A pesquisa sociolinguística**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1997.

TERRA, Ernani. **Curso prático de gramática**. Scipione: São Paulo, 2008.

TIMBANE, Alexandre António. A variação linguística e o ensino do português em Moçambique. In **Revista Confluências**. nº43, 2º sem. Rio de Janeiro. 2013

VANIN, Aline Aver. **Considerações relevantes sobre definições de ‘comunidade de fala’**. 2009. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciLangCult/article/viewFile/6367/6367>>. Acesso em: 04 de Março de 2015.

WARDHAUGH, Ronald (2002) Speech communities. In: **An introduction to sociolinguistics**. WARDHAUGH, Ronald (Org.). UK: Wiley-Blackwell, 2002

WIEDERME, Marcos Luiz. As faces da comunidade de fala. In: **Linguagens – revista de letras, artes e comunicação**. Blumenau, v. 2, n. 1, p. 21 - 35, jan./abr. 2008.

WILLIAMS, Edwin Bucher. **Do latim ao português: fonologia e morfologia históricas da língua portuguesa**. Trad.: Antônio Houaiss. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2001.

APÊNDICE 1



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
 Centro de Artes e Comunicação
 Programa de Pós Graduação em Letras
 Déreck K. Ferreira Pereira – Mestrando PPGL - UFPE
 Cláudia Roberta Tavares Silva – Orientadora PPGL - UFPE



**A REALIZAÇÃO DO ARTIGO DEFINIDO NO PORTUGUÊS FALADO NA REGIÃO
 DO SERTÃO DO PAJEÚ – PE**

Ficha do Informante

Nº do informante:	
NOME:	
DATA DE NASCIMENTO:	IDADE:
SEXO:	
ZONA DE MORADIA (URBANA OU RURAL):	
ESTADO CIVIL:	
NATURALIDADE:	COM QUANTOS ANOS CHEGOU A CIDADE? (CASO NÃO SEJA NATURAL DO MUNICÍPIO):
JÁ MOROU EM OUTRA CIDADE?	POR QUANTO TEMPO?
ESCOLARIDADE:	PROFISSÃO:
POSSUI PARENTES DOMICILIADOS EM OUTRO MUNICÍPIO/ESTADO?	POSSUI CONTATO FREQUENTE COM PARENTE DOMICILIADO EM OUTRA CIDADE/ESTADO?
ASSISTE TV?	QUAL O TIPO DE PROGRAMAÇÃO (JORNAIS, NOVELAS, RELIGIOSO, POLICIAL ETC.)?
ASSISTE A TV LOCAL/ESTADUAL?	COM QUE FREQUÊNCIA?
COM QUE FREQUÊNCIA LÊ JORNAL/REVISTA/LIVRO?	OUVE PROGRAMA DE RÁDIO?
COM QUE FREQUÊNCIA ESCUTA A RÁDIO?	ESCUTA A RÁDIO LOCAL?

APÊNDICE 2



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
Centro de Artes e Comunicação
Programa de Pós Graduação em Letras
Déreck K. Ferreira Pereira – Mestrando PPGL - UFPE
Cláudia Roberta Tavares Silva – Orientadora PPGL - UFPE



ROTEIRO DE ENTREVISTA

- 1) O que costumava fazer para se divertir na cidade?
- 2) E durante a infância?
- 3) Fale sobre acontecimentos marcantes na sua vida (bons ou ruins).
- 4) Como era/é sua vida durante a faculdade?
- 5) Quais suas matérias preferidas?
- 6) Fale sobre os seus professores
- 7) Quem você destacaria como o melhor professor, ou seja, aquele que poderia ser um exemplo para você?
- 8) Fale sobre seus amigos (ou colegas).
- 9) Quem você considera ser a pessoa mais inteligente dos seus amigos (e/ou colegas) e no meio artístico?
- 10) E a pessoa mais brincalhona dos seus amigos (e/ou colegas de sala de aula) e no meio artístico?
- 11) E a pessoa mais tímida?
- 12) Fale algumas qualidades dos seus amigos. Você tem algum preferido (um melhor amigo)?
- 13) Como é sua relação com sua família?
- 14) Fale um pouco sobre sua família.

15) Fale algumas qualidades das pessoas da sua família.

16) Alguém de sua família mora em outro estado? Em qual estado?

(Caso a resposta da questão 16 tenha sido positiva, faça as perguntas de número 17, 18 e 19).

17) Você tem contato com ela?

18) Costuma viajar para visitar esse familiar?

19) Quanto tempo demora sua visita?

20) Você tem algum ídolo? Qual?

21) Você costuma ouvir música?

22) Quais seus cantores e cantoras preferidos?

23) Costuma assistir filmes ou novelas?

24) Quais atores/atrizes você destacaria como sendo o melhor, em sua opinião?

25) Qual seu filme preferido? Lembra-se do nome dos personagens?

26) Qual sua novela preferida? Lembra-se do nome dos personagens?

27) Gosta de algum programa de TV? Qual? Quem é o apresentador (a)?

28) Gosta de alguma série de TV? Qual? Lembra-se do nome dos personagens? Conte um pouco sobre os personagens. Identifica-se com algum? Qual?

29) Qual a pessoa mais importante na sua vida e por quê?

30) Se você pudesse mudar de vida com alguém, quem seria essa pessoa e por quê?

31) Como seria o dia perfeito em sua vida?

32) Quem você citaria como uma pessoa exemplo para sua vida?